

Isabel Fernandes de Oliveira • Ilana Lemos de Paiva
Ana Ludmila Freire Costa • Keyla Amorim
Fellipe Coelho-Lima (organizadores)



MARX HOJE

pesquisa e transformação social

Volume I





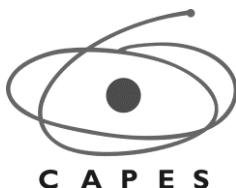
MARX HOJE

pesquisa e transformação social



A presente obra encontra-se sob a licença Creative Commons
(Atribuição-Uso não-comercial-No Derivative Works 3.0 Brasil)

Para visualizar uma cópia da licença, visite
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/> ou mande uma
carta para: Creative Commons, 171 Second Street, Suite 300, San
Francisco, California, 94105, USA.



Este livro teve o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Isabel Fernandes de Oliveira • Ilana Lemos de Paiva
Ana Ludmila Freire Costa • Fellipe Coelho-Lima
Keyla Amorim (Organizadores)

MARX HOJE

pesquisa e transformação social



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M392 Marx hoje: pesquisa e transformação social./ Isabel Fernandes de Oliveira, Ilana Lemos de Paiva, Ana Ludmila Freire Costa, Felipe Coelho Lima, Keyla Amorim (Organizadores). – 1.ed.— São Paulo: Outras Expressões, 2016.

284 p.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>.

Textos originalmente apresentados no I Seminário Marx Hoje: Pesquisa e Transformação Social em abril de 2014 na UFRN.

ISBN 978-85-9482-002-0

1. Socialismo. I. Oliveira, Isabel Fernandes de (org.). II. Paiva, Ilana Lemos de (org.). III. Costa, Ana Ludmila Freire, (org.) IV. Lima, Felipe Coelho (org.). V. Amorim, Keyla (org.). VI.Título.

CDU 329.14

Bibliotecária: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Sumário

Apresentação	7
--------------------	---

Prefácio	15
Marcello Musto, York University	

Parte I – A tradição marxista: pesquisa e transformação social

1. A atualidade do método de Marx	25
Oswaldo H. Yamamoto, UFRN	

2. Lukács: trabalho e ser social	43
Ivo Tonet, UFAL	

3. Pesquisa na tradição marxista: método e sua contribuição para as ciências humanas e sociais.....	57
Elaine Rossetti Behring, UERJ	

4. O método e a teoria marxiana	71
Jane Cruz Prates, PUC-RS	

5. Marxismo e transformação social: tendências e contratendências.....	101
Carlos Montaña, UFRJ	

Parte II – Questões contemporâneas à luz do marxismo

6. Capital: a verdade absoluta do ceticismo pós-moderno e adjacências.....	137
Mario Duayer, UERJ	

7. Educação, ideologia e práxis.....	155
Ana Lia Almeida e Roberto Efrem Filho, UFPB	

8. Marxismo e América Latina: história e possibilidades no século XXI	173
Daniel Araujo Valença, UFERSA	

9. A era das rebeliões e os desafios do marxismo	201
Ricardo Antunes, UNICAMP	

Parte III – Psicologia e marxismo

10. A atualidade do marxismo e sua contribuição para o debate sobre a formação e atuação do profissional de Psicologia.....223

Isabel Fernandes de Oliveira e Ilana Lemos de Paiva, UFRN

11. Marxismo e pesquisa: apontamentos sobre a experiência de um Grupo de Pesquisa em Psicologia.....245

Raquel Souza Lobo Guzzo, PUC-Campinas

12. Marxismo e Psicologia: Notas críticas sobre epistemologismo, emancipação e historicidade255

Fernando Lacerda Júnior, UFG

Organizadores.....277

Autores.....279

Apresentação

Este livro é fruto do conjunto de atividades que compuseram o *I Seminário Marx Hoje: Pesquisa e Transformação Social*, ocorrido em abril de 2014, nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O evento foi uma realização do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da referida instituição (PPgPsi/UFRN). Constituído no ano de 1995, o GPM&E tem como proposta congregar pesquisadores, docentes e estudantes de graduação e pós-graduação de Psicologia com uma identificação de ordem teórico-metodológica comum: a teoria social marxiana.

Por sua inserção no campo da Psicologia, o Grupo se depara, cotidianamente, com dois árduos esforços na tentativa de construir uma “ciência da história”, uma vez que a tradição de Marx não é muito afeita à academia e muito menos à Psicologia. Primeiro, romper com a tradição positivista, ainda hegemônica na pesquisa científica acadêmica, mesmo diante de diversos ensaios de naturezas distintas. E o segundo, debater sobre transformação social na Psicologia, que traz em sua história estratégias de conservação da ordem, como por exemplo, ter sido parceira do Golpe Civil-Militar de 1964.

Tendo em vista estes desafios, o GPM&E assumiu a tarefa de realização do Seminário em questão. Dessa forma, o evento visou proporcionar a difusão da obra de Karl Marx e da tradição teórica e política que se formou em sua esteira, promovendo conferências, mesas-redondas e grupos temáticos no campo do marxismo, voltados à pesquisa e transformação social. Um objetivo secundário alcançado foi a inserção do Nordeste (e do Rio Grande do Norte, em particular) como um polo de eventos e debates sobre

a teoria social marxiana/tradição marxista no Brasil, circuito tradicionalmente restrito ao Sudeste.

O evento, gratuito, contou com a participação de quase 600 pessoas de todo o país, entre alunos de graduação e pós-graduação das mais diversas áreas (ainda que tenha ficado clara a presença maciça de alunos e pesquisadores do Serviço Social, também estiveram presentes acadêmicos de Psicologia, Direito, Pedagogia, Ciências Sociais, Filosofia, entre outros), além de profissionais atuantes em vários segmentos.

Na ocasião, a teoria marxiana e a tradição marxista funcionaram como articulação entre a pesquisa científica, reduto da academia e por vezes criticada por seu distanciamento em relação à “vida real”, e a perspectiva da transformação social, considerando as condições de vida de uma população cada vez mais pauperizada, despolitizada e excluída de muitos direitos sociais. Várias questões foram debatidas neste sentido, outras tantas ainda carecem de respostas. Contudo, no longo e complexo processo de estreitar mais a relação entre o que é produzido na academia e o que efetivamente ocorre na vida das pessoas, um primeiro e efetivo passo foi dado.

Ao final do evento, restou a constatação de que este momento foi, não só importante, mas principalmente, necessário: por meio do intercâmbio entre pesquisadores e do aprofundamento de questões essenciais à pesquisa marxista, reitera-se o papel da academia na promoção de uma formação crítica e revolucionária.

Visando dar continuidade a este debate, neste livro está reunida grande parte das contribuições dos pesquisadores participantes do Seminário, que foram convidados a elaborar um texto que refletisse sua intervenção no evento, com o intuito de que o registro funcione como extensão do diálogo promovido. Por este motivo, os capítulos apresentam diferenças de estilo e conteúdo: alguns mais didáticos, outros mais informativos e uns tantos essencialmente reflexivos, a depender da natureza da atividade

que lhe deu origem (conferências, mesas-redondas e grupos temáticos). Um aspecto, contudo, todos carregam: o caráter revolucionário, ao menos em intenção. Aproveitamos para agradecer pela colaboração de todos os autores.

O livro está organizado em três partes, que são precedidas por um prefácio, este, de autoria de Marcello Musto, professor da *York University*. Profundo conhecedor da obra marxiana, Musto instiga os leitores a refletirem sobre a importância da atualidade do pensamento marxiano a partir da apresentação do projeto *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA), que pretende lançar a edição completa dos escritos de Marx e Engels. Aproveitamos para agradecer a contribuição de Victor Varela na tradução deste material.

A primeira parte reúne material acerca dos fundamentos ontológicos, teóricos e metodológicos da teoria marxiana e tradição marxista, disposto em cinco capítulos.

No primeiro deles, Oswaldo Hajime Yamamoto (UFRN) alude ao tripé fundamental da teoria social marxiana – método dialético, teoria do valor-trabalho e revolução – para reivindicar a atualidade do método de Marx. Na esteira da tradição marxista que recorre a Lukács para reforçar a ortodoxia do método, Yamamoto reitera o incontestável lugar que a teoria social marxiana ocupa na compreensão da sociedade burguesa e na sua superação. Também é característica desse texto a reflexão acerca da apropriação de Marx pela academia, que, espaço de contradição, tem sido lugar de formação, de resistência política, de crítica às tendências relativistas, e de sofisticação de análises de inspiração marxiana.

Na sequência, Ivo Tonet (UFAL) fundamenta-se na ontologia do ser social para destacar a primazia do trabalho na constituição do ser social e a necessidade do retorno ao caráter crítico do pensamento de Marx para um projeto revolucionário. Tonet disserta sobre o caráter genérico do trabalho como categoria mediadora do ser social com o ser natural, e como modelo de

todas as atividades sociais; sobre a particularidade do ser social na produção do novo; sobre a relação entre teleologia e causalidade; e sobre a importância da consciência nessa mediação. Além disso, trata da contribuição da ontologia do ser social do ponto de vista metodológico, na produção de conhecimento científico, e prático, nas consequências dessa relação quando se trata da sociedade dividida em classes.

Ainda nesta parte, Elaine Rossetti Behring (UERJ) atribui à teoria social marxiana o caráter de aporte teórico-metodológico, cujas categorias são necessárias à explicação do mundo atual e afeitas à produção de conhecimento no âmbito acadêmico. Em suas palavras, “o método em Marx é essa sofisticada bússola para interpretar o mundo”. Ancorando-se nessa linha de argumentação, o capítulo se estrutura a partir das contribuições dessa teoria social para análise do fundo público, temática central na linha de pesquisa da autora no Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS/UERJ).

No quarto capítulo, Jane Cruz Prates (PUCRS) sistematiza as diretrizes metodológicas da teoria social marxiana, destacando suas bases axiológicas, ontológicas e epistemológicas; o trabalho como objeto de investigação e suas particularidades no modo de produção capitalista; e as principais categorias dialéticas e os momentos de investigação e exposição do método marxiano. Prates defende a escolha da teoria social marxiana como uma opção política cuja direção é a emancipação humana. É com essa postura que questões centrais para investigações que subsidiam o projeto revolucionário se impõem, bem como a forma de proceder essas pesquisas requer crítica. Assim, sistematizar diretrizes para investigações nessa perspectiva se torna tarefa necessária em uma sociedade marcada por contradições de classes – esforço didático adotado nesse capítulo.

No último capítulo da primeira parte, Carlos Montaña (UFRJ) contribui para a discussão sobre transformação social, contrapondo-se às tendências teóricas fragmentárias contemporâneas

que substituem transformação por mudança social. Defendendo a crítica radical em oposição ao esvaziamento conceitual, Montañó reposiciona as categorias essenciais para análise e transformação do modo de produção capitalista, define o socialismo como caminho para o comunismo e recupera os fundamentos marxianos da transformação social, quais sejam, o esgotamento do modo de produção e a constituição do sujeito revolucionário. A crise estrutural e a centralidade da classe trabalhadora organizada são condições inegáveis para a transformação do capitalismo e é nessa direção que o autor finaliza o capítulo, com os desafios para superação desse modelo societário.

A segunda parte do presente livro é composta por quatro textos que tratam de debates emergentes do mundo contemporâneo.

Ela inicia-se com o capítulo de Mário Duayer (UERJ), no qual problematiza o “relativismo no atacado” propalado hoje em dia entre filósofos de tradições *pós* (pós-modernos, pós-estruturalistas, pós-críticos) e neopositivistas. Nessa incursão, Duayer realiza um duplo movimento: primeiro, apresenta de que forma os escritos marxianos já continham a crítica essencial estabelecida por ambas as correntes (a primeira, acerca do relativismo do conhecimento humano, e a segunda, acerca do processo de construção do conhecimento); segundo, revela as limitações e distorções ontológicas promovidas por ambas as tradições. A saída para essa encruzilhada histórica é o retorno, assim como fez Marx, à crítica verdadeira, isto é, à crítica ontológica das imagens do mundo burguês.

Em seguida, Ana Lia Almeida e Roberto Efrem Filho (ambos da UFPB) traçam uma análise acerca das relações entre o processo educativo e a construção de formas ideológicas de consciência na sociedade capitalista, exemplificando as potencialidades dessa relação em duas experiências acadêmicas que conduzem no curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba. Alicerçados nos escritos de Marx, Lukács e Mézsáros, os

autores precisam o conceito de ideologia, bem como a forma que a educação comparece no processo de produção de consciências, tendo como marca indelével a luta de classes.

O capítulo seguinte, de autoria de Daniel Araújo Valença (UFERSA), aborda a teoria social marxiana nos países latino-americanos, com enfoque na compreensão da ascensão dos governos de caráter progressista nessa região, em especial, na Bolívia. Para tanto, empreende, ao mesmo tempo, um regaste histórico das principais categorias marxianas para compreender a totalidade social e apresenta a forma como essas discussões aportaram na América Latina. O autor realiza uma cuidadosa análise do processo histórico boliviano desde a consolidação dos regimes neoliberais naquele país até a atual constituição de um governo “popular-democrático com intuito socialista” e encerra problematizando o acesso ao poder desses governos de viés semelhante em diversos países latino-americanos e as possibilidades de contribuição do marxismo para a compreensão dessa situação.

Encerrando essa parte, Ricardo Antunes (UNICAMP) em seu texto aborda quatro aspectos: a prevalência de uma contrarrevolução burguesa em escala mundial, iniciada na década de 1970 e marcada pela tríade neoliberalismo, reestruturação produtiva e crescimento do capital financeiro; a recente onda de revoltas populares ocorridas, tanto no norte, como no sul do mundo, caracterizadas pela heterogeneidade das pautas e o comparecimento ativo das transversalidades (gênero, etnia, nacionalidade, idade etc.); o reconhecimento da relação intrínseca entre o proletariado e a revolução, sendo necessário o reconhecimento da nova morfologia dessa classe; e, por fim, a inclusão do proletariado do setor de serviços em meio aos debates de classe, haja vista o seu pujante crescimento nas últimas décadas. Contrariando as teses de que o marxismo é irrelevante para o mundo atual, Antunes conclui afirmando que “é preciso voltar a Marx e, a partir dele, olhar o século XXI”.

A terceira e última parte da coletânea reúne material específico da Psicologia.

Ela se inicia com o capítulo de autoria de Isabel Fernandes de Oliveira e Ilana Lemos de Paiva (ambas da UFRN), coordenadoras do GPM&E (junto com o Prof. Dr. Oswaldo H. Yamamoto) e do evento. No texto, as autoras se propõem a apresentar “os pressupostos da teoria social formulada por Marx e Engels como eixo inspirador de pesquisa, de formação de pensamento crítico e de uma atuação profissional militante”. Com isso, pretendem apontar contribuições do marxismo para refletir o lugar da Psicologia como ciência e profissão, na direção de uma práxis verdadeiramente transformadora da realidade social alvo de seu trabalho.

Na sequência, Raquel Souza Lobo Guzzo (PUCCAMP) problematiza a relação “Psicologia & Marxismo” evidenciando elementos teóricos e exemplos práticos para essa aproximação. Para tanto, trata das potencialidades da Psicologia como um campo do conhecimento que forneceria subsídios valiosos quanto à questão da ética e da vida social, ainda que, historicamente, essa área tenha compactuado com os ideais liberais. Como exemplo, Guzzo resgata a experiência de seu grupo de pesquisa que vem desenvolvendo trabalhos acerca da passagem da consciência de si para a consciência de classe.

No último capítulo referente a este tema, Fernando Lacerda Jr. (UFG) argumenta em torno do que seria marxismo e transformação social, seguindo com uma breve exposição dos conceitos decisivos nessa tradição. Após apresentar tentativas de aproximação da Psicologia com o marxismo, ele sublinha as potencialidades de aproximação desse campo com os pressupostos marxistas-lukacsianos, a saber: a construção de uma nova filosofia da subjetividade, o papel do sujeito na história e a compreensão materialista e histórica da autoconstrução humana.

A expectativa é que esta coletânea forneça contribuições essenciais para todos aqueles envolvidos na necessária articulação entre pesquisa e transformação social, sobretudo aqueles que

reconhecem na teoria social marxiana os fundamentos para esta tarefa.

Cientes de que o conhecimento é elemento indispensável para qualquer tentativa de crítica e construção de alternativas, temos a satisfação de informar nossa adesão ao Movimento de Acesso Aberto, com a disponibilização da íntegra desta obra na página eletrônica do evento (www.marxhoje.com.br) e adoção da licença de atribuição *Creative Commons*, além de vídeos do Seminário na *internet* (<https://www.youtube.com/user/marxhoje>).

Isabel Fernandes de Oliveira

Ilana Lemos de Paiva

Ana Ludmila F. Costa

Fellipe Coelho-Lima

Keyla Amorim

Prefácio

Marcello Musto

O (novo) renascimento de Marx

Se a atualidade de um autor consiste em sua capacidade de estimular novas ideias, então se pode dizer que Karl Marx permanece inquestionavelmente atual.

Em razão de eventos políticos ou disputas teóricas, o interesse na obra de Marx tem variado ao longo do tempo e passou por períodos de declínio. De debates sobre os problemas não resolvidos d'O Capital à tragédia do comunismo russo, a crítica às ideias de Marx parece apontar persistentemente para além do horizonte conceitual do marxismo. Ainda que sempre tenha havido um “retorno a Marx”, há uma nova necessidade de utilizar sua obra como referência, que, de tempos em tempos, tem continuado a exercer um fascínio irresistível tanto nos seus seguidores quanto nos seus críticos.

Isso também foi o que aconteceu depois da queda do Muro de Berlim. Em 1989, conservadores e progressistas, liberais e pós-comunistas, quase unanimemente, decretaram o desaparecimento definitivo de Marx. Contudo, apesar de ter sido postulado como datado no final do século XX – e contra as projeções daqueles que previam seu esquecimento total –, a poeira tem sido retirada de seus livros com cada vez mais frequência, e Marx tem reaparecido neste estágio da história com uma velocidade surpreendente, em vários aspectos.

Diante de uma nova e profunda crise do capitalismo, jornalistas e formadores de opinião, de vários círculos políticos e culturais, estão novamente buscando um autor que, no passado, era frequente e erroneamente associado à União Soviética e que foi fortemente desacreditado depois do “socialismo realmente existente”.

Desde 2008, centenas de grandes jornais, revistas, canais de televisão e rádios têm estampado discussões reiteradas acerca do papel de Marx como um dos mais relevantes pensadores de todos os tempos.

Tem havido um “renascimento de Marx” em quase todos os lugares. Ao redor de todo o mundo, cursos universitários e conferências sobre seu pensamento estão na moda novamente¹. O *Capital* tornou-se mais uma vez um *best-seller* na Alemanha, enquanto uma versão do livro foi produzida em mangá, no Japão. Na China, uma nova edição dos trabalhos de Marx e Engels está sendo publicada (com traduções do alemão e não, como no passado, do russo), enquanto na América Latina uma nova demanda por Marx tem sido recorrente na política. Na Europa, como demonstrado com a vitória do Syriza – a Coligação da Esquerda Radical – nas eleições da Grécia, a crítica ao capitalismo e aos seus dogmas contemporâneos está de volta ao cenário político.

Além disso, periódicos acadêmicos têm estado crescentemente abertos a contribuições sobre a produção de Marx e, durante os últimos anos, uma proliferação de estudos sobre sua obra tem indubitavelmente surgido. Depois de um baixo interesse nos anos 1980 e de um “silêncio conspiratório” nos anos 1990, edições novas ou republicadas dos escritos de Marx tornaram-se novamente disponíveis em quase todo lugar em que o autor era popular nos anos 1960 e 1970 (exceto na Rússia e no Leste Europeu, onde os desastres do “socialismo realmente existente”

1 O Seminário Marx Hoje, organizado pelo Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação na UFRN, é um exemplo desse fenômeno.

ainda estão muito recentes para um renascimento de Marx). Novos estudos sobre Marx têm produzido resultados importantes e inovadores nos muitos dos campos em que têm florescido.

A edição MEGA: novos naminhos de pesquisa

A contribuição acadêmica mais significativa para o atual “renascimento de Marx” vem da continuidade da Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA), a edição completa dos escritos de Marx e Engels.

Depois da morte de Marx, em 1883, Friedrich Engels foi o primeiro a dedicar-se a essa tarefa tão difícil de editar o legado de seu amigo – devido à dispersão do material, da obscuridade da linguagem e da ilegibilidade dos manuscritos. Seu trabalho concentrou-se na reconstrução e seleção dos materiais originais, na publicação dos textos ainda não publicados ou incompletos e, ao mesmo tempo, nas republicações e traduções, em novas línguas, dos escritos de Marx já conhecidos. Mesmo se houvesse exceções, tais como o caso das *Teses sobre Feuerbach*, publicadas em 1888 como apêndice de sua obra *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*, e *Crítica ao Programa de Gotha*, que vieram a público em 1891, Engels focou quase exclusivamente no trabalho editorial d’O Capital, do qual Marx havia publicado apenas o primeiro volume.

Depois da morte de Engels, o encarregado esperado pela *opera omnia*² de Marx e Engels não poderia ter sido ninguém menos que o Partido Social-Democrata da Alemanha, titular de seus *Nachlaß* (direitos) e cujos líderes Karl Kautsky e Eduard Bernstein possuíam as melhores competências linguísticas e teóricas. Entretanto, os conflitos políticos dentro do Partido não apenas impediram a publicação da maior e mais relevante parte dos trabalhos de Marx, como também ocasionaram a dis-

2 Do Latim: toda a obra.

persão de seus manuscritos, comprometendo qualquer possibilidade de uma edição sistemática. Inacreditavelmente, o Partido Social-Democrata da Alemanha não finalizou o trabalho, tratando o legado literário de Marx e Engels com o máximo de negligência. Nenhum de seus teóricos reuniu uma lista cuidadosa dos manuscritos de seus dois fundadores. Ninguém se dedicou a coletar suas correspondências, a despeito do fato de que esta foi claramente uma fonte muito útil de esclarecimento acerca dos seus escritos.

A primeira tentativa de publicar as obras completas de Marx e Engels, a Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA), deu-se apenas nos anos de 1920, na União Soviética. Ainda, no começo dos anos 1930, o stalinismo, que também alcançou os principais acadêmicos envolvidos no projeto, e o advento do Nazismo na Alemanha interromperam abruptamente os trabalhos nessa edição.

A MEGA, planejada para ser uma reprodução fiel com um aparato crítico extensivo de todos os escritos dos dois pensadores, iniciada em 1975, também foi interrompida; desta vez, como resultado da queda do Muro de Berlim. Em 1990, com o intuito de continuar a edição, o *Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis*, de Amsterdam, e o museu Karl Marx Haus, em Trier, formaram o Internationale Marx-Engels-Stiftung. Depois de uma fase difícil de reorganização, em que novos princípios editoriais foram aprovados, a publicação da MEGA recomeçou em 1998.

A edição está dividida em quatro seções: a primeira inclui todas as obras, artigos e rascunhos, excluindo O Capital; a segunda inclui O Capital e seus estudos preliminares de 1857; a terceira é dedicada à correspondência trocada entre Marx e Engels; enquanto a quarta contém trechos, anotações e notas marginais. Dos 114 volumes planejados, 58 já foram publicados (18 reiniciados desde 1998), cada qual consistindo em dois livros: o texto mais o aparato crítico, que contém os índices e muitas notas adicionais. Esse empreendimento tem uma grande importância,

considerando que uma parte substancial dos manuscritos preparatórios de Marx d'O Capital, de sua correspondência volumosa e do imenso montante de trechos e anotações comuns enquanto o autor lia nunca foram publicadas antes da MEGA.³

Devido à importância dessas novas publicações, o Marx que ora emerge é, em muitos aspectos, diferente daquele que foi apresentado tanto por seus críticos quanto por seus ostensivos seguidores. As estátuas de pedra que delineavam o caminho para o futuro com uma certeza dogmática nas praças de Moscou e Pequim deram espaço para a imagem de um pensador profundamente autocrítico que, sentindo a necessidade de dedicar energia para os estudos futuros e verificando seus próprios argumentos, deixou inacabada a maior parte de seu trabalho de uma vida. Qualquer outra contribuição rigorosa à pesquisa sobre Marx, no Brasil ou em qualquer parte do mundo, terá que levar em conta as novas aquisições textuais MEGA.

Não apenas um clássico

Libertada da irritante função de *instrumentum regni*⁴, à qual foi designada no passado, e das correntes do marxismo-leninismo do qual está certamente separada, a obra de Marx tem sido reempregada em novos campos do conhecimento. A completa revelação de seu precioso legado teórico, tomado de supostos e presunçosos proprietários e dos modos de usos restritos, tem tornado possível esse processo. Entretanto, se Marx não figura mais como uma esfinge cravada protegendo o velho “socialismo realmente existente” do século XX, seria igualmente equivocado acreditar que seu legado político e teórico pode ser confinado a um passado que não tem nada a contribuir com os conflitos

3 Cf. Marcello Musto, “A redescoberta de Karl Marx”, *Margem Esquerda*, n. 13 (2009): 51-73.

4 Do Latim: instrumento de governo.

atuais. Relegar Marx à posição de clássico embalsamado, útil apenas à academia, seria um erro tal qual sua transformação em uma fonte doutrinária do “socialismo realmente existente”.

A redescoberta de Marx está baseada em sua capacidade persistente de explicar o presente: ele permanece como um instrumento indispensável para entendê-lo e transformá-lo. Depois de anos de manifestos pós-modernos, de falas solenes sobre o “fim da história” e da ênfase às ideias vazias da “biopolítica”, o valor das teorias de Marx está sendo reconhecido novamente, de modo cada vez mais extensivo.

Quando Marx escreveu *O Capital*, o modo de produção capitalista ainda não estava completamente desenvolvido, ainda que ele tenha previsto que este seria expandido em escala global e tenha formulado suas teorias a partir dessa base. Atualmente, após o colapso da União Soviética e à difusão da economia de mercado a novas áreas do planeta, como a China, o capitalismo tem se tornado um sistema verdadeiramente mundial. Ademais, o capitalismo não se expandiu apenas geograficamente, mas também em todos os aspectos da vida contemporânea. Invadiu e deu forma a todos os aspectos da existência humana. Não está apenas determinando nossas vidas durante nossas jornadas de trabalho – uma parte da vida humana que, depois de três décadas de neoliberalismo, expandiu dramaticamente, em detrimento das descobertas científicas e o aumento geral das riquezas – mas também tem transformado as relações sociais. Uma destas certamente são as transformações trazidas pela também chamada globalização.

A despeito de todas as transformações profundas, Marx ainda apresenta atualmente um rico espectro de ferramentas com as quais se entende tanto a essência quanto o desenvolvimento do capitalismo. Ele não é meramente um grande clássico da Economia e um pensador político, mas um autor que dispõe de ideias que se provam mais férteis do que em seu próprio tempo. É claro que os escritos que Marx produziu há um século e meio não contêm uma descrição precisa do mundo de hoje. Porém, se sua

análise for atualizada e aplicada à maioria das situações recentes de desenvolvimento, ela pode ajudar a explicar muitos problemas que estão se manifestando intensamente em nossos tempos.

Depois de trinta anos nos quais as odes ao mercado tiveram que enfrentar apenas o vácuo dos múltiplos pós-modernismos, a nova habilidade de pesquisar a partir dos ombros de um gigante como Marx é um progresso positivo não apenas para todos os pesquisadores interessados em uma compreensão séria de nossa sociedade contemporânea, mas também para qualquer sujeito envolvido com a questão teórica e política de busca por uma alternativa para o capitalismo.

O que fica de Marx hoje? Quão útil é seu pensamento para a luta por emancipação? Que parte de sua obra é mais fértil para estimular a crítica aos nossos tempos? Estas são algumas das questões que recebem largamente várias respostas. Se o ressurgimento contemporâneo de Marx tem uma certeza, esta recai sobre uma rejeição da ortodoxia e do dogmatismo que dominaram no passado e profundamente condicionaram a interpretação desse pensador. A tarefa de responder a esta nova situação está atribuída à pesquisa, teórica e prática, de uma geração emergente de ativistas políticos e acadêmicos.

Este livro, com contribuições tanto de autores estabelecidos quanto de jovens pesquisadores, e escrito no Brasil, um dos países do mundo onde a análise de Marx tem sido cada vez mais demandada, representa uma útil contribuição nessa direção. Reconhece-se que, sem Marx, estaríamos todos mais pobres e que qualquer crítica séria e radical ao capitalismo estaria condenada a uma afasia grave.



PARTE I

A TRADIÇÃO MARXISTA:
PESQUISA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Capítulo 1

A atualidade do método de Marx

Oswaldo H. Yamamoto

O tema deste Seminário é a atualidade do pensamento de Marx, articulando pesquisa e transformação social. Nesta sessão de abertura, coube-me discutir a atualidade do pensamento marxiano no que diz respeito ao método. Trata-se de um tema complexo, sobre o qual pretendo fazer apenas alguns apontamentos baseados no acúmulo de conhecimento existente e sem a pretensão de apresentar uma abordagem original sobre a questão.

O pensamento marxiano sempre será um tema polêmico, assim como o “seu método” de investigação: há pouco consenso e uma multiplicidade de interpretações. No âmbito acadêmico, cria-se muitas vezes a expectativa entre os estudantes que buscam inspiração na letra marxiana, de que o “método de Marx” lhes seja apresentado de forma clara, esquemática, como um conjunto de regras sobre procedimentos de pesquisa, à semelhança de outras abordagens correntes na academia. Mas isso não é possível, pois Marx não só não nos legou “um método” com tais características como isso seria uma impossibilidade a partir de uma leitura da obra marxiana com a qual operamos.

Portanto, necessitamos iniciar essa discussão acerca do método fazendo algumas distinções preliminares – e básicas.

O sentido da obra marxiana e o “marxismo”

Início tratando do sentido da obra marxiana – aquilo que é da estrita lavra de Marx –, distinguindo-a do que se convencionou denominar de “marxismo” ou, talvez numa nomenclatura mais precisa, da “tradição marxista” – um bloco complexo e diferenciado, comportando vertentes convergentes e conflitantes. De acordo com José Paulo Netto¹, é possível tomá-la em três diferentes perspectivas.

A primeira entende a obra marxiana como uma nova concepção de mundo. Tal concepção se desdobraria em uma ciência geral do ser – que veio a ser conhecida como “materialismo dialético” – e uma aplicação ao estudo da sociedade – denominada de “materialismo histórico”. Em outras palavras, Marx teria fundado uma nova “filosofia geral”, um sistema de saber capaz de dar conta da explicação do ser em todas as suas modalidades e manifestações.

Essa concepção, inspirada em Engels e desenvolvida pelos teóricos da II Internacional, ganha expressão na III Internacional e, durante o período stalinista, na forma do chamado marxismo-leninismo, o “marxismo oficial”, adquire estatuto de uma escolástica. O pensamento marxiano é engessado e transformado em um conjunto de regras formais, que não mais buscam a compreensão do real, mas a apologia de uma determinada forma de poder instaurada pelo stalinismo.

A segunda interpretação é oposta da primeira, projetando em Marx a ideia da especialização das Ciências Sociais. Marx transforma-se, nessa matriz, em uma espécie de enciclopedista,

1 Acompanho as indicações de José Paulo Netto (nesta análise sobre o sentido da obra marxiana e os seus desdobramentos) contidas em diversas fontes, dentre as quais aponto, pela facilidade de acesso, a *Introdução ao estudo do método de Marx* (NETTO, 2011). Deixo registrado o meu débito, ao mesmo tempo que o isento da responsabilidade por eventuais distorções e divergências na interpretação de seus escritos que porventura este texto possa conter.

cada qual buscando em sua obra os contributos para a sua especialidade e negando a unidade de sua obra.

Essa perspectiva acaba trazendo, como consequência, a possibilidade de conceber as especialidades como recortes legítimos dos objetos reais. Ou, de acordo com Lukács (HOLZ *et al.*, 1969), sanciona um entendimento corrente (e equivocado) de que alcançar a cidadania acadêmica indicaria tratar o seu objeto de uma esfera autônoma do ser.

Eu me referi ao fato de essa matriz ser oposta à primeira mas, ao mesmo tempo, é análoga e complementar pois, de forma equivalente à interpretação do “marxismo oficial” – embora fragmentada em suas diversas especialidades resultando em uma concepção fatorialista do social –, a obra marxiana possibilitaria a interpretação do real em todas as suas expressões.

Mas é possível pensar em uma terceira interpretação, aquela que parte das próprias formulações marxianas, buscando apanhar a sua estrutura interna. Partimos, pois, da afirmação contida n’*A Ideologia Alemã* de que ele (e Engels) (MARX; ENGELS, 1845-1846/2007) reconhecem uma ciência, a ciência da história, que, por sua vez, seria subdividida na história da natureza e na história dos homens (reciprocamente condicionados). Marx (e Engels) afirmam seu foco de interesse, naquela obra, na história dos homens. E o fazem a partir da compreensão do social como uma unidade teórica articulada – a partir da perspectiva da totalidade. Articulado com essa obra de 1845-46, encontramos as *Teses sobre Feuerbach*², com a conhecida undécima tese na qual Marx propõe que a filosofia não deve se restringir a interpretar o mundo, mas também transformá-lo.

Ainda seguindo José Paulo Netto (2011), essa nova inteligibilidade do social posta por Marx seria caracterizada por três recusas: (a) a recusa à compreensão de objetos teóricos

2 Além da transcrição das Teses, há uma importante análise delas em Labica (1990).

desvinculados da perspectiva da totalidade (retomamos, aqui, aquela ideia expressa anteriormente na minha referência a Lukács); (b) a recusa a desbordar as suas análises para além da compreensão do social (Marx); e (c) a recusa de qualquer forma de conhecimento especulativo (ideologia).

Essas características nos conduzem a pensar a obra marxiana estritamente como uma *teoria social*, cujas formulações são rigorosamente históricas (mantêm estrita conexão com o real e estão fundamentalmente vinculadas à compreensão da realidade social por ele estudada, qual seja, a sociedade burguesa), um tratamento concreto de um objeto concreto (ou seja, não é possível conceber em Marx o estabelecimento de um paradigma epistemológico que desborde o seu estudo sobre a sociedade burguesa).

Em outros termos, estamos nos referindo à compreensão da obra marxiana como uma ontologia de um ser social específico, a sociedade burguesa. Portanto, ao longo de sua trajetória – intelectual e de vida – Marx estará construindo, nos termos dessa compreensão que estamos analisando – uma *teoria social histórico-ontológica*.

Seguindo nosso raciocínio, podemos entender que a teoria social marxiana está fundada em três pilares: o *método dialético* – ou seja, o entendimento de que o ser social é processualidade, é autoestruturado e dinamizado pelos vetores críticos de suas contradições internas; a *teoria do valor-trabalho* (resultado de suas investigações, de sua análise do real); e pela *perspectiva da revolução*. É importante destacar que se trata de uma possibilidade – e não uma determinação, uma inevitabilidade inscrita no curso do desenvolvimento da ordem burguesa. É sempre oportuna a lembrança da disjuntiva marxiana-engelsiana, “socialismo ou barbárie”³. Esses três elementos são indissociáveis da obra mar-

3 Essa disjuntiva, clássica no campo marxista, é tema de uma obra de Rosa Luxemburgo (1916/2009), escrita em 1916 a propósito da crise da social-democracia alemã. No texto, Luxemburgo relembra um dito de Engels sobre o dilema da sociedade burguesa, de avançar para o socialismo ou recair na barbárie.

xiana; retirar alguma delas significa negar o cerne da sua teoria social.

Em suma, essa terceira interpretação concebe a obra marxiana como uma ampla reflexão sobre o capitalismo, sua gênese, seu desenvolvimento e sua crise.

Uma vez posto o nosso entendimento do que seja a obra marxiana, passamos para o segundo ponto, referente ao método.

Para uma abordagem do “método de Marx”

Retomemos dois pontos aos quais nos referimos anteriormente: (a) o entendimento de que Marx, diferentemente de outros teóricos que são referências no campo das chamadas Ciências Humanas e Sociais, não formulou uma epistemologia; e (b) a compreensão de que a obra marxiana é uma ampla reflexão sobre o modo de produção capitalista.

O primeiro deles demanda um detalhamento. Teóricos, como Durkheim (2007), apenas para citar um exemplo, propuseram, ao seu tempo, um conjunto de procedimentos que deveriam ser seguidos na produção do conhecimento sociológico (as conhecidas *Regras do Método Sociológico*). Essa maneira de produzir conhecimento é não somente corriqueira, mas hegemônica no mundo acadêmico na atualidade. Nessa perspectiva, o método (entendido como a estratégia empregada pelo pesquisador para buscar respostas para as questões de pesquisa que ele formula) é anterior ao objeto. Em outras palavras, desenvolve-se o método que seria “aplicável” a qualquer objeto do conhecimento, operando-se, pois, uma dissociação entre teoria e método.

Quando afirmamos que a orientação marxiana não é epistemológica – mas ontológica – não estamos dizendo que Marx não tenha desenvolvido ou utilizado estratégias específicas de investigação para o estudo do seu objeto, nem que não haja em seus escritos reflexões sobre o processo de construção de conhecimento. Há, mas sempre vinculado a um processo concreto de

conhecimento do objeto. Nesse sentido, é mais adequado que nos refiramos ao modo de operar de Marx como uma *orientação teórico-metodológica*.

O que é teoria para Marx? Diferentemente de outras perspectivas para as quais teoria seria ou simplesmente uma “sistematização de dados” ou a “construção de consensos discursivos” é a *reprodução ideal do movimento real do objeto*. “Ideal”, entenda-se, reprodução no plano do pensamento, do movimento real do objeto, partindo-se da premissa da existência do real externa à consciência dos homens. Penso que todos se recordam da afirmação marxiana contida no livro *Para a crítica da Economia Política*: “O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1859/1978, p. 130).

Levando-se em conta as observações que fizemos até este momento, podemos nos colocar a questão que possivelmente aflige todos aqueles que buscam inspiração na obra marxiana para as suas investigações, acadêmicas ou não: o que é, finalmente, o método para Marx?

Considerando as ressalvas, entendemos que é possível discutir a forma de operação de Marx na condução dos seus estudos. Isso *não* sancionará qualquer investigação inspirada nesses procedimentos, mas certamente poderemos evitar muitos dos descaminhos de autores que afirmam a fidelidade ao “método” de Marx. E, seguramente, há importantes aportes marxianos para esse tema.

Uma vez que Marx não se deteve na proposição de uma epistemologia, também não encontraremos em seus escritos um tratamento exaustivo da questão do método ou, reiteramos, conjuntos de regras para a condução de pesquisas sociais. Entretanto, há, em algumas passagens da sua extensa obra, indicações sobre o tema, como por exemplo, n’*A ideologia alemã*, capítulo I (MARX;

ENGELS, 1845-1846/2007), de 1845-46; em um texto de 1847, *A Miséria da Filosofia*, capítulo II (MARX, 1847/1985); no “Posfácio” (e também no “Prefácio”) da segunda edição alemã d’*O Capital*, de 1873 (MARX, 1867/1980a); e uma passagem na terceira parte da *Introdução* escrita no contexto dos *Grundrisse* (MARX, 1857-1858/1986) e incluída em uma obra de 1859, *Para a crítica da Economia Política*, um texto intitulado *O método da economia política* (MARX, 1859/1978). E, sempre é importante assinalar, mais rico do que esses pequenos excertos figura, certamente, a condução teórico-metodológica d’*O Capital*. Conforme Lenin, Marx não nos entregou uma lógica, mas a lógica do Capital⁴.

Retomemos alguns dos apontamentos sobre a obra marxiana para essa tarefa de abordar elementos do “seu método”.

Um primeiro ponto a retomar é que as formulações marxianas são *rigorosamente históricas*, isto é, que mantêm estrita conexão com o real, um tratamento concreto de um objeto concreto. Portanto, uma primeira característica do *modus operandi* marxiano é sua *fidelidade ao objeto investigado* (prioridade ontológica do objeto).

Como fazer isso? Buscando reproduzir com a máxima fidelidade o movimento real do objeto. Observem que estamos falando de *reprodução* (ideal, no nível do pensamento) do movimento real e não *produção* do real, como advogam determinadas tendências correntes na academia. Insisto nesse ponto, fundamental, por mais absurdo que possa parecer, sobre a existência real do objeto externa à consciência, em face desse pensamento relativista (e irracionalista) atual⁵.

4 A citação está contida em uma observação de Lenin sobre o plano da dialética de Hegel (Lógica), escrita em 1915, integrando o volume 38 das Obras Escolhidas (em inglês) da editora Progresso, de Moscou (LENIN, 1930/2003).

5 A máxima fidelidade ao objeto não significa, ao contrário do que se possa deduzir, uma passividade do sujeito, mas, igualmente, uma máxima atividade do sujeito que está investigando.

Como Marx operava na condução de suas investigações? O processo de investigação em Marx, o *ponto de partida*, é o empírico, a *expressão empírica do real*. Mas é apenas o ponto de partida: o empírico, ao mesmo tempo que revela, oculta. O movimento do real não pode ser apreendido, pois, apenas em sua exterioridade.

Portanto, para apreender o movimento do real, Marx necessitava *ultrapassar a sua aparência fenomênica*, o nível da empiria. Ou seja, o processo de conhecimento em Marx se inicia com a *negação da aparência*.

Mas a aparência, dizíamos, é uma instância constitutiva do real. É uma expressão (empírica) dos *processos que ela oculta*. A tarefa do pesquisador, conforme o modo de operação de Marx, era *identificar esse processo ou esses processos*. Ou seja, para além da empiria existem processos conectados, articulados, entrelaçados.

Para Marx, era possível identificar esses processos, romper o reflexo da aparência imediata dos fenômenos, o que Karel Kosík (1985) denominou de mundo da pseudoconcreticidade, pela *abstração*.

A abstração permite ao investigador ultrapassar a imediatez, *elevando-se do abstrato* (a aparência fenomênica) *ao concreto* (a sua essência, ou seja, a estrutura e a dinâmica do objeto). Marx já dizia que se houvesse uma correspondência imediata entre a aparência e a essência toda ciência seria supérflua (MARX, 1894/1983).

Esses processos dos quais a empiria é uma expressão são as *determinações*. As determinações são reais, é importante ressaltar, são formas de existência do ser. E, tanto mais rica a investigação no sentido marxiano quanto mais saturada de determinações.

Essas determinações são capturadas no processo de investigação na forma de *categorias*. As categorias ontológicas têm

existência real, não são determinadas *a priori* pelo investigador; elas são apreendidas no processo de investigação do real⁶.

Essa operação, de buscar as determinações do ser e suas relações, é a busca de *mediações*. Portanto, superar a imediatividade significa encontrar as mediações que estão contidas no processo do ser. Esse processo de reconstrução do ser no pensamento por meio da abstração, repetindo, nos leva às determinações reais, ao *caráter concreto do objeto*.

O método, o processo de construção do conhecimento, consiste em elevar-se do abstrato ao concreto – “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 1859/1978, p. 116), a maneira para se apropriar do concreto, reproduzindo-o como concreto pensado. Nos termos de Marx, depois de alcançar as determinações mais simples, é necessário fazer “a viagem de modo inverso”, a “viagem de volta”, meio pelo qual aquele ponto de partida não é mais o aparente, mas uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX, 1859/1978, p. 116).

Esse é o “método cientificamente correto” para Marx, o método entendido como a relação que permite a apreensão das determinações constitutivas da dinâmica do objeto.

É importante assinalar que a *realidade*, para Marx, é *processualidade*, é *movimento*. Enquanto tal, o real comporta não apenas efetividades, mas também possibilidades. A possibilidade pode ou não se efetivar, mas ela também é constituinte do real. E a *estrutura da realidade* é a *totalidade concreta*, um *complexo de totalidades*.

Ser fiel ao objeto, dizíamos, implicaria igualmente uma máxima atividade do sujeito; conhecer a realidade – partindo dos apontamentos de Marx – significa apanhar o movimento do real,

6 É importante destacar a diferença entre categorias no sentido marxiano e no modo usual de fazer pesquisa, entendido como uma estratégia de organização das informações segundo um critério definido pelo pesquisador.

entendendo que a realidade é complexa e em movimento, maior do que a nossa capacidade de compreensão (além dos limites do pesquisador).

Marx, a academia e a atualidade do método

Retomo, agora, o que mencionei anteriormente a respeito do sentido da obra marxiana, uma ontologia de um ser social específico, a sociedade burguesa, uma ampla reflexão sobre a sua gênese, seu desenvolvimento e sua crise. É a esse projeto que Marx começa a se dedicar na primeira metade da década de 1840, tem a estrutura definida em 1857-58, e que vai ocupar toda a sua vida. Marx não se dedica apenas à compreensão rigorosa da sociedade burguesa; fiel à décima-primeira tese sobre Feuerbach, o seu trabalho de pesquisa e a sua vida estão intrinsecamente ligados – e dedicados à revolução socialista.

Marx nunca foi, portanto, um acadêmico, embora tenha iniciado a sua trajetória “profissional”, de vida, almejando uma vaga de professor na Universidade de Bonn. É atendendo a um aceno de Bruno Bauer, jovem hegeliano, então docente daquela instituição, que Marx apressa a conclusão de sua tese doutoral, *Diferença da Filosofia da Natureza de Demócrito e de Epicuro* (MARX, 1841/1982), na Universidade de Iena. O contexto político prussiano, com a entronização do Rei Frederico Guilherme IV e a reversão de expectativas políticas forçam Marx a abandonar as ilusões acadêmicas no sentido que entendemos hoje e se dedicar, profissionalmente, ao periodismo (jornalismo).

Mas, tendo por suposto o entendimento já referido de que a sua obra focaliza a sociedade burguesa a partir de uma perspectiva ontológica, não comportando uma epistemologia, um instrumental que permitisse o estudo de qualquer fenômeno a partir de um conjunto de regras pré-estabelecidas, considerando o tema desse seminário, é necessário indagar sobre a atualidade do modo marxiano de proceder ao produzir conhecimento, os eventuais

desdobramentos para os trabalhos de pesquisa e a sua relação com a academia, hoje.

A primeira é, tendo em vista o projeto marxiano, forçoso concluir que a sua obra é tanto inacabada (em vida), quanto inacabável⁷ (até a sua ultrapassagem). E Marx, nunca é demais lembrar, é um pensador do século XIX, carregando todas as consequências do fato de ter vivido em um determinado momento histórico.

Pensar na obra de Marx, à moda de algumas interpretações às quais nos aludimos no início desta fala, como fornecendo respostas para todas as questões postas pelo capitalismo hoje, entendemos, é um equívoco. É certo que diversos desdobramentos bastante distantes do horizonte imediato de Marx foram des-cortinados em sua obra – o que se chama hoje de “globalização”, sem o risco de cair em qualquer sorte de anacronismo – é um exemplo mais do que claro.

Uma tarefa que o campo marxista abandonou (com raras exceções, como é o caso, por exemplo, de Mandel) desde virtualmente a Revolução Russa é exatamente compreender as mudanças do capitalismo. Certamente é a isso que Lukács se referia quando afirmava, enquanto escrevia a *Ontologia do Ser Social*, “que gostaria de retomar o projeto de Marx e escrever O Capital dos nossos dias” (ANTUNES, 2002, p. 15). E – sempre importante lembrar – ainda com Lukács (de outros tempos, da *História e Consciência de Classe*, 1923/1974), a partir da perspectiva ortodoxa em relação ao método, ou seja, prosseguir nas investigações, desenvolvendo, aperfeiçoando, aprofundando “no sentido dos seus fundadores” (LUKÁCS, 1923/1974, p. 15).

Portanto, rigorosamente dentro da perspectiva a partir da qual estamos propondo a leitura da obra marxiana, o trabalho de pesquisa não somente é atual quanto imprescindível – no sentido

7 Essa afirmação de José Paulo Netto é uma referência a uma análise de Maximilien Rubel, que afirma que *O Capital* se apresenta como uma teoria inacabável da transição (RUBEL, 1985).

dos seus fundadores. E, fiel à sua maneira de operar, que tem como um pressuposto que as suas formulações são rigorosamente históricas, todas as suas formulações devem ser passíveis de verificação, de atualização.

Isso nos deixa uma questão que, para o âmbito acadêmico – no qual estamos imersos – é inescapável: mesmo considerando o fato de que a obra marxiana não é e nunca poderia ser entendida como uma epistemologia, é possível pensar em sua obra inspirando os trabalhos propriamente acadêmicos?

Para isso, é preciso – novamente! – retomar as interpretações da obra marxiana, isto é, afastar tanto uma postura “epistemologista” quanto a de que a sua obra fundaria uma nova concepção de mundo, uma ciência geral do ser independente de sua natureza. Nesse sentido, penso que nem tudo (ou talvez, pouco) sobre o que, eventualmente, um acadêmico possa se interessar no seu cotidiano de pesquisa seja passível de receber aportes da teoria social marxiana. Não é raro (ou, pelo menos, não era raro quando o “marxismo” estava em moda na academia) que teses acadêmicas sejam iniciadas enunciando sua afiliação “ao método marxista” ou “ao método dialético”, transcreva trechos do *Método da Econômica Política* ao qual nos referimos, e o trabalho siga sem que se perceba qualquer inspiração marxiana do seu desenvolvimento.

Observem que, aqui, não estou me referindo a uma divertida polêmica na academia a respeito de “métodos quantitativos” versus “método qualitativos”. Alguns desses trabalhos acadêmicos podem associar os chamados “métodos quantitativos” a uma abordagem positivista e, imediatamente, vincular os “métodos qualitativos” a abordagens não positivistas ou antipositivistas, a “marxista” aí incluída... Associar recursos de pesquisa com os métodos consagrados na academia já é um equívoco. Se pensarmos na estratégia de construção de conhecimento com o qual operava Marx, nenhum recurso é, *a priori*, aceito ou rejeitado. Um exemplo disso é a famosa enquête operária, realizada por

Marx para publicação na *Revue Socialiste* em 1880, que utilizava um questionário muito próximo ao que utilizamos hoje⁸ (MARX, 1980b).

Ao lado de estudos realizados no âmbito da academia (ou fora dela) diretamente sintonizados com o projeto marxiano, é inegável que os contributos da teoria social marxiana representam inspiração para muitos pesquisadores no âmbito acadêmico, sejam eles alinhados, ou não, à tradição marxista.

Embora a teoria social marxiana possa ser fonte de inspiração, não estamos falando daqueles estudos aos quais se referiu Lukács, ou seja, da ortodoxia em relação ao método prosseguindo investigações no sentido propriamente marxiano.

E, é importante deixar assinalado, esses estudos, sobretudo realizados por pesquisadores que se alinham às teses marxianas, são revestidos de importância no mundo acadêmico. A academia não é mundo isolado, é, igualmente, espaço de contradições, de lutas de classes – com as suas particularidades. Afinal, ela é um dos complexos constitutivos da sociedade, ou, nos termos marxianos, uma totalidade, de menor complexidade que a sociedade.

Se não fosse assim, não seria possível entender o combate aos intelectuais (marxistas ou não) nos momentos em que se agudiza a luta de classes. O Brasil – e a América Latina – passaram por essa experiência de uma maneira muito vívida na segunda metade do século passado. A academia foi um importante espaço de resistência no período autocrático-burguês no Brasil e alvo de intervenção direta, no âmbito legal e na repressão direta. E, posteriormente à *débâcle* do *sorex*, o socialismo real, a intolerância com relação ao pensamento inspirado em Marx no âmbito da academia é, igualmente, um testemunho dessa luta. Cotidianamente, enfrentamos, hoje, as tendências de pensamento irracionalistas, ao lado do pensamento conservador, no âmbito acadêmico.

8 Composta por 100 questões, ou 101, se incluirmos as “Observações gerais”.

Um outro aspecto não menos importante à incidência do pensamento marxiano e da tradição marxista na academia diz respeito ao seu papel formador. Já assinalamos a importância da atividade do pesquisador na tarefa de produção do conhecimento. Relembremos Marx de 1844. Marx afirmava, nos *Manuscritos de Paris* (MARX, 1844/2004), que o homem é, necessariamente, atividade. Por meio dela, produz objetivações – e a subjetividade é apropriação do conjunto de objetivações da sociedade. A “riqueza” do homem, aqui, do pesquisador, está relacionada à riqueza de suas apropriações das objetivações postas pelo homem no curso da história. Portanto, a sua capacidade de produzir conhecimento relevante – entendido como o processo de ultrapassagem do mundo da pseudoconcreticidade para apanhar as determinações do real – conecta-se com esse processo de apropriação das objetivações postas pela sociedade⁹. E, para isso, a academia pode ter uma papel importante.

Dito isso, é importante deixar absolutamente assinalado que se os trabalhos acadêmicos inspirados nas teses marxianas não são destituídos de sentido, se a academia é também um espaço de confronto de ideias, as questões fundamentais estão longe de serem resolvidas aqui. Há uma distância entre ser apenas um acadêmico inspirado em Marx e na tradição marxista e ser um intelectual orgânico do proletariado nos termos gramscianos. Como a vida de Marx testemunha, o espaço principal de lutas encontra-se nas lutas cotidianas dos trabalhadores.

Finalmente, a questão que paira sobre esse seminário, a atualidade da obra marxiana. Seguramente, teremos, ao longo deste seminário, diversas oportunidades para discutir essa questão em detalhes. Mas, para encerrar esta fala, não poderia deixar de mencionar a questão.

9 Não me parece diverso o entendimento de Gramsci (ao se referir à criação cultural) acerca da necessidade de difundir verdades já descobertas, socializá-las, transformando “em base de ações vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral” (1999, p. 96).

A crise do socialismo real encerra uma possibilidade de transição socialista. Ela foi inscrita dentro de um contexto histórico específico, o final da primeira guerra imperialista e seus acordos, os descaminhos das revoluções europeias das primeiras décadas do século XX, em especial, a alemã, as condições nas quais é construída a tentativa socialista na Rússia, a conjugação de vetores que leva à vitória da facção stalinista, dentre outros pontos que poderíamos destacar. Mas, conforme lembra muito bem István Mészáros (2002), tratou-se de uma experiência pós-capitalista inscrita ainda dentro da ordem do Capital. E fracassou, como fracassaram outras experiências do século XX, o *Welfare State* como um exemplo mais contundente da resposta burguesa ao socialismo real (NETTO, 1993).

Não é necessário, portanto, ser um arguto investigador para observar que estamos longe de ver um triunfo do capitalismo, algo como alguns conservadores mais afoitos denominaram de “fim da história”¹⁰. Basta abrir os jornais (ou consultar a *internet*) para que nos defrontemos com a situação de miséria que grassa no nosso planeta. Enquanto isso permanecer, a atualidade da obra marxiana será incontestável.

Entre acertos e desacertos, o fundamental é que o núcleo heurístico da obra marxiana permanece indiscutível. Aquele entendimento da obra marxiana – a de uma ampla reflexão sobre o mundo burguês, sua constituição, seu desenvolvimento e sua crise, e a ultrapassagem revolucionária – é mais do que atual. Se as formulações marxianas a respeito do capitalismo do seu tempo são insuficientes para entender o capitalismo contemporâneo, ignorá-las significa abdicar da possibilidade da compreensão – e

10 Um exemplo (relativamente) recente é Francis Fukuyama, pensador conservador norte-americano, que escreveu um artigo (*O fim da história*), transformado posteriormente em um livro (*O fim da história e o último homem*, lançado no Brasil pela Editora Rocco, em 1992) proclamando a “vitória final do capitalismo”. Para uma crítica da tese do fim da história, incluindo esse episódio, ver Anderson (1992).

da transformação do real. Como é, mais do que nunca, atual, a perspectiva anunciada, “socialismo ou barbárie”.

Referências

- ANDERSON, P. *O Fim da História: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- ANTUNES, R. Apresentação. In: MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 15-20.
- DURKHEIM, E. *As regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere* (Vol. 1 – Introdução ao estudo da Filosofia/A Filosofia de Benedetto Croce). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- HOLZ, H. H.; KOFLER, L.; ABENDROTH, W. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- KOSÍK, K. *Dialética do concreto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LABICA, G. *As “Teses sobre Feuerbach” de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- LENIN, V. I. *Plan of Hegel's Dialectics (Logic)*, 2003 (Texto original publicado em 1930). Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1915/misc/x01.htm>>.
- LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. Porto: Escorpião, 1974. (Texto original publicado em 1923)

- LUXEMBURGO, R. *A crise da social-democracia (Folheto Junius)*, 2009 (Texto original publicado em 1916). Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1915/junius/cap01.htm>>.
- MARX, C. Tesis doctoral – Diferencia entre la filosofía democriteana y epicúrea de la naturaleza, en general. In *Escritos de juventud*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. p. 15-70 (Texto original publicado em 1841)
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. (Texto original escrito em 1846)
- MARX, K. Para a crítica da economia política. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 101-257. (Texto original publicado em 1859)
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a. (Texto original publicado em 1867)
- MARX, K. O Questionário de 1880. In: THIOLLET, M. (Org.). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1980b. p. 249-256.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro 3). São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Texto original publicado em 1894)
- MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985. (Texto original publicado em 1847)
- MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*. México: Siglo Veintiuno, 1986. (Texto original escrito em 1858)
- MARX, K. *Manuscritos económico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. (Texto original escrito em 1844)

MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RUBEL, M. Avant-propos au numéro “Marx au lendemain d’un centenaire (I). Critique de la politique et de l’économie politique” (Quel bilan?). *Revue Économies et Sociétés*, v. 23-24, p. 3-4, 1985. Disponível em: <http://www.collectif-sbghn-olny.org/article.php3?id_article=1641>.

Capítulo 2

Lukács: trabalho e ser social

Ivo Tonet

O sentido e a importância do empreendimento

É conhecida a trajetória de G. Lukács em direção à elaboração da interpretação do pensamento marxiano como ontologia do ser social. Sabe-se que essa trajetória foi complexa e só encontrou a sua plena expressão quando, buscando elaborar uma ética de caráter marxista, se deu conta de que seria necessária uma introdução que pudesse situar essa dimensão da atividade humana no conjunto da realidade social. Ao elaborar essa introdução, porém, Lukács se deu conta, de novo, de que ela não poderia se configurar como uma simples peça introdutória, mas deveria se transformar em uma obra autônoma, de largo fôlego. Essa seria, então, a sua obra máxima, a *Ontologia do Ser Social* (LUKÁCS, 1981).

Teoricamente, essa obra se faria necessária porque, para responder à pergunta sobre o que é a dimensão artística seria preciso responder antes, à questão: “o que é o ser social?”, uma vez que aquela se constitui apenas uma parte deste.

Praticamente, essa obra se situava na tarefa maior de resgate do caráter radicalmente crítico e revolucionário do pensamento de Marx. Como se sabe, para Marx, a transformação da natureza para criar os bens materiais necessários à existência humana é a dimensão que funda a vida social. Essa convicção, que está presente tanto nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*

(MARX, 1844/2004) quanto em *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 1846/2009), em *O Capital* (MARX, 1867/1975) e em outros escritos, ficou clara para Marx, em 1844, como ele mesmo confirma no Prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859 (MARX, 1859/2008).

Contudo, nos embates entre capital e trabalho ao longo da segunda metade do século XIX e também ao longo do século XX, essa clara convicção do trabalho como categoria fundante do mundo social, com todos os seus desdobramentos, foi se perdendo, deslocando-se para a dimensão da luta de classes, tendo como epicentro o Estado. Como consequência, foi se perdendo, também, o caráter radicalmente crítico e radicalmente revolucionário do pensamento de Marx. A interpretação dominante, que começou com a social-democracia alemã e terminou no stalinismo, era uma mescla de idealismo e positivismo. As tentativas de resgatar o caráter crítico do pensamento de Marx não passaram, em sua maioria, de críticas a aspectos diversos do capitalismo sem, porém, articular uma crítica da sua totalidade que, partindo da sua matriz fundante, desembocasse na necessidade e na possibilidade da revolução.

Desse modo, a empreitada lukacsiana tinha como objetivo tanto combater as diversas concepções burguesas, como o empobrecimento a que tinha sido submetido o pensamento de Marx. Nesse sentido, a descoberta, em 1932, junto com Riazanov, das obras de juventude de Marx, especialmente os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, foi fundamental para o início da caminhada de Lukács em direção ao entendimento do pensamento de Marx como uma ontologia do ser social.

Trabalho e ser social

Vale notar, antes de mais nada, que a análise lukacsiana se baseia, a nosso ver, inteiramente no pensamento de Marx. Lukács cita, expressamente, aquela passagem de *O Capital* em que Marx

se refere ao trabalho humano, no sentido mais genérico possível, como um intercâmbio do homem com a natureza através do qual são produzidos os bens materiais necessários à existência humana. E que este ato tanto transforma a natureza, adequando-a ao atendimento das necessidades humanas, quanto transforma os próprios seres humanos. Ainda segundo Marx, a natureza mais íntima do trabalho se expressa no fato de ele ser uma síntese de prévia-ideação e realidade natural. Esta síntese se realiza pela mediação da prática social. É com isto que nasce este novo tipo de ser, que é o ser social. E é por isso que o trabalho, neste sentido de produtor de valores de uso, será uma necessidade eterna da humanidade.

O que Lukács fará será retomar esses elementos fundamentais elaborados por Marx, ampliá-los e aprofundá-los. Mas será, como ele mesmo afirmou explicitamente, sempre na trilha aberta pelo próprio Marx.

Um alerta metodológico inicial é feito pelo autor. Adverte ele que o trabalho nunca é um ato isolado. Ele sempre se realiza no interior de uma dada totalidade social. Para poder, no entanto, identificar os elementos que caracterizam essencialmente essa categoria, faz-se necessário separá-la da totalidade social e analisá-la como se fosse algo isolado. Somente em seguida será possível recolocar essa categoria no interior da totalidade social e apreender as suas conexões com as outras categorias.

Lukács começa afirmando que só podemos compreender a natureza específica do ser social se apreendermos sua necessária vinculação com o ser natural (inorgânico e orgânico). Entre um e outro, porém, interpõe-se uma mudança essencial, que Lukács chama de salto ontológico. Ontológico no sentido de que se trata de uma mudança qualitativa, essencial, que, sem perder a sua vinculação com o ser natural, dá origem a um tipo de ser radicalmente novo. E essa diferença radical explicita-se no fato de que a reprodução desse novo tipo de ser, ao contrário do ser natural, que ou apenas se transforma em algo diferente (ser inorgânico)

ou em algo que repete sempre o mesmo (ser orgânico), se dá pela produção constante do novo.

Trata-se, então, para o autor, de analisar este salto ontológico, identificando o ato que permite essa essencial transformação e quais são os elementos essenciais que o constituem e lhe conferem a possibilidade de dar origem a esse novo tipo de ser. Na esteira de Marx, e também de Engels, pois, embora com algumas observações críticas, Lukács cita o texto de Engels sobre a importância do trabalho na transformação do macaco em homem, o autor identifica o trabalho como a categoria fundante do ser social.

Retomando, então, os elementos postos por Marx, Lukács afirma que o trabalho é uma síntese de teleologia e causalidade. Embora os termos utilizados por Lukács sejam diferentes daqueles de Marx, por motivos que não vêm ao caso aqui, não parece haver dúvida de que o sentido é idêntico. Trata-se, então, para o autor, de esclarecer o que significam tanto a teleologia como a causalidade e como elas se articulam para dar origem a um novo tipo de ser.

Teleologia é um ato da consciência; é o estabelecimento de fins a serem alcançados. Mas, não só. Teleologia também implica a busca dos meios para o alcance dos fins propostos. Veremos logo o porquê disto.

Já a causalidade é, segundo o autor, a realidade natural. Lukács assim a denomina para enfatizar o fato de que esta é regida por leis de caráter puramente causal, vale dizer, sem nenhuma finalidade consciente.

Contrariamente à maioria dos outros pensadores, especialmente Aristóteles, Hegel e Kant, Lukács afirmará que não existe nenhuma teleologia na natureza. E que nem sequer a história humana, no seu conjunto, é teleologicamente orientada. A existência de teleologia na natureza ou na história suporia um ser que estabelecesse previamente os fins a serem atingidos. Ora, isso não existe nem na natureza e nem na história em geral. O único

lugar onde existe teleologia, segundo o autor, é o ato humano. A própria análise do ato do trabalho demonstra isso, como veremos mais adiante.

Não basta, porém, afirmar que o trabalho é uma síntese de consciência e realidade objetiva natural. É preciso explicar, em primeiro lugar, de onde vem a consciência. Face às explicações tradicionais, todas elas de corte idealista, isto é, da maior importância.

Qual, então, a origem da consciência segundo o autor? Sabe-se que a resposta tradicional supunha que a consciência, não sendo algo material, só poderia provir de fora do universo da matéria, portanto, de algum ser puramente espiritual. A resposta lukacsiana é inteiramente diferente. Segundo ele, a consciência nada mais é do que um desenvolvimento tardio da própria matéria. E ela só se desenvolve, como consciência propriamente humana, nessa inter-relação com a realidade material natural. Aqui já fica clara a prioridade da matéria sobre a consciência. Isso significa que a matéria pode existir sem a consciência, porém esta não pode existir nem subsistir sem a matéria. A ênfase lukacsiana está no fato de que tanto a consciência como a objetividade social se constituem em determinação reflexiva. Esses dois momentos são, portanto, partes inseparáveis de uma mesma unidade.

Estabelecida a origem da consciência, trata-se de compreender como se relacionam estes dois momentos – teleologia e causalidade – e como o ato que resulta dessa relação dá origem ao ser social.

Como já vimos anteriormente, essa relação começa pela posição do fim e pela busca dos meios para realizá-lo. Contudo, essa posição do fim e essa busca dos meios não são algo abstrato. São sempre a resposta a um determinado carecimento em uma determinada situação histórica e social. Ora, carecimento também é próprio dos animais. Qual seria, então, a diferença entre a resposta do animal e a resposta humana? Segundo o autor, a diferença reside no fato de que a resposta animal é biologicamente

determinada. Ela não começa com uma posição consciente de um fim a ser atingido. Ao contrário, a resposta humana transforma o próprio carecimento em pergunta, interrogando-se sobre qual seria o fim e quais os meios adequados à satisfação daquela necessidade. O homem, diz Lukács, é um *ser que responde*.

Por sua vez, essa forma da resposta traz à tona outro elemento fundamental do trabalho. Trata-se da alternativa. Como nem o fim nem os meios estão, por sua natureza, fixados previamente, é preciso fazer escolhas. Que fim e que meios serão adequados à satisfação de determinada necessidade? Essas escolhas, por sua vez, não seriam possíveis sem o conhecimento, o mais adequado possível dos materiais e das possíveis conexões entre eles. A natureza não produz casas. Ela produz os materiais que, conhecidos e articulados corretamente, poderão permitir a construção de casas.

A existência da alternativa, no interior do processo de trabalho, permite a Lukács identificar o fundamento de uma categoria humana da maior importância, a categoria da liberdade. Segundo o autor (1981, p. 112-113):

[...] no momento em que a consciência decide em termos alternativos qual fim ela quer por e de que modo quer transformar em séries causais postas as séries causais existentes, enquanto meios da realização, surge um complexo realmente dinâmico que não tem nenhuma analogia na natureza. [...] A liberdade é aquele ato da consciência através do qual surge, como seu resultado, um novo ser posto por ele.

Certamente, a liberdade assumirá as formas mais diversas tanto dependendo da dimensão da atividade humana na qual ela se efetiva como ao longo do processo histórico. No entanto, independente das suas formas, seu fundamento reside, em última instância na existência da alternativa no interior do trabalho.

Retornando à questão do caráter da consciência, reconhece o autor que o conhecimento tem que ter, necessariamente,

um caráter de reflexo da realidade. Reflexo no sentido de não ser um mero produto da consciência, mas uma tradução de elementos objetivamente existentes. Esse reflexo, contudo, não pode ser, de modo nenhum, passivo. Um reflexo passivo apenas colheria elementos imediatos e superficiais, heterogêneos e desconexos, o que seria imprestável para a realização do objetivo pretendido. O atendimento de determinada necessidade implica, como já dissemos, a apreensão das qualidades e das possíveis conexões dos materiais adequados a esse fim. E isso só poderia ser realizado por operações ativas da consciência.

Por outro lado, essa atividade da consciência também tem que estar em íntima conexão com a efetivação prática, uma vez que só esta poderá comprovar a adequação do que foi capturado pela consciência ao fim pretendido.

Do ponto de vista metodológico, que veremos mais adiante, isso terá enormes consequências, tanto em relação ao conhecimento quanto em relação à prática.

Por sua vez, as respostas a essas perguntas enriquecem, por meio das generalizações, a própria atividade. Na medida que o conhecimento da realidade é fixado na consciência, através de conceitos e juízos, ele pode ser generalizado, isto é, tanto transmitido a outros indivíduos como utilizado em outras circunstâncias. É isso que faz com que o trabalho tenha, em si, a capacidade de produzir sempre algo novo. Pois, ao responder a determinada necessidade e criar algo que ainda não existia, por esse meio cria-se uma nova situação que será, por sua vez, o ponto de partida para a resposta a novas necessidades e, assim, eternamente.

Isso leva a outra constatação importante. Trata-se do caráter ontológico e ativo da consciência. A realização de escolhas não seria possível, segundo o autor, se a consciência fosse, como nos animais, um mero epifenômeno. Nestes, a *consciência* exerce um papel meramente adaptativo, impulsionando diretamente o animal à satisfação da sua necessidade. No ser humano, ao contrário, a intervenção da consciência tem um papel decisivo na

transformação do ser natural em ser social. Sem o por teleológico não haveria a menor possibilidade de transformar a realidade natural em realidade social. Sem a intervenção da consciência não haveria possibilidade de serem realizados todos os procedimentos necessários às escolhas que resultariam na resposta às alternativas postas pela realidade objetiva e que permitiriam satisfazer as carências.

Vale enfatizar, de acordo com o autor, que o por teleológico não se circunscreve a uma atividade inicial. Trata-se, na verdade, de inúmeros atos que se realizam ao longo da execução de uma determinada atividade.

Desse modo, o por teleológico é, segundo o autor, a categoria central do trabalho. Após citar aquela passagem em que Marx faz referência à diferença entre a abelha e o arquiteto (1981, p. 19): “Com isto é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: por seu intermédio se realiza no âmbito do ser material uma posição teleológica dando origem a uma nova objetividade”.

E ainda (1978, p. 4):

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser um epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia “já na representação do trabalhador”, isto é, de modo ideal.

Lukács sabe que esta ênfase no papel da consciência causará espécie e dará margem à acusação de idealismo. Por isso ele se apressa em afirmar (1978, p. 5):

Porém, não se deve esquecer que os complexos problemáticos aqui emergentes (cujo tipo mais alto é o da liberdade e da necessidade) só conseguem adquirir um verdadeiro sentido quando se atribui – e precisamente

no plano ontológico – um papel ativo à consciência. Nos casos em que a consciência não se tornou um poder ontológico efetivo essa oposição jamais pode ter lugar. Em troca, quando a consciência possui objetivamente esse papel, ela não pode deixar de ter um peso na solução de tais oposições.

Ora, os materiais que se encontram na natureza não estão, por si sós, já prontos e adequados para alcançar o fim proposto. Eles são inúmeros e enormemente heterogêneos. Suas qualidades deverão ser conhecidas para poderem ser escolhidas as mais adequadas. Além disso, eles também devem ser articulados entre si de um modo que não seria realizado pela própria natureza. Por isso mesmo, a consciência deve, de algum modo refletir a realidade externa a ela. Mas, esse reflexo deve ser, necessariamente, ativo, sob pena de não contribuir para alcançar o fim desejado.

É nesse processo que se constitui o ser social sob a forma de dois elementos que, mesmo sendo distintos, o integram fazendo dele uma unidade. Trata-se de sua constituição como um complexo de sujeito e objeto. Ao reproduzir ativamente o mundo objetivo, a consciência cria um novo mundo que tem uma forma peculiar, a forma subjetiva. A pedra que está na consciência não é a pedra real, todavia não deixa de ser um reflexo subjetivo da pedra real. A diferença está no fato de que esse reflexo – em forma de ideias, conceitos e juízos – não só não tem as qualidades físicas da realidade objetiva, mas ainda não reproduz a totalidade daquele objeto, mas apenas aquelas qualidades necessárias à obtenção de determinado objetivo. É desse modo que a subjetividade, nos seus mais diversos aspectos – cognitivos, afetivos, valorativos –, se constitui como uma dimensão própria, distinta do objeto, embora sempre, de algum modo, articulada com ele.

Temos, aqui, do ponto de vista metodológico, uma consequência da maior importância. Trata-se da definição do que seja conhecimento científico, ou seja, verdadeiro. A partir da análise da categoria do trabalho é fácil ver que conhecimento verdadeiro

é aquele que cumpre a função de apreender a realidade objetiva como ela de fato é. Há, certamente, outras formas de conhecimento – afetivo, artístico, filosófico –, mas nenhuma delas tem a função que cabe ao conhecimento científico. A obtenção do fim desejado demanda o conhecimento das qualidades efetivas dos materiais a serem transformados e de suas possíveis articulações. Desse modo, conhecimento científico implica, necessariamente, a subordinação da subjetividade à realidade objetiva. Vale dizer, o conhecimento científico deve ser, pela função que ele é chamado a exercer, objetivo.

Essa função do conhecimento científico faz, segundo o autor, com que a ciência deva ter um caráter desantropomorfizador, isto é, deve refletir as coisas como elas de fato são e não segundo as preferências ou os desejos do sujeito. É o que Lukács chama de *intentio recta*, isto é, o direcionamento do conhecimento no sentido de apreender o objeto em sua efetiva realidade.

Como, porém, o conhecimento se realiza sempre no interior da totalidade do processo histórico e social, ele pode receber influências de outras dimensões – concepções de mundo, valores etc. –, que poderão dificultar a apreensão da realidade como ela de fato é. Lukács chama essas influências de *intentio obliqua*.

A análise realizada permite, também, compreender o sentido da afirmação marxiana de que a prática é o critério de verdade da teoria. No ato do trabalho, teoria, isto é, reprodução reflexiva da realidade, e prática, isto é, o processo de efetivação daquilo que foi anteriormente projetado na mente, configuram uma unidade que possibilita, quando corretamente realizada, a realização do fim pretendido. Prática, então, aqui, não é concebida como o mero andamento empírico imediato, mas como o desdobramento da totalidade de um determinado processo em direção ao objetivo pretendido. Nesse sentido, o conhecimento é visto pelo autor como uma mediação para apreensão e transformação do objeto. Há, portanto, uma íntima conexão entre o conhecimento científico e os fins que se pretende atingir. Essa

articulação decidirá se se trata de um conhecimento que visa à manipulação ou a uma verdadeira transformação.

Essa compreensão da articulação entre teoria e prática nos permite também, quando imersos numa sociedade de classes, distinguir claramente entre objetividade e neutralidade científica. Lukács não trata dessa questão ao analisar a categoria do trabalho, mas em outro momento, quando se refere ao momento ideal e à ideologia. Todavia, julgamos importante fazer referência a essa questão neste momento, tendo em vista o seu enorme interesse metodológico na produção do conhecimento científico.

Ser neutro significa não tomar partido, especialmente face às perspectivas postas pelas classes sociais. Ser objetivo significa, como já afirmamos, apreender a realidade como ela é em si mesma. Ora, ser neutro significa supor que as perspectivas postas pelas diferentes classes são apenas diferentes, mas não superiores ou inferiores em termos de possibilidades cognitivas. No caso do mundo moderno, onde se enfrentam as perspectivas da burguesia e do proletariado, fica claro que a perspectiva burguesa tem limitações muito maiores para conhecer a realidade como ela de fato é. Isso se dá pelo fato de a burguesia ser uma classe que, por sua natureza, precisa apresentar um interesse particular como se fosse universal. Por isso mesmo, as possibilidades cognitivas postas pelo proletariado são muito mais elevadas, uma vez que ele representa um interesse verdadeiramente universal.

Contudo, a compreensão da relação entre subjetividade e objetividade não é importante apenas em relação ao processo de conhecimento, mas também no que se refere à prática social. Lukács enfatiza que o por teleológico é sempre um fato histórico e socialmente situado e não algo abstrato. Vale dizer, qualquer por teleológico tem que ter a possibilidade de realizar-se, caso contrário não passa de mera abstração. A realização, de fato, não é necessária, mas o que é necessário é a sua possibilidade. Lukács exemplifica citando o caso da intenção de voar, expressa por Ícaro e Leonardo da Vinci. Em ambos os casos, esse por teleológico não

tinha a menor possibilidade de se realizar, permanecendo, por isso, uma simples intenção.

Essa afirmação lukacsiana é da maior importância para a orientação da prática social. É essa compreensão correta da relação entre subjetividade e objetividade que permite evitar tanto o idealismo quanto o empirismo. O primeiro, ao enfatizar unilateralmente a subjetividade, desconhece ou menospreza o campo de possibilidades posto pela realidade objetiva. Com isso, atribui à ação humana tarefas que ela não pode cumprir. O segundo, ao acentuar, também de modo unilateral, a objetividade, desconhece o poder da subjetividade de, observados certos limites, ir para além do imediatamente dado. Vê-se, assim, bloqueado o caminho para uma alteração substantiva da realidade objetiva.

A identificação dos elementos essenciais que caracterizam o trabalho permite a Lukács, junto com Marx, afirmar que trabalho é, única e exclusivamente, transformação da natureza. Segundo ele, o trabalho é a única categoria que não pressupõe a existência do ser social, mas que se situa como mediador entre o ser natural e o ser social. Todas as outras categorias, mesmo aquelas sem as quais o próprio trabalho não se realizaria – a exemplo da socialidade e da linguagem –, pressupõem o ser social como já existente e sua função é de serem mediadoras das relações entre os próprios indivíduos. Todas essas outras categorias têm como função agir sobre a consciência dos indivíduos para levá-los a realizar outros atos de caráter teleológico. O trabalho, ao contrário, tem a função de agir sobre a natureza visando impor-lhe determinado fim. Trata-se, portanto, de uma ação sobre dois tipos de *matéria*, essencialmente diferentes. A matéria natural, seja ela inteiramente natural ou que já tenha sofrido alguma transformação pela ação humana e a *matéria* subjetiva, a consciência dos indivíduos, que tem como atributo a possibilidade de realizar outros atos de caráter teleológico.

Certamente, não há uma absoluta separação entre o trabalho e as outras atividades. Estas outras podem, também, contribuir

para a transformação da natureza, mas apenas de modo indireto, pois não é essa a sua função essencial.

Lukács adverte que essa afirmação da essencial diferença de função entre o trabalho e as outras dimensões da atividade humana não significa nenhuma afirmação de superioridade ou inferioridade. Não se trata de valoração, mas de constatação ontológica. Significa, apenas, a constatação de que elas exercem funções essencialmente diferentes.

Para evitar mal-entendidos, vale enfatizar que a análise lukacsiana se situa em nível ontológico, isto é, na consideração dos elementos que marcam, de modo essencial, o trabalho, independente de qualquer forma concreta. Isso é importante para que não se confunda essa dimensão com a análise da forma específica que o trabalho assume, de modo especial, na sociedade capitalista. O próprio Marx adverte, em *O Capital*, que aquela análise geral é imprescindível, mas não é suficiente para compreender o trabalho na sociedade capitalista. Neste caso, o foco do problema é a forma específica que o trabalho adquire ao produzir a riqueza sob esta nova forma que se chama capital. Daí porque o eixo é o valor-de-troca e não o valor de uso. Este último é subordinado ao primeiro. Nesse sentido, de produtor de valores-de-troca, a noção de trabalho gira ao redor da problemática da produção ou não de mais-valia e de capital. Daí porque são chamadas de trabalho atividades que nada têm a ver com a transformação da natureza, como o professor de escola privada ou a dançarina de cabaré, para usar os exemplos de Marx.

Tendo realizado a análise interna da categoria do trabalho, ao autor pode, então, reconduzi-la ao conjunto da realidade social. Pode, então, Lukács, constatar que, nesse nível máximo de generalidade, o trabalho é o modelo de todas as outras atividades sociais. Nesse sentido, diz ele (1981, p. 14): “No trabalho estão presentes *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do que é novo no ser social. Assim, o

trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social [...]”.

Independente da função que cada uma das outras dimensões da atividade social deva exercer na reprodução do ser social, todas elas têm a mesma estrutura que caracteriza o trabalho. Todas elas implicam o estabelecimento antecipado do fim a ser alcançado, a busca de meios e uma ação sobre determinada realidade objetiva. Nesse nível de generalidade, não importa o fato de que essa realidade objetiva seja a natureza ou a consciência humana. Isso fará uma enorme diferença no momento da análise concreta, mas não neste momento.

Referências

- LUKÁCS, G. *Ontologia dell'Essere Sociale*. Roma: Riuniti, 1981.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. (Texto original publicado em 1867).
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. (Texto original publicado em 1844).
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (Texto original publicado em 1859).
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. (Texto original publicado em 1846).

Capítulo 3

Pesquisa na Tradição Marxista: método e sua contribuição para as Ciências Humanas e Sociais

Elaine Rossetti Behring

“[...] Marx não deixou uma Lógica, deixou a lógica de
O capital” (Lênin).

Introdução

O presente texto foi elaborado originalmente a convite do evento I Seminário Marx Hoje, realizado na UFRN, em abril de 2014. De lá para o momento em que reescrevo estas linhas, tendo em vista os anais do evento, um acontecimento colocou o tema do método materialista histórico e dialético e suas potencialidades no centro do debate das Ciências Humanas e Sociais. Um parecerista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no âmbito da seleção para o Edital Procad 071/2013, analisando um projeto de autoria coletiva de equipes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sendo que faço parte desta última, sumariamente discriminou o projeto pela adoção dessa perspectiva teórico-metodológica. Não cabe aqui desenvolver essa questão, amplamente denunciada e que desencadeou em fins de maio de

2014 uma grande mobilização entre pesquisadores que adotam e que não adotam essa perspectiva teórico-metodológica, tendo em vista assegurar a liberdade acadêmica, o pluralismo e as condições da pesquisa num Estado democrático. Introduzimos o debate que segue com esse fato que reforça a importância dessa perspectiva na pesquisa social, que é o mote central das linhas que seguem.

Porém, nesse contexto, antes de seguir diretamente ao tema proposto, quero falar da importância de realizar um evento que revisita as ideias de Marx e coloca na ordem do dia a relação entre conhecimento e revolução – ou de pesquisa e transformação social –, esta última um componente indissociável, um pilar mesmo da teoria social de Marx, um patamar de observação da realidade que marca o conjunto da obra de Marx, que não se propôs apenas interpretar o mundo, mas transformá-lo, conforme as conhecidas *Teses sobre Feuerbach*, dedicando sua vida e sua pesquisa minuciosa a esse propósito. Vale lembrar que essa pesquisa, esse projeto intelectual de uma vida inteira, como ressalta Netto (2009), realizando a crítica da economia política, foi feita na maior parte das vezes em condições bastante adversas: o exílio, a perseguição política, as condições precárias de moradia e de saúde. São famosos os furúnculos adquiridos na Biblioteca de Londres e a dependência da sustentação material de Engels, lembrando que Marx não foi aceito na Universidade embora o tenha pleiteado (KONDER, 1999).

Registro ainda que esse evento acontece no contexto das descomemorações dos 50 anos da Ditadura Militar, que dentre outros desserviços esforçou-se por tentar expurgar a tradição marxista da universidade brasileira, perseguiu professores, estudantes e técnicos que adotavam a teoria crítica como referência, destruiu bibliotecas públicas e particulares, e desencadeou transformações profundas na universidade para fragmentá-la e domesticá-la, para amalgamar a universidade à expansão do capitalismo monopolista no Brasil associado ao capital estrangeiro, projeto

central da Ditadura¹, obscurantismo que insiste em ser reeditado se pensamos na situação inicialmente referida. Contudo, houve e há valorosas resistências e contradições nesse processo, e a maior prova disso é a realização de um evento como esse e de tantos outros que temos acompanhado e que revisitam o legado marxiano e a tradição marxista por vários de seus principais expoentes, no Brasil e no mundo, no contexto hoje do aprofundamento da crise estrutural e endêmica do capital. Os jovens estudantes, muitos oriundos da classe trabalhadora, muitos sem perspectiva de inserção num mundo onde não há emprego para todos (na periferia do capitalismo nunca houve) e que vislumbra um futuro de precarização e superexploração do trabalho, têm sede de explicação das forças destrutivas dos homens e da natureza, desencadeadas pelo capitalismo em sua maturidade, no centro e na periferia.

Posso ser otimista, mas apesar da ofensiva burguesa, do neoliberalismo – no Brasil combinado ao transformismo de parcelas da esquerda –, parece correta a assertiva que dá título ao livro de Perry Anderson (1984), de um presente marcado pela *crise da crise do marxismo*. Acompanha esse novo período de mobilizações que estamos vivendo, especialmente desde as jornadas de junho de 2013, a busca de interpretações do mundo que tem o objetivo de superá-lo, a busca de uma nova sociabilidade. Daí a oportunidade desse evento, a sintonia com o seu tempo, o que é papel de uma universidade livre, crítica, humanista, laica e pública. Realizar um evento como esse é adentrar na disputa de hegemonia dentro da própria universidade, cujos efeitos da domesticação e impactos da ditadura ainda se fazem sentir, acirrados pelo neoconservadorismo e pelo pós-modernismo, o *ethos*, a lógica cultural, que marca o contexto da reação burguesa à crise

1 Recomendo vivamente o recém-lançado livro *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)* de José Paulo Netto (2014).

no capitalismo tardio (ou maduro), conforme Jameson (1996). Parabéns, então, à ousadia dos organizadores.

Pesquisa e marxismo

O caminho que escolhi para abordar a relação entre pesquisa e marxismo é o de socializar os percursos da pesquisa que vimos desenvolvendo, orientada por essa perspectiva, chamando atenção para a referência e a incidência do método em Marx no nosso processo de produção de conhecimento. O método em Marx é essa sofisticada bússola para interpretar o mundo, que se apresenta ao pesquisador como um “claro escuro de verdade e engano”, como nos relata Karel Kosík (1976) em seu imprescindível trabalho *Dialética do Concreto*. O pilar do método na teoria social de Marx é tão importante que Lukács (1989, p. 15) escreveu em *História e Consciência de Classe* que a ortodoxia marxista se refere ao método. Em suas palavras: “O marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro “sagrado”. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente, ao método”.

Considerando as aventuras e desventuras da tradição marxista – o estruturalismo com sua miséria da razão, como nos ensinou o saudoso Carlos Nelson Coutinho (2010), a vulgata marxista-leninista, os inúmeros manuais, os economicismos, politicismos, monocausalismos e unilateralismos das mais variadas origens, os namoros ecléticos com outras tradições teóricas numa tradição teórica e política quase bicentenária – essa demarcação de Lukács é imprescindível. Nesse mesmo texto, ele ressalta também a relação entre teoria e história, teoria e práxis, ou seja, a perspectiva da revolução como um elemento interno a esse patamar de observação da realidade. Para Lukács (1989, p. 17) há uma “relação dialética do sujeito e do objeto no processo da história”, uma ação recíproca, o que implica na recusa peremptória

da neutralidade científica de Durkheim ou axiológica de Weber, especialmente na pesquisa social. Para essa conversa, podemos também convidar a reflexão de Michael Löwy (2013), que mostra a relação entre teoria e visões sociais de mundo, teoria e política, em suas *Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen*, por meio da alegoria daquele personagem bizarro que pretende sair da areia movediça se puxando pelos cabelos. Ou seja, o pesquisador e seu objeto estão mergulhados na história. Essas são balizas centrais que orientam o nosso trabalho de pesquisa.

No ano de 2013, o grupo de pesquisa que coordeno na UERJ, Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS), completou 10 anos de trabalho. Nesses anos temos realizado um amplo monitoramento das contas públicas brasileiras, especialmente do orçamento público federal, que revela aspectos importantes da dinâmica da economia política, do Estado e da luta de classes na sociedade brasileira. Esse trabalho de pesquisa hoje é também de extensão – oferecendo cursos para trabalhadores, movimentos sociais e gestores de políticas públicas –, e de formação de quadros em todos os níveis de formação, da graduação ao pós-doutorado. Hoje somos quatro professores, um pós-doutorando e onze estudantes (quatro de graduação e sete de pós-graduação). O projeto “guarda-chuva” do grupo é intitulado *Fundo Público, Política Social e Valor: fundamentos históricos, teóricos e dinâmica contemporânea*², ou seja, buscamos compreender o fundo público e a política social em articulação com o processo de reprodução ampliada do capital (Behring, 2010), que passa pela “caça apaixonada do valor”, como nos informa Marx em *O Capital* (MARX, 1867/1988, p. 126).

Esse projeto em desenvolvimento propõe como objetivo geral

2 Projeto registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que conta com financiamento e bolsas de pesquisa. O GOPSS pode ser encontrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq.

aprofundar o estudo teórico-empírico do orçamento do Estado brasileiro e do financiamento das políticas sociais nas duas últimas décadas, com ênfase na seguridade social, desvelando a lógica de constituição e alocação do fundo público na sociedade capitalista contemporânea, na sua relação com o circuito de criação, realização e repartição do valor, diga-se, da acumulação do capital (BEHRING, 2012).

E desse objetivo se desdobram alguns objetivos acadêmicos específicos, que vimos perseguindo a partir do estudo da lógica da constituição e alocação do fundo público e sua relação com a política social, dos quais destacamos: 1 – aprofundar o estudo teórico acerca da relação entre a teoria do valor e o fundo público em Marx e na tradição marxista contemporânea; 2 – aprofundar o estudo sobre a alocação do fundo público brasileiro, considerando os interesses de classes e segmentos de classe em disputa, a inserção do país no capitalismo contemporâneo e as políticas econômicas que vêm sendo desenvolvidas; 3 – refletir sobre a relação entre política social e fundo público no Brasil, considerando o ambiente neoliberal das últimas duas décadas e seu impacto sobre as políticas e direitos sociais; 4 – compreender a natureza da crise do capitalismo em curso e seus impactos sobre a constituição e alocação do fundo público, bem como adensar o conceito de crise a partir da crítica da economia política clássica e contemporânea.

A leitura crítica da crise do capital, do papel do fundo público e seu impacto sobre a produção e a reprodução social, envolvendo o mundo do trabalho, dos direitos e das políticas sociais, e tendo como base empírica o orçamento público, ainda que não exclusivamente, requisitam a perspectiva da totalidade do ponto de vista heurístico, considerando que esses são processos que se inscrevem na totalidade concreta, a sociedade burguesa contemporânea, envolvendo ainda a particularidade brasileira. A categoria da totalidade, portanto, é decisiva para trazer à tona as

múltiplas determinações do capitalismo contemporâneo como totalidade histórica concreta, a qual envolve um conjunto de mediações e contradições que a colocam em movimento, ou em intenso sociometabolismo, na boa síntese de Mészáros (2002) – razão pela qual todo conhecimento sobre a sociedade é aproximado, inacabado, o que não significa dizer relativo. É preciso estarmos atentos ao relativismo, que na minha opinião remete ao mais profundo idealismo. Não é o pensamento que produz a realidade. Não temos uma realidade histórico-social para cada forma de pensar. Pela perspectiva metodológica que adotamos, o pensamento extrai da realidade seu movimento. E entre pensamento e realidade há inúmeras mediações e condições que vão determinar as possibilidades maiores ou menores de apanhar as determinações do objeto, o ser social em movimento.

Outra categoria central que orienta a pesquisa é a contradição. Vejam que colocamos a luta de classes como um elemento interno ao processo de constituição e alocação do fundo público, bem como de definição e execução das políticas sociais. A partir de uma ampla pesquisa documental e bibliográfica, e de dados primários do orçamento público brasileiro e algumas análises comparadas internacionais que vimos desenvolvendo (BEHRING, 2013), temos produzido aproximações sucessivas e cada vez mais profundas, tendo em vista a reprodução no nível do pensamento da lógica que preside o movimento do fundo público e da configuração da política social, como concreto pensado. Trata-se de partir do concreto e aparente, para reconstruí-lo no nível do pensamento como um conjunto mais rico de determinações que supera aquele momento primeiro. O que pressupõe um trabalho prévio sistemático de organização e tratamento dos dados, que constitui a base para a análise. Realizamos uma descrição sistemática de dados do orçamento público, como um trabalho prévio, mas buscamos traduzir, desvelar sua lógica dialética, marcada pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, entre a produção social e a

apropriação privada, entre as classes sociais fundamentais, burguesia e trabalhadores, e seus interesses antagônicos na disputa pelo fundo público, como um elemento insubstituível na sua reprodução material. Sobre a contradição, Netto (2009, p. 678) nos auxilia:

Para ambos, [Marx e Engels] o ser social – e a sociabilidade resulta elementarmente do trabalho, que constituirá o modelo da práxis – é processo, movimento, que se dinamiza por contradições, cuja superação o conduz a patamares de crescente complexidade e novas contradições impulsionam a outras superações.

Vejam, as categorias expressam modos de ser do ser social, numa perspectiva ontológica – e como tal, são históricas e transitórias (Netto, 2009). O fundo público e a política social são mediações importantes na totalidade da vida social e nossa pesquisa busca adensar essas categorias, compreendendo seu modo de ser. Teorizando a partir de um trabalho prévio e sistemático do sujeito que pesquisa, esgotando ao máximo a produção relevante sobre o objeto e organizando dados primários. Lembro sempre dos relatórios dos comissários encarregados de fiscalizar as fábricas como fonte de pesquisa da qual Marx extraiu os segredos da jornada de trabalho, do controle do tempo, pesquisa central para a sustentação do núcleo central da teoria do valor-trabalho. Para Netto (2009, p. 673-674),

A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto.

E continua:

Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou.

Aqui um pequeno parêntese. Participamos de muitas bancas de avaliação de propostas de pesquisa em vários níveis e, muitas vezes, apesar da adesão ao método, sobrepõe-se o modo de ser ao dever ser. No campo da política social, isso é muito comum, a partir de uma análise prescritiva, de como a política social deveria ser. Isso pode ser uma consequência da pesquisa: algumas recomendações práticas. Mas a tarefa da pesquisa – do ponto de vista dessa tradição teórica – é desvelar o ser social burguês, a sociedade capitalista, a condição da política social nesta sociedade, suas transformações no âmbito da totalidade histórica concreta, com a finalidade de “alimentar os demônios”, as inquietações, lembrando aqui Renato Ortiz (2008), em belo texto sobre Octavio Ianni, cuja contribuição à pesquisa no campo dessa tradição teórico-crítica é formidável (IAMAMOTO; BEHRING, 2009). E cabe a ciência “desconcertar as opiniões formadas”, como Durkheim (2007) reconhece como papel da ciência, numa passagem poética das *Regras do Método Sociológico*.

Busca-se, então, romper com o claro-escuro de verdade e engano, com a aparência, com o mundo da pseudoconcreticidade que precisa ser superado pela crítica (KOSÍK, 1976). Vejamos a discussão da crise do capital, suas causas, sua temporalidade e suas consequências. As abordagens correntes, acadêmicas e jornalísticas a caracterizaram como passageira e conjuntural – no caso dos liberais mais ortodoxos – ou como superável em médio prazo desde que sejam desencadeados processos de regulação,

particularmente sobre a circulação de capitais e a ação dos rentistas, que foram descartados pelos neoliberais – como afirmam muitas das análises de cariz keynesiano. A perspectiva da totalidade, do método da crítica da economia política, permite ver a crise do capital como um elemento interno a sua lógica, relacionado à dinâmica da produção e apropriação do valor, digase, da acumulação do capital, e à contradição entre as classes sociais, muitas vezes expressa por seus segmentos na correlação de forças política. Permite perceber o curto-circuito no processo de rotação do capital, e a queda tendencial da taxa de lucros e suas causas contrariantes, como explicitou Marx (1867/1988), em *O Capital*. Tudo isso determina a formação e alocação do fundo público, um componente estrutural inarredável no capitalismo contemporâneo, e a condição da política social, como uma mediação importante no campo da produção e reprodução da *totalidade*, considerando seu lugar na reprodução da força de trabalho e na relação entre produção e consumo no capitalismo maduro. O ponto de vista adotado pela pesquisa que desenvolvemos percebe a crise em curso como endêmica, profunda e estrutural, envolvendo múltiplas dimensões: econômica, política, social, cultural e ecológica. Com Mandel (1982), entendemos que a crise não é detonada por uma única causa (o petróleo, a perversidade da finança, os créditos imobiliários sem lastro etc.). Todo monocausalismo nos leva a raciocínios reducionistas e dedutivos, que tendem a empobrecer a reprodução do movimento do objeto como concreto pensado, nos mantendo presos ao imediato, quando buscamos o mediato. Ou seja, a reprodução no nível do pensamento do concreto como síntese de muitas determinações – formas de modos de ser, determinações da existência – e unidade do diverso, prenhe de contradições.

Observações finais

Para finalizar, aponto uma premissa importante do nosso trabalho, para além da totalidade, da contradição e da mediação, que é o entendimento de que o capitalismo maduro se desenvolve desencadeando forças destrutivas avassaladoras, ou seja, o capitalismo maduro é destrutivo e tende a fugir das regulações, sendo a experiência socialdemocrata do Estado de Bem-Estar, do pleno emprego keynesiano, datada e geopoliticamente situada, delimitada por um conjunto de determinações que não cabe desenvolver aqui, mas que estão sistematizadas em alguns dos nossos trabalhos (BEHRING, 1998, 2003; BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Entender os processos sociais a partir desse patamar, evidentemente, não implica uma abordagem catastrofista ou finalista da história, que por vezes contagiou e ainda contagia o debate crítico, e que aqui recusamos veementemente. Se o capitalismo esgotou ou não seu tempo, é um desdobramento que tem a ver com as forças vivas, com a luta de classes e suas possibilidades históricas. Nossa única certeza é a de que quanto mais capitalismo hoje, maiores as possibilidades de barbarização e banalização da vida, de desastre ecológico, de radicalização da desigualdade. Daí que, no compromisso acadêmico primordial de trazer à tona com maior nitidez os processos sociais em curso no contexto da crise – no nosso caso a dinâmica do fundo público e da política social na sua relação com o circuito do valor, que organiza a sociedade burguesa –, há um evidente compromisso político, de alimentar as lutas sociais e políticas. Como já disse anteriormente, não existe ciência asséptica, neutra e descompromissada. E os tempos difíceis requisitam uma pesquisa na universidade comprometida com a vida, com a humanidade, num sentido humano genérico amplo. Um compromisso com a emancipação humana, e emancipação política naquelas realidades onde essa mediação táctica ainda se repõe. Mas esse é um outro debate.

Referências

- ANDERSON, P. *A crise da crise do Marxismo*: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BEHRING, E. R. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1998.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma*: Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, E. R. Crise do Capital, Fundo Público e Valor. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. (Org.). *Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 13-34.
- BEHRING, E. R.; *Notas sobre a Organização Política e Sindical dos Assistentes Sociais*. Praia Vermelha (UFRJ), v. 21, p. 97-107, 2012.
- BEHRING, E. R. França e Brasil: realidades distintas da proteção social entrelaçadas no fluxo da história. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 113, p. 7-52, mar. 2013.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: Fundamentos e História*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social).
- COUTINHO, C. N. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- DURKHEIM, E. *As regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- IAMAMOTO, M.; BEHRING, E. R. *Pensamento de Octavio Ianni*: um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil. Rio de Janeiro: Sete Letras/FAPERJ, 2009.

- JAMESON, F. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- KONDER, L. *Marx: Vida e Obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- KOSÍK, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LÖWY, M. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Cortez, 2013.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Porto: Elfos, 1989 (Texto original de 1923).
- MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro 1). São Paulo: Abril Cultural, 1988 (Texto original publicado em 1867).
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (Trad. de P. C. Castanheira e S. Lessa). São Paulo/Campinas: Boitempo/Editora da Unicamp, 2002.
- NETTO, J. P. Introdução ao Método na Teoria Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Org.). *Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: Autor, 2009. p. 667-700. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/rosanegafanhota/livro-completo-cfess-servio-social-direitos-sociais-e-competncias-profissionais-2009>>.
- NETTO, J. P. *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.
- ORTIZ, R. Octavio Ianni: a ironia apaixonada. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 20, 319-328. Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222008000200014>.

Capítulo 4

O método e a teoria marxiana

Jane Cruz Prates

Introdução

O presente capítulo é fruto de oficina realizada durante o I Seminário Marx Hoje, ocorrido em Natal, em abril de 2014. Busca-se sistematizar os principais conteúdos trabalhados com o grupo relativos ao método em Marx, enfatizando não só os movimentos realizados pelo pensador alemão para a efetivação da investigação e da exposição em termos epistemológicos, mas articulando alguns elementos da teoria marxiana, pois o método só tem sentido à luz dessas produções que veiculam valores e concepções acerca do real e são inspiradas por um projeto revolucionário. A riqueza de uma oficina dificilmente pode ser capturada nos limites de um texto, os debates foram profícuos e colaboraram para que esta produção se qualificasse a partir da construção coletiva. Espera-se, portanto, que possa instigar o aprofundamento do debate acerca da atualidade das contribuições da obra de Marx para desocultar e desfetichizar o mundo contemporâneo que infelizmente ainda não conseguiu superar a sociedade de classes e se mantém sob o jugo do capital que segue celebrando suas orgias.

Inicialmente é necessário ressaltar que a perspectiva dialética consiste em ver a vida, em primeiro lugar, como movimento permanente, como processo e provisoriidade, portanto, como negação permanente dos estados, formas e fenômenos, para

demarcar sua existência e possibilitar o seu próprio movimento, o seu dever ou vir a ser, o que será novamente negado para que o próprio movimento siga seu curso. Esse curso nem sempre é linear, mas constituído por avanços e recuos. Significa dizer que o instituído pode ser superado por novas formas e que o conflito necessário realizado pela luta entre os contrários é fundamental a sua movimentação (MENDES; PRATES, 2007).

Reconhecer, portanto, a contradição como motor desse movimento, como elemento que conforma e está na base da luta de classes, da questão social e do próprio desenvolvimento humano-social é uma necessidade. A opção pelo método dialético crítico de inspiração marxiana é, portanto, uma opção política, que se pauta no reconhecimento de que a ciência não é neutra e suas posições defendem interesses que privilegiam a dominação de alguns, seja pela via econômica, de subjugação, de poder, de sedução, de acesso ou não a informação, acesso ou não a riqueza socialmente produzida ou de todos esses elementos articulados tendo como contraponto a defesa de novas formas de sociabilidade que tem na emancipação humana sua finalidade (PRATES, 2012). Na verdade, estamos falando de valores. E a escolha de métodos pressupõe a opção por valores.

Fetichizadas pelo capitalismo, as concepções de emancipação têm sido reduzidas a processos de inserção geralmente precários, que mascaram a inclusão forçada e precária, que interessam ao capital (ALVES, 2014), limitando-se a acessos restritos à educação e saúde, o que nem sempre garante a efetiva inclusão dos sujeitos, pois mesmo acessando a vagas, como no caso da educação, muitas vezes são expulsos e não permanecem inseridos e ainda quando não são reconhecidos e não estabelecem laços de pertencimento não se pode falar em inclusão. Esse processo chamado no âmbito das políticas sociais de emancipação, quando tratada de modo mais amplo, incidindo em processos educativos e organizativos no máximo chega a contribuir para a emancipação política, única forma de emancipação possível no

modo de produção capitalista. Do mesmo modo outras categorias e processos sociais, tais como a participação, a cooperação, a solidariedade, que são fundamentais à luta dos trabalhadores, são apropriadas de modo reducionista e despolitizadas pela cultura capitalista, estratégia necessária para que o modo de vida por ele engendrado seja naturalizado e assimilado como interesse geral, reduzindo, desse modo, a potência substantiva e transformadora dessas categorias. Esse modo de vida se caracteriza por individualismo egoísta, competição e redução da inclusão a possibilidade de consumir.

Há de se considerar, contudo, que as políticas sociais, no capitalismo, têm caráter contraditório, ao mesmo tempo que conformam, são espaços de luta e resistência, ao mesmo tempo que servem aos interesses do capital, atendem a demandas e necessidades da população trabalhadora, portanto, é fundamental potencializarmos processos sociais emancipatórios, mesmo nos limites do assalariamento, fortalecendo os sujeitos e a classe. Como destaca Marx (1844/1993, p. 112), “Uma nação que procura desenvolver-se espiritualmente com maior liberdade não pode continuar vítima das suas necessidades materiais, escrava do seu corpo”.

A solidariedade de classe, conforme a aborda Marx (1844/1993), tem por fundamento a necessidade de o homem reconhecer-se como ser humano-genérico, é o reconhecimento de que todos temos direito a ter direitos, diferente da solidariedade cristã que se pauta na caridade, na benesse e no favor. A cooperação, por sua vez, fundamental ao trabalho, é capturada pela sociedade capitalista que não só engendra formas de exploração mascaradas por processos cooperativos, mas captura a subjetividade do trabalhador (ALVES, 2011) a partir de expressões hipócritas como empreendedor, colaborador, entre outras formas de mascarar o interesse antagônico que é marca da sociedade de classes. Como bem destacaram Marx e Engels (1845-1846/1993, p. 119), “Esta subsunção dos indivíduos a determinadas classes não pode ser superada até que se forme uma classe que já não

tenha qualquer interesse particular de classe a impor à classe dominante”.

As bases axiológicas, ontológicas e epistemológicas que fundamentam a teoria e o método marxiano

Marx (1844 s.d.) aborda a emancipação humana na obra *A questão judaica*. Em um debate profundo com Bauer sobre emancipação política, afirma:

A emancipação política representa, sem dúvida, um grande progresso. Não constitui porém, a forma final de emancipação humana, antes é a emancipação humana dentro da ordem mundana até agora existente” porque se pauta não na “essência da comunidade”, mas na “essência da diferenciação”. É agora apenas a confissão abstrata da loucura individual, da fantasia privada, do capricho”. Nem vale a pena dizer que estamos aqui a falar da emancipação real, prática. (MARX, 1844 s.d., p. 15)

E complementa Marx (1844 s.d.) destacando que “a revolução política (burguesa) aboliu apenas o caráter político da sociedade civil”, esclarecendo que “o homem não se libertou da religião, recebeu a liberdade religiosa. Não se libertou da propriedade, recebeu a liberdade da propriedade, não foi libertado do egoísmo do comércio, recebeu a liberdade para se empenhar no comércio” (p. 28).

Na verdade, a revolução burguesa ou política, na concepção marxiana, dissolve a sociedade civil nos seus componentes, mas não revoluciona esses componentes, porque não vai à raiz, não os submete à crítica dialética (MARX, 1844 s.d.). E sobre os direitos do homem, na mesma obra, esclarece que essa ideia de direitos do homem surge somente no século XVIII, no mundo cristão, e não se configura como ideia inata, mas se forja na luta contra as tradições históricas em que os homens foram educados

até então, “[...] são o prêmio da luta contra o acidente do nascimento e contra os privilégios que a história até agora transmitiu de geração a geração” (p. 21).

Portanto, para Marx, toda a emancipação é uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem. A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo independente e egoísta e, por outro, a cidadão, a pessoa moral, logo,

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato, quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico, e quando tiver reconhecido e organizado suas próprias forças como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (MARX, 1844 s.d., p. 30).

A teoria social de Marx vincula-se a um projeto revolucionário, “Marx dedicou sua vida e sua obra à pesquisa da verdade a serviço dos trabalhadores e da revolução socialista” (NETTO, 2011, p. 11), articulando o diálogo crítico com os maiores pensadores ocidentais à participação em processos político-revolucionários de sua época. Conforme destaca Netto, (2011, p. 36),

Ele se dedica obsessivamente ao estudo da sociedade burguesa: analisa documentação histórica, percorre praticamente toda a bibliografia já produzida da economia política, acompanha os desenvolvimentos da economia mundial, leva em conta os avanços científicos que rebatem na indústria e nas comunicações, considera as manifestações das classes fundamentais (burguesia e proletariado) em face da atualidade.

Netto (2011), portanto, enfatiza a profundidade dos estudos marxianos sobre seu objeto de pesquisa, a sociedade capitalista a partir de suas multideterminações. Marx articula conhecimentos de áreas diversas como a Filosofia, o Direito, a

Economia, a Política, a História, a Comunicação, além do acompanhamento atento e compromissado das condições materiais de vida e do modo de vida da classe operária e de seus embates com a burguesia. Em síntese, uma pesquisa com direção social clara e com um adensamento pormenorizado acerca da realidade social em todas as suas manifestações, interconectando-as para ampliá-lhes o sentido.

Como bem destaca Netto (2011, p. 27), sua pesquisa, da qual resultam as bases de sua teoria social, tem como *problema central* “a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista”.

A estruturação da teoria marxiana toma por base o pensamento moderno a partir da filosofia alemã, da economia política inglesa e do socialismo francês.

Em Marx a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os seus *limites*; buscando desocultar a *estrutura* e a *dinâmica*, no caso de Marx, da sociedade burguesa, seu objeto de estudo (NETTO, 2011, p. 18-19).

Para Marx, a teoria não se dá *a priori* por um ato isolado do pensamento. Pela teoria o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa. Alega Marx (1867/1989, p. 22), contrapondo-se a Hegel que parte da ideia: “para mim o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado”.

Portanto, como esclarece Netto (2011, p. 21), a teoria nessa concepção não pode se limitar “a enunciação de discursos pautados em hipóteses que apontam relações de causa-efeito, sobre os quais a sociedade científica estabelece consensos”.

Embora Marx não tenha dedicado nenhuma de suas obras ao debate metodológico, nem mesmo ao debate acerca de seu

método, seu movimento investigativo pode ser apreendido pelo conjunto de sua obra, e na obra *O capital* (MARX, 1867/1989) ele fala do método na introdução.

Contudo, Marx mostra sua preocupação com o desocultamento da realidade a partir da formulação de questões politicamente adequadas e com base em contraprovas históricas, que só podem ser construídas a partir de um acúmulo inicial sobre o objeto estudado, isto se evidencia, por exemplo, quando na obra *Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 1845-1846/1993, p. 23) critica os filósofos que não examinam os pressupostos filosóficos gerais, destacando que no sistema alemão fundamentado em Hegel há uma mistificação “não apenas em suas respostas, mas já nas próprias questões”. Nos *Manuscritos de Paris*, mais especificamente no primeiro manuscrito referindo-se à passagem para o artesanato complexo, Marx (1844/1993, p. 113) afirma:

Um trabalho assim continuado, uniforme, é por natureza (e a investigação confirmou-o) prejudicial para o espírito e para o corpo; e quando o emprego da maquinaria se associa à divisão do trabalho entre grande número de homens surgem logo todas as desvantagens desta última. Tais desvantagens revelam-se, por exemplo, na elevada mortalidade dos trabalhadores de fábrica. A importante distinção entre até que ponto os homens trabalham com máquinas ou como máquinas, não foi objeto de atenção.

Dito de outro modo, a questão destacada por Marx como central era obscurecida, porque não interessava perguntar. Ainda no *I Manuscrito*, Marx afirma que a economia política parte do fato da propriedade privada, não o explica, apreende o processo material a partir de fórmulas gerais e abstratas conformadas em leis, não compreende “que tais leis resultam da essência da propriedade privada”, não apreende “o seu fundamento”, ou seja “pressupõe o que deveriam explicar” [...] não compreende “as interconexões desse movimento [...]”. Pressupõe sobre a forma

de fato, o que deveria deduzir, a saber a relação necessária entre duas coisas, por exemplo entre a divisão do trabalho e a troca” (MARX; ENGELS, 1845-1846/1993, p. 158).

Através da crítica, Marx aporta importantes elementos metodológicos, quais sejam, a necessidade de explicar para além de compreender, a importância de buscar-se os fundamentos, a necessidade de desocultar o movimento e a interconexão entre os fenômenos.

E no *II Manuscrito*, afirmam Marx e Engels (1845-1846/1993, p. 193) que “[...] o movimento total da história, tanto a gênese real do comunismo – o nascimento da sua existência empírica – como também a sua consciência presente, é o movimento apreendido e consciente do seu devir”.

Apreender a essência do fenômeno é desocultar, portanto, sua estrutura e a dinâmica, como bem destaca Netto (2011), ou seja, o modo como se conforma e o modo como se movimenta o objeto estudado. Mas quando o objeto é a sociedade “produto da ação recíproca dos homens” (MARX, 1847/2009, p. 244), o processo de conhecimento não é uma externalidade, o sujeito pesquisador está implicado nesse processo (NETTO, 2011).

As bases que fundamentam o pensamento de Marx são: o materialismo dialético e o materialismo histórico. Para o materialismo dialético, a realidade existe independente da consciência. Consiste na tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos humanos da natureza, sociedade e pensamento. Constitui-se por uma concepção científica da realidade, pelo reconhecimento da interconexão universal enriquecida pela prática social da humanidade. Daí decorre o reconhecimento de que a prática social é critério de verdade e que os graus de conhecimento são limitados pela história.

O materialismo histórico estuda as leis que caracterizam a vida da sociedade, sua evolução a partir da prática social dos homens. Supera a visão idealista e cronológica de história e desenvolvimento humano, ressaltando que na gênese dos fenômenos

estão a força das ideias, os agrupamentos humanos, as formações socioeconômicas e as relações de produção. Os meios de produção são constituídos pelas máquinas, ferramentas e pela matéria-prima utilizadas no processo de trabalho; as forças produtivas se conformam a partir da articulação entre os meios de produção e a força de trabalho; e, por fim, o modo de produção é o resultado da articulação entre as forças produtivas e as relações de produção.

A práxis, por sua vez, é uma prática que tem uma perspectiva de direção social definida (palavra grega que significa ação em busca de uma determinada finalidade, que tem uma intencionalidade). É teoria em movimento é transformação de conhecimentos em ação, com objetivos determinados, através de mediações entre teoria e prática, e é nesse sentido que precisa ser apreendida. A prática, entendida como práxis, precisa ser constantemente problematizada, os fundamentos que a informam constantemente revisitados porque, como teoriza Lefebvre (1991), se reconhecemos que a realidade é movimento que nossas análises e intervenções sejam também movimento, que nosso pensamento seja pensamento do e sobre o movimento. Porque a prática é critério de verdade, é a partir dela que vamos verificar se aquilo que construímos teoricamente (um sistema como o Sistema Único de Assistência Social ou o Sistema Único de Saúde, uma estratégia de intervenção etc.) dará os resultados que esperamos, terá efetividade. Por essa razão, trabalhar a partir de uma práxis é fazer o movimento prática-teoria-prática-teoria incessantemente, qualificando, de modo progressivo, nossas análises e intervenção através desse movimento permanente de realimentação entre prática e teoria, razão pela qual não podem ser jamais separadas (MENDES; PRATES, 2007).

Segundo Marx e Engels (1845-1846/1993), é na prática que o homem deve mostrar a verdade e o poder do seu pensamento. Para Cury (1986, p. 44), uma teoria sem prática perde o sentido e uma prática sem teoria “fica cega ou caolha”.

A concepção ampliada de trabalho, sua centralidade e o processo de alienação

O trabalho, na concepção marxiana, é toda a produção humana. Em qualquer forma de sociedade o homem precisa trabalhar, pois é através do trabalho que ele domina a natureza criando instrumentos que facilitem o seu processo de desenvolvimento, desde os primórdios de sua evolução. Ao trabalhar, o homem transforma a matéria-prima, ou seu objeto de trabalho, e ao mesmo tempo se transforma no processo, ou seja, desenvolve-se enquanto sujeito social, construindo, a partir de condições objetivas e de sua ação sobre elas, a sua subjetividade.

A partir do trabalho o homem desenvolve processos sociais porque o trabalho pressupõe relações sociais e se vale de tudo o que foi socialmente construído anteriormente pelo próprio homem. Não é por outra razão que Marx salienta, desde suas obras de juventude, que a história social (das ações e relações humanas) nada mais é do que a história do trabalho humano.

A centralidade da categoria trabalho e sua articulação com a categoria classe social são fundamentais para explicar o modo de produção capitalista e suas contradições insuperáveis, porque são constitutivas desse modo de produção. A caracterização marxiana dos diferentes modos de produção tem na relação trabalho x apropriação do trabalho por uma classe o seu núcleo central. A luta de classes historicamente estabelecida demarca as formas como o homem se organizou para produzir e os processos hegemônicos oriundos dessa relação, que são condicionados pelo primeiro.

O trabalho sempre produz valor de uso, logo, qualquer trabalho é mediado pelo valor, entendido aqui como produção que atende a necessidades humanas e vale destacar que não só de subsistência ou proteção, mas simbólicas e estéticas. Mas a criação do valor no sentido marxiano – Marx (1867/1989) usa simplesmente o termo valor para designar o valor de troca – é uma

característica da sociedade capitalista, para tanto foi preciso que a sociedade burguesa abstraísse o trabalho concreto, subsumindo suas qualidades, num equivalente quantitativo. O trabalho abstrato é uma criação do mundo burguês, mas o trabalho é ontológico ao homem em qualquer forma social (PRATES, 2012).

Conforme Marx esclarece na obra *O Capital* (1867/1989, p. 28), o processo de trabalho pode ser configurado como

[...] atividade dirigida com fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas, é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza, é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais.

Qualquer trabalho segundo Marx se desenvolve através de uma cadeia produtiva que vai do sujeito produtor que exterioriza suas energias físicas e mentais e realiza um atividade transformando a matéria-prima e objetivando-se naquilo que produz. Ao transformar o objeto sobre o qual realiza o trabalho, o homem também se transforma.

A Figura 1 que segue mostra de modo esquemático o movimento da cadeia produtiva que, ver-se-á mais adiante, é capturado no modo de produção capitalista pelo processo de alienação.

Figura 1 – O processo desenvolvido na cadeia produtiva

- **A CADEIA PRODUTIVA**
- **Sujeito → exteriorização → realização → objetivação**
- Produtor energia o fazer o fazer
- física e mental como processo como resultado
- que transforma produto

Fonte: Figura elaborada pela autora com base em Marx (1867/1989).

Segundo Marx (1867/1989, p. 202), são componentes desse processo: “1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho”.

E esclarece o autor que os meios de trabalho são “uma coisa ou conjunto de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre este objeto [...] de acordo com o fim que tem em mira” (MARX, 1867/1989, p. 202) e complementa esclarecendo que embora os meios não participem diretamente do processo de trabalho, quando não se conta com eles o trabalho fica “total ou parcialmente impossibilitado de concretizar-se” (p. 205). O produto do trabalho é um valor de uso. “O trabalho está incorporado ao objeto sobre o que atuou [...]. Ele teceu e o produto é um tecido [...]. Meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo” (p. 205).

Qualquer trabalho pressupõe, portanto: *Planejamento*: “[...] ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia idealmente na imaginação do trabalhador” (MARX, 1867/1989, p. 202); *Gestão e Finalidade*:

O trabalho vivo tem de apoderar-se dessas coisas, de arrancá-las de sua inércia, de transformá-las de valores-de-uso possíveis em valores-de-uso reais e efetivos. O trabalho, com sua chama, delas se apropria [...] e de acordo com a finalidade que o move, lhes empresta vida para cumprirem suas funções (MARX, 1867/1989, p. 207-208).

Consumo: “O trabalho gasta seus elementos materiais, seu objeto e seus meios, consome-os, é um processo de consumo. Trata-se de consumo produtivo que se distingue de consumo individual [...]”.

Quando seus meios (instrumental) e seu objeto (matérias-primas etc.) já são produtos, o trabalho consome produtos para criar produtos ou utiliza-se de produtos para criar produtos” (MARX, 1867/1989, p. 208).

Contudo, a cadeia produtiva no modo de produção capitalista é capturada pelo trabalho alienado ou seja, trabalho reduzido a consumo da força de trabalho pelo capitalista, reduzido a mercadoria, reduzido a seu caráter abstrato, não mais como objetivação humana, mas apenas dispêndio de energia, como algo no qual o homem não mais se reconhece, algo estranho, alheio que passa a dominar o seu produtor (MARX, 1867/1989; MARX; ENGELS, 1845-1846/1993).

Os níveis de alienação explicitados por Marx (1867/1989), no volume 1 da obra *O Capital*, no capítulo relativo ao processo de trabalho, mostram que esse processo abarca desde as relações entre o produtor e o produto por ele produzido até sua relação com os demais produtores, o que de modo sintético busca-se apresentar na Figura 2.

Figura 2 – Os níveis de alienação

Produtor -----	Produto (não tem acesso ao produto, não se reconhece naquilo que produz)
Produtor -----	Processo de produção (não define o que produzir e nem como produzir)
Produtor -----	Consigo mesmo (trabalho como fardo e não como auto-realização, submete-se a exploração, precarização, tem sua vida dominada pelo que criou)
Produtor -----	Outros produtores (substitui a cooperação pela competição)

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em Marx (1867/1989)

O método marxiano

É possível identificar alguns aspectos que particularizam o método marxiano, o que se passa a pontuar a seguir.

O primeiro deles é o seu humanismo e historicismo absolutos. Para Marx, o centro é o homem, na sua atividade prática, cujo processo de humanização se dá pelo trabalho concreto. Diferente de Hegel, que parte do Absoluto e a ele retorna, Marx parte do homem concreto, não do homem pensado e retorna ao homem, sistematicamente superado na relação com os outros homens.

Marx destaca nos *Manuscritos* (1844/1993) que “o comunismo é o naturalismo integralmente evoluído = naturalismo humanizado, a resolução *autêntica* do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem” (p. 192, grifos do autor). A história, por sua vez, é a história do trabalho humano – que significa toda a produção e expressão humana, na concepção marxiana. A história, numa concepção ampliada e processual, é a chave heurística para a explicação dos processos.

Outra particularidade do método marxiano é o seu materialismo, a sua concreticidade. Escrevem Marx e Engels na *Ideologia Alemã* (1845-1846/1993) e também na introdução à obra *O Capital* (MARX, 1867/1989, p. 16) que “parte-se dos homens em carne e osso na sua atividade prática”.

A próxima característica que precisa ser destacada é a dialética, o seu movimento como processo, a necessária interconexão de múltiplas dimensões que constituem a totalidade, não a exaurindo, mas a problematizando de forma interrelacionada. Os processos de dedução e indução interconectados pelo entendimento e pela lógica dialética.

Em que pese o fato de alguns autores entenderem que o processo de análise e síntese que particularizam o método marxiano como indutivo e dedutivo “representa um esvaziamento das categorias marxistas atribuindo-lhes os conteúdos empiristas ou do senso comum” (MONTAÑO, 2013, p. 23). Lefebvre (1991), importante intérprete da obra marxiana, mostra na sua obra *Lógica Formal / Lógica dialética*, que a lógica dialética, ou lógica concreta não rompe com a lógica formal, a apreende e supera, articulando os dois movimentos de indução e dedução de modo interconectado.

Segundo Lefebvre (1991), a lógica formal é indutiva, parte de proposições particulares e tenta chegar a conclusões gerais (generalização); tenta por em “forma” o pensamento; é um dos momentos da razão, opõe extensão (quantidade) e profundidade (qualidade); parte do entendimento (separação) necessário, mas

não suficiente, porque é unilateral (sem aprofundamento do conteúdo). Logo, “ela não se basta e não basta” (p. 170).

Marx só parte do particular, da manifestação aparentemente mais simples, no método de exposição, já a investigação parte do empírico, do concreto sensível, imediato, e articula suas determinações a partir de totalizações provisórias, que vão do particular ao geral e do geral ao particular, mediando expressões singulares com expressões universais para chegar ao concreto pensado, por sucessivas aproximações.

Sem dúvida, o caráter ontológico é característico de seu método, o objeto de investigação impõe movimentos, a partir dele emanam categorias explicativas, mas não há como prescindir de seu caráter axiológico e epistemológico. Para além da intenção de capturar a vida do objeto concreto, o método captura o movimento do real e a ele volta, utilizando categorias teóricas que dele emanam para ampliar a interpretação e a explicação sobre o seu movimento. E, por fim, o processo de conhecimento, além de buscar desocultar as contradições inclusivas que conformam os fenômenos, sujeitos, organizações e sociedades, valoriza o processo porque pretende transformar o instituído, a partir da constituição de novos valores e condições objetivas e, nesse sentido, é também teleológico.

O questionário de 1880, realizado por Marx, dirigido à classe operária francesa para que os próprios sujeitos descrevessem as condições nas quais eram explorados – pois segundo Marx somente eles poderiam convenientemente fazê-lo –, é um bom exemplo do caráter teleológico das investigações orientadas para a transformação. Conforme Lanzardo (*apud* THIOLLENT, 1987), o questionário traz implícito o princípio de um método de trabalho político que se encontra na *Crítica da Economia Política*. A enquête operária conduzida por Marx, mais do que um instrumento exemplarmente elaborado de investigação social, se constituiu numa estratégia de conscientização e mobilização, condições necessárias, embora não suficientes, para qualquer processo de

transformação social. E conclui Lanzardo (*apud* THIOLENT, 1987), destacando a relevância fundamental do processo, em que pese a devolução dos instrumentos terem sido pouco significativas em relação ao número enviado: “[...] o essencial era que os questionários, chegando aos operários, lhes dessem novas possibilidades de conhecer a maneira pela qual a exploração capitalista funciona” (p. 244-245). Conforme Lefebvre (1991), para a lógica concreta, a teoria emerge da prática e a ela retorna. A ideia representa a unidade indissolúvel da prática e da teoria.

O entendimento (Inteligência) analisa, separa, divide, e deve fazê-lo. A razão une, agrupa, esforça-se por encontrar o conjunto e a relação. Mas a contradição entre o entendimento e a razão renasce sempre e deve sempre renascer, e isso porque, incessantemente o entendimento deve separar e a razão unir (LEFEBVRE, 1991, p. 170).

Estudar um fato, querer conhecê-lo é, portanto, depois de o ter discernido, isto é isolado, pelo menos parcialmente, restituí-lo num conjunto de relações, que se estende, paulatinamente a todo o universo (LEFEBVRE, 1991).

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade da diversidade. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida. O método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado – “totalidade concreta” (MARX, 1859/1977, p. 229).

O aspecto seguinte a destacar é a unidade entre objetividade e subjetividade, quantidade e qualidade, racionalidade e sensibilidade, particularidade e universalidade, ou seja, o reconhecimento quanto a indissociabilidade, uma vez que os seres e processos se constituem como unidades dialéticas. Na mesma

perspectiva, há o reconhecimento da interrelação necessária entre teoria e prática, uma se conforma a partir da outra e se qualifica a partir dessa relação (PRATES, 2003b).

Outro aspecto que caracteriza o método marxiano é sua teleologia (finalidade), já destacada anteriormente, a centralidade atribuída à práxis (prática com direção social definida, orientada pela teoria) e o seu caráter prático-operacional: não basta interpretar é preciso transformar, enfatiza Marx nas Teses sobre Feuerbach (MARX; ENGELS, 1845-1846/1993). A perspectiva de transformação que está presente no conjunto da obra marxiana se efetiva não só pelas grandes rupturas, mas também a partir de *pequenas convulsões revolucionárias*, expressão utilizada por Marx na obra *A Ideologia Alemã*, para destacar rupturas processuais de menor envergadura que podem ser provocadas pelo trabalho concreto, a práxis revolucionária, que desvenda os fetiches e os mascaramentos, que instiga o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios e incide sobre o real com clareza de direção.

Por fim, cabe ressaltar o seu caráter revolucionário, o reconhecimento da possibilidade histórica de superação das contradições constitutivas da natureza humana, das formações sociais e do modo de produção. Articulado a esta última característica está o reconhecimento de que os fenômenos são condicionados pelo antagonismo e pela luta de classes. Marx afirma no *Manifesto do Partido Comunista* (1848/1998) que “A história da sociedade até nossos dias é a história da luta de classes” (p. 8), a opção pela classe trabalhadora, a solidariedade de classe e a necessidade de a classe operária passar de uma classe em si (dada por sua condição comum de existência) para uma classe para si (dimensão política/humano genérica, o que requer a consciência de classe).

Lefebvre (1991) destaca que a lógica concreta utilizada pelo método marxiano apresenta alguns princípios que são sistematizados no Quadro 1 que segue.

Quadro 1 – Princípios da Lógica Dialética ou Lógica Concreta

Princípio	Explicação
1. Princípio da identidade	Os fenômenos se conformam a partir de sua negação inclusiva – contradição dialética: vida – morte, andar – não andar, objetividade – subjetividade, indivíduo – coletivo, começo – fim.
2. Princípio da causalidade	Um fato não pode ser isolado, deve ser desdobrado pelo entendimento e reconstituído pela síntese/razão dialética como totalidade provisória, os fenômenos sociais decorrem de múltiplas determinações, devem ser explicados a partir de sua interconexão, da interação universal.
3. Princípio da finalidade	Tudo que existe é finito, reconhecimento da provisoriade de seres, processos, organizações, estruturas, modos de produção. Isso significa uma visão de processo, superando a visão estanque de estados, reconhecimento do movimento, da existência de transições, da historicidade.
4. Princípio da essência e aparência	A manifestação, a aparência, faz parte da essência, é na verdade um reflexo da essência. A expressão ao mesmo tempo implica e dissimula, oculta e revela, traduz e trai, logo precisa ser superada pela investigação, pelo processo de desvendamento. A aparência é apenas um aspecto da coisa. A matéria tem cor e cheiro, mas não são a cor ou o cheiro.
5. Princípio da quantidade e qualidade	Não há quantidade que não esteja relacionada a uma qualidade, nem qualidade que não seja constituída por elementos quantitativos que lhe são intrínsecos e cuja alteração altera sua conformação.

Fonte: Quadro sistematizado pela autora a partir de Lefebvre (1991).

Como exemplo de superação da aparência, Kosík (1989, p. 54) mostra a análise de Marx sobre a troca de mercadorias, em que por trás da aparência superficial de um fenômeno “banal da vida cotidiana da sociedade capitalista – a simples troca das mercadorias” existem na verdade “profundos e essenciais processos [...] trabalho mercenário e a exploração deste”.

Escreve Marx (1867/1989, p. 81), na obra *O Capital*:

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho, por ocultar, portanto, a relação social entre os

trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total ao refleti-la como relação social existente, à margem deles.

A articulação entre quantidade e qualidade é fundamental na medida em que as transformações se dão pelo acirramento das contradições, mas para que isso ocorra é necessário o amadurecimento do processo ou seu desenvolvimento lento e quantitativo, para que possa alterar-se qualitativamente. Os dados que são contraprova histórica do real se materializam em quantidades e qualidades. Não há qualidade que não seja constituída por quantidades e não há quantidade que não seja relativa a uma qualidade. Na obra *O Capital*, Marx (1867/1989) explicita magistralmente a articulação entre qualidade e quantidade ao se referir ao trabalho infantil.

A fabricação de fósforos de atrito data de 1833. [...] A metade dos trabalhadores são meninos com menos de 13 anos [...]. Essa indústria é tão insalubre que somente a parte mais miserável da classe trabalhadora, viúvas famintas etc., cede-lhe seus filhos, crianças esfarrapadas, subnutridas, sem nunca terem frequentado escola. [...] Entre as testemunhas inquiridas, 270 tinham menos de 18 anos, 40 tinham menos de 10, 10 apenas 8 e 5 apenas 6. O dia de trabalho variava de 12, 14 e 15 horas, com trabalho noturno e refeições irregulares. Dante acharia que foram ultrapassadas nessa indústria suas mais cruéis fantasias infernais (MARX, 1867/1989, p. 279)

E complementa Marx (1867/1989, p. 292):

Ninguém pode pensar na quantidade de trabalho que, segundo o depoimento de testemunhas, é realizado por crianças de 9 a 12 anos, sem concluir irresistivelmente que não se pode mais permitir que continue esse abuso de poder dos pais e dos patrões [...]. George, de 9 anos declara “Vim trabalhar aqui na sexta-feira passada. No dia seguinte tive de começar as 3 horas da manhã. Por

isso fiquei aqui a noite inteira. Moro a 5 milhas daqui. Dormi no corredor sobre um avental e me cobri com um casaco pequeno.

As principais categorias dialéticas

A totalidade mais do que a junção de fatores diversos é sua interconexão porque a unidade dos diversos muda o sentido do todo e da parte, é reconhecer o universal no particular e vice-versa, na verdade são o amplo e o miúdo simbiotizados, que são separados provisoriamente apenas para fins didáticos, para melhor explicá-los. Porque é sempre importante reiterar, a dialética marxiana quer explicar, é radical, quer ir a raiz dos fenômenos e desvendar as interconexões que os conformam no seu processo de constituição. É parte da totalidade também a articulação entre teoria e prática que se realimentam sucessivamente e é essa prática concreta, práxis, portanto, considerada critério de verdade.

A historicidade é ter a história como chave para o desvendamento dessa constituição, seja de sujeitos, fenômenos, organizações, porque pela história, superada uma leitura meramente cronológica e centrada em vultos, vista, portanto, a partir de fatos significativos, podemos verificar como sujeitos e fenômenos se conformam, em que contextos sociais, econômicos, políticos, simbólicos – portanto objetivos e subjetivos.

Historicidade é também o reconhecimento do movimento, de que tudo está em curso, em processo, logo, que são provisórios, e esta consciência da provisoriedade desestabiliza às vezes, porque se contrapõe aos espaços conquistados de uma vez para sempre, nos coloca diante de nossa finitude, e a provisoriedade não é só de sujeitos e fenômenos, mas também das estruturas, já destacava Marx, razão pela qual concluímos por totalizações provisórias, articulando totalidade e historicidade. As categorias

dialéticas na verdade não podem ser dicotomizadas, elas são profundamente imbricadas (PRATES, 2005).

A contradição é o motor desse movimento. Com isso não se está afirmando que esta ou aquela categoria é central, pois são indissociáveis, se há uma categoria central na obra marxiana é a categoria trabalho. Em que pese a importância do motor, um motor sem o restante da máquina não teria razão de ser, assim como de nada serviria um coração sem corpo. Mas por que a contradição é motor do movimento? Porque ao negarmos um estado, uma etapa, uma necessidade, instigamos a reação oposta (a negação da negação), estimulamos a superação, porque a contradição é insuportável e tendemos a tentar superá-la.

A contradição dialética é ao mesmo tempo destruição e continuidade, é oposição que inclui... por essa razão é definida por Lefebvre (1991) como negação inclusiva, para morrer eu preciso estar vivo, e ao viver consumo minha vida, ao viver mais me aproximo do tempo da morte, exemplifica Lefebvre (1991). A criança tenta andar, cai e levanta, quer andar, quer alcançar os objetos, tocá-los, para isso precisa locomover-se, quer superar a dificuldade de deslocamento. A dificuldade de se deslocar é a negação que inclui.

Somos contradição, só na morte ela cessa, ou é possível que cesse; infelizmente, nesse último caso, não podemos utilizar a prática como critério de verdade. Contradição e movimento são indissociáveis e essa unidade já pressupõe em si a totalidade, isso é a dialética que se expressa na vida, lugar de onde a apreendemos para voltar com seus elementos a mesma vida e tentar explicá-la a partir de nossos sentidos também provisórios, porque históricos.

Como explica Lefebvre (1991, p. 43), “[...] o humano só pode se constituir através do inumano, de início a ele misturado para, em seguida, distinguir-se, por meio de um conflito, e dominá-lo pela resolução deste conflito”.

A base da obra de Marx resume as contradições do modo de produção capitalista. Conforme assinala Lefebvre (1963, p. 14), Marx constata, desde suas obras da mocidade, a contradição entre a libertação do homem frente a natureza, a partir do avanço técnico, e o enriquecimento da sociedade capitalista acarretando a escravidão e o empobrecimento da maior parte desta sociedade. É a partir dessa relação básica e essencialmente contraditória que se constitui o capitalismo: o salário, a produção da mais-valia.

A ênfase dada por Marx ao desvendamento das contradições aparece na introdução de sua obra *Contribuição para a Crítica da Economia Política* e é reiterada na obra *O Capital*. Escreve Marx (1867/1989, p. 48):

Assim como não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela sua consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

A categoria da contradição aparece metodologicamente em *O Capital* (MARX, 1867/1989), mostrando o contraponto entre falsa consciência e compreensão do fenômeno. Conforme mostra Kosík (1989, p. 16), Marx apresenta a compreensão conceitual de aspectos da realidade aos pares:

fenômeno – essência; mundo da aparência – mundo real; aparência externa dos fenômenos – lei dos fenômenos; existência positiva – núcleo interno, essencial, oculto; movimento visível – movimento real, interno; representação – conceito; falsa consciência – consciência real; sistematização doutrinária das representações (ideologia) – teoria e ciência.

Segundo Cury (1986, p. 43), a mediação deve ser ao mesmo tempo relativa ao real e ao pensamento; procura apreender o fenômeno na articulação de relações com os demais fenômenos e

no conjunto das manifestações daquela realidade da qual ele faz parte, seja como fenômeno essencial ou não. As mediações abrem espaço para a concretização das teorias, tornando-se guias das ações. “[...] Sem as mediações as teorias se tornam vazias e inertes, e, sem as teorias, as mediações se tornam cegas ou caolhas” (CURY, 1986, p. 44).

Para Martinelli (1993, p.136-137), mediações “são categorias instrumentais”, a partir das quais a ação profissional ganha concretude, pois são instâncias de passagem, vias de penetração no real, expressas através do uso de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias.

Como categoria “reflexiva e ontológica”, sua construção (histórica) se consolida com base em operações intelectuais e valorativas, “apoiadas no conhecimento crítico do real, possibilitado fundamentalmente pela intervenção da consciência” (MARTINELLI, 1993).

Segundo Pontes (1995), a mediação tem papel fundamental no plano metodológico devido a sua dupla natureza, ontológica e reflexiva. As mediações que estruturam (ontológicas) devem ser reconstruídas pela razão (reflexivas) para que seja possível uma compreensão do movimento e constituição do objeto e para orientar a intervenção.

O método de investigação e exposição

Marx demarca diferenças entre o método de investigação e de exposição, isso demonstra sua preocupação não só com o processo investigativo que deveria ser intenso e abarcar as mais diversas formas de manifestação do real reconhecidamente móvel, contraditório, mutante. Quanto ao primeiro, relata Marx (1867/1989, p. 16) no Posfácio da 2ª edição de *O Capital*:

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que

há entre elas. Só depois de realizado êsse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada [...] o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado.

Já o método de exposição deve ter um início necessário, um embrião que será, ao longo da exposição desdobramento, complicação das antíteses. A análise dialética deve ultrapassar a reflexão acrítica, buscando estabelecer mediações com a totalidade. A totalidade, esclarece Cury (1986, p. 36), “interna os dados empíricos, implica-os e os explica no conjunto das suas mediações e determinações contraditórias”.

O *método de investigação* valoriza a articulação entre quantidade e qualidade, dados que espelham o contingente de sujeitos envolvidos e suas expressões. Parte do concreto expresso no cotidiano, no trabalho, na expressão dos “homens em carne e osso” e só depois agrega a opinião dos sujeitos sobre esse concreto. Analisa o contexto no qual os fatos se conformam, buscando desocultar os múltiplos fatores que os condicionam (econômicos, sociais, culturais, políticos...). Verifica as relações existentes entre os fatos, superando sentidos isolados. Parte da estrutura – do contexto presente (descrição crítica) dos elementos que conformam o fenômeno – e faz o movimento de retorno ao passado buscando a gênese e identificando episódios significativos nesse contexto histórico (transições) que o marcaram, os ressignificando no processo (movimento de *detour*), constituindo totalizações provisórias, por sucessivas aproximações. Busca desocultar o modo como os fenômenos se organizaram, se desenvolveram e se transformaram ao longo de sua história (dinâmica do fenômeno), além de valorizar o processo e o caráter pedagógico da investigação, como ficou explicitado no modo como Marx interpretou o uso do questionário aplicado em 1880 junto aos operários franceses, explicitado anteriormente.

Kosík (1989) assim resume as bases do método de investigação marxiano:

1. Minuciosa apropriação da matéria, pleno domínio do material, nele incluídos todos os detalhes históricos aplicáveis, disponíveis; 2. análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material; 3. investigação da coerência interna, isto é, determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento. (p. 31)

A pesquisa se vale das mais variadas técnicas e instrumentos da ciência que possam auxiliar no desocultamento da estrutura e da dinâmica do fenômeno (PRATES, 2003b).

No que consiste o método dialético materialista? “Uma postura, um método de investigação e uma práxis, um movimento de superação e de transformação. Tríplice movimento: de crítica, de construção do conhecimento novo, e da nova síntese no plano do conhecimento e da ação” (FRIGOTTO, 1991, p. 79).

Quanto ao *método de exposição*, no Posfácio da 2ª edição de *O Capital*, Marx (1867/1989, p. 16), após referir-se ao método de investigação, explica: “Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori”.

Segundo Kosík (1989, p. 31), o método de exposição, mais do que uma forma de apresentação, é um método de “*explicitação*, graças ao qual o fenômeno se torna transparente, racional, compreensível” (grifo do autor), razão pela qual o método de exposição assume posição significativamente relevante.

Esclarece Kosík (1989, p. 31) que, diferente do início da investigação, quando a problemática ainda não é suficientemente conhecida, a exposição já é resultado de uma investigação e de uma apropriação crítico-científica sobre a matéria, portanto, deve ter um início mediato, “que contém em embrião a estrutura de toda a obra”.

Por essa razão, Marx (1867/1989) inicia *O Capital*, a partir da análise da mercadoria, célula da sociedade capitalista, o “embrião de todas as contradições”, que durante o desenvolvimento da exposição irão sendo aprofundadas de acordo com a própria necessidade da exposição. Segundo Kosík (1989, p. 31-32):

O início da investigação é casual e arbitrário, ao passo que o início da exposição é necessário [...] Sem um início necessário, a interpretação nunca é desenvolvimento, explicitação... O método de explicitação não é um desenvolvimento evolucionista, é desdobramento, manifestação e “complicações” das antíteses, é desdobramento da coisa por intermédio das antíteses.

Algumas breves considerações finais

Antes de finalizar, é importante ressaltar que em Marx se evidencia o reconhecimento da necessária interconexão entre razão e sensibilidade. Os sentidos, segundo Marx (1844/1993) nos *Manuscritos de Paris*, assim como a razão, também precisam ser educados. Os sentidos vão perdendo capacidades ao longo de nosso envelhecimento, por um lado dando provas físicas da nossa *provisoriedade*, mas por outro lado acumulam experiências sensoriais, aprimoram-se pelo exercício ao longo da vida, desenvolvem-se mais ou menos aguçados de acordo com nossas condições de existência.

Aquele que não enxerga por uma deficiência visual geralmente desenvolve audição e tato mais acurados, mas também, teoriza Marx (1844/1993), o olho que não aprende a ver não enxerga, porque observar não é simplesmente olhar, mas destacar aspectos significativos de uma determinada realidade. Para o homem preso à grosseira necessidade, o alimento é só a possibilidade de atender a uma necessidade física e não espaço de prazer e partilha, sabor, arte culinária, por exemplo.

A impossibilidade de acesso, portanto, a boa música, a expressão do estético, as práticas esportivas, a prática da participação, enfim, a riqueza material e simbólica humana construída pela humanidade condiciona o desenvolvimento não só de nossa saúde física, mas de nossas possibilidades, do desenvolvimento de nossa humanidade em sentido ampliado, espaço em que razão e sensibilidade se interpenetram.

Há sempre uma preocupação de mestrandos e doutorandos em relação à mediação do método em suas produções, em especial ao uso das categorias do método. Mais do que categorias estanques que articulam resultados de um processo de coleta, as categorias do método podem não só ser utilizadas para interpretação dos dados, mas precisam ser transversais à exposição, que necessita explicitar a estrutura em que se inscreve o objeto de estudo, buscar sua gênese e explicar seu movimento, sua dinâmica. Portanto, são categorias historicizadas que emanam do real e a ele voltam para auxiliar a explicá-lo. Ao longo desse processo/movimento, é necessário dar visibilidade às contradições e transformações, aos múltiplos fatores que condicionam o fenômeno analisado e que precisam ser problematizados para sua superação e, por fim, apontar perspectivas no caminho da transformação, porque o caráter teleológico do método, reiteramos, é também uma de suas características centrais (PRATES, 2003a).

A riqueza e complexidade da obra marxiana fazem com que diversas interpretações sejam realizadas acerca de suas contribuições, o que inclui a crítica quanto à mediação mecânica de conteúdos por ele desenvolvidos ou ressignificados ou, ainda, a utilização reducionista de seu método. Observamos que autores cuja mediação da obra de Marx é acrescida de contribuições, sem dúvida muito relevantes, de intérpretes diversos, pensadores que desenvolvem suas teorias e criam novas mediações para explicar o desenvolvimento de processos que, à época de Marx, ainda não haviam amadurecido, enfatizam esse ou outro aspecto, essa ou aquela categoria. Notadamente, no Serviço Social, são influências

que decorrem especialmente das produções de Lukács, de Gramsci e de Lefebvre.

Para concluir, retoma-se duas citações do pensador alemão profundamente atuais que foram utilizadas para fechar a oficina sobre o *Método em Marx*, realizada em Natal. Sua utilização tinha por intuito dar visibilidade à atualidade do pensamento marxiano e instigar a reflexão sobre o tempo presente.

Segundo Marx (1871/1999, p. 95),

A civilização e a justiça da ordem burguesa aparecem em todo o seu sinistro esplendor onde quer que os escravos e os párias dessa ordem ousem rebelar-se contra os seus senhores. Em tais momentos, essa civilização e essa justiça mostram o que são: selvageria sem máscara e vingança sem lei. Cada nova crise que se produz na luta de classes entre os produtores e os apropriadores faz ressaltar esse fato com maior clareza.

Em tempos de capitalismo manipulatório, quando a vida do conjunto dos trabalhadores é reduzida a uma vida *just in time* (ALVES, 2011, 2014), nosso desafio urgente é contribuir, com nossos estudos, pesquisas, intervenções e organizações, para desfetichizar “as orgias do capital” e estimular o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios no caminho de novas formas de sociabilidade, nas quais essas orgias não sejam naturalizadas, e nós, homens e mulheres “em carne e osso”, trabalhadores, posamos desenvolver radicalmente nossa humanidade.

Referências

ALVES, G. *Trabalho e subjetividade*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, G. *Trabalho e Neodesenvolvimentismo*. São Paulo: Praxis, 2014.

CURY, C. R. J. *Educação e contradição*. São Paulo: Cortez, 1986.

- FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. (Org.). 2. ed. *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1991. p. 69-90.
- KOSÍK, K. *Dialética do Concreto*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LEFEBVRE, H. *O marxismo*. 3. ed. São Paulo: Difusão Europeia, 1963.
- LEFEBVRE, H. *Lógica formal e lógica dialética*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MARTINELLI, M. L. *Notas sobre mediações* [Mimeo]. Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 1993.
- MARX, K. *Manuscritos Económico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993. (Texto original escrito em 1844).
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993. (Texto original escrito em 1846).
- MARX, K. *Contribuição para a crítica da Economia Política*. São Paulo: Mandacaru, 1977. (Texto original publicado em 1859).
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política (Livro 1)*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. (Texto original publicado em 1867).
- MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. (Texto original publicado em 1848).
- MARX, K. *A guerra civil na França*. Ridendo Castigat Mores. 1999. (Texto original publicado em 1871). Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/guerracivil.html>>.
- MARX, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. (Texto original publicado em 1847).
- MARX, K. *A questão judaica*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d. (Texto original publicado em 1844)

- MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C. Algumas reflexões acerca dos desafios para a consolidação das Diretrizes Curriculares. *Revista Temporalis*, v. 14, p. 175-197, 2007.
- MONTAÑO, C. Breves anotações sobre o método e a teoria em Marx. In: MONTAÑO, C.; BASTOS, R. L. (Org.). *Conhecimento e sociedade: Ensaio marxistas*. São Paulo: Outras expressões, 2013. p. 11-28.
- NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PONTES, R. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- PRATES, J. C. O planejamento da pesquisa social. *Revista Temporalis*, v. 7, p. 123-143, 2003a.
- PRATES, J. C. *Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social*. 2003b. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- PRATES, J. C. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. *Revista Temporalis*, v. 9, p. 131-146, 2005.
- PRATES, J. C. O método marxiano e o enfoque misto na pesquisa: uma relação necessária. *Revista Textos e Contextos*, v. 1, p. 116-128, 2012.
- THIOLLENT, M. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

Capítulo 5

Marxismo e transformação social: tendências e contratendências

Carlos Montaña

Transformação: d'onde e para onde?

Pensar um processo de transformação social exige, particularmente para Marx e para a tradição marxista, a clara caracterização do *ponto de partida*, aquilo que se quer transformar (o capitalismo), e do *ponto de chegada*, a sociedade que se pretende construir sobre aquela que findou (o socialismo, como caminho para o comunismo). Vejamos então a importância do conhecimento científico e crítico do Modo de Produção Capitalista (MPC) e os caminhos que tem seguido boa parte da intelectualidade na construção de um conhecimento fragmentário, desengajado e acrítico.

O ponto de partida: o capitalismo contemporâneo

A importância do conhecimento crítico-científico do MPC e a tendência ao conhecimento fragmentado, desengajado e acrítico

Transformar a realidade social, o Modo de Produção Capitalista (MPC), promovendo uma revolução da ordem social vigente, exige um profundo e crítico conhecimento científico da realidade contemporânea, do sistema capitalista, seus

fundamentos, estrutura e movimento, sua gênese e desenvolvimento, suas leis e contradições dialéticas, em constante movimento histórico.

Assim, o método de Marx, o Materialismo Histórico e Dialético, na medida que se orienta para a transformação social, tem por condição e exigência a fiel reprodução intelectual do movimento da realidade: o Modo de Produção Capitalista, a Ordem Burguesa. Marx aprende com Hegel que a dialética da realidade social, da história, do Ser Social, significa, em primeiro lugar, que as coisas, a realidade, estão em constante movimento: *o movimento é constitutivo da realidade*. Outra condição da dialética presente na realidade é a *contradição*: todo processo real, em constante movimento, opera-se a partir da contradição, da afirmação e negação; a contradição é o motor do movimento, num processo de tese, antítese e síntese. Aqui aparece o conceito de *superação dialética*, sendo esta a negação do que era, a conservação de algo essencial da forma anterior, e a elevação a um nível superior do novo Ser (KONDER, 2003, p. 26). Finalmente, a dialética contida na realidade mostra a *articulação* mútua dos fenômenos numa *totalidade*, numa relação entre o *singular*, o *particular* e o *universal*.

Porém, o que se verifica na atualidade é a força, nas análises da realidade contemporânea, de visões fragmentadas, fundadas nas racionalidades formal-abstrata (positivista e neopositivista) e pós-moderna. Se na produção e divulgação de conhecimento sobre o real o intelectual tem papel destacado, ele (e particularmente o cientista social) tem tido em geral *uma visão fragmentada do real* e, portanto, tem desenvolvido e reproduzido, tendencialmente, *um conhecimento fragmentado*.

Assim, o intelectual (orgânico ou não) já nasce, no presente, imbuído de *uma tendencial cultura positivista* (enquanto principal expressão da razão formal-abstrata), que visa à *segmentação da realidade em esferas sociais* (objetos específicos), constituindo, a partir desta segmentação, campos de saber e disciplinas

sociais específicas. É o que Lukács chama de *Ciências Sociais Particulares*¹.

Surge o conhecimento fragmentado em lugar da perspectiva de totalidade; surgem as teorias da mudança substituindo a perspectiva de revolução.

Para isso, a forma de conhecimento produzido sobre essa história *natural* da sociedade deve ser fragmentária e fenomênica: surgem e se desenvolvem as *ciências sociais particulares* como disciplinas que repartem entre si o *conhecimento* (parcial e fenomênico) dos retalhos de realidade, e o conhecimento fragmentário da realidade é dissociado da *intervenção*, tomada como uma manipulação corretiva de variáveis dessas frações do real (ou *realidades*).

Se o positivismo foi a racionalidade hegemônica, dada a sua funcionalidade com o tipo de conhecimento compatível com os interesses do capital, hoje o pensamento pós-moderno apresenta-se como nova racionalidade hegemônica, que não apenas fragmenta o real em esferas isoladas, mas que pulveriza a realidade, retirando sua objetividade, transformando agora o real em realidades vividas, sentidas (HARVEY, 1993; JAMESON, 1996).

O intelectual (o cientista social particularmente), para fugir dessa armadilha, dessa “gaiola de ferro” positivista e/ou pós-moderna, deve incorporar e desenvolver: 1) uma visão de totalidade, 2) um pensamento crítico, 3) uma perspectiva de transformação social. E para tal transformação, deve se apropriar dos fundamentos, contradições e movimento do Modo de Produção Capitalista, na sua gênese e desenvolvimento histórico. Pois, como recupera Netto (2009, p. 3), segundo Togliatti: “quem erra na análise, erra na ação”; acrescentando que

para aqueles que se propõem como tarefa a supressão da ordem do capital e a ultrapassagem da sociedade

1 A este respeito, ver Lukács (1992) e Coutinho (1994).

burguesa, o conhecimento verdadeiro da realidade social é, como Lukács esclareceu desde 1923, uma questão de vida ou de morte. Isso equivale a dizer que, para os revolucionários, a formulação de projetos e o estabelecimento de estratégias no marco das lutas de classes supõem o máximo conhecimento possível da dinâmica social concreta.

Como afirmou Hobsbawm, “o marxismo [...] é um método para, ao mesmo tempo, interpretar e mudar o mundo” (1987, p. 12). É, portanto, um conhecimento para atingir os fundamentos, a essência do MPC. É um conhecimento para a transformação social.

A importância da escolha e priorização das categorias de análise

Se o método de Marx (e dos marxistas ortodoxos) pretende se apropriar da realidade para transpô-la ao pensamento, ele deve se apropriar das categorias existentes na realidade. Conforme Lukács (1978/2012, p. 297),

as *categorias* não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas, ao contrário, são, na realidade, “*formas de ser, determinações da existência*”, elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes.

Essas categorias, na concepção marxiana, são do pensamento por serem constitutivas (e extraídas) da realidade. As categorias empregadas na análise dos fatos condicionam o tipo de conhecimento produzido, o alcance da compreensão sobre a realidade. As categorias funcionam, para o cientista social, como o microscópio ou o reagente para o biólogo². O tipo de categoria

2 Conforme esclarece Marx, no Prefácio à 1ª edição de O Capital, “na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios” (1867/1980, I, p. 4).

empregado para o conhecimento da realidade social, como o tipo de microscópio ou de reagente na pesquisa micro-orgânica, vai levar a conhecimentos diferentes.

Não é a mesma coisa o conhecimento alcançado sobre a realidade contemporânea a partir de umas ou outras categorias de análise: *contradição* ou disfunção, antinomias e harmonia; *exploração* ou exclusão, ou até opressão; *classe social* (fundada no processo de produção), ou classe rica e pobre (ou alta, média e baixa), ou ainda cidadania ou povo; *lutas de classes* ou colaboração e parceria entre classes; *imperialismo* ou globalização; *sociedade civil* ou terceiro setor; *transformação* ou mudança etc.

Por quê? Porque a *contradição* trata do movimento, da transformação, mas a “harmonia” ou a “disfunção” pressupõe um sistema perfectível mas não em transformação; a *exploração* faz referência à relação contraditória entre as classes fundamentais no processo de produção do MPC (capital e trabalho), e sua eliminação supõe a superação da ordem capitalista, enquanto a “exclusão” remete a qualquer forma de desigualdade, e sua resolução passa pela “inclusão” (dentro da ordem social vigente); a *classe social* (fundada no processo de produção) remete à relação contraditória entre os dois sujeitos fundamentais da produção capitalista (donos de força de trabalho e donos de meios de produção), entretanto, a noção de “classe” como ricos ou pobres trata de uma diferença (de poder aquisitivo) mas não de uma contradição, e ainda, enquanto a classe mostra a contradição fundada na divisão social do trabalho, o povo e a cidadania a escondem; as *lutas de classes* remetem a um processo de conflito (manifesto ou latente) que enfrenta as classes antagônicas, mas a colaboração ou parceria induz o ocultamento de tais antagonismos, de tais contradições, supondo a comunhão de interesses; o *imperialismo* remete a uma ordem mundial marcada pelo monopolismo, pela fusão do capital bancário e industrial, pelo desenvolvimento desigual e combinado (países de centro e periferia, em relação de dependência), sendo que a chamada “globalização” esconde um

processo histórico, o naturaliza e oculta o sujeito; a *sociedade civil* remete (mesmo com tratamentos diferentes) a uma esfera da totalidade social saturada de contradições e lutas, enquanto o chamado “terceiro setor” supõe sua desarticulação da totalidade e sua homogeneidade e harmonia; a *transformação* significa a superação estrutural da ordem burguesa, do MPC, mas as “mudanças” remetem a alterações dentro do sistema vigente.

As categorias representam o arsenal heurístico, as ferramentas de pesquisa, apontando onde e o que vai se observar da realidade. Portanto, o conhecimento alcançado depende do tipo de categorias observadas.

A importância da crítica radical

Ainda, para Marx, o papel da *crítica* é central no processo de conhecimento. Tal é assim que, como já observamos, os fundamentos da obra marxiana sustentam-se na *crítica* da economia política inglesa, na *crítica* da filosofia alemã e na *crítica* do socialismo utópico francês. Ainda mais, nos textos de Marx, a crítica sempre é o fundamento central; vejamos: “*Crítica da Filosofia do direito de Hegel*” (1843); “A Sagrada Família ou a *Crítica da Crítica Crítica* contra Bruno Bauer e consortes” (1845, com Engels); “A Ideologia Alemã. *Crítica* da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas” (1845-6, com Engels); “Para a *Crítica da Economia Política*” (1857); “O Capital. *Crítica da Economia Política*” (1867); “*Crítica ao Programa de Gotha*” (1875).

Mas, se a crítica é central no pensamento marxiano, no processo de conhecimento do real, no tipo de envolvimento de Marx com a ordem social burguesa, de que *crítica* estamos falando?

Há, muito frequente, um uso do termo crítica como *rejeição* – ser crítico a algo, nesse entendimento, significará sua rejeição,

seu descarte. Há também uma *crítica restauradora* – aquela que, rechaçando o moderno, o novo, propõe a reutauração do antigo. Há uma *crítica moralista* – aquela que se funda em juízos de valores, em avaliações morais. Existe uma *crítica doutrinária* – quando se rejeita tudo o que esteja por fora de certa doutrina, de certo dogma (como a religião). Pode se encontrar a *crítica romântica*, ou *ingênua* – quando a crítica enfrenta um fenômeno ou discurso, mas sem conseguir captar os fundamentos destes, apenas manifestando o descontentamento, a partir do senso comum, ou deslizando para a crítica moral. Verificamos, como uma expressão da anterior, uma forma de *crítica pontual* – centrada em processos isolados, sem conexão com as estruturas sociais, com os demais fenômenos, certamente tratando das consequências e não das causas, e sem uma perspectiva de totalidade.

Para Marx, a crítica não tem qualquer relação com as anteriores: é a *crítica radical*. A crítica (radical) não pode ser rejeição, pois consiste na incorporação e superação dialética. Ela jamais pode ser doutrinária ou moralista, pois consiste no conhecimento que apreende, no pensamento, e fielmente, o movimento efetivo da realidade. A crítica (radical) não tem uma orientação restauradora, pois visa a transformação histórica orientada pelo progresso e pela emancipação humana. E, ainda, a crítica não pode ser romântica, ingênua, superficial ou pontual, pois, na perspectiva de totalidade, deve captar os fundamentos dos processos, a essência dos fenômenos, chagando à raiz da realidade social. Trata-se de uma *crítica radical*.

Segundo nosso autor, a crítica (radical) é uma ferramenta no processo de conhecimento, é uma *arma*, pois, “a crítica não é paixão da cabeça, mas a cabeça da paixão [...] uma arma”, sem ser, a crítica, um “fim em si, mas apenas um meio” (MARX, 1843/2005, p. 147). Para ele, é preciso reconhecer:

que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas *a teoria converte-se em força*

material quando penetra nas massas. A teoria é capaz de se apossar das massas ao demonstrar-se ad hominem, e demonstra-se ad hominem logo que se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem. [...] Não basta que o pensamento procure realizar-se; a realidade deve igualmente compelir ao pensamento (MARX, 1843/2005, p. 151-152).

Assim, a análise (crítica) marxista constitui uma poderosa arma para a transformação social.

O ponto de chegada: o socialismo como caminho para o comunismo

Se a análise crítico-científica do MPC é fundamental para sustentar o processo de superação da ordem burguesa – é imprescindível o conhecimento daquilo que se quer transformar –, devemos também apontar que é tão fundamental a clara determinação daquilo aonde quer se chegar, da sociedade que quer se construir nas ruínas da sociedade capitalista: o *socialismo* (fundado na “Ditadura do Proletariado” e no princípio de “a cada um segundo sua contribuição”) como caminho para o *comunismo* (fundado numa sociedade sem classes, sem Estado, de livres produtores associados, e no princípio de “a cada um segundo suas necessidades, de cada um segundo suas possibilidades”).

No entanto, também neste caso, o que se observa é a apresentação, como alternativas a realidade atual, de *noções vagas* de uma sociedade que nada esclarecem sobre seus fundamentos, sobre se tratar de mudanças dentro da ordem ou de transformações da mesma, ou até de “ilhas” ou experiências localizadas convivendo (e preservando) o MPC. Exemplos disso: “*Um Outro Mundo Possível*” (consigna do “Fórum Social Mundial”); o “*Socialismo do Século XXI*” (caracterização dos processos que orientam os governos na Venezuela, Bolívia e Equador); a

“*Economia Solidária*” (proposta sustentada na ideia de P. Singer de constituir um “mercado não-capitalista no interior do capitalismo”); a “*descolonização do Mundo da Vida*” (caminho habermasiano que pretende a emancipação ao afastar a Sociedade Civil das esferas governamental e econômica) etc.

Os fundamentos marxianos da transformação social

Ao tratar dos processos que podem levar a um processo de transformação social, Marx, no seu “Prefácio à ‘Crítica da Economia Política’” (redigido em 1859), afirma:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, *as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes*, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. *Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura.* Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. [...] Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a

análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. [...]. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, [...]; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. Com essa formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana (MARX, 1859/2008, p. 47-48).

Temos que, primeiramente, a época de transformação social se abre quando as forças produtivas materiais da sociedade (o desenvolvimento dos meios e condições de produção) entram em contradição com as relações de produção existentes (as relações que fundam o MPC: a relação de compra e venda de Força de Trabalho, a relação salarial, a relação de exploração), ou com a propriedade privada dos meios de produção.

Em segundo lugar, transforma-se a base material, as relações de produção, levando a uma transformação na superestrutura (jurídico e política), o Estado; pois, como diz Engels, “o Estado, o regime político, é o elemento subordinado, e [...] as relações econômicas, é o elemento dominante” (MARX; ENGELS, 1975, p. 111); mesmo que essa determinação econômica não seja absoluta e unilateral³.

Por outro lado, uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter (MARX, 1859/2008), antes de que se esgote sua capacidade de desenvolvimento ou de reestruturação; e ainda, as novas (ou emergentes) relações de produção jamais se tornam hegemônicas,

3 Em carta a Bloch, Engels afirma: “segundo a concepção materialista da história, o fator que em *última instância* determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu temos afirmado nunca mais do que isto. Se alguém tergiversa dizendo que o fator econômico é o *único* determinante, converterá aquela tese em uma frase vazia, abstrata, absurda” (MARX; ENGELS, 1975, p. 520).

antes que se consolidem as novas condições materiais, a nova ordem social.

Isso posto, podemos entender que dois são os fundamentos para que se abra um processo de transformação social, de revolução; um objetivo e um subjetivo:

- 1) o esgotamento do antigo Modo de Produção;
- 2) a constituição de um sujeito que terá como missão promover o processo de transformação.

O esgotamento do Modo de Produção

A análise do primeiro fundamento para a transformação social, o objetivo, exige a análise da dinâmica contemporânea capitalista a partir dos seus próprios fundamentos estruturais.

Conforme demonstrou Marx (1894/1980b), o MPC gesta-se, e se desenvolve, contendo uma *contradição* imanente e ineliminável à sua estrutura e dinâmica: a saber, a contradição entre a *socialização da produção* e a *apropriação privada do produto* – cada vez maior número de trabalhadores estão envolvidos na produção de mercadorias, mas estas são majoritariamente apropriadas pelo capitalista (a partir da *exploração*), gerando a *acumulação ampliada de capital*. Essa é a contradição fundante entre *capital* (donos dos meios fundamentais de produção e reprodução) e *trabalho* (produtores de riqueza, que lhe é expropriada pelo capital): quanto mais o trabalhador produz riqueza, maior a exploração e acumulação capitalistas; quanto maior riqueza socialmente produzida, *maior riqueza acumulada por um lado* (pelo grande capital) e *maior pobreza* (absoluta ou relativa) *por outro* (do trabalhador, empregado ou desempregado)⁴.

4 Ver Marx, *O Capital* (1894/1980b), especialmente os capítulos XXX a XXXII do Livro 3.

Em articulação com isso, com o desenvolvimento das forças produtivas (a partir das novas formas de organização da produção e do desenvolvimento tecnológico, apropriado pelo capital), ocorrem no capitalismo a *tendência à substituição da força de trabalho pela maquinaria* – alterando a composição orgânica do capital, ou seja, a relação entre capital constante (meios de produção) e capital variável (força de trabalho), e gerando uma cada vez maior superpopulação relativa desempregada, expulsa total ou parcialmente do processo de produção (Marx, 1867/1980a)⁵, – e a *tendência à queda da taxa de lucro* (Marx, 1894/1980b)⁶.

Ou seja, quanto mais se desenvolve o capitalismo, mais tende o capital a se acumular, mais tende a força de trabalho à pauperização (absoluta ou relativa), maior é a tendência à constituição de um excedente de força de trabalho (aumentando o desemprego) e a taxa de lucros tende em períodos a diminuir. Temos aqui uma *lei geral* da acumulação capitalista que, considerada a longo prazo, intercala períodos de crescimento acelerado, seguidos de fases de crescimento desacelerado, convulsões e estagnação, derivando em *crises econômicas estruturais e cíclicas*.

Dessa forma, podemos claramente visualizar duas determinações centrais quando analisamos o papel das crises nos ciclos de produção e reprodução capitalistas: *a)* em primeiro lugar, a crise é um resultado, uma consequência intrínseca do próprio desenvolvimento capitalista – com a superprodução e a superacumulação geradas num período de expansão, chega-se a um momento em que a capacidade de produção não encontra possibilidades de escoamento no saturado mercado de consumo (crise de superprodução), nem condições de reinvestimento do

5 Ver Marx, *O Capital* (1867/1980a), especialmente os capítulos XIII e XXIII do Livro 1.

6 Ver Marx, *O Capital* (1894/1980b), especialmente os capítulos XIII, XIV e XV, do Livro 3.

total do volume de capital acumulado em atividades lucrativas (crise de superacumulação); *b*) em segundo lugar, a crise é a causa, o motor, da recuperação econômica e da retomada da taxa de lucro – com a redução dos estoques, com a diminuição dos salários e o aumento do desemprego, os custos de produção caem, os preços tendem a subir, retoma-se a taxa de mais-valia (aumenta a exploração intensiva) e a taxa de lucro; o reinvestimento nas atividades produtiva e comercial retoma os níveis de lucratividade esperados (MANDEL, 1977, p. 326).

Como entende Mészáros (1997), “a forma típica de crise sob o sistema capitalista é a crise conjuntural [cíclica e periódica] que, como dizia Marx, se compara à tempestade tropical”; porém, no último quarto do século XX, “o que vimos foi a *crise estrutural do capitalismo*, determinada pela ativação de um conjunto de contradições e limites que não podem ser superados pelo próprio sistema” (p. 149). É que com a intervenção do Estado não haverá grandes tempestades e crises violentas, mas frequentes precipitações por todas as partes; assim, estas podem se tornar a *normalidade* do “capitalismo organizado”. Para o autor, seria

um erro interpretar a ausência de flutuações extremas ou de tempestades de súbita irrupção, como evidência de um desenvolvimento saudável e sustentado, em vez da representação de um *continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise *cumulativa*, *endêmica*, mais ou menos *permanente* e *crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada (MÉSZÁROS, 2002, p. 697).

A novidade levantada por Mészáros, para caracterizar a atual crise capitalista, significa que o sistema capitalista não pode mais se recuperar da crise, tendo entrado numa fase de crise estrutural e cumulativa.

Segundo Mészáros (1997), uma das contradições (e limitações) fundamentais do sistema capitalista é a sua necessidade de dissipação e destruição da riqueza produzida. Para o capitalista,

que visa ao valor de troca das mercadorias (e não o diferencia ou o superpõe ao seu valor de uso), *o consumo é igual à destruição* (vide a indústria bélica, os produtos descartáveis e, por que não, a indústria informática); daí a lei da taxa decrescente de utilização dos valores de uso das mercadorias, isto é, a tendência dos bens, serviços, maquinarias e força de trabalho, se tornarem [no sistema capitalista atual] supérfluas em proporções crescentes.

Assim, Mészáros (1997) afirma que “um sistema de reprodução não pode se autocondenar mais enfaticamente do que quando atinge o ponto em que as pessoas se tornam supérfluas ao seu modo de funcionamento” (p. 152). Dado, assim, o caráter cumulativo dessa crise estrutural/global do capital, baseada na sua lógica autodestrutiva, aparece, segundo o autor, claramente “que o sistema do capital esgota o curso de seu desenvolvimento histórico” (p. 152). A crise é do próprio sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2007), sendo portanto uma crise terminal.

Parece, então, contemplada essa condição (o esgotamento das forças produtivas) para abrir um processo de transformação social.

O Sujeito de Transformação Social

O segundo fundamento, o subjetivo, a formação do sujeito que tem a missão de promover a transformação social, merece um tratamento detalhado. Primeiramente porque é objeto de intensas polêmicas no interior da esquerda, e particularmente do marxismo. Por outro lado porque ao pensarmos os processos de consciência/alienação e de organização política verificamos significativos limites. Vejamos.

A indeterminação do sujeito: “Pobres”; “Povo”; “Excluídos”; “Multidão”; “setores não monopolistas” etc.

Alguns intelectuais enveredam pela procura da inovação, pretendendo encontrar um novo sujeito de transformação, ou a recharacterizá-lo: o sujeito é visto a partir de uma aliança de

setores não monopolistas, que articula trabalhadores e pequenos e médios empresários em ações antimonopolistas) (Boccara, como expressão do euro-marxismo), visão que leva à perda da centralidade da contradição de classe capital/trabalho, deslocada para uma oposição setor monopolista/não monopolista; o *ator da interação comunicativa* (que deve “descolonizar o Mundo da Vida”, em Habermas), separando a esfera “social” dos fundamentos contraditórios da dimensão econômica e política; a “*Multidão*” (o poder das massas contra o império, em direção a uma democracia global, em Hardt e Negri); a “*Sociedade Civil Organizada*”; *as Organização e Movimentos Sociais Identitários* (Boaventura de Sousa Santos); o “*povo*”; o “*pobre*”; os “*excluídos*” etc.

Todas essas propostas de sujeitos, alternativos (ou substitutivos) à classe trabalhadora, remetem a um debate polêmico, controvertido, e ainda em aberto.

É comum a confusão das categorias “exploração” e “pobreza” (e “explorado” e “pobre”), como se fossem sinônimos, como se o maior grau de exploração significasse um maior grau de pobreza. Essa frequente confusão deriva de um erro conceitual, e produz equívocos teóricos e políticos da maior dimensão. Aqui confunde-se a classe trabalhadora com o grau de empobrecimento; algo assim como se ser trabalhador e ser pobre fossem a mesma coisa. Ora, a exploração, conforme apresenta Marx, remete ao processo mediante o qual o capitalista se apropria da mais-valia produzida pelo trabalhador; isto é, o grau de exploração deriva da quantidade de valor produzido pelo trabalhador e apropriado (explorado) pelo capitalista; e esse processo nada nos diz sobre o grau de pobreza absoluta. Inclusive pode-se afirmar que, em geral, aquele trabalhador que maior mais-valia produz (e portanto é submetido a um maior grau de exploração) percebe um salário que lhe permita condições de vida muito acima da média dos trabalhadores. Enquanto, por sua vez, pode-se afirmar que quem ocupa a base da pirâmide social, os mais pobres, sequer sejam explorados, dada a sua condição de desempregados. As

categorias de “exploração” e de “pobreza” apresentam diferentes determinações; a primeira se fundamenta nas relações de produção (tendo raiz no conceito de classe em Marx), a segunda se percebe no âmbito do mercado (vinculada ao conceito de classe em Weber). O perigo dessa confusão, porém, não é só teórico, mas fundamentalmente político: confunde-se o sujeito “classe trabalhadora” com o sujeito “pobre”; assim, primeiramente, orientando (focalizando) as ações sociais para o pobre (princípio central da reforma neoliberal) no lugar do trabalhador, e em segundo lugar, pensando o sujeito revolucionário como o “pobre” e não o “trabalhador”. Há que se registrar que Marx e Engels (1848/1988), no *Manifesto Comunista* foram claros e enfáticos ao conclamar: “*Proletários do mundo, uni-vos!*” – remetendo à contradição de classes e não a diferença entre ricos e pobres.

Também observa-se a hoje comum substituição da categoria “exploração” pelo generalizante conceito de “exclusão social”.

Assim, os conceitos atuais de Excluído/Incluído, tanto quanto o uso anterior de Marginal/Integrado (e de forma semelhante aos países desenvolvido/subdesenvolvido), são classificações sociais nas quais a situação de um não é caracterizada a partir de sua relação com o outro. São classificações que não consideram os sujeitos *em relação* e sua situação como produto de tal relação. Diferente são as categorizações de Explorado/Explorador, Dominado/Dominador (e, para os países, Centro/Periferia), onde, aqui sim, um sujeito deve sua condição à sua relação com o outro, e não a uma condição individual.

Dessa forma, enquanto o conceito de exclusão social mostra o *resultado de um processo*: o afastamento de um/alguns indivíduo/s de certos bens e serviços (materiais, culturais etc.), ou de parcelas do poder (nas decisões políticas), esse conceito, no entanto, não mostra o *processo em si*, as *causas desse processo*, dessa exclusão. O *qualifica*, mas não o *explica*. A *forma* (sua aparência) do produto final (a exclusão, neste caso) esconde o *processo em si* (sua formação e gênese, seus fundamentos,

suas contradições, sua essência); é isto que Marx chamou de *fetichismo* (MARX, 1867/1980a). Entretanto, a categoria “exploração” *explica* sim o fenômeno, a partir das relações sociais próprias da sociedade capitalista: a relação entre capital e trabalho, baseadas na exploração; não só o qualifica, não só o apresenta, mas essa categoria permite *compreender sua gênese, seus fundamentos, a relação social que funda esta condição... e portanto, permite o caminho para sua superação*.

Enquanto a solução para a “exclusão” é a “inclusão” (dentro do sistema), preservando a ordem do capital a partir de certas mudanças (corretivas ou ajustadoras), a solução para a “exploração” (condição fundante e insuprimível do sistema capitalista) consiste necessariamente na superação da ordem do capital, num processo de transformação social.

Com tal procedimento, no qual “exploração” é substituída por “exclusão”, opera-se um esvaziamento conceitual (e político) no tratamento dos sujeitos que portam a missão histórica da transformação social.

Assim, há um esvaziamento da categoria de “classe social”, que de uma perspectiva marxiana – fundada no lugar dos sujeitos no processo de produzir valores, numa relação salarial e de exploração entre donos de meios de produção e donos de força de trabalho – passa a ser conceituada muito mais em função da compreensão weberiana – enquanto uma estratificação social a partir do poder aquisitivo das pessoas, esvaziando tal conceito da contradição fundante do sistema capitalista, a exploração.

Com tal substituição da conceituação marxiana de classe pela caracterização weberiana, há paralelamente uma substituição (ou identificação) da categoria “classe” pelo liberal conceito de “cidadania”. Sempre promovendo um esvaziamento das relações sociais, transformando a classe, ou a cidadania, um processo individual que não se funda a partir de relações de desigualdade.

Nesse sentido, os termos de “exclusão/excluído”, “cidadania/cidadão”, “povo/população/popular” não dão conta das

relações de produção e distribuição do valor, das contradições internas, enfim, dos fundamentos das classes sociais que os compõem. Como afirma Marx (1859/1977, p. 218):

a população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., não é nada.

A centralidade da Classe Trabalhadora e o Proletariado⁷.

Não é mais *importante* a desigualdade de classe que a desigualdade de gênero ou de raça etc. A exploração (e a desigualdade de classe) *não é mais importante* que a discriminação racial, sexual ou qualquer outra. Não pode se medir a importância de quem sofre qualquer forma de segregação, discriminação ou injustiça. Portanto, não pode se estabelecer uma relação de *importância* (a não ser pela dimensão em que ela se expressa num dado contexto).

Ainda, ao falar da *contradição de classes*, não se pretende com essa categoria ter uma compreensão de todas as formas de relações contraditórias. A classe pouco nos diz sobre a desigualdade de orientação sexual, ou de gênero, por exemplo. Pensar que a categoria “classe” resolveria todas as relações desiguais da sociedade seria no mínimo um equívoco.

Não se trata, portanto, ao considerarmos a *centralidade* da contradição de classes, nem de pretender com ela compreender *todas* as relações de desigualdade e opressão, nem de caracterizar a maior ou menor *importância* de uma ou outra forma de

7 Baseado em Montañó e Duriguetto (2010).

desigualdade ou “exclusão”. Trata-se de compreender com ela os *fundamentos* da sociedade capitalista, do MPC, aquilo que peculiariza esse modo de produção e o diferencia de outros.

Na verdade, a exploração de uma classe por outra é *fundamento* da sociedade capitalista. Não é mais *importante*, mas é *fundamento*. O fundamento que explica a sociedade e que lhe confere caráter central na/s luta/s pela emancipação social.

Por isso usamos a palavra “centralidade” da questão de classe, e não a palavra “importância” ou “relevância” ou “primazia”. O fato dessa questão (de classe) ser *central* não lhe confere maior importância ou relevância sobre outras tantas questões (racial, de gênero, sexual, dentre uma infinidade de outras). É *central* porque é *fundante* do MPC, porque peculiariza e caracteriza essa formação social. Não por ser mais importante ou anterior que outros. Ao contrário, muitas questões, como a racial, de gênero etc., são anteriores historicamente e precedem a questão de classe; o MPC as incorpora e redimensiona, mas elas não caracterizam o sistema comandado pelo capital. Ainda, o capitalismo pode existir e se perpetuar mesmo resolvendo a discriminação racial, de orientação sexual, de gênero etc. (Wood, 2006). Não que o sistema capitalista promova isso, mas em essência ele pode subsistir sem essas formas de discriminação e desigualdade. Não pode subsistir, o MPC, um único minuto sem a contradição, sem a exploração do trabalho pelo capital. Isso confere *centralidade* à questão de classe, em função dela ser fundamento da sociedade capitalista.

A contradição de classe (a exploração de uma classe por outra) peculiariza, caracteriza o MPC, constitui o *momento fundante* dessa sociedade.

Isso nos leva à *centralidade da classe trabalhadora*, e do proletariado (o trabalhador fabril, produtor de mais-valia) particularmente, *na constituição do sujeito de transformação social*.

A questão da determinação do sujeito da transformação social representa uma dimensão fulcral, particularmente na

tradição marxista, para pensar as lutas e o processo revolucionário. Mas, o debate sobre o *sujeito da transformação social* não pode ser ideológico, não pode se orientar por opções ou escolhas, pois não resulta da vontade, do desejo. Deve se sustentar, pelo contrário, na análise científica das condições do MPC. São as determinações realmente existentes, e não a ideia, a vontade, o que caracteriza o sujeito de transformação social – o estudo das reais contradições, dos interesses dos diferentes grupos sociais, as potencialidades emergentes, da consciência social, das organizações e correlação de forças sociais.

As primeiras determinações do *sujeito* na sociedade capitalista vêm das análises que Marx e Engels fazem n’*O Manifesto*:

as armas que a burguesia empregou para abater o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia. Mas a burguesia não se limitou a forjar apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os *proletários* (1848/1988, p. 12).

E continuam,

o progresso da indústria [...] substitui o isolamento dos operários, resultante da concorrência [entre eles], pela sua união revolucionária, resultante da associação. [...] A burguesia produz, sobretudo, os seus próprios coveiros (1848/1988, p. 20).

Temos assim, o *proletariado* (o operário moderno) como sujeito privilegiado da transformação social. Não pelo desejo desses autores, mas por constituírem os *produtores diretos da riqueza*, que lhes é expropriada (alienada) mediante a exploração capitalista, dona dos meios de produção. Por ser a classe *explorada* da riqueza que produz, o proletariado tem a *missão histórica de transformar a ordem social capitalista*, a ordem que o oprime e o explora.

O *proletariado* (trabalhador industrial) constitui, para Marx e Engels, o *sujeito privilegiado*, a *vanguarda*, da transformação social, da superação da ordem do capital, para constituir uma sociedade sem classes, reunindo o produtor direto dos meios para produzir riqueza.

Mas se o proletariado constitui a vanguarda da revolução, o sujeito privilegiado da revolução, isso significa que há outras classes ou frações, outros sujeitos, que podem se unir a essa missão de transformar a realidade, que são também submetidos, oprimidos, segregados na sociedade capitalista, ou até que fazem uma opção por uma sociedade emancipada: o trabalhador “não produtivo” (que não produz mais-valia), as classes médias (assalariados que possuem força de trabalho melhor remunerada), os servidores públicos, trabalhadores autônomos, profissionais independentes ou liberais, desempregados, dentre tantos outros. Eles *podem* se articular nessa/s luta/s, mas, como afirmam Marx e Engels, n’*O Manifesto do Partido Comunista*: “dentre todas as classes que hoje se opõem à burguesia, somente o proletariado é uma classe realmente revolucionária” (1848/1988, p. 17).

É que, como afirmam Marx e Engels, “as camadas médias – o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês – combatem a burguesia para assegurar a sua existência como camadas médias. Não são, portanto, revolucionárias, mas conservadoras” (1848/1988, p. 17).

O proletariado precisa combater o capital, nos seus fundamentos, pois necessita transformar as relações que o oprimem e exploram; outras classes combatem o capital para melhorar suas condições de vida. O primeiro precisa *transformar* o MPC; os segundos apenas *melhorar* sua condição *dentro* do sistema vigente. O primeiro só supera sua condição de opressão e exploração transformando a ordem burguesa; os segundos podem obter seus objetivos dentro da ordem, sem necessariamente ter que superar o sistema capitalista.

Assim, o proletariado é potencialmente revolucionário, por constituir a classe que produz a riqueza que, explorada pela burguesia, garante a acumulação ampliada de capital.

No entanto, com a crescente *complexificação* das classes, a “desproletarização” de amplas camadas de trabalhadores (desempregados, trabalhadores do setor terciário ou serviços, profissionalização de amplos setores da população etc.), a *concorrência* entre trabalhadores e a expansão de classes médias (e seu “aburguesamento”), a noção do proletariado (e/ou da classe trabalhadora industrial) como sujeito revolucionário começa a ser questionada (Habermas, Gorz, Boaventura Santos). Classe e trabalho perderiam, para esses autores, sua centralidade no sistema social e seu poder emancipatório.

Consciência/alienação e organização da classe trabalhadora.

Não cabe aqui tratar dos fundamentos e processos da consciência de classe, da alienação e nem ainda da organização da classe trabalhadora para as suas lutas. Apenas devemos apontar que nesse aspecto ainda não estão dadas satisfatoriamente as condições para o processo de transformação social, de revolução.

Por um lado, se Marx escreveu *O Capital* para subsidiar a classe trabalhadora no processo de desvelamento dos fundamentos do MPC, como requisito para orientar o processo de lutas de classes no caminho para a revolução, hoje esse conhecimento está longe de ser apropriado pela classe trabalhadora, que na luta ideológica parece estar seduzida pelos “cantos de sereia” da “esquerda possibilista” cooptada pela ideologia e projetos do “terceiro setor”, sustentados na autorresponsabilização do indivíduo, a desresponsabilização do Estado e a desoneração do capital: a “Economia Solidária”, o “Empoderamento”, a “Ação Social Voluntária do Terceiro Setor”, as “Ações Afirmativas”, o “Empreendedorismo”, as “Incubadoras de Cooperativas”, o

estímulo à “humanização do Capital” e à “Responsabilidade Social Empresarial”, ou até ao “Capital Verde”.

Por outro lado, enquanto Partidos e Sindicatos, como as formas clássicas de organização dos trabalhadores para suas lutas de classes, vêm sofrendo perda de adesão, ONGs, Movimentos por Identidade ou Territoriais, Associações da Sociedade Civil, Igrejas diversas, Organizações Culturais etc., têm tido significativo aumento na inserção de amplos setores de trabalhadores, que investem suas energias e esforços “militantes” nessas organizações, apostando nas suas ações as expectativas de mudanças e melhoras nas condições (individuais) de vida.

Em síntese: o caminho para a revolução exige, primeiramente, o esforço da esquerda radical (revolucionária) para a *clara determinação do Sujeito* fundamental de transformação social, que vai comandar as lutas de classes e o processo revolucionário. Tal caracterização não remete apenas a uma questão teórica, mas dela emana a capacidade de determinação tática e estratégica. Por outro lado, nesse caminho, torna-se fundamental o fortalecimento das organizações cujas lutas se articulem na contradição fundante entre capital e trabalho, confluindo num projeto revolucionário comum. Aqui Sindicatos e Partido precisam reassumir o papel central de inserção dos trabalhadores e articulação das suas lutas.

Transformação ou mudança social?

Um dos grandes problemas no debate sobre a transformação social é a comum identificação (ou até substituição) da *transformação* (da ordem social) com (pelas) *mudanças* (dentro da ordem vigente). Essa confusão (ou substituição consciente) é de importância fulcral quando pensamos a esquerda contemporânea, em muitos casos resignada à uma suposta impossibilidade de transformação da ordem capitalista, e adaptada àquilo que considera possível: as mudanças dentro da ordem que melhorem

as condições de vida imediatas dos indivíduos (a “esquerda possibilista”) ou as mudanças das subjetividades, não das estruturas (a “esquerda subjetivista”).

Mudanças (dentro do capitalismo e/ou subjetivas)

O debate, e as propostas contemporâneas, de amplos setores de esquerda, que congregam as energias militantes de massas de trabalhadores, antes de se orientar à transformação social, das estruturas, à superação da ordem, à revolução, propõem *mudanças de subjetividades* (e não de estruturas), *melhoras dentro do capitalismo* (e não a superação da ordem), *mudanças pontuais e desarticuladas* (e não lutas que confluem na contradição central entre capital e trabalho).

Por um lado, a “esquerda possibilista”, resignada e adaptada, tem apostado em mudanças pontuais dentro da ordem para obtenção de melhoras imediatas. O fundamento parece ser: se não podemos transformar o sistema, então melhoraremos algo. Nesse sentido, as apostas têm se orientado a um “Capitalismo Humanizado”, a um “Capitalismo Verde ou Ecológico ou Sustentável”, a um “Empresário Socialmente Responsável”, à formação de processos de “Economia Solidária”, à “Democratização da Sociedade Civil” entre outros.

Por outro lado, as bandeiras levantadas na atualidade pela “esquerda subjetivista”, defensora da ideologia da *autorresponsabilização dos indivíduos*, apresentam-se nos discursos tão de moda hoje como: “Não mude o mundo, mude a si mesmo!”, “Não mude as coisas, mude de atitude!”, “Não busque emprego, procure trabalho!”, “Seja um empreendedor!”, “Seja seu próprio patrão!”, “O problema não está na sociedade, está em você!”, desenvolvendo ações que visem a “motivação”, a “autoajuda”, o “empoderamento”, a “participação” etc.

Marx e a “Emancipação Política” e a “Emancipação Humana”⁸

Uma rápida observação mostra-nos um uso indiscriminado do termo “emancipação”, remetendo a questões diversas: emancipação jurídica, emancipação pela educação, pela cidadania, pela descolonização do mundo da vida, pela inclusão social, emancipação da mulher, de uma nação, de um grupo particular etc. Pareceria, assim, que a emancipação estaria representada praticamente por qualquer conquista de direitos sociais ou políticos, ou de redução de certas formas de desigualdade. Afinal, o que é então e em que consiste a emancipação?

Para não cair no equívoco de imaginar que qualquer conquista representaria em si a emancipação, vamos recorrer à diferenciação que Marx faz entre emancipação política e humana n’*A questão judaica* (MARX, 1843/1978) e nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (MARX, 2001).

- a) A *emancipação política*, conforme Marx (1843/1978) descreve, foi desenvolvida na passagem do feudalismo ao capitalismo e no interior desta ordem burguesa a partir da conquista de *direitos* civis e políticos (direito de ir e vir, de organização, de representação etc.), direitos trabalhistas e sociais, e do desenvolvimento da *cidadania*, e da *democracia* (formais). Ela corresponde quase que linearmente ao conceito de *cidadania*, tal como apresentado por Marshall (1967).

A emancipação política remete, portanto, ao conjunto de direitos políticos e sociais que garantem uma liberdade e uma igualdade formais dos cidadãos – a liberdade e a igualdade perante a lei, portanto, meramente jurídicas. Dessa forma, ela sem dúvida representa conquistas importantes no progresso dos direitos e igualdades (formais) humanos, mas realiza-se no interior da

8 Baseado em Montaño e Duriguetto (2010).

ordem social comandada pelo capital, portanto, na *manutenção* de um sistema estruturalmente desigual. Emancipação política não é incompatível com o MPC.

Para Marx, o limite da emancipação política, portanto, está no fato de que ela pode ser atingida sem alcançar a emancipação geral do homem; nas suas palavras: “o Estado pode ser um Estado livre sem que o homem seja um homem livre” (MARX, 1843/1978, p. 14). A emancipação política é, portanto, fundamental para atingir a emancipação humana, mas não corresponde a ela, nem é garantia para sua conquista.

- b) A *emancipação humana*, para o autor, exige a eliminação de toda forma de *desigualdade*, *dominação* e *exploração*, reunindo novamente o produtor com os meios para produzir; ela ocorre, portanto, na *necessária superação da ordem do capital* para o comunismo. Nas palavras do autor:

a supressão da *propriedade privada* constitui, desse modo, a *emancipação total* de todos os sentidos e qualidades humanas. [...] O *comunismo* constitui a fase de negação da negação e é, por consequência, para o seguinte desenvolvimento histórico, o fator *real*, imprescindível, da emancipação e reabilitação do homem (MARX, 1844/2001, p. 142-148).

Assim, se a emancipação política é compatível com a ordem burguesa, a emancipação humana supõe sua superação.

Mas a construção da emancipação humana também pressupõe a confirmação da emancipação política. Não há oposição, portanto, entre emancipação política e emancipação humana, porém, também não há identidade entre ambas. A primeira é pressuposto da segunda, mas não a garante. Conforme sustenta Marx (1843/1978), a emancipação política não implica emancipação humana. Afirma o autor (MARX, 1843/1978, p. 28):

não há dúvida que a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual. É óbvio que nos referimos à emancipação real, à emancipação prática. Porém, [continua Marx, tratando da questão religiosa-judaica] não nos deixemos enganar sobre as limitações da emancipação política. A cisão do homem na vida pública e na vida privada, o deslocamento da religião em relação ao Estado, para transferi-la à sociedade burguesa, *não constitui uma fase*, mas a *consagração* da emancipação política, a qual, por isso mesmo, *não suprime nem tem por objetivo suprimir* a religiosidade real do homem.

Todas as lutas contra formas de *desigualdade*, de *opressão*, de *exclusão*, tornam-se, assim, importantes e fundamentais para a conquista da emancipação política, mas elas não garantem a emancipação humana. Para esta última, essas lutas (necessárias e fundamentais) devem confluir num processo que supere a divisão social em classes e a separação do produtor dos meios para produzir, ou seja, a eliminação da *exploração* e, com ela, da ordem social burguesa.

Não haverá emancipação da “trabalhadora-mulher” numa sociedade machista e patriarcal, assim como não haverá emancipação da “mulher-trabalhadora” numa sociedade capitalista. Não haverá emancipação do “trabalhador-negro” numa sociedade racista e xenofóbica, assim como não haverá emancipação do “negro-trabalhador” na sociedade capitalista.

A luta anticapitalista não deve caminhar separada da luta contra o machismo e a desigualdade sexual, contra o racismo e a desigualdade racial e étnica, contra as diversas formas de segregação, desigualdade e preconceito. Ela deve reunir todos esses campos de batalha, orientados no curto prazo contra a forma específica de desigualdade (para a emancipação política específica), e

no longo prazo contra a ordem burguesa, a sociedade de classes (para a emancipação humana).

Gramsci e a “Guerra de Movimento” e a “Guerra de Posição”⁹

É a partir da socialização da política em países como a Itália, e da relação entre sociedade política (esfera da dominação) e sociedade civil (esfera da direção e hegemonia), que Gramsci formula sua original teoria do processo revolucionário de transição ao socialismo (ou para uma “sociedade regulada”). Para tanto, distingue dois tipos formações sociais: as sociedades de tipo *oriental* e as sociedades de tipo *ocidental*.

A sociedade de tipo *oriental* (a exemplo da Rússia czarista) é aquela na qual não se desenvolveu uma sociedade civil forte e articulada, sendo esta “primitiva e gelatinosa”, e comandada pela sociedade política e a lógica da dominação e coerção; aqui as lutas de classes travam-se tendo em vista a conquista (pelos setores dominados) ou conservação (pela classe dominante) do Estado em sentido estrito. O processo revolucionário nessas sociedades, em conformidade com as concepções de Marx e de Lênin, se dá mediante a “Guerra de Movimento” (ou “guerra de manobra ou frontal”), como choque frontal, explosivo, com vistas à tomada do Estado.

No entanto, o tipo de sociedade denominada *ocidental*, é aquela que a política sofreu significativa socialização, com uma relação equilibrada entre a sociedade política e a sociedade civil, sendo esta última terreno das lutas de classes, a partir do crescimento dos aparelhos privados de hegemonia. Aqui as lutas de classes podem se orientar para uma classe dar a direção social, para a obtenção do consenso, para a hegemonia, mesmo antes da tomada do Estado – é necessário, afirma Coutinho (1994, p. 59),

9 Baseado em Montaño e Duriguetto (2010).

“que a classe que se candidata ao domínio político já seja previamente hegemônica no plano ideológico”. Nesse caso, diferentemente do anterior, *o centro* do processo revolucionário dar-se-á como uma progressão de conquistas, de espaços no *seio* e *através* da sociedade civil numa “Guerra de Posição” (GRAMSCI, 2000, p. 261-262; ver também COUTINHO, 1994, p. 57-8).

Para Gramsci (2002, p. 62-63), a classe que se propõe uma transformação revolucionária da sociedade (de tipo *ocidental*), pode e deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder). No entanto, ser dirigente no campo da sociedade civil, ainda que necessário, não implica sua completa realização política. É só com a tomada do poder político que as classes subalternas atingem sua completa unificação política, tornando-se o próprio Estado e criando um novo bloco histórico.

Tal como Marx e Lênin, Gramsci perspectiva uma sociedade sem Estado, que denomina como *sociedade regulada*. O fim do Estado é concebido como uma “reabsorção da sociedade política na sociedade civil” (BOBBIO, 1987, p. 50), ou seja, pela ampliação da sociedade civil e, portanto, do momento da hegemonia, no interior da esfera estatal, até eliminar todo espaço ocupado pela sociedade política.

A modo de síntese: a transformação como superação da ordem capitalista

A esquerda revolucionária e a classe trabalhadora se deparam neste contexto histórico com desafios fundamentais.

Por um lado, é tarefa revolucionária fundamental a (constante) *elaboração teórica crítica*, fundada na teoria marxista, que permita conhecer os fundamentos e dinâmica da realidade social, da ordem burguesa e seus fenômenos. Para tal requer-se fundar a produção de conhecimento teórico no Método Materialista Histórico e Dialético e na Perspectiva de Totalidade.

Assim, a análise marxista tem a missão de submeter à crítica radical os fundamentos ideológicos da autorresponsabilização dos indivíduos, das propostas de “economia solidária”, o “empoderamento” etc.

Mas não basta produzir o conhecimento crítico da realidade. Tal conhecimento científico (histórico-crítico) precisa ser *apropriado pela massa de trabalhadores*, promovendo consciência de classe para combater os processos de alienação. Para Marx: “a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, [...] o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas” (MARX, 1843/2005, p. 151-152).

A teoria crítica (radical), o conhecimento crítico, dessa forma, por atingir a raiz das coisas, tem força material, como uma arma, quando apropriada pelas massas, para a transformação social.

O conhecimento materialista, histórico e dialético, é um conhecimento crítico radical, é uma arma para as transformações das massas, das classes trabalhadoras. *Trata-se de uma poderosa arma para a transformação social operada pelas massas de trabalhadores, a caminho da emancipação humana.*

Em segundo lugar, há o desafio da clara *caracterização do sujeito que porta a missão da transformação social*, a partir da sua condição de exploração pelo capital: a classe trabalhadora, e particularmente o proletariado. Sem prejuízo da diversidade de setores, classes e frações de classes que se inserem nos processos de lutas, a centralidade da classe trabalhadora, e particularmente os segmentos produtores de mais-valia (o proletariado), vem a partir da sua contradição estrutural com o capital: a contradição entre capital e trabalho se funda pela relação salarial (de compra e venda de força de trabalho) constituindo uma relação de exploração.

Por outro lado, torna-se fundamental a *articulação das diversas lutas e organizações parciais* (sindicatos, movimentos

sociais, organizações locais, que lutam em torno de diversas manifestações da questão social), confluindo num processo geral comum, fundamentado na crítica à ordem burguesa. Essa articulação demanda o papel central do *Partido*. A construção dele, em um amplo processo de legitimação e adesão para o conjunto dos trabalhadores e setores aliados torna-se tarefa fundamental.

Finalmente, e como Marx afirma, se a *crítica* (o conhecimento crítico) é uma arma das massas, a *indignação* (a capacidade de se indignar frente às mazelas da questão social) torna-se um sentimento fundamental para de partida enfrentarmos a realidade. Para Marx, “a *indignação* é o seu modo essencial de sentimento, e a *denúncia* a sua principal tarefa” (MARX, 1843/2005, p. 147).

A indignação torna-se, na relação sujeito-objeto, no processo de conhecimento crítico, no conhecimento engajado, um sentimento essencial; porém, hoje tão deixado de lado. Hoje a *naturalização* da realidade social histórica, a *resignação e aceitação* com as formas de desigualdade, de discriminação, de submissão, de exploração, leva a um esvaziamento da capacidade de indignação dos sujeitos: não nos indignamos mais diante da realidade... nos resignamos, naturalizando essa realidade.

É preciso recuperarmos a capacidade de indignação!

Para Marx, *o conhecimento crítico exige a indignação como sentimento essencial, primário*. Mas não basta a indignação. Como afirma, “a crítica não é paixão da cabeça, mas a cabeça da paixão” (MARX, 1843/2005, p. 48). É preciso, a partir do *sentimento de indignação*, elaborar o *conhecimento (científico) crítico*, mediante a *crítica radical*, no horizonte da *transformação social*.

Assim, o pensamento marxista sustenta-se definitivamente no posicionamento (dos interesses) da classe trabalhadora, no seu antagonismo com a burguesia, num claro anticapitalismo

e, portanto, na perspectiva de revolução, visando a emancipação humana. Como afirmou Hobsbawm, “o marxismo [...] é um método para, ao mesmo tempo, interpretar e mudar o mundo” (1987, p. 12). É, portanto, um conhecimento para atingir os fundamentos, a essência do MPC. É um conhecimento para a transformação social.

Referências

- BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- COUTINHO, C. N. *Marxismo e política: A dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere* (Vol. 5). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOBSBAWM, E. *História do Marxismo: O Marxismo no tempo de Marx* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- JAMESON, F. *Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- KONDER L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- LUKÁCS, G. Sociologia. In: NETTO, J. P. (Org.). *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1992. p. 109-131.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012. (Texto original publicado em 1978).

- MANDEL, E. *Tratado de Economía Marxista*. (Tomos I e II). México: Ediciones Era, 1977.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977. (Texto original publicado em 1859).
- MARX, K. *A Questão Judaica*. São Paulo: Moraes, 1978. (Texto original publicado em 1843).
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a. (Texto original publicado em 1867).
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980b. (Texto original editado em 1894).
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001. (Texto original publicado em 1844).
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005. (Texto original publicado em 1843).
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (Texto original publicado em 1859).
- MARX, K.; ENGELS, F. *Textos* (Vol. 1). São Paulo: Edições Sociais, 1975.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1988. (Texto original publicado em 1848).
- MÉSZÁROS, I. Ir além do capital. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: NET-Xamã, 1997.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural da política. *Margem Esquerda*, v. 9, p. 96-113, 2007.

MONTAÑO, C.; Duriguetto, M. L. *Estado, classe e Movimento Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. O déficit da esquerda é organizacional. *Socialismo e liberdade*, v. 2, p. 5-12, 2009.

WOOD, E. W. *Democracia contra capitalismo*. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006.



PARTE II

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS À LUZ DO MARXISMO

Capítulo 6

Capital: a verdade absoluta do ceticismo pós-moderno e adjacências

Mario Duayer

Este capítulo inspira-se nas contribuições de G. Lukács e R. Bhaskar, autores que, na contramão da moda antiontológica, fornecem elementos para uma crítica sistemática às correntes teóricas nas ciências sociais e na filosofia contemporâneas que defendem, implícita ou explicitamente, o relativismo no atacado, ou a equiparação de todas as descrições do mundo. Tirando partido do vocabulário em geral usado por tais posições teóricas, a saber, o vocabulário das crenças, o capítulo pretende mostrar que admitir a relatividade de nossas crenças não equivale a equipará-las todas. Pois, como se experimenta na prática cotidiana, certas crenças nos parecem inapelavelmente absurdas. E são!

O objetivo central do capítulo consiste em indicar os aspectos fundamentais da crítica às posições relativistas (no atacado)¹ para as quais convergem tanto as posições pós (pós-modernas, pós-estruturalistas, neopragmatismo) quanto as da filosofia da ciência associadas a autores como T. Kuhn e I. Lakatos², nas quais as primeiras muitas vezes se apoiam. A atitude básica de todas essas posições, a despeito de suas sutis diferenças, pode

1 A menos de indicação ao contrário, o relativismo aqui é entendido desse modo, *i.e.*, relativismo no atacado.

2 Para uma exposição sintética das concepções desses autores, ver Suppe (1977); para uma análise crítica cf. Duayer, 2001 e 2010.

ser resumida na ideia de que o mundo sempre é conhecido sob descrições cultural, social, histórica e etnicamente específicas. Tal postura funciona como uma espécie de senha para defender a noção de que o conhecimento do mundo jamais pode ser objetivo porque é sempre uma espécie de consenso local (classista, cultural, étnico etc.). Com isso, essas teorias, apesar de críticas da cientificidade positivista, assumem a divisa antimetafísica do positivismo e negam toda ontologia. Este capítulo procura mostrar que essa negação da ontologia é meramente nominal, posto que as teorias que a propugnam secretam uma ontologia que reduz o mundo social e natural às percepções dos sujeitos. Na terminologia de Bhaskar, todas elas se sustentam em um realismo empírico³. Ontologia que, como se procura mostrar, resolve-se no conformismo e fatalismo dos sujeitos perante o mundo configurado pelo capital. Essa prescrição de conformidade ao existente, para ser combatida, pressupõe a crítica da ontologia em que está fundada. O capítulo sustenta que a restauração de uma ontologia de inspiração marxiana constitui o fundamento incontornável dessa crítica ontológica. Tarefa para a qual as contribuições de Lukács e Bhaskar são indispensáveis.

Em primeiro lugar, acolhendo o “vocabulário” relativista, cumpre chamar a atenção para a natureza dinâmica de nossas “crenças”. Numa inspeção superficial, é possível constatar que nossas crenças – *i.e.*, nossas convicções sobre a realidade ou verdade das coisas tal como as concebemos – são falíveis, precárias, instáveis. Enfim, humanas e, portanto, históricas. Essa dinâmica de nossas crenças não se limita às crenças menos sofisticadas, que nascem espontaneamente da prática, mas marca também as científicas, crenças que, a despeito de sua complexidade, elaboração e de seu caráter justificado, tidas e havidas por demonstradas, verdadeiras, acabam se revelando superficiais, limitadas, falsas.

3 Cf., por exemplo, Bhaskar, 1977, capítulo 1.

Além disso, é preciso salientar que as crenças de diferentes espécies não existem em compartimentos estanques da mente. Ao contrário, de alguma maneira têm de formar uma unidade na diferença. Na formulação de Lukács, tal unidade vem expressa da seguinte maneira: “[...] vida cotidiana, ciência e religião (teologia incluída) [...] de uma época formam um complexo interdependente, sem dúvida frequentemente contraditório, cuja unidade muitas vezes permanece inconsciente” (LUKÁCS, 2012, p. 30). É essa totalidade articulada de crenças que significa o mundo para os sujeitos. Cria para eles um espaço de significação. É por meio dessa significação que as relações dos sujeitos com o mundo se apresentam para eles como *relação*.⁴ Essa consideração é fundamental e, por isso, é importante realçá-la neste momento. A adaptação ativa (criativa) do ser social (dos seres humanos) com seu meio ambiente pressupõe esta dualidade: a realidade tal como é em si mesma e a “realidade pensada” – *mundo como posseção espiritual*. O mundo como posseção espiritual dos sujeitos pressupõe, naturalmente, o distanciamento do sujeito em relação ao mundo e, da mesma maneira, de si mesmo. Só com tal afastamento é possível falar de relação dos sujeitos com o mundo (LUKÁCS, 2013).

Todavia, a unidade das crenças científicas com os outros tipos de crenças – a “realidade pensada” – jamais é investigada pela filosofia da ciência. Ela se concentra, antes, na busca das particularidades do discurso científico que tornaria suas crenças mais críveis, confiáveis etc. No entanto, pode-se dizer que os desenvolvimentos recentes da filosofia da ciência nada mais fazem do que confessar que tal busca não tem sentido. Mostram

4 Ao tratar dessa questão, Lukács (2012, p. 396) destaca a seguinte passagem do jovem Marx: “os animais não têm relação; estão em relação. Minha relação com meu ambiente é a minha consciência.” (S.M.) [Suprimido no manuscrito] “Onde existe uma relação, ela existe para mim; o animal não se “*relaciona*” com nada e não se relaciona absolutamente. Para o animal, sua relação com outros não existe como relação.” (A.M.) [Anotação de Marx (escrita na margem do manuscrito)] (MARX; ENGELS, 1846/2007, p. 35, nota a).

– involuntariamente, é bem verdade – que não há como garantir que as crenças científicas são mais válidas, confiáveis, objetivas etc. do que as outras modalidades de crença.

Quem expõe esse resultado líquido dos debates na filosofia da ciência com máxima franqueza é, sem dúvida, o neopragmático americano Richard Rorty. E o faz ressuscitando o axioma pragmático enunciado por James: “o verdadeiro é o nome daquilo que se mostra bom a título de crença [...]” (JAMES, 1907/2007, p. 30) E que foi atualizado por Davidson: “[...] ao agente basta apenas refletir sobre o que é uma crença para compreender que a maior parte de suas crenças básicas é verdadeira, e que, dentre suas crenças, as mais arraigadas e coerentes com o corpo principal de suas crenças são as mais qualificadas a serem verdadeiras” (RORTY, 1989, p. 95).

Como se disse, o que se tem nessas formulações é a síntese exposta com total franqueza do resultado das tentativas de qualificar, por meio do exame da estrutura do discurso científico das ciências paradigmáticas, em especial, a física, as crenças científicas como portadoras de verdades e, *ipso facto*, livres de noções metafísicas. Sem subterfúgios, Rorty acusa o que para ele é simplesmente o caráter patético de tal pretensão. Capitalizando o axioma de James/Davidson, Rorty libera as nossas crenças – e o seu discurso se dirige naturalmente às crenças científicas – do fardo de serem verdadeiras. Crenças, diz ele, são hábitos de ação, são adaptações ao ambiente. E, por isso, o seu *valor de verdade* nada mais é do que um título que outorgamos às crenças que se mostraram ao mesmo tempo necessárias e adequadas para nosso trato com o ambiente.

Na verdade, o argumento de Rorty suscita imediatamente duas críticas: por um lado, ele deixa transparecer uma espécie de *carecimento de deus*, i.e., de conhecimento absoluto. O que, aliás, transparece em sua afirmação de que nós não temos nenhum “gancho celeste” ou “ponto de vista divino” para podermos olhar o mundo *de fora* e, por isso, não podemos saber como

o mundo é em si mesmo (RORTY, 1990, p. 13). Por outro lado, tal argumento é patentemente tautológico, pois se a significação do mundo é condição para a prática especificamente humana, e se o gênero humano vem existindo já há algum tempo, pode-se concluir que tais significações são verdadeiras no sentido de adaptações ao ambiente, como quer Rorty. Vale dizer, são significações que figuram o mundo de forma tal que permite aos sujeitos se relacionarem com ele de maneira adequada, assegurando assim a sua reprodução, sua sobrevivência como gênero.

Pescando nessas águas para lá de turvas, Rorty pretende prover um argumento incontestável para estabelecer a equiparação de todas as nossas crenças e, por extensão, sua não objetividade. A fórmula de que lança mão é bastante trivial: as crenças são verdadeiras das relações e práticas das quais são crenças. Disso infere o autor que, sob pena de ser acusada de *totalitária*, nenhuma crença pode desbordar o perímetro das relações e práticas nas quais e pelas quais é verdadeira e pretender ser verdadeira para outras relações e suas correspondentes práticas. Como é fácil perceber, correntes teóricas como o pós-colonialismo e o multiculturalismo recorrem a essas ideias para sustentar suas posições.

Sobre a historicidade de nossas ideias e concepções, além da historicidade de nossa própria existência social, Marx não tinha a menor dúvida. Não obstante, não deduzia daí a equiparação de todas as nossas concepções sobre a realidade e, consequentemente, a impossibilidade do conhecimento objetivo – ou melhor, a impossibilidade de oferecer melhores razões para as nossas crenças. Ao contrário, quando se dispõe a criticar determinadas ideias socialmente correntes, a sua primeira providência é afirmar a sua objetividade – social, é claro.

Ilustra essa posição de Marx, entre outros, o conhecido capítulo de *O Capital*, “A Fórmula Trinitária”⁵. Nele o ponto central não é a demonstração lógico-gnosiológica das insuficiências

5 Em Marx (1867/1974), refere-se ao capítulo XLVIII.

da economia vulgar, cuja fórmula fundamental consiste, de acordo com Marx, em uma “incongruência simétrica e homogênea”. O aspecto essencial da crítica de Marx reside na faticidade ontológica das relações econômicas, absurdas que são, representadas pela teoria. Significa dizer que o principal problema ali tratado nada tem a ver com presumidas insuficiências cognitivas. Ao contrário, é a própria realidade social, as determinações formais econômicas que se manifestam completamente substantivadas e, sob tais circunstâncias concretas, devem ser correspondentemente refletidas na consciência. Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que, para Marx, em lugar de provar que a economia vulgar é falsa, a questão é elucidar porque é correta – *i.e.*, empiricamente plausível para os sujeitos imersos nas relações mercantis capitalistas – apesar de ser “*prima facie* absurda”.

O caráter tautológico da posição rortyana também é esclarecido nesta passagem de Lukács: [a] “práxis postula por si só, necessariamente, uma imagem do mundo com a qual possa se harmonizar e da qual resulta da totalidade das atividades um contexto pleno de sentido” (LUKÁCS, 2012, p. 31). O que quer dizer que a práxis, como se disse antes, tem por condição uma significação do mundo (natural e social) e, nesse preciso sentido é verdadeira, captura com objetividade, em determinados âmbitos, o modo de ser do mundo.

Na consideração dessas questões, portanto, fica patente que reafirmar a concepção relativista de Marx com relação ao nosso conhecimento do mundo, juntamente com a de Lukács, no caso, é da maior relevância. A desconsideração desse conteúdo evidente do pensamento marxiano pode-se atribuir, ao menos em parte, à interpretação cientificista (e positivista) presente em grande parte do marxismo e, em consequência, o susto que lhe causou a aragem “relativista” resultante da falência da tradição positivista. Daí seu estado de estupor, sua súbita paralisia ante a interdição do relativismo contemporâneo às “grandes narrativas”, como se Marx tivesse escrito uma espécie de “mecânica social” de

corte iluminista. Se Marx foi assim interpretado, *i.e.*, de maneira cientificista, não estranha que as críticas à tradição positivista no interior da filosofia da ciência, todas elas focalizando as concepções de ciência e de explicação científica de extração positivista para as ciências naturais, tenham atingido também uma concepção sobre o conhecimento da sociedade (marxista, no caso) que se atribuía quase as mesmas propriedades do discurso da física.

Tais críticas à tradição positivista estão em geral associadas, no âmbito da filosofia da ciência, às obras de Kuhn, Lakatos e, em menor grau, de Popper e Feyerabend, entre outros. Para encurtar a história, pode-se afirmar que a crítica desses autores ditos pós-positivistas às concepções de ciência e de explicação científica da tradição positivista, em particular, de sua última forma, o positivismo-lógico, tem algo de óbvio e trivial: em última análise, ela trata de mostrar que era simplesmente absurdo o objetivo perseguido pela tradição positivista, a saber, descobrir um algoritmo que garantisse que nossas generalizações (diga-se, proposições sintéticas, ou teorias inteiras) pudessem ser sempre referidas às coisas tais como as percebemos pelo nosso aparato sensorial. Em outros termos, essa seria a única maneira – admitida a noção positivista de que conhecimento válido é conhecimento fundado em nossa experiência sensorial – de eliminar generalizações inválidas, ou, dito de outra maneira, de impedir que a razão descarrilasse de seus trilhos fincados no empírico, no imediatamente existente.

Ora, o que esses autores mostraram, valendo-se de inúmeras críticas à tradição positivista já disponíveis, e até mesmo de críticas internas à própria tradição, foi que tal pretensão estava fundada numa espécie de mito criacionista: em uma concepção segundo a qual a gênese do conhecimento é sistemático-aditiva, por assim dizer. Somente se o conhecimento fosse gerado dessa maneira, ou seja, adquirido de modo serial e por partes, numa espécie de linha de montagem cognitivo-fordista, seria possível

verificar, a cada passo, se tal generalização corresponde de fato a tais experiências empíricas primeiras, originárias.

Em lugar desse mito criacionista, Kuhn e Lakatos mostram que, quando se analisa a história das ciências exemplares, a física em especial, jamais se tem esse momento originário, esse ato inaugural do conhecimento, mas ciências que se constroem a partir de um repertório cognitivo prévio, científico e não científico, e com ele iluminam (ou procuram iluminar) um determinado território empírico. Tal repertório prévio recebe o nome de paradigma, em Kuhn, e de núcleo rígido, em Lakatos. Se as ideias e noções contidas em tal repertório prévio, e sobre as quais se alicerçam teorias inteiras, têm uma procedência empírica insofismável é coisa que sequer vem ao caso, como se depreende das formulações daqueles autores. Teorias são construtos axiomático-dedutivos e, por isso, seus axiomas não estão sujeitos a esse tipo de inspeção. Aliás, no mais das vezes, não estão sujeitos a nenhuma inspeção, são o *a priori* incontestável das tradições científicas ou dos programas de pesquisa científica. Outra maneira de afirmar a mesma coisa é afirmar que os “fatos” ou “dados” da experiência são *theory-laden*, já são carregados de teoria. Melhor seria dizer que são *idea-laden*.

Abrindo um parêntese, não custa recordar que todas essas conclusões são trivialidades no pensamento de Marx, para quem o indivíduo isolado e superlativo, da cognição e da sociedade, nada mais é do que uma ilusão da sociedade burguesa, fundada na produção de mercadorias.⁶ Aliás, uma eminência nem tão parda das teorias de arquitetura liberal.

6 Sobre essa ilusão, Marx assim se expressa: “O caçador e o pescador, singulares e isolados, pelos quais começam Smith e Ricardo, pertencem às ilusões desprovidas de fantasia das robinsonadas do século XVIII [...] Trata-se... da antecipação da “sociedade burguesa”, que se preparava desde o século XVI e que, no século XVIII, deu largos passos para a sua maturidade. Nesta sociedade da livre-concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais etc. que, em épocas históricas anteriores, o faziam um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado. Aos profetas do século XVIII, sobre cujos ombros Smith e

Retomando a crítica de Kuhn e Lakatos ao positivismo, é preciso chamar a atenção para o seu efeito líquido e difundidíssimo: a afirmação da relatividade incomensurável de todo conhecimento. Crítica que, supostamente, fornece argumentos para as posições teóricas que pretendem provar que o conhecimento mais elaborado que a humanidade conseguiu produzir, o científico, é tão relativo quanto a mais tosca das representações pré-científicas. Razão pela qual não estaria mais em condições de reivindicar sua objetividade.

Essa crítica à tradição positivista, ao se circunscrever ao caráter histórico-social de nosso conhecimento, *i.e.*, à sua relatividade, e sem explorar a possibilidade de que o conhecimento social em sua processualidade, a despeito de relativo, pode ser mais ou menos objetivo, pode capturar relações e estruturas reais do mundo, fica refém do mesmo critério de validação do conhecimento sustentado pela tradição positivista, ou seja, conhecimento válido é conhecimento empírico. Para se convencer disso basta uma inspeção nas descrições do progresso da ciência formuladas por Kuhn ou Lakatos. Ciência normal, em Kuhn, e PPC progressivo, em Lakatos, se legitimam pura e simplesmente porque as teorias produzidas sob os seus auspícios demonstram maior plausibilidade empírica, ou capacidade preditiva, do que teorias concorrentes. Pouco difere esse diagnóstico da máxima neopragmática rortyana: todas as crenças são verdadeiras; crença é consenso local: científico, político, étnico etc. Ou seja, reafirmam, com uma roupagem mais moderna, ou melhor, pós-moderna, a injunção positivista para a ciência: conhecimento válido é conhecimento empiricamente corroborado. Todavia, enquanto o positivismo podia afetar uma certa ingenuidade e pretender que o

Ricardo ainda se apoiam inteiramente, tal indivíduo do século XVIII – produto, por um lado, da dissolução das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas desde o século XVI – aparece como um ideal cuja existência estaria no passado. Não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história” (MARX, 1858/2011, p. 39).

empírico é independente da teoria, os seus críticos pós-positivistas, como não podem se valer do mesmo recurso, já que suas concepções defendem explicitamente a dependência do empírico em relação aos pressupostos estruturais da teoria, só podem ficar presos na circularidade que criaram para si próprios. E, como mostra Lukács, somam esforços para elevar “o inteiro sistema do saber... à condição de instrumento de uma manipulabilidade geral de todos os fatos relevantes”, ou para elevar a prática imediata, a utilidade, a adequação empírica, a predictibilidade etc. a critério absoluto da teoria (da ciência) (LUKÁCS, 2012, p. 58).

Como o conhecimento científico, agora apoiado nesse relativismo no atacado, vem hoje filosoficamente justificado por sua utilidade prático-operatória, é justamente por isso que a crítica de uma teoria existente, de ampla circulação social, articulada à determinada prática, “forma de vida” etc., tem como primeira condição a admissão de que a teoria criticada de fato funciona *na prática*. Somente com tal reconhecimento é possível descartar *a priori* a utilidade prática como critério de validação da teoria. Lançando mão do próprio referencial teórico do adversário, relativista no atacado, a crítica pode afirmar que o critério da utilidade é circular, pois segundo seus próprios critérios a sua teoria é útil, funciona na prática, é verdadeira, exclusivamente no espaço de significação criado por ela mesma, em articulação com as demais crenças que emergem das práticas e relações sociais existentes. Desse modo, a crítica permite também demonstrar que, de acordo com as próprias premissas relativistas, não é possível retrucar que o mundo existente é o único mundo que temos e que, portanto, nada mais razoável para uma teoria do que se circunscrever às crenças que dele emergem, porque tal resposta pressupõe, necessariamente, que esse é o único mundo possível, pretensão que contradiz imediatamente o relativismo do qual parte o argumento.

Tal atitude crítica, em suma, equivale a desfazer a confusão praticamente unânime entre relativismo epistemológico e

relativismo ontológico. O primeiro, com o qual todas as partes envolvidas no debate concordam, refere-se à natureza relativa de nossos conhecimentos, dado que são sociais e, portanto, históricos. O problema, contudo, é que as correntes teóricas hoje hegemônicas deduzem do relativismo epistemológico o relativismo ontológico. Ou seja, do caráter transitório e relativo de nossos conhecimentos deduzem que eles não podem ser objetivos. Do relativismo epistemológico deduzem o antirrealismo. E propõem, velada ou abertamente, a paridade de todas as ontologias. Ou a equiparação de todas as crenças, no vocabulário neopragmático. De bônus, recolhem como corolário o relativismo julgamental – *i.e.*, a concepção segundo a qual ideias, teorias etc. não podem ser objetivamente comparadas. E, por conseguinte, criticadas. De novo, comparece a circular proposição rortyana segundo a qual nossas crenças são sempre verdadeiras – empiricamente plausíveis – das práticas das quais são crenças.

De acordo com Bhaskar, para desfazer tal armazém teórico é necessário promover uma espécie de revolução copernicana no domínio da filosofia (BHASKAR, 2009, p. 4). Em uma palavra, é preciso desantropomorfizar, retirar o sujeito do centro do universo e admitir que o mundo é mais do que as sensações e impressões que dele temos. Lukács interpreta o problema de maneira semelhante quando comenta que uma das ilusões do pensamento contemporâneo é de que o sujeito é o responsável exclusivo pela construção do universal no pensamento, pois ele, ao contrário do singular, não se apresenta imediatamente aos nossos sentidos. A ilusão simétrica, comenta Lukács, consiste em imaginar que o singular pode ser e, portanto, ser identificado sem as determinações do universal e do particular (LUKÁCS, 2012, p. 60).

A importância da formulação de Bhaskar⁷ reside no fato de que demonstra, de maneira irrefutável, que as correntes teó-

7 Conferir, por exemplo, Bhaskar (1977), especialmente o capítulo 1, e em Bhaskar (1979), o capítulo 2.

ricas que negam a possibilidade do conhecimento objetivo compartilham de uma ontologia plana, achatada, cuja origem pode ser traçada até Hume (1711-1776). Segundo o autor, dada a impossibilidade de justificar indutiva ou dedutivamente a existência das coisas como são em si mesmas⁸, Hume propõe uma epistemologia (uma teoria do conhecimento) fundada nas impressões. Tal teoria do conhecimento, contudo, implicitamente tem de gerar uma ontologia (*i.e.*, uma noção de como deve ser o mundo para que seja passível de conhecimento por parte do sujeito). Essa ontologia, que Bhaskar denomina com razão de realismo empírico, só pode subentender a imagem de um mundo composto de fatos, coisas, objetos etc. atômicos, enfim, singulares irreduzíveis capturados pelo aparato sensorial dos sujeitos. Tal ontologia é o corolário necessário da concepção de que o nosso conhecimento (científico) se reduz à captura de regularidades empíricas entre fatos e fenômenos (ou padrões estáveis de relações entre fenômenos) –, concepção comum à tradição positivista e seus críticos “pós-positivistas”. Em outras palavras, teorias científicas nada mais são do que a expressão teórica (generalizações) de regularidades empíricas percebidas pelos sujeitos. Nesse sentido, teorias são sempre subjetivas, construções arbitrárias dos sujeitos a partir de suas percepções e, portanto, pressupõem um mundo de coisas que não estão em relação – mundo de coisas atômicas.

Enfim, a crítica de Bhaskar e também a de Lukács, embora com outra arquitetura, consistem em mostrar que toda a crítica à razão, à racionalidade ocidental etc., é crítica a essa concepção do conhecimento científico defendido e disseminado pela tradição positivista. E, se esse tipo de conhecimento científico foi o máximo de razão que a humanidade conseguiu elaborar, não custa muito passar da crítica a essa débil noção de ciência à crítica da razão enquanto tal.

8 Como toda teoria, seja construída de maneira indutiva ou dedutiva, é empiricamente subdeterminada, a validação empírica é por definição impossível.

Dessa forma, é possível sustentar que a crítica à razão, à ciência, tem por fundamento não uma negação do realismo, mas a adoção implícita de um realismo empírico, achatado, colapsado nas impressões dos sujeitos. Segundo essa ótica, os mundos criados pelos sujeitos, portanto, serão tantos mundos, tantas ontologias quantos são os consensos locais, étnicos, culturais, classistas, entre outros. Por conseguinte, são mundos, são ontologias incomensuráveis e, nessa medida, refratárias à crítica. E como essas figurações do mundo são empiricamente plausíveis nos respectivos âmbitos, entende-se por que Rorty propugna a “benigna negligência” em relação à verdade: verdade é aquilo em que é útil acreditar. Preceito que resulta imediatamente da paridade de todas as ontologias, pois se a realidade não pode ser conhecida, só nos resta aceitá-la como se apresenta, suas estruturas, restrições e imperativos.

Contra essa equiparação de todas as figurações do mundo, de todas as ontologias, contra a impugnação da crítica que implica, é preciso reafirmar que a verdade faz a diferença e, não sendo absoluta, somente pode ser alcançada – sempre incompleta, relativa, histórica, mas objetiva – por meio da crítica continuada. Crítica que, pelas razões apontadas anteriormente, naturalmente tem de ser ontológica.

Para ilustrar a afirmação de que crítica de fato é crítica ontológica tomo uma observação de Marx no momento de instauração de sua crítica à economia política. Trata-se de uma consideração do final da década de cinquenta do século XIX, quando Marx tentava consolidar em um texto o resultado de cerca de 15 anos de estudo da economia política, trabalho cujo resultado ficou conhecido como *Grundrisse*. A passagem, datada de fevereiro de 1858, é extraída de uma carta de Marx a Ferdinand Lassalle:

Uma coisa é criticar alguma categoria econômica aceitando a formulação geral do sistema em que ela está inserida; outra coisa, muito diferente, é efetuar uma “crítica das categorias econômicas” ou uma exposição

crítica do sistema da economia burguesa” (MARX; ENGELS, 1978, p. 549).

No primeiro caso, realiza-se uma crítica gnosiológica, ou, caso se queira, uma crítica interna ao referido sistema de categorias. Ou uma crítica que aceita a figuração do mundo tal como subentendida pelo sistema de categorias da teoria sob crítica. No segundo, e esse é o procedimento crítico defendido por Marx, trata-se de submeter à crítica a própria figuração do mundo daquele sistema de categorias e, por isso mesmo, refutar a teoria nele fundada. Trata-se, enfim, de uma crítica ontológica.

Objetivo que Marx consuma ao redigir *O Capital*, no qual ele expõe as estruturas fundamentais da economia capitalista e sua dinâmica contraditória. A exposição crítica não pretende converter-se em uma ciência econômica nova e superior à criticada, e, nessa medida, mais apta para administrar as contradições do sistema econômico. Ao contrário, explora as contradições inerentes àquela dinâmica e, sem ignorar seus efeitos positivos, como o desenvolvimento das forças produtivas, a universalização das relações etc., mostra como tal dinâmica envolve igualmente a submissão dos seres humanos ao seu produto, que os subjuga crescentemente. O fetichismo do sistema do capital consiste precisamente no fato de que nosso trabalho passado, objetivado como capital, escraviza o nosso trabalho vivo com seu imperativo de crescimento infinito. E, em aparente paradoxo, nos torna crescentemente supérfluos: humanidade crescentemente supérflua por efeito de sua própria atividade.

Ao lado disso, em sua análise, Marx mostra que essa forma de socialidade, negativa porque implica uma inversão de sujeito e objeto, é histórica, na sua gênese, naturalmente, mas também no seu curso. E nas crises que sua dinâmica experimenta Marx vê os espaços, as aberturas para prática transformadora. Daí sua preocupação de estudar as crises do seu tempo. E de estudar as leis que regulam a dinâmica da acumulação de capital. Não para

propor, como se assinalou anteriormente, uma ciência econômica mais eficaz para gerenciar as crises, para produzir um mundo do capital mais humano, mais justo; mas, ao contrário, para descortinar possibilidades de práticas transformadoras, capazes de contribuir para a mudança da socialidade fundada no valor, no capital, valor que se valoriza.

O Capital, então, envolve uma cientificidade muito distinta da cientificidade promovida e requerida pela sociedade capitalista. No capítulo “A Fórmula Trinitária”, já mencionado, Marx sustenta que a economia vulgar (precursora da teoria neoclássica) nada mais fazia do que sistematizar doutrinariamente as ideias dos sujeitos imersos nas relações mercantis. E tanto quanto eles, sentia-se em casa com as categorias e, por extensão, com a imagem da sociedade capitalista tal como ela se apresenta imediatamente. Para se instaurar, a ciência contida em *O Capital*, ao contrário, pressupõe a crítica dessas ideias, dessa imagem, dessa ontologia. Portanto, resumindo em um *slogan* esse procedimento: crítica efetiva é crítica ontológica.

À guisa de conclusão, caberia talvez a seguinte indagação: a crítica ontológica elaborada por Marx, a sua descrição crítica, alternativa, da sociedade capitalista, com sua abertura para o futuro, um futuro possível de ser construído pela humanidade, essa descrição, ou essa ontologia, ainda persiste despertando paixões e, por isso, alimentando práticas? Ou não? Ou as experiências em nome de Marx, com seus fracassos e barbaridades, desqualificam aquela ontologia, de modo que hoje, sem uma concepção cientificamente objetiva da dinâmica de nossa sociedade, nossas práticas de dissenso são meramente reativas, e se perdem no varejo exaustivo e errático dos momentos em que têm de estar presentes? Na ausência de um futuro objetivamente descortinável, como fazer para que todas essas práticas possam convergir para um movimento que de fato confronte o sistema? Sem alternativa a lhe confrontar, o sistema está livre para implementar no atacado todas as políticas que lhe convêm? Ao que parece, está livre para

fazê-lo porque, na condição de única realidade e inteligibilidade no “pedaço”, pode desqualificar todo dissenso como irracional, irrealizável. Para desqualificar a desqualificação, portanto, a restauração da ontologia crítica marxiana é um imperativo.

Referências

BHASKAR, R. *A Realist Theory of Science*. London: Verso, 1977.

BHASKAR, R. *The Possibility of Naturalism: a Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences*. Brighton: The Harvester Press, 1979.

BHASKAR, R. *Scientific Realism and Human Emancipation*. London: Routledge, 2009.

DUAYER. M., MEDEIROS, J. L. G., Paineira, J. P. A Miséria do Instrumentalismo na Tradição Neoclássica, *Estudos Econômicos*, v. 31, n. 4, p. 723-783, 2001.

DUAYER, M. Relativismo, Certeza e Conformismo: para uma Crítica das Filosofias da Perenidade do Capital, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 27, p. 58-83, 2010.

JAMES. W. J. *Pragmatism: A new name for some old ways of thinking*. New York: Longman Green and Co, 2007 (Texto original publicado em 1907).

LUKÁCS, G. *Para uma Ontologia do Ser Social*, I. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. *Para uma Ontologia do Ser Social*, II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *O Capital*, Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974 (Texto original publicado em 1867).

MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011. (Texto original publicado em 1858).

MARX, K; ENGELS, F. *Marx Engels Werke*, Band 29. Berlin: Dietz Verlag, 1978.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*, São Paulo: Boitempo, 2007. (Texto original publicado em 1846).

RORTY, R. *Contingency, Irony and Solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

RORTY, R. *Objectivity, relativism and truth*. New York: Cambridge University Press, 1990.

SUPPE, F. *The Structure of scientific theories* (afterword). Chicago: University of Illinois Press, 1977. p. 617-630.

Capítulo 7

Educação, ideologia e práxis

Ana Lia Almeida
Roberto Efrem Filho

Introdução

As relações existentes entre ideologia e educação, embora sejam negadas pelo senso comum e por muitos estudiosos, parecem evidentes aos leitores da revista *Veja* – um dos mais difundidos veículos de comunicação do país. Um de seus colunistas, Rodrigo Constantino, vem empreendendo esforços nos últimos anos para caracterizar, acertadamente, a educação como um espaço de intensa atuação das ideologias.

Em seus textos, Constantino advoga contra o que entende ser uma tendência histórica no Brasil, a inclinação de nossa intelectualidade à *seita religiosa do marxismo*¹. Ele mapeia e critica eventos acadêmicos de orientação marxista, sobretudo aqueles que recebem algum tipo de financiamento público – foi o caso do *Seminário Direito e Marxismo*, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina em outubro de 2013, com o apoio do Programa de Educação Tutorial (PET), evento caracterizado pelo colunista como uma modalidade de desvio de dinheiro público: “É o governo usando nossos impostos para criar papagaios

1 Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/historia/marxismo-e-seita-religiosa>>. Acesso em: 19 maio 2014.

marxistas”². Considera, dessa forma, inadmissível a utilização de financiamento público destinado à construção do conhecimento científico para a propagação de ideologias comunistas que, supostamente, em nenhuma medida se relacionam com a ciência. Também não escapou da sagaz análise de Constantino o evento para o qual propusemos o Grupo de Discussão que nomeia este trabalho. Trata-se do I Seminário Marx Hoje, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em abril de 2014, “abrindo a temporada do marxismo nas universidades federais” nesse ano, simbolizando “o Brasil e a sua obsessão pelo atraso”.

As análises do colunista são emblemáticas porque dizem de uma contraposição entre ideologia e ciência. Elas procedem à desqualificação de iniciativas de formação de consciência que se colocam num campo de oposição à ordem do capital; identificam esse campo como “ideológico” e legitimam a si próprias como um ponto de vista isento de valorações sobre o mundo social. Mas análises assim não perfazem fenômenos isolados. A educação, em verdade, é comumente reivindicada como um espaço de neutralidade e objetividade na função de transmitir e construir conhecimentos necessários ao *desenvolvimento humano*. Dessa maneira, julga-se que não caberia à educação avaliar que tipo de desenvolvimento está em questão; atribuir juízos de valor quanto à função social do conhecimento; se estaria ele a serviço de interesses socialmente justos ou injustos; tampouco empreender análises que busquem associar a produção do conhecimento aos interesses específicos de determinadas classes e grupos sociais.

No entanto, os processos educativos nas sociedades divididas em classes dão-se de maneira inexoravelmente atravessada pelos conflitos entre essas mesmas classes. A educação jamais se realiza de forma neutra; antes, firma compromissos com os interesses que subjazem tais conflitos, formulando análises da

2 Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/socialismo/doutrinacao-marxista-na-ufrn>>. Acesso em: maio 2014.

realidade segundo esses interesses, oferecendo-lhes uma justificação. O modo pelo qual os processos educativos firmam esses compromissos é através da construção de formas ideológicas de consciência.

A função dessas formações ideológicas, presentes na educação e em quaisquer outras *dimensões* do ser social – a política, o direito, a religião, a arte etc. – é a de reproduzir o todo da formação social. Em nossa compreensão, essas dimensões – *complexos*, no dizer de Lukács, ou ainda, *campos*, nas análises de Bourdieu (2006) – não podem ser consideradas isoladas umas das outras, pois inexistente uma separação entre elas na realidade material.

A necessidade reivindicada por Constantino, por exemplo, de que a educação mantenha distância em relação a um projeto político de mudança do mundo, apresenta uma forma fetichizada de conceber a educação como algo isolado e aparentemente alheio às disputas sociopolítico-econômicas. Ao mesmo tempo, o colunista da *Veja* dissimula a defesa de uma perspectiva da educação orientada pelo liberalismo, e, ao agir dessa forma, ele toma partido num conflito a respeito de como o mundo deve ser, distanciando-se, claramente, do que concebe como um projeto *marxista*.

As relações entre educação e ideologia não são apenas existentes como são inevitáveis na sociedade de classes, em função da necessidade de tomar partido nos conflitos entre perspectivas opostas quanto a aspectos centrais do mundo social. Isso não significa, contudo, que seja sempre óbvia a presença da ideologia nos processos educativos, tampouco que as ideologias dominantes imperem de modo absoluto no campo da educação.

Refletiremos, neste trabalho, a respeito da necessidade de resgatar as análises sobre os processos ideológicos que se desenrolam na esfera da educação, a fim de inseri-la como uma parte da totalidade da formação social. Em primeiro lugar, cabe delimitar a nossa compreensão de *ideologia*, a qual possui complexas nuances teóricas. Em seguida, problematizaremos a presença da

ideologia na educação, sustentando a centralidade do trabalho no desenvolvimento humano como um elemento indispensável à compreensão das disputas ideológicas no complexo da educação. Ao finalizar, analisaremos duas experiências das quais participamos na universidade, enquanto docentes, que apontam para a importância de uma efetiva práxis nos processos educativos que se colocam no campo do enfrentamento da ordem posta, para além da difusão teórica da tradição marxista.

Antes de desenvolver o texto, cumpre esclarecer que ele é fruto da sistematização de um momento de debate no I Seminário Marx Hoje, em Natal (2014). Trata-se de um Grupo de Trabalho em que os autores problematizaram a interlocução entre ideologia, educação e práxis de modo didático, voltado à uma apresentação inicial dessas categorias e, sobretudo, à apresentação das experiências que aqui se expõem, o que justifica o caráter propedêutico e um tanto esquemático do presente trabalho.

A presença da ideologia na educação

A educação é uma instância ideológica: produz e reproduz formas de consciência que orientam e permeiam completamente os processos educativos. Essa orientação ideológica está presente tanto na educação compreendida de forma mais restrita – a educação formal, que acontece junto às instituições oficiais de ensino – como nos processos mais amplos de transmissão e construção de conhecimentos e valores úteis à reprodução social – que se desenrola em todas as esferas da formação social (no trabalho, na política, na religião, no direito, na família, na mídia etc.).

Esses processos de formação de consciência, como veremos, embora sigam a orientação dominante de funcionamento da esfera econômica, não o fazem de modo simplista ou mecânico (como pretenderam e ainda pretendem algumas interpretações dentro da tradição marxista), possuindo, antes, formas complexas de interação com o todo da formação social. Mas, sem dúvida,

apesar das contradições existentes, a esfera da educação é indispensável para reproduzir a divisão social do trabalho, garantindo o funcionamento da sociedade de classes.

Para compreendermos de modo mais aprofundado a afirmação da educação enquanto instância ideológica da sociedade de classes, isto é, enquanto esfera necessária à reprodução do capital – processo que não se dá sem tensões –, devemos, em primeiro lugar, situar a nossa compreensão acerca da categoria de ideologia.

Ideologia como consciência prática da realidade

É importante delimitar a nossa compreensão a respeito do que seja *ideologia* porque tal categoria recebe um tratamento nada linear entre os diversos teóricos que se ocuparam dela, inclusive no interior da tradição marxista, na qual se configuram seus contornos mais conhecidos.

Desde o seu primeiro uso em meados do século XIX, por um círculo de filósofos franceses – como uma nascente ciência que investigaria a formação fisiológica das ideias nas mentes das pessoas (KONDER, 2002) – passando pela ressignificação realizada por Napoleão Bonaparte, em conflito com esse grupo ao qual atribuiu a alcunha pejorativa *ideólogos*; até os diversos sentidos dados pelos marxistas, o termo *ideologia* tem uma história bastante polêmica, confusa e complexa³ (EAGLETON, 1996).

A nossa compreensão da ideologia se insere no quadro teórico de István Mészáros (em *O Poder da Ideologia*), baseando-se também nas formulações de Karl Marx (sobretudo no Prefácio da *Crítica à Economia Política*) e Gyorgy Lukács (em *Para uma Ontologia do Ser Social*): é uma forma de consciência social

3 Muitos teóricos chegam mesmo a reivindicar a inutilidade do termo enquanto categoria de análise, por ter ele se tornado demasiado amplo e difícil de precisar – é o caso, por exemplo, das consistentes análises de Bourdieu e Eagleton (1996).

orientada para a ação, legitimadora de certos posicionamentos (sejam de conservação ou de transformação da ordem) existentes em função de interesses conflitantes materialmente presentes nas sociedades de classes. Nas palavras de Mészáros (2004, p. 65), a ideologia é constituída objetivamente como: “uma consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos”.

Como argumenta Karl Marx, numa passagem célebre no Prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859/2008), que orienta a perspectiva de Gyorgy Lukács e István Mészáros; as ideologias são aquelas formas de consciência através das quais os homens e as mulheres se dão conta dos conflitos fundamentais da sociedade, tomam partido nesses conflitos e os resolvem pela luta. Não pertencem, portanto, apenas ao mundo da consciência; têm o poder de operar materialmente; incidir, de fato, na realidade. Nas palavras de Lukács (2013, p. 465), “a ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir”.

Tal compreensão da ideologia assume uma *perspectiva ontológica*, colocando o problema do ponto de vista da incidência prática das ideologias na realidade – buscando identificar sua atuação e sua função social (LUKÁCS, 2013). Não se trata, portanto, de um problema de cognição, da correspondência entre ideia e verdade, como reivindica a *perspectiva gnosiológica* a respeito do assunto. Não nos importa, portanto, para caracterizar um posicionamento como ideológico, ele ser necessariamente *incorreto* ou *falso*, tampouco que sirva necessariamente à manutenção da ordem.

A perspectiva gnosiológica, ou seja, ocupada com a falsidade do pensamento como um elemento caracterizador da ideologia, está certamente relacionada à forma como Marx e Engels

colocaram o problema em *A ideologia Alemã* (1846/2007), obra de referência quanto ao tema. Em denso esforço teórico, eles se ocuparam com a análise do pensamento dos filósofos neo-hegelianos de seu tempo, sustentando que as formulações desses teóricos provocavam uma inversão na explicação da realidade, um falseamento decorrente da forma com que procediam às investigações – partindo das próprias ideias, e não tomando a realidade como ponto de partida para a compreensão do mundo. Essa forma de construir conhecimento, segundo Marx e Engels, ainda que inconscientemente, firma um compromisso com a manutenção dos interesses da classe dominante, pois impede uma investigação da realidade de modo a possibilitar a intervenção para modificá-la. Por isso eles defendem a necessidade de lidar com o conhecimento de uma forma radicalmente nova – o materialismo histórico dialético –, partindo da realidade material e com vistas à sua transformação para uma outra ordem social, em que não existam mais relações de exploração.

A partir dessas ideias, a noção de ideologia se consolida em parte da tradição marxista como uma *falsa consciência da realidade que colabora para a manutenção da ordem dominante*. Daí passa a ser comum o equívoco da adoção da perspectiva gnosiológica da ideologia⁴. Aqui, o problema é colocado no campo da cognição, ligado meramente ao plano da consciência, tendendo ao cultivo de uma atitude idealista, de que basta o pensamento se encontrar com a *verdade* para que a mudança da realidade aconteça. Essa perspectiva também favorece um entendimento pejorativo da ideologia, vista apenas como o ponto de vista dominante e se concentrando na sua crítica em vez de investir nos processos ideológicos que fundamentem ações políticas de contestação e transformação da ordem. Dessa abordagem resulta uma postura

4 Colocam-se nesse campo, dentro da tradição marxista, as formulações sobre ideologia de importantes teóricos como Althusser, Marilena Chauí, Michel Löwy e Leandro Konder, segundo Maria Teresa Buomano Pinho (2013), em tese de doutorado sobre a ideologia em Marx, Lukács e Mészáros.

equivocada quanto ao potencial efetivo de incidência das ideologias na prática social, que pode e deve ser utilizado a favor dos processos de emancipação.

No entanto, a leitura atenta de *A ideologia Alemã* nos autoriza a tomar conclusões diversas. Marx e Engels jamais conceberam a ideologia como um mero problema de cognição, ligado unicamente ao plano da consciência. Pelo contrário, as formas ideológicas possuem claramente, em suas análises, uma base material real, que é a produção da vida humana, as relações efetivas que estabelecem uns com os outros ao interagir com a natureza e construir o mundo social. Ainda que essas ideias possam parecer autônomas, elas não têm história própria; sendo, antes, a vida real que determina o plano da consciência e é por ela reciprocamente determinada (MARX; ENGELS, 1846/2007). Daí resulta que esse plano da consciência não é algo isolado, que pode, dessa forma, incorrer numa *correta* ou *falsa atitude cognitiva*, desvinculada das posições que os sujeitos ocupam na sociedade.

A ideologia não se trata de algo que permaneça no pensamento, por mais que tenha valor ou desvalor; é um meio de luta social e diz respeito, portanto, à práxis (LUKÁCS, 2013). Por isso, para compreender adequadamente o problema da ideologia, é necessário partir da perspectiva ontológica, buscando entender a função social desses processos de consciência, a forma como atuam como uma consciência orientada para a prática, a maneira como se realizam enquanto “poderes realmente operantes”, nas palavras de Lukács (2013, p. 481).

O papel da educação na reprodução da ordem do capital

Como vimos, ao contrário do que defende a perspectiva ideológica dominante, que apresenta a educação como um lugar *neutro* de transmissão e construção do conhecimento, os processos educativos se desenrolam por meio da atuação das

ideologias, em sua maioria, funcionais à reprodução de determinada formação social em que estão inseridos. Como argumenta István Mészáros em *A Educação Para Além do Capital* (2005, p. 25), pouca gente negaria hoje que “os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados”. O padrão idealizado de escola, de fato, cumpre um importante papel no fortalecimento de valores como hierarquia, obediência, disciplina, competição etc.; todos indispensáveis ao bom funcionamento de relações de trabalho nos moldes exploratórios concebidos no capitalismo⁵.

A partir de funções diferentes, a escola e as outras esferas relevantes para a reprodução da ordem social (política, direito, arte, religião etc.) reforçam os valores centrais à ordem do capital, pois, enquanto partes da totalidade social, esses âmbitos “têm no capital o elemento hegemônico da sua entificação”, nas palavras de Ivo Tonet em *Educação Contra o Capital* (2012, p. 16).

Uma das consequências que nos diz respeito mais diretamente, nessa reflexão que trazemos, é a de que qualquer mudança pretendida no campo da educação não pode ter êxito se não estiver acompanhada de uma mudança na esfera econômica; se não incidir no modo através do qual se organiza o trabalho dos homens e das mulheres.

Na contramão desse entendimento, é comum a percepção de que “a educação pode mudar o mundo”, ou de que “a raiz do problema social está na falta de educação”. É claro que o mundo da educação pode contribuir para estimular processos de consciência que enfrentem as desigualdades sociais, embora não seja essa a lógica que predomina junto aos processos educativos – ao

5 Fazemos a ressalva quanto ao padrão idealizado de escola por compreender que tais processos disciplinadores analisados por Foucault não podem ser generalizados para todos os contextos históricos. Ao observar as escolas públicas do nosso país, por exemplo, não encontraremos a disciplina escolar nos moldes foucaultianos; embora compreendamos que os problemas enfrentados nesse âmbito da educação são também funcionais ao capital, à medida que dizem de um completo desinvestimento na formação da classe trabalhadora.

contrário do que sustenta as análises de Rodrigo Constantino. No entanto, enquanto uma transformação não incidir sobre as relações materiais de produção, alterando radicalmente a forma de organizar o trabalho, não pode haver nenhuma mudança significativa na ordem social, muito menos protagonizada pela educação.

Duas experiências de enfrentamento ideológico na práxis educativa

Na última das onze *Teses sobre Feuerbach*, Marx coloca a difundida e nunca suficientemente compreendida ideia de que os filósofos teriam, até então, apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes, e que a questão tratava-se, a partir dali, de transformá-lo (MARX; ENGELS, 1846/2007). Longe de subestimar a importância de conhecer a realidade, sem o que nenhuma transformação seria possível, Marx chamava a atenção para a necessidade de articular a teoria com a prática dentro de um projeto político revolucionário da ordem social. Entendemos que esse é um desafio prioritário para a tradição marxista: o reencontrar-se com a práxis.

Do lugar que ocupamos enquanto marxistas trabalhadores da educação, docentes do curso de direito na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), buscamos levar em conta essas reflexões para decidir em que espaços de atuação dentro da universidade devemos investir esforços de modo mais contundente, tendo em vista a capacidade de alimentar processos educativos de questionamento da ordem posta. Em meio à rotina da sala de aula, à necessidade de legitimação perante à *comunidade científica* – mais envolvida com o produtivismo acadêmico do que com a maturidade de análises teóricas mais aprofundadas –, mediando também com a necessidade das tarefas administrativas, vivemos em um tempo de profunda reestruturação da universidade pública. Esse processo, obviamente, não ocorre de forma descolada das demandas da reestruturação produtiva na

esfera econômica, afinal de contas, como argumenta Marilena Chauí (2003, p. 1), a universidade, enquanto uma instituição social, “exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”.

Segundo as análises de Roberto Leher (2012), vem ocorrendo nos últimos anos uma reorientação da necessidade de produção do conhecimento para o setor de serviços, que apresenta um maior crescimento na atual fase do modo de produção capitalista. As implicações dessa reestruturação apresentam peculiaridades na periferia do capitalismo, em função da posição que esses países sempre ocuparam na divisão internacional do trabalho. Desse modo, a formação educacional na América Latina e em outras economias periféricas continua orientada para a formação de trabalhadores que devem ocupar postos de trabalho mais precarizados no setor de serviços, e apenas excepcionalmente ocuparão uma posição relevante no processo produtivo quanto ao domínio das tecnologias – é o caso, por exemplo, de alguns centros de excelência no Centro-Sul do Brasil.

Nesse contexto, em uma universidade pública do Nordeste do Brasil, é que se dá a nossa atuação, junto ao curso de Direito. Cabe mencionar, ainda, o intenso conservadorismo que está umbilicalmente ligado ao campo jurídico, e que encontra na formação de seus profissionais mecanismos particularmente eficientes de reprodução da lógica do capital, como bem analisou Lukács (2013, p. 249) em já aludida passagem da *Ontologia*.

Nossa opção consiste em priorizar o apoio e o fortalecimento de grupos de estudantes que atuam junto ao movimento estudantil e interagem com algumas organizações da classe trabalhadora. Organizamo-nos com eles da maneira mais horizontalizada possível; oferecemos suporte quanto à garantia de certas condições estruturais de funcionamento; e os apoiamos quanto ao aspecto da formação teórica. Nessa atuação, privilegiamos a construção de dois espaços político-acadêmicos: o Núcleo de

Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP) e o Grupo de Pesquisa Marxismo, Direito e Lutas Sociais (GPLutas).

O Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru é um grupo de assessoria jurídica universitária popular (AJUP), institucionalmente localizado na extensão universitária, mas protagonizado por estudantes, que acompanha demandas jurídicas e políticas de determinadas organizações ligadas à classe trabalhadora e aos demais sujeitos subalternizados na sociedade de classes. Os grupos de assessoria jurídica popular como o NEP se organizam nacionalmente através da Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária – a RENAJU. Embora tenham peculiaridades e âmbitos de atuação bastante diversos, tais coletivos se caracterizam pela autonomia dos estudantes quanto à sua direção, pela horizontalidade na sua organização, pela opção de ampliar o enfoque de atuação jurídica para além de uma perspectiva processual assistencialista (trabalhando muitas vezes com a educação popular) e, sobretudo, pela opção política de firmar compromisso com a classe trabalhadora e os grupos sociais subalternizados (Almeida, 2013).

O NEP, atualmente, organiza cerca de quinze estudantes e possui três frentes de atuação principais. Na primeira delas, acompanhamos conflitos ligados à luta por moradia e à reforma agrária junto ao Movimento Terra Livre (MTL) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Numa segunda frente, atuamos com demandas ligadas a questões de feminismo, gênero e sexualidade; desenvolvendo atividades junto ao Movimento de Mulheres e ao Movimento de lésbicas, gays, bissexuais e travestis e transexuais (LGBT). Em uma frente de atuação mais recente, acompanhamos conflitos do mundo do trabalho, buscando dialogar com certos setores do sindicalismo e fortalecer alguns processos organizativos de trabalhadores. Afora essas frentes de atuação, acompanhamos uma organização chamada Assembleia Popular, que funciona como um fórum em que se encontram alguns

movimentos e organizações populares do estado da Paraíba, articulando suas pautas.

Já o Grupo de Pesquisa Marxismo, Direito e Lutas Sociais (GPLutas), coordenado pelas professoras Dra. Renata Ribeiro Rolim, Ana Lia Almeida e pelo professor Roberto Efrem Filho, reúne pesquisadores marxistas voltados às lutas sociais, privilegiando sujeitos que estejam, de fato, inseridos em algum tipo de prática política. Seu interesse primeiro é o de promover análises acadêmicas alimentadas pelas experiências de organização e necessidades da classe trabalhadora e de diversos grupos sociais subalternizados. Pretendemos construir um espaçotempo de formação política, reflexão e articulação sobre as práticas políticas com que os pesquisadores se comprometem. O GPLutas pressupõe, portanto, que ação e reflexão não se dissociam, buscando fomentar experiências teóricas que se articulem com a práxis. Somos parceiros do Instituto de Pesquisa Direito e Movimentos Sociais (IPDMS), uma organização nacional que busca congrega pesquisadores da área do direito que se ocupam em construir conhecimento voltado ao fortalecimento das lutas sociais na busca por emancipação.

Em sua atividade inaugural, no segundo semestre de 2012, o GPLutas se debruçou sobre algumas das obras de Marx e Engels, com o objetivo de provocar uma aproximação introdutória dos estudantes pesquisadores com a tradição marxista. Nesses dois anos de existência, o grupo realizou, além dessa formação inicial, outras três, em formato de minicurso: com a temática da cidadania *versus* emancipação humana; sobre o método marxiano de construção do conhecimento (ambos ministrados pelo professor Dr. Ivo Tonet); e uma terceira abordando a metodologia da pesquisa de campo sob o prisma da antropologia, com o professor Ninno Amorim. O GPLutas também vem funcionando como um espaço de orientação coletiva e produção acadêmica, sobretudo de monografias de conclusão de curso, mas também de dissertações e teses, além de artigos científicos. Nessas orientações,

privilegiamos análises de experiências concretas de atuação dos pesquisadores junto a processos de lutas sociais, buscando fomentar a construção da pesquisa de campo como ponto de partida para as reflexões teóricas.

Esses dois grupos atuam de forma conjunta na UFPB, conformando um campo político-acadêmico que articula a dimensão da extensão e pesquisa com a prática política de setores do movimento estudantil, sobretudo os ligados à assessoria jurídica universitária popular. Também integram um campo político externo à academia, já que incidem junto a alguns processos organizativos mais amplos da classe trabalhadora e de grupos sociais subalternizados da cidade de João Pessoa e do estado da Paraíba.

Considerações finais

As análises empreendidas pela revista *Veja*, trazidas no início deste trabalho, de modo algum correspondem à realidade da conjuntura ideológica da universidade hoje, francamente hegemônica por perspectivas teóricas de matriz liberal. Mas elas, de certa forma, retratam uma dificuldade do marxismo em extrapolar os muros do ambiente acadêmico, estando, nesse sentido, limitado a uma parcela (pequena, diga-se de passagem) da esfera da educação. As organizações da classe trabalhadora – como os partidos políticos, os sindicatos e os movimentos sociais populares – encontram-se politicamente distantes da perspectiva do rompimento com a ordem do capital, na mesma medida que estão também distantes das ideias do marxismo.

Vivemos, por outro lado, um período histórico de intensa crise do capital. E não se trata de mais uma crise cíclica, própria da dinâmica de manutenção do modo de produção capitalista, mas de uma crise estrutural, como analisa Mészáros (2011). Esta conjuntura histórica apresenta uma intensificação dos conflitos entre capital e trabalho e, conseqüentemente, um acirramento das disputas no âmbito das ideologias.

Paradoxalmente, o discurso dominante sustenta que o enfoque da ideologia é uma forma inadequada, porque ultrapassada, de analisar os conflitos sociais. Enquanto isso, os conflitos centrais que se desenrolam nas sociedades de classes continuam acirradamente a ser traduzidos por meio de embates ideológicos entre posições conflitantes a respeito do exercício do poder. Compreendemos que a aludida refutação teórica que enfrenta a categoria de *ideologia* está fundamentalmente relacionada a certa hesitação das esquerdas frente a um período histórico de ofensiva material e simbólica do capital, que retira de cena as análises que têm como horizonte a superação radical e definitiva da atual forma de organizar as relações sociais.

Ocorre com a recusa da *ideologia* enquanto categoria de análise, nesses termos, a mesma situação de outras construções analíticas centrais à tradição marxista como a *centralidade do trabalho*, a existência de *classes sociais*, *luta de classes* e a *possibilidade de uma revolução*; todas elas ideologicamente consideradas obsoletas e inúteis para compreender um mundo em que supostamente a ordem do capital tornou-se um consenso absoluto, ainda que esteja caracterizado um período histórico de crise estrutural dessa forma de organização social.

Essa identificação dos reais motivos (ideológicos) por trás da recusa teórica a tais termos revela, antes, a necessidade de resgatar e atualizar constantemente as análises da tradição marxista. Isso porque, por trás do discurso de que a ideologia é algo ultrapassado e/ou não científico, faz-se presente um posicionamento ideológico a respeito de como o mundo social deve permanecer sendo organizado, ou, dizendo de outro modo, de como o seu funcionamento não deve ser fundamentalmente alterado.

A esfera da educação não pode interferir nessa conjuntura histórica de maneira isolada, como se fosse capaz de frear as atrocidades que vêm sendo cometidas contra a imensa maioria da população do mundo em nome de um modelo de desenvolvimento econômico baseado na exploração. No entanto, os

processos educativos podem contribuir, e muito, no embate ideológico com a perspectiva do capital, sobretudo se for enfrentado o desafio de trazer a práxis revolucionária para o centro das preocupações da tradição marxista.

Referências

- ALMEIDA, A. L. A ideologia e os grupos de assessoria jurídica popular. In: II SEMINÁRIO DIREITO, PESQUISA E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2, 26-28 abr. 2012, Goiás. *Anais...* Goiás: Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais, 2013.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 10. ed. (Trad. de Fernando Tomaz). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BOURDIEU, P.; EAGLETON, T. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, p. 5-15, 2003.
- EAGLETON, T. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LEHER, R. *O governo Dilma, a greve nacional dos docentes e a universidade de serviços*. 2012. Disponível em: <<http://andesufrgs.wordpress.com/2012/05/27>>. Acesso em: maio 2014.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (Texto original publicado em 1859).
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. (Texto original publicado em 1846).
- MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do capital: rumo a uma teoria de transição*. (Trad. de P. C. Castanheira e S. Lessa). São Paulo: Boitempo, 2011.
- PINHO, M. T. B. *Ideologia e formação humana em Marx, Lukács e MéSZáros*. 2013. Tese (Doutorado em Educação brasileira) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- TONET, I. *Educação Contra o Capital*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

Capítulo 8

Marxismo e América Latina: história e possibilidades no século XXI

Daniel Araujo Valença

Introdução

O marxismo chegou à América Latina na virada do século XIX para o XX. Região responsável por parte da acumulação primitiva de capital na Europa no período do capitalismo comercial, inúmeras foram as rebeliões e sublevações indígenas e negras anteriores à chegada da teoria social marxista em nosso continente.

A partir dela, todavia, se de um lado a classe trabalhadora passou a ter um suporte teórico para balizar a sua práxis política, de outro, recorrentes foram as tentativas de um trasladar mecânico do marxismo, como se dogma fosse, a ser totalmente copiado no novo continente, ou a inclinação a sustentar sua inadequação para a região.

Diante desse contexto, esse texto atende, pois, a dois objetivos: primeiramente, ao intuito da organização do seminário de propor um espaço para o debate sobre marxismo e América Latina; temática essa de, não raro, escassa produção e visibilidade frente à sua importância. Ademais, intenta resgatar

– mesmo que brevemente – a história da filosofia da práxis¹ no continente latino americano para, daí, propor-se alguns elementos voltados à análise dos processos políticos vivenciados nos países andinos, neste século, com recorte quanto à Bolívia e seu Estado Plurinacional. Argui-se, pois, que o marxismo revela-se mais que atual nesta realidade, sendo necessário o manejar dessa teoria social revolucionária de maneira crítica, não dogmática, para não se incorrer em equívocos passados e, ao mesmo tempo, potencializar o processo atual.

Para tanto, opta-se por abordar a temática a partir de quatro momentos: uma breve compreensão da teoria social da filosofia da práxis; logo após, uma panorâmica visão sobre o marxismo e a luta socialista na América Latina. Por fim, elementos dos processos políticos vivenciados atualmente na América Andina, especialmente na Bolívia.

A teoria social de Marx e Engels: elementos introdutórios

Desde que se consolidaram as sociedades cindidas em classes sociais que há luta política e elaborações teóricas sustentando relações de igualdade². Com a modernidade, se de um lado há a conformação de toda uma cientificidade burguesa, na qual aparecem autores como Locke, Kant e Hegel, dentre outros, também surgiram intelectuais descontentes com as condições sociais e econômicas da sociedade nascente, tais como Saint-Simon, Fourier, Blanc e Owen. Este segundo grupo veio a conformar o que seria denominado de socialismo utópico: de *u-topos*, ou seja, do não lugar.

1 Em *Cadernos do Cárcere*, Gramsci utiliza a expressão “filosofia da práxis”, tanto para fugir da censura do fascismo quanto para reforçar a unidade dialética entre teoria e prática imanente ao marxismo.

2 Para um maior aprofundamento, recomenda-se a leitura de Beer (2006).

Isso porque, em geral, nessa grande linha teórica, havia um repúdio aos efeitos do capitalismo e a proclamação de outra sociedade, igualitária, solidária. Todavia, eles não se debruçavam em relação a desvendar o funcionamento do capitalismo enquanto sistema, e, por outro lado, estavam completamente apartados da luta política: não chegaram a constituir uma teoria da revolução, da práxis política, de tática ou estratégia (HOBSBAWM, 2011). Ao contrário, seriam as ideias dos pensadores da época as que teriam condições de alterar aquela determinada realidade.

Ao longo do século XIX ocorreu intensa disputa no campo socialista pela liderança teórica e política do movimento. É nesse momento que o socialismo científico ganha corpo diante do utópico e de demais tendências da esquerda:

Marx difere de seus predecessores em três aspectos. Primeiro, substituíra uma análise crítica parcial da sociedade capitalista por uma análise abrangente, baseada num exame da relação fundamental (nesse caso, econômica), que regia essa sociedade (p. 49). [...] segundo, ele inseria o socialismo no quadro de uma análise histórica evolucionista, o que explicava duas coisas ao mesmo tempo: por que o socialismo surgiu como teoria e como movimento; e por que o desenvolvimento histórico do capitalismo deve por fim gerar uma sociedade socialista (p. 50). [...] Terceiro, ele elucidava a forma de transição da antiga sociedade para nova: o proletariado seria seu executor, através de um movimento de classe empenhado numa luta de classes que só alcançaria seu objetivo através da revolução – “a expropriação dos expropriadores”. O socialismo deixaria de ser “utópico” para se tornar “científico” (HOBSBAWM, 2011, p. 49-50).

Marx e Engels, vão, portanto, conformar o que seria denominado de socialismo científico: buscaram uma fundamentação científica, sofrendo influências do desenvolvimento capitalista e cientificista da época; suplantaram a mera

indignação e voltaram-se a compreender o desenvolvimento das forças produtivas à época, as formas políticas e classes sociais. Para tanto, recuperaram elementos do socialismo utópico, da economia política inglesa, bem como da filosofia clássica alemã³. A frente desta, Hegel construiu uma filosofia da história fundada na dialética; todavia, como bom idealista, acreditava que a ideia, o espírito, moviam o mundo. Marx, então, subverte sua dialética: o ser social determina a consciência social e não o oposto.

A obra marxiana, como não poderia deixar de ser, vai se conformando e amadurecendo ao longo das décadas. Ainda na primeira metade do século XIX, Marx amadurece rapidamente sua reflexão teórica: em *Para a Questão Judaica* (1843/2009), reconhece a importância da emancipação política (e a desvincula da questão religiosa, em confronto com o proposto por Bruno Bauer), mas aponta seus claros limites, distinguindo-a da emancipação humana⁴.

Já em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx conclui que as formas constitucionais eram secundárias em relação ao conteúdo social; a democracia então aventada e comemorada era uma parte formal do Estado, e não sua essência:

A oposição entre Estado e sociedade civil [de acordo com Hegel] está, portanto, consolidada; o Estado não reside na sociedade civil, mas fora dela; ele a toca apenas mediante seus “delegados”, a quem é confiado a “gestão do Estado” no interior dessas esferas. Por meio destes “delegados” a oposição não é suprimida, mas transformada em oposição “legal”, “fixa”. O “Estado” é feito valer, como algo estranho e situado além do *ser* da sociedade civil, pelos deputados deste ser contra a

3 Recomenda-se a leitura de *As três fontes* (1913/2006), de Lenin, disponível em formato impresso em publicação da Expressão Popular.

4 Nesse sentido, aponta: “a emancipação política é, sem dúvida, um grande progresso; ela não é, decerto, a última forma de emancipação humana, em geral, mas é a última forma de emancipação política no interior da ordem mundial até aqui” (MARX, 1843/2009, p. 52).

sociedade civil. A “polícia”, os “tribunais”, e a “administração” não são deputados da própria sociedade civil, que neles e por meio deles administra o seu *próprio* interesse universal, mas sim delegados do Estado para administrar o Estado contra a sociedade civil (MARX, 1843/2013, p. 74).⁵

Dessa maneira, Marx vai desmontando a ideia de um Estado democrático acima dos interesses particulares, de um Estado de Direito e, logo mais, em *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1844/2013), as classes sociais aparecem como elemento construtor da história e a classe proletária como a capaz de superar a sociedade capitalista.

Marx e Engels, durante a década de 1840, terão a convicção de que a revolução proletária mundial estava próxima. Com a derrota proletária nas revoluções de 1848, Marx resolve, então, partir para um estudo aprofundado da economia política e da essência do capitalismo, tarefa a qual se dedicará até o fim da vida com *O Capital* (1905/1980; 1894/2008; 1867/2013; 1885/2014).

Mesmo nesse período, não abandonara nem a militância política, menos ainda a análise concreta sobre as lutas de classes de sua época, dentre as quais destaca-se *Guerra Civil na França* (1871/2011), na qual debruça-se sobre a inédita e impressionante experiência da Comuna de Paris.

Marx parte pois, das categorias historicidade, dialética, totalidade, negação e mediação para construir seu método. Ao oposto de escritores de outros campos teóricos, ele não redigiu nenhuma obra com esse intuito; o método aparece e toma corpo ao longo de seus trabalhos, já que Marx está voltado para a compreensão e transformação da realidade; para ele, o método não é um fim em si mesmo. A totalidade não se trata de junção de fatores diversos; configura-se na interconexão entre o particular e o universal, que se retroalimentam. A historicidade tem sua

5 Colchetes no original.

importância quanto a, apesar de nos determos à aparência, esta é a exteriorização de uma essência, situada na história, em curso e, portanto, esta revela-se eminentemente provisória, em construção. Nesse sentido, ela é dialética; é a contradição que move o mundo, especialmente entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. Confronta-se, pois, diretamente com a visão da sociedade enquanto um organismo em que conflitos representam disfunções e algo a ser eliminado com fins de manter o bom funcionamento para todos. E, ao se negar um estado, instiga-se a reação oposta (negação da negação). Por fim, é necessário uma mediação entre o pensamento e o real; o marxismo é, pois, a análise concreta da realidade concreta para fins de transformá-la a partir da ação da política, e não da ideia em si, da mudança “interior” dos indivíduos, de Deus ou outra força transcendental.

Parte-se dessas categorias, pois, para recuperar a história do marxismo enquanto teoria e práxis política de luta pelo socialismo no continente, e trazer breves comentários sobre os processos políticos andinos, especialmente o boliviano.

A tradição marxista e a disputa pela teoria social marxiana

No momento do falecimento de Marx, o marxismo já é hegemônico na disputa ideológica da esquerda – o anarquismo, por exemplo, torna-se minoritário – e se inaugura um novo período: a disputa dentre marxistas em relação a quais elementos eram centrais em sua teoria social. À época, vários de seus escritos ainda não tinham sido publicados, o que dificultava sobremaneira a compreensão da totalidade de seu pensamento. Não se tentará, neste momento, debater sobre as diversas correntes do marxismo, mas, sim, resgatar algumas divergências no campo do marxismo e que terão influências no continente latino-americano. Trata-se, pois, de um recorte teórico arbitrário, realizado com esse fim específico.

A Revolução Russa: natureza e sujeito histórico revolucionário em debate

Com a virada do século XIX para o XX, o centro do debate socialista se traslada para a Rússia. Ante a possibilidade de revolução, três vertentes se destacavam: a ortodoxia dizia que primeiro tinha de ocorrer uma revolução burguesa para, só após, desencadear-se a socialista. Por outro caminho, o economicismo defendia que o socialismo deveria ser construído pela luta econômica e a luta política deveria ser da burguesia. Lênin, em posição heterodoxa, postulava que a classe operária deveria dirigir a revolução burguesa para, logo a seguir, transformá-la em revolução socialista. Para ele, cada país detinha uma realidade específica⁶ e, se na Rússia sua burguesia não aspirava à revolução burguesa, esta deveria ser conduzida pelos trabalhadores.

Como pano de fundo desse debate, emergem as questões de “natureza da revolução” e “sujeito histórico revolucionário”, temas centrais nas divergências no campo do marxismo na América Latina, ao longo do século XX.

Ocorre que a previsão de revolução mundial, a partir da Revolução Russa e da instabilidade global provocada pela Primeira Guerra, não veio a se concretizar; a revolução alemã, italiana e húngara de 1919 foram derrotadas e o movimento revolucionário entrou em período de refluxo.

Abre-se um novo momento internacional e nele se destaca a reflexão de Antônio Gramsci, especialmente em seus *Cadernos do Cárcere*, redigidos enquanto estava na prisão, durante o regime fascista.

A originalidade gramsciana está em antecipar as consequências das mudanças em curso na esfera política para a luta socialista. Para ele, nesse momento histórico já se consolidava

6 Para Carlos Nelson Coutinho, Gramsci acompanha várias das elaborações de Lênin; sua preocupação com a realidade nacional estaria nesse contexto. Ver em Coutinho (2007).

uma transformação superestrutural na sociedade e nas formas políticas capitalistas que a maioria do movimento revolucionário não percebera. Nos países ocidentais⁷, a sustentação política das sociedades cindidas em classes não mais construía seus alicerces na pura coercitividade, mas sim na constituição de um *consenso* no seio da sociedade civil. As classes subalternas, pois, viam-se dirigidas política e culturalmente pelas dominantes. Partindo do conceito de intelectuais orgânicos⁸, ele expunha a importância da hegemonia:

[...] podem-se fixar dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para

7 Como bem aponta Coutinho (2007), a distinção países ocidentais *versus* orientais em Gramsci não é geográfica, “mas refere-se a tipos de formação econômico-social, em função sobretudo do peso que neles possui a sociedade civil em relação ao Estado” (COUTINHO, 2007, p. 82).

8 Para uma abordagem mais profunda sobre a temática “intelectuais orgânicos”, consultar o Caderno 12 dos *Cadernos do Cárcere*, disponível no Volume II (GRAMSCI, 1932/2010).

toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 1930-1932/2010, p. 20-21).

Portanto, nessas sociedades, quanto à temática “natureza da revolução”, a tática de luta mais adequada seria a disputa cultural, moral e organizativa nos aparelhos da sociedade civil, lenta e árdua, para constituir valores contra-hegemônicos e conformar um novo bloco histórico.

Dentre os elementos colocados, tem-se que aqueles relativos à tática do período da Revolução Russa vão balizar o debate teórico marxista em torno da tática de luta pelo socialismo, desde o início do século XX até o início de sua última quarta parte. As contribuições de Gramsci tomarão corpo com os processos políticos de redemocratização no continente. Ademais, as tomaremos como norte para a análise acerca das transformações nos países andinos e, especialmente, na Bolívia. Buscar-se-á, portanto, na próxima seção, situar os debates teóricos da tradição marxista no continente ao longo do século XX.

O marxismo e a América Latina: sua atualidade em um continente saqueado

Desde a chegada do marxismo na América Latina, no início do século passado, há intensos debates não apenas entre suas correntes, mas, também, sobre sua validade em território latino-americano. Todavia, aqui se construiu não apenas extensa teoria no espectro marxista, como também lutas políticas lideradas por agrupamentos políticos sob essa orientação.

O marxismo enquanto teoria toma corpo na América Latina entre a década de 1910 e 1920, quando o argentino Juan Justo traduziu a obra *O Capital*, tornando-a disponível antes mesmo que em alguns países europeus. Nesse mesmo período, o jornalista peruano José Mariátegui, após alguns anos na Itália e provavelmente a partir da influência de Gramsci, volta-se à árdua

tarefa de utilizar as ferramentas do marxismo para a compreensão da realidade peruana.

Àquela época e nas décadas seguintes, aparecem como principais dilemas no continente, primeiramente, quanto à validade do marxismo diante das especificidades da América Latina e, a seguir, quanto às questões de alianças de classe, métodos de luta e etapas da revolução.

Quanto à primeira, a polêmica se deu com aqueles que defendiam que o marxismo respondia a situações típicas da Europa do século XIX. Denominada de excepcionalismo indo-americano, tal vertente absolutizava a especificidade da América Latina e de sua cultura, história e estrutura social. Ao extremo, colocava o marxismo como teoria válida exclusivamente na realidade europeia. Sua principal representação se deu com a Aliança Popular Revolucionária Americana – APRA, sob liderança de Haya de La Torre: o espaço-tempo indo-americano seria governado pelas suas próprias leis, profundamente distintas do “espaço-tempo” europeu analisado por Marx e, por isso, a necessidade de uma nova teoria que negue e transcenda o marxismo (LÖWY, 1999).

Polemizando com a APRA, Mariátegui (1928/2010), em *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, elabora a primeira tentativa de análise marxista da realidade concreta de seu país. Utiliza, pois, o marxismo, considerando a realidade nacional de tradições milenares de seus povos indígenas, estendível para os demais países andinos. Ou seja, para além do sujeito revolucionário operariado típico da Europa no momento das elaborações marxianas, ele complementa com o indígena. Vestígios de “comunismo inca” facilitariam a via socialista, tendo em vista o histórico de socialização dos meios de produção (propriedade coletiva da terra), bem como do trabalho social. Para ele, classes sociais, propriedade dos meios de produção, imperialismo, dentre outras, eram, portanto, categorias aplicáveis à compreensão daquela realidade, desde que consideradas em suas especificidades. Percebe-se um ponto de contato com Gramsci na preocupação

deste com a construção de uma vontade coletiva nacional-popular e com uma reforma intelectual e moral como premissas do socialismo. Mariátegui foi um dos marxistas que também dedicou importância às questões subjetivas para uma profunda transformação social e advogava por uma revolução proletária para libertação de seu país e do continente.

Na década seguinte, sob orientação da III Internacional e liderança dos partidos comunistas locais, toma corpo a defesa da revolução democrático-popular: não tendo o continente passado por suas revoluções burguesas, necessário seria acumular forças para uma revolução democrático-nacional, possibilitando, então, o desenvolvimento das forças produtivas e, *a posteriori*, a eclosão da revolução socialista. Buscava-se, pois, democratizar o Estado, afirmar a soberania nacional contra o imperialismo e acabar com o latifúndio ante a necessidade de desenvolvimento da indústria nacional.

Tal vertente, também denominada de etapismo, trasladava mecanicamente os modelos de desenvolvimento socioeconômico que explicavam a evolução histórica da Europa ao longo do século XIX. Dessa maneira, no novo continente, haveria uma estrutura agrária de tipo feudal; uma burguesia apta a cumprir com seu dever histórico revolucionário do século XVIII e um campesinato hostil ao socialismo ou coletivismo. Essa orientação nacional democrática, todavia, incorria em erros insuperáveis:

La orientación nacional-democrática fue criticada, dentro de la propia izquierda, por tres motivos principales: a) por subestimar los vínculos orgánicos entre latifundio, imperialismo y capitalismo; b) por creer en la viabilidad de una alianza estratégica del proletariado con la “burguesía nacional”; c) por concebir cómo “etapas” relativamente estancadas, lo que sería más adecuado concebir como “flujo”, como “transcrescimiento” (POMAR, 2013, p. 26).

Adicione-se, a tais elementos, um ainda mais pujante em relação aos países andinos: a questão étnica era irrelevante ou, para além, vista como elemento de atraso e sinal de que a modernidade ainda não chegara a essas terras e, conseqüentemente, menos ainda a possibilidade socialista. O mecanicismo e dogmatismo de tal perspectiva desconsiderava a produção de Mariátegui e, na prática, colocava os camponeses indígenas na mesma posição que os camponeses “pequeno-burgueses” de *18 de Brumário*. Tal perspectiva transformara toda a América Latina em uma única realidade nacional, em que a conformação de suas classes sociais, o desenvolvimento de suas forças produtivas, bem como as especificidades de cunho étnico e cultural não eram fatores aptos a alterar a natureza da revolução.

Em embate direto com essa vertente, não apenas em função de divergências de tática e estratégia, mas também sob influências do contexto internacional, constituiu-se a linha trotskista:

[...] a perspectiva de uma revolução “permanente” que combina tarefas democráticas, agrárias, nacionais e anticapitalistas, e a rejeição de uma aliança estratégica com a burguesia local, considerada incapaz de desempenhar um papel revolucionário significativo, diferenciavam radicalmente o trotskismo do comunismo pró-soviético, além, é claro da sua independência em relação à URSS e sua crítica ao autoritarismo burocrático (LÖWY, 1999, p. 35).

Ocorre que, se a vertente etapista partia de análises fechadas às realidades continentais e nacionais, o trotskismo, ao propugnar pela revolução ininterrupta e imediatamente socialista, sob liderança de operários, também incorria no equívoco de minimizar a categoria mediação com a realidade e a concreta situação particular das forças produtivas e relações de produção em cada país. Portanto, se de um lado o etapismo é um equívoco, dentre outros elementos, porque supõe a necessidade de fases interdiárias estanques, de outro,

La revolución cubana de 1959, la revolución rusa de 1917 y la revolución china de 1949, resultaron exactamente de la continua radicalización democrática, popular y nacional. Fueron “revoluciones socialistas” no a priori sino debido al curso que tomaron, al proceso global en el que estaban insertas (POMAR, 2013, p. 34).

Ressalte-se também que, após a vitória da guerrilha popular em 1959, em Cuba, cresce a adesão à luta armada e tática de guerrilhas como via para a revolução, em um contexto continental em que a dominação de classe era exercida frequentemente a partir da coercitividade em âmbito da sociedade política.

Após as derrotas nas maiorias das guerrilhas rurais e urbanas promovidas no continente e com o concomitante processo de redemocratização nos mais diversos países, há o descenso do ciclo guerrilheiro na América Latina, e toma corpo uma outra vertente que argui pela revolução democrático-popular e socialista, a qual se consubstanciaria em

Construir un bloque político-social en torno a un programa que articule medidas democráticas con medidas socialistas. En las condiciones actuales de desarrollo del capitalismo, las medidas democráticas no son socialistas, pero pueden asumir un sentido anti-capitalista (POMAR, 2013, p. 32).

Essa vertente se apropria de elementos gramscianos ao colocar como central na estratégia socialista a disputa de hegemonia no seio da sociedade civil, a partir da conformação de um bloco histórico nacional-popular, com a consequente alteração em âmbito da sociedade política.

Independente da linha teórica e de ação política dentro do espectro do marxismo, cabe ressaltar que ele foi o principal motor às lutas populares contra as formas de colonialismo, semicolonialismo e relações de dependência para com os países centrais.

Da mesma maneira, é incompreensível as alterações nas formas políticas e forças produtivas na América Latina sem a filosofia da práxis enquanto método científico: o atraso dos países do continente como expressão de um capitalismo tardio e de relações de dependência diante de países europeus e dos Estados Unidos; as ditaduras militares como forma política adequada e necessária, por um lado, ao refreio das forças populares e, de outro, a uma política de achatamento salarial forçado e exportação de mais-valias para manutenção do Estado de Bem-Estar Social⁹; e a desagregação social com a forma neoliberal de Estado, desregulamentação da economia e inserção dos mercados nacionais na sistemática internacional de financeirização da economia.

Em mesmo sentido, parte-se da perspectiva de que os processos políticos ocorridos na América Latina, especialmente na Andina, não podem ser devidamente compreendidos sem o marxismo. O multiculturalismo e a busca por explicá-los meramente a partir da realidade étnica obscurecem o processo histórico, levando a interpretações parciais e que têm implicações para as futuras lutas políticas no país.

Para se analisar as transformações ocorridas na Bolívia, parte-se da perspectiva da revolução democrático-popular e socialista.

Bolívia: dilemas e possibilidades da construção do socialismo no século XXI

No final da década de 1980, a derrota das forças sandinistas, da esquerda brasileira nas eleições de 1989 e a queda da URSS se inseriam em um contexto de refluxo das forças

9 Harvey (2005) coloca que, com o risco de expansão soviética e pressão dos trabalhadores por expansão de direitos, o Estado de Bem-Estar Social e a ascensão econômica dos trabalhadores dos países centrais foram possíveis graças à exportação da mais-valia aos continentes sob jugo do colonialismo (África) e das ditaduras militares (Américas).

socialistas no continente e no mundo. Um a um, cada país começou a reproduzir a experiência neoliberal inaugurada no Chile ditatorial de Pinochet. Pautados pelas políticas orientadas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial, sob liderança incontestada americana, os governos nacionais empreenderam ações de privatização de empresas públicas e recursos naturais, redução da burocracia estatal, flexibilização de direitos e desestímulo às forças produtivas nacionais diante de políticas de importação.

Essa realidade tomou contornos específicos na Bolívia, pois, para além de se submeter a essas ações generalizadas no continente, contando com um precário desenvolvimento de suas forças produtivas, sob orientação dos Estados Unidos, desencadeou uma campanha permanente contra a folha de coca, a partir da justificativa do “combate” ao tráfico de drogas.

Esse país andino sempre esteve dentre os sul-americanos de menor desenvolvimento das forças produtivas, sendo eminentemente agrário e dependente da exploração de minérios e hidrocarbonetos. Em paralelo, detém um histórico de intensa instabilidade política:

Una prueba de ello es que al año 1980 en Bolivia se produjeron 200 golpes de Estado en apenas 155 años de vida Republicana; lo que dio lugar a que en este período de tiempo 74 Presidentes de la República hubiesen conducido al Estado, con un promedio de 2,09 años de duración en el mandato (SANTIVÁÑEZ, 2008, p.174).

A conjuntura¹⁰ inaugurada pela década de 1980, a partir das reformas da economia boliviana e do Estado, com Víctor Paz Estenssoro e reforçadas no governo de Sánchez de Lozada, conhe-

10 Quanto à conjuntura, parte-se de Gramsci, que a enxerga numa relação dialética entre estrutura e política: “a conjuntura seria o conjunto das características imediatas e transitórias da situação econômica e, por este conceito, seria então necessário entender as características mais fundamentais e permanentes da própria situação. Portanto, o estudo da conjuntura ligado mais estreitamente à política

cido por *Goni*, radicalizaram a depreciação das condições materiais de sua população:

Relocalização e fechamento de empresas, racionalização do orçamento estatal, “livre” comércio, reforma tributária, desregulação, privatização, capitalização, flexibilização trabalhista, fomento às exportações e a lei Inra (que criou o Instituto Nacional de Reforma Agrária) centraram-se em prol da racionalidade empresarial, da taxa de lucro na gestão de força de trabalho, mercadorias, dinheiro e terras. Entretanto, com o tempo, seus efeitos se fizeram sentir de maneira dramática nas condições de vida das comunidades (LINERA, 2010, p. 262).

Esse novo cenário interno redefiniu a conformação das classes sociais e da ação política, com a progressiva perda da densidade e capacidade de mobilização dos sindicatos e da Central Operária Boliviana (COB) – devido às mudanças no setor produtivo provocadas pelo neoliberalismo – por formas de unificação locais de caráter tradicional e de tipo territorial (LINERA, 2010): “a deterioração crescente da estrutura econômica tradicional da sociedade rural e urbana deu lugar a um fortalecimento dos laços comunitários como mecanismos de segurança primária e reprodução coletiva” (LINERA, 2008b, p. 59).

O protagonismo dentre as forças subalternas desloca-se, pois, para o campo, especialmente em Cochabamba, no Chapare, “onde predominará um discurso de tipo camponês complementado com alguns componentes culturais indígenas” (LINERA, 2008b, p. 57). Em paralelo às políticas neoliberais, os sucessivos governos nas décadas de 1990 e início de 2000 empreenderam ações permanentes de combate e criminalização da coca e de seus produtores nessa região do país. Ocorre que tal região

imediate, à ‘tática’ [e à agitação], ao passo que a ‘situação’ liga-se à ‘estratégia’ e à propaganda etc.)” (GRAMSCI, 1932/2006, p. 439-440).

dispõe de condições geográficas e climáticas privilegiadas comparadas ao restante do território nacional, e por trás da questão da coca estava também instalada a disputa pela terra e a busca permanente da expulsão de cerca de 70 mil famílias camponesas.

Diante das incursões do Estado boliviano, revelaram-se crescentes a consciência e organização popular camponesa, também favorecidas por elementos subjetivos, como a capacidade de liderança de dirigentes como Evo Morales e Leonida Zurita. Os camponeses, organizados em sindicatos e federações, vinculadas a Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia – CSUTCB, organizavam-se de maneira assembleísta, realizaram marchas até La Paz – sempre acompanhadas e reprimidas pelas forças estatais – e bloqueios de rodovias, relâmpagos e sucessivos ou não.

A luta camponesa em torno da terra, todavia, encontrava na folha da coca um elemento totalizante e unificador: de um lado, uma cultura milenar, de origem indígena, presente em todo o país¹¹; de outro, uma imposição imperialista, que não apenas realizou treinamentos com as forças policiais nacionais como passou à ação direta repressiva e com saldo de mortes com o passar do tempo (MORALES, 2014).¹²

Um conflito eminentemente corporativo e localizado, diante desses elementos objetivos e subjetivos, tomou dimensão política, totalizante e transbordou as fronteiras da luta particular

11 Por todo o país há o consumo da folha de coca *in natura*, guardadas em pequenos sacos plásticos, especialmente pelas camadas trabalhadoras. Todavia, dentre os setores médios e altos, também há tal consumo, porém, em geral, na forma de chá e industrializada ou medicação homeopática. Assim, os mineiros de Potosí a consomem para suportar as jornadas nas minas sem alimentação; os guias do *Salar del Uyuni*, os trabalhadores informais e operários em La Paz, e assim por diante.

12 Aqui, não se trata apenas de determinado produto de notável consumo nacional; a coca representa uma cultura milenar dos povos indígenas da região e, para além, dispõe de propriedades que fazem frente às adversas condições climáticas e sociais: é benéfica contra dores de cabeça e falta de ar devido à altitude, neutraliza a fome, é indicada para reumatismo, dentre outras propriedades.

do camponês do Trópico: o camponês indígena ao longo de mais de uma década estará a frente da tentativa de conformação de um novo bloco histórico, em que as classes subalternas, ao se solidarizarem para com o Trópico, estavam reafirmando a história indígena e confrontando diretamente o imperialismo e a intervenção americana, em um país fortemente marcado pela espoliação espanhola e perda do território e acesso ao mar para o Chile:

[...] Mas, a partir do momento em que um grupo subalterno tornar-se realmente autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado, nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade e, consequentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas (GRAMSCI, 1932/2006, p. 225).

Com fins de extrapolar as demandas específicas e particulares, os camponeses começam o processo de organização política com fins de combinar a luta política à eleitoral. Assim, participam das eleições municipais de 1989 com a sigla emprestada *Izquierda Unida* e das nacionais em 1993 com a *Eje de Convergencia Patriótica* (MORALES, 2014).

Após essas experiências, deliberam, pois, pela criação de seu próprio instrumento político, em 1995, durante o *I Congreso do Instrumento Político de Tierra y Territorio*, em Santa Cruz:

El debate se centró en que mientras nosotros no seamos poder político, nunca se cumplirán las reivindicaciones, nunca conseguiremos nada, seguiremos esperando como hace 500 años. Nosotros mismos debemos gobernarlos, creando un instrumento político para los bolivianos (MORALES, 2014, p. 274).

Ressalte-se que a criação do instrumento perpassa, como se percebe pelo próprio nome do congresso, a questão da terra e território. Tendo como primeiro dirigente Juan de la Cruz Villca,

que era secretário geral da COB à época, seu nome inicial foi *Asamblea por la Soberanía de los Pueblos* (ASP). No congresso da CSUTCB de 1996, o Movimiento Nacionalista Revolucionário – MNR e o Movimiento Bolivia Libre – MBL, que conformavam o bloco partidário de apoio ao governo neoliberal, buscaram derubar a criação do Instrumento, sendo, todavia, sua criação ratificada pela maioria presente.

A luta camponesa e a formação do instrumento seguem incorporando plataformas, classes e setores sociais descontentes com o neoliberalismo, atingindo seu cume com os episódios conhecidos como Guerra da Água (2000), o *Impuestazo* de Goni e a Guerra do Gás (setembro e outubro de 2003).

A Guerra da Água ocorreu em 2000, quando a população da cidade de Cochabamba, organizada de maneira comunitária, se sublevou contra a privatização da água e, com o apoio das entidades do campo daquele Departamento, conseguiram expulsar a *Empresa Aguas del Tunari*. A privatização não afetava a região do Trópico (Morales, 2014), todavia, o levante popular contou com o apoio dos *cocaleros* e revelou-se momento de consolidação da aliança campo-cidade. Em 2003, Goni implementa a majoração de impostos conhecida como El *Impuestazo*, quando trabalhadores urbanos se revoltam e, no enfrentamento com as forças repressivas, 33 pessoas são assassinadas. No mesmo ano, em outubro, o Governo anunciou que o gás do departamento de Tarija seria exportado por um consórcio internacional, o *Pacific LNG*, para os Estados Unidos e por território¹³. A partir da organização comunitária e territorial, a cidade de El Alto¹⁴ se subleva e, em uma

13 Some-se a essa postura de reviver políticas neoliberais numa década de rechaço popular a essa via, à insatisfação histórica dos bolivianos em relação aos chilenos em função da perda de seu território e acesso ao mar, e a condição do presidente da República, que mal falava castelhano, devido ao inglês em seu “sotaque”.

14 Cidade conurbada com La Paz, acima desta, com mais de um milhão de habitantes, vários devido ao êxodo rural, majoritariamente de setores subalternos.

semana, 63 pessoas são assassinadas pelas forças estatais, culminando com a fuga do presidente *Goni*.¹⁵

Cria-se, então, o *Estado Mayor del Pueblo*:

frente campesino y obrero, con las seis Federaciones de Productores de Coca del Trópico, la CSUTCB, la Confederación Sindical de Colonizadores de Bolívia, las federaciones de fabriles, mineros y otras organizaciones sociales y sindicales del país (MORALES, 2014, p. 328).

Adicione-se a tais processos políticos a expulsão de Evo Morales do parlamento boliviano, em 2002, e a fala pública do embaixador americano às vésperas da seguinte eleição presidencial de que sua vitória importaria em respostas econômicas e políticas por parte do governo dos Estados Unidos.

A instabilidade política foi tamanha que setores da esquerda ventilaram a possibilidade de tomada do poder por parte de Evo, não aceita por este: “[...] me acuerdo lo que me dijo Fidel Castro antes de que sea presidente. ‘No hagan lo que yo he hecho, hagan lo que está haciendo Hugo Chávez, la revolución se hace con el pueblo, se hace en democracia. Estamos en otros tiempos’” (MORALES, 2014, p. 333).

Logo após, em 2004, o MAS-IPSP se torna a maior força política do país (sessenta prefeituras e 25% dos parlamentares municipais) e, em 2005, Evo Morales é eleito presidente da República, com a plataforma:

recuperar los recursos económicos que se van del país, debido a la privatización y capitalización, defender la producción, la cultura, la hoja de coca. También hemos

15 O ex-presidente fugiu de La Paz, por meio de helicóptero, durante os conflitos e as dezenas de mortes na Guerra do Gás. Abrigou-se nos Estados Unidos, onde profere palestras sobre a Bolívia. Vários movimentos sociais, todavia, reivindicam que ele seja julgado por crime contra a humanidade. O Estado boliviano requisitou sua extradição, a qual foi negada pelo governo americano.

condenado la corrupción, el racismo, la descarada injerencia de los Estados Unidos, la falta de soberanía, el neoliberalismo [...] también el pleito de Asamblea Constituyente (MORALES, 2014, p. 315).

Entre 2006 e 2009 ocorrerá o processo da Constituinte, com intensa participação popular, dos setores camponeses, operários e movimentos sociais. Após aprovação mediante referendo, a nova Constituição proclama um novo Estado Plurinacional da Bolívia. Para Moldiz (2009), consubstancia-se a perda da liderança ideológica, moral e intelectual do bloco imperial-burguês-colonial da República ao neoliberalismo, em desfavor do bloco nacional-popular-indígena.

Essa busca pela consolidação da hegemonia deste novo bloco histórico e ordem intelectual e moral (GRAMSCI, 1932/2006), revela-se, simbolicamente, nas imagens de Tupak Katari e Ernesto Che Guevara, reivindicadas pela CSUTCB, COB, demais movimentos sociais, bem como pelo próprio governo¹⁶.

Essa realidade foi facilitada pelo histórico elo unificador indígena, em contraposição a uma desmedida ação imperialista, bem como da dificuldade em se garantir a hegemonia do modo capitalista de produção e da democracia representativa:

A democracia liberal [...] é um modo democrático de constituição da cidadania correspondente a sociedades que passaram por processos de individuação modernos que erodiram as fidelidades normativas e os regimes de agregação de tipo tradicional (parentesco, comunitárias etc.). Isso, geralmente, sucede nos países que se integraram de forma majoritária e dominante a processos econômicos industriais substitutivos de economias camponesas, artesanais ou comunitárias que sustentam

16 No ato do Primeiro de Maio, por exemplo, em que a grande maioria dos movimentos sociais e organizações convocou uma marcha em conjunto com o presidente do Estado Plurinacional, eram recorrentes a evocação de ambos, por parte das entidades e do governo (VALENÇA, 2014).

materialmente a existência de modos normativos de constituição da agregação social. Na Bolívia, a economia apresenta uma heterogeneidade tal que apenas 20% pode ser qualificado de mercantil-industrial moderno, enquanto o resto está constituído por sistemas técnico-processuais tradicionais, semimercantis, ancorados em uma forte presença dos sistemas gremiais e comunitários na organização dos processos produtivos. Daí que as formas de filiação corporativa, gremial e comunitária se apresentem como sistemas de constituição de sujeitos coletivos majoritariamente praticados nas cidades e zonas agrárias como modos de filiação social, de resolução de conflitos, de mediação e auto-representação política (LINERA, 2008a, p. 64).

Há, pois, uma conjuntura distinta das anteriores enfrentadas pelas esquerdas no continente, tendo uma parcial aproximação com a experiência da Unidade Popular no Chile de Allende. A nova Constituição é reivindicada pelas classes subalternas, estabelece mecanismos de democracia participativa superando a democracia representativa, o mandato revogatório e a obrigatoriedade de prestação pública de contas por parte de gestores, a plurinacionalidade e multiculturalidade, cuja principal expressão é a quebra do castelhano como idioma nacional e o direito a ser atendido nos órgãos públicos em quéchua ou aimará, reconheceu a Justiça Indígena e alterou o sistema de justiça, bem como a diversidade de propriedades da terra e dos meios de produção.

O governo tomou medidas com as quais pode-se caracterizá-lo como democrático-popular com intento socialista: majorou o salário mínimo de 400 para 1440 bolivianos, decretou o 14º salário obrigatório para setor público e privado em anos de crescimento econômico; nacionalizou os hidrocarbonetos, criou uma rede estatal de comunicação¹⁷, propôs a reformulação das

17 O jornal diário Cambio, disponível impresso e no sítio www.cambio.bo; a rede pública de TV.

diretrizes educacionais, estatizou ou criou estatais em setores estratégicos: aeroportos, aviação, telecomunicações, mineração, cimento, computação, dentre outros.

Por fim, ressalte-se que

Hoje o vigoroso movimento social e político indígena não tem como contraparte uma ampla produção intelectual e cultural marxista. O antigo marxismo de Estado não é significativo nem política nem intelectualmente e o novo marxismo crítico provém de uma nova geração intelectual, tem uma reduzida e círculos de produção ainda limitados (LINERA, 2008b, p. 61).

Por outro lado, há um campo aberto à (necessária) reflexão marxista: como fortalecer o processo de liderança político e moral desse novo bloco histórico? Quais devem ser sua composição e programa político, de maneira que aprofunde os processos de mudança e, ao mesmo tempo, não importem em uma reação ditatorial por parte das burguesias e forças armadas como em toda nossa história do século XX? Qual a natureza dessa Constituição e do Direito neste específico momento histórico, em que ele não representa apenas o reflexo das condições materiais de reprodução social, mas também contribui no processo de disputa hegemônica por parte das classes subalternas? Como desenvolver a precária situação das forças produtivas sem fortalecer, todavia, politicamente a burguesia detentora dos meios privados de produção?

Não se encerra, pois, a diversidade de problematizações possíveis, nos campos estruturais e superestruturais.

Considerações finais

A história do continente latino-americano é impossível de ser apartada do marxismo. Este, filosofia da práxis elaborada e desenvolvida no contexto da modernidade e da exploração de classe, a partir de uma pretensa igualdade possibilitadora da

venda da força de trabalho, forneceu ferramentas e orientou lutas políticas em um continente que se destaca pela histórica sublevação de suas classes subalternas mesmo antes de sua chegada¹⁸.

Consolidando-se enquanto teoria no início do século XX, o marxismo no continente não escapou ao dogmatismo stalinista: a América Latina era vista como pré-capitalista; sua burguesia nacional como aliada para uma necessária revolução democrático-nacional, bem como seus camponeses seriam “pequenos burgueses” em semelhança ao cenário traçado por Marx em *18 de Brumário* (LÖWY, 1999). Sua oposição trotskista tampouco deu a devida atenção à categoria mediação, com persistência advogando a tese da revolução permanente, independente da correlação de forças existentes em cada realidade nacional.

Na segunda metade do século XX, as obras de Gramsci ganham maior inserção no continente, em uma conjuntura de transição democrática, assim como uma visão da natureza da revolução como democrático-popular e socialista, donde ascensões de esquerdas pela via democrática combinariam lutas política e institucional, com medidas democratizantes e, em paralelo, que apontassem ao socialismo.

As décadas de 1980 e 1990 levam todos os países da região, mais cedo ou mais tarde, a se subjugarem a políticas neoliberais. As respostas populares foram distintas, de acordo com cada realidade nacional, bem como a correlação de forças em cada país. De qualquer maneira, desde a ascensão de Chávez em 1988 na Venezuela, o continente – ao contrário do resto do globo – vivenciou uma ascensão das esquerdas, através de processos eleitorais. Destes, destacam-se Venezuela, Equador e Bolívia, tanto por seus processos políticos revelarem a luta de classes de maneira mais franca quanto por redundarem em novos processos constitucionais.

18 Como exemplo, lembremos da Revolução Haitiana de 1791 (JAMES, 2004) e da história de luta em Cuba (BARSOTTI; FERRARI, 1998).

E, dentre eles, sobressai-se a Bolívia: ali, donde as classes burguesas nunca conseguiram uma plena liderança política e moral sobre o conjunto da sociedade, tendo em vista o frágil desenvolvimento das forças produtivas e suas correspondentes instituições e a preservação dos elementos comunitários indígenas, duas décadas de luta política sob liderança camponesa acabaram por unificar diversos setores das classes subalternas, resultando em recorrentes crises de hegemonia e a posterior derrubada do ideário ocidental-burguês. Perante essa nova conjuntura, tanto o multiculturalismo quanto o marxismo dogmático revelam-se insuficientes para a compreensão de tais processos, bem como, para sua consolidação e aprofundamento. Aquele, porque vê apenas o aspecto indígena como algo idealizado e de possível convivência com outras perspectivas, como os valores neoliberais; todavia, como abordado, há uma íntima vinculação do indígena com as condições materiais de reprodução social, sendo aquele um elemento unificador dentre as classes subalternas. De outro lado, o marxismo dogmático revela-se insuficiente ao importar categorias das obras marxianas sem a devida mediação, tendo historicamente subestimado o potencial revolucionário da questão agrária¹⁹, bem como suas potencialidades comunitárias (LINERA, 2008b) da sociedade indígena-camponesa.

A derrubada de vários presidentes e governos neoliberais pela força das ruas e da organização popular, a eleição de Evo Morales e promulgação da nova Constituição de 2009 abrem questões em sentidos diversos para a reflexão e ação política marxista.

19 Barsotti e Ferrari (1998, p. 131) ressaltam os elementos agrários das revoluções socialistas do século XX e as dificuldades advindas do ínfimo desenvolvimento das forças produtivas: “[...] das revoluções deste século. Autoproclamadas proletárias revelaram-se desde logo e ao longo de seu curso histórico o predomínio de elementos agrários, contrariamente ao que Marx e Engels consideravam o seu solo fértil. Foram tentativas estranguladas pelo atraso histórico de construção socialista a partir dos elos débeis do capitalismo, que acabaram produzindo o estalinismo, deformação teórico-prática do pensamento e da perspectiva marxiana do nosso século”.

Sem dúvidas, ao nos debruçarmos de maneira concreta sobre a realidade concreta, essa é uma das experiências, neste incipiente século XXI, mais originais e consistentes no globo e que demanda muita reflexão e prática política para seu aprofundamento. Ao contrário do dito há duas décadas, a história não acabou e a teoria política que mais tem a contribuir para com ela continua sendo a filosofia da práxis.

Referências

- BARSOTTI, P.; FERRARI, T. A propósito de Cuba e da revolução. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo. *América Latina: história, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 131-150.
- BEER, M. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRAMSCI, A. Caderno 12. In: _____. *Cadernos do Cárcere*. (Volume I). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (Texto original escrito em 1932)
- GRAMSCI, A. Caderno 6. In: _____. *Cadernos do Cárcere*. (Volume II). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Texto original escrito em 1930-1932)
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HOBSBAWM, E. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

- LENIN, V. I. As três fontes. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (Escrito em 1913).
- LINERA, Álvaro Garcia. A dimensão multicivilizatória da comunidade política. In: SADER, Emir. Cadernos de pensamento crítico latino-americano. São Paulo: Expressão Popular, CLACSO, 2008a. p. 63-68.
- LINERA, Álvaro Garcia. Indianismo e marxismo: o desencontro de duas razões revolucionárias. In: SADER, Emir. Cadernos de pensamento crítico latino-americano. São Paulo: Expressão Popular, CLACSO, 2008b. p. 41-62.
- LINERA, A. G. *A Potência Plebeia*: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LÖWY, M. (Org). *O marxismo na América Latina*: Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. (Texto original publicado em 1928).
- MARX, K. *Para a questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. (Texto original publicado em 1843).
- MARX, K. *Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011. (Texto original publicado em 1871).
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013. (Texto original publicado em 1843).
- MARX, K. Crítica da filosofia do Direito de Hegel – Introdução. In: _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 145-157 (Texto original publicado em 1844).

MARX, K. *Teorias da mais-valia*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980. (Texto original publicado em 1905).

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro 1). São Paulo: Boitempo, 2013 (Texto original publicado em 1867).

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro 2). São Paulo: Boitempo, 2014 (Texto original publicado em 1885).

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro 3). São Paulo: Civilização Brasileira, 2008. (Texto original publicado em 1894).

MOLDIZ, Hugo. *Bolivia en los tiempos de Evo*: claves para entender el proceso boliviano. México D.F.: Ocean Sur, 2009.

MORALES, E. *Mi vida: de Orinoca al Palacio Quemado*. La Paz: Artes Graficas Sagitario, 2014.

POMAR, V. Las diferentes estrategias de las izquierdas latinoamericanas. In: POMAR, Valter. *Notas sobre a política internacional do PT*. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 2013. p. 24-47

SANTIVÁÑEZ, J. A. R. La evolución político-institucional em Bolivia entre 1975 a 2005. *Revista Estudios constitucionales*, v. 6, n. 8, p. 173-210, 2008.

VALENÇA, D. A. Bolívia: crise de Estado, disputa hegemônica e ressignificação democrática. In: VAL, Eduardo. Manuel.; Bello, Enzo. (Org.). *O pensamento pós e descolonial no novo constitucionalismo latino-americano*. Caxias do Sul: EDUCS, 2014. p. 87-102

Capítulo 9

A era das rebeliões e os desafios do marxismo¹

Ricardo Antunes

Discutir Marx, hoje, no século XXI, é um empreendimento absolutamente fundamental. Antes de tudo, é preciso fazer uma nota de repúdio. Há cinquenta anos, uma ditadura militar feroz torturou, prendeu e matou meninos e meninas, uma violência brutal. Nós estamos vendo agora, com os resultados das investigações realizadas, um nível pavoroso de torturas: abertura dos cadáveres, eliminação de dedos, extração de dentes, tudo para poder esconder os corpos dos meninos e meninas, homens e mulheres, que foram brutalmente assassinados.

Mesmo diante dessas constatações, ainda ouvimos lacaios da ditadura defendendo-a, afirmando que ela foi semelhante a alguns governos de esquerda. Contudo, não conheço nenhum caso na esquerda de um militar preso em combate, que tivera arrancado seus dedos, seus olhos, suas vísceras, estupradas as suas mulheres – nenhum caso. A mentira foi de tal envergadura que a ditadura de 1964, essa contrarrevolução burguesa (para lembrar Florestan Fernandes, a quem modestamente homenageio), ditatorial e autocrática se autodenominou como revolução. A mentira prosseguiu quando ela se autodatou 31 de março, começando

1 Transcrição da conferência de encerramento do *I Seminário Marx Hoje: pesquisa e transformação social*.

como uma fraude, já que o golpe ocorreu em 1º de abril, dia da mentira (FERNANDES, 1975).

É vital que a juventude não esqueça esse fato e resista na luta. As nossas classes dominantes são perversas, tentam apagar a ditadura para acreditarmos que se passou algo “positivo” no Brasil durante esse período. O único jeito de impedir esse empreendimento é a organização popular. Se não houver organização social, popular, dos trabalhadores, das trabalhadoras, dos estudantes, dos trabalhadores rurais, dos camponeses, ela volta sob uma forma mais brutal ou em formas mais abrandadas.

Esse foi um dos períodos mais nefastos e tenebrosos do nosso país, com uma das mais boçais ditaduras da história brasileira. Ela serviu de modelo para toda a América Latina, inspirando a ditadura chilena de Pinochet, bem como a da Argentina. Portanto, é importante que nos lembremos desse momento tenebroso da história do país pra que ele nunca mais aconteça.

Quando vocês me convidaram para fazer essa palestra, eu pensei em propor como um marxista olha o mundo atual e quais desafios esse mundo atual nos oferece. Obviamente que apresentarei a minha leitura e não tenho a menor intenção de afirmar que essa análise é a verdadeira, mas que, depois de mais de 41 anos lendo Marx, eu possa contribuir com uma pequena investida contra a muralha do capital.

A primeira ideia que eu queria apresentar a vocês é que desde 1968 – com os levantes em Paris e na Europa, a invasão da Tchecoslováquia, as greves no Brasil, o massacre no México e as greves do outono quente na Itália, com o Cordobazo argentino em 1969, nós adentramos em uma era de contrarrevolução burguesa de amplitude global (para lembrar também Octavio Ianni). Uma contrarrevolução burguesa poderosa, cujo objetivo primeiro foi destruir tudo que havia de organização da classe trabalhadora, da classe operária, do movimento socialista, de esquerda e anticapitalista. Essa reação foi a resposta às lutas empreendidas pelos

polos mais avançados do movimento operário europeu, em 1968, que disputavam o *controle social da produção*.

Essa contrarrevolução burguesa teve como consequência: a) a barbárie neoliberal, a qual está vigente, dominante e forte até hoje; e b) a reestruturação produtiva do capital em escala mundial que alterou, em muitos elementos, o mundo maquínico do capital. Sobre o segundo aspecto, é importante notar que o capitalismo se mantém, mas o seu modo de operar se modificou, como, por exemplo, o desenho da fábrica. No meu tempo de jovem, nos anos 1970, uma fábrica era considerada forte se ela tinha 10, 30, 40, 50 mil operários – a Volkswagen do Brasil chegou a ter 44 mil operários. Hoje é considerada uma empresa moderna aquela que tem o número mais reduzido de operários e é altamente produtiva, que terceiriza sua produção e implementa e pratica a exploração intensificada (ANTUNES, 2006; 2013).

Isso teve um forte impacto na classe operária, principalmente no contexto de financeirização do capital, no qual o mundo do capitalismo tem no saque e na exploração do capital financeiro o seu núcleo central hegemônico. Faço uma ressalva de que o capital financeiro não é só o capital fictício que circula e roda nas especulações e nos saques: o capital fictício é uma parte do capital financeiro. Mas o capital financeiro é a fusão do capital bancário com o capital industrial, como nos ensinaram Lenin, Hilferding, Rosa Luxemburgo. Portanto, não é por acaso que o capital financeiro controla grande parte do capital produtivo. Quando compramos um produto financiado, estamos, na verdade, oferecendo um duplo ganho para a burguesia proprietária: na compra e no financiamento.

É por isso que, na lógica do capital financeiro, o saque, a exploração, a intensificação do uso da força de trabalho têm que ser levados ao limite. Como consequência, temos hoje em dia uma classe trabalhadora que sofre os padecimentos, constrangimentos e níveis de exploração na intensidade que estamos vendo no cenário global.

Dentro desse contexto, eu entro na segunda ideia. Depois de quarenta anos, de 1968 a 2008, da contrarrevolução burguesa de amplitude global, emergem com maior força diversos momentos de lutas sociais em todo o mundo. Para nós marxistas, este é o primeiro desafio: entender que há uma nova era da luta de classes diferente da que existia nos anos 1950, 1940 e 1930. Se Marx estivesse nos dias atuais, ele estaria respondendo ao mundo atual com as respostas do século XIX. Por isso é risível, se não fosse trágico, que muitas universidades estão abandonando o estudo de Marx. É triste, é trágico e é compreensível: porque se deixarmos, a universidade se curvará a todos os imperativos do mercado e, para o mercado, não é uma medida produtiva ler, discutir, refletir e estudar Marx. Nós temos que resistir.

Podemos dizer que adentramos em uma nova era de lutas em escala global, porque se olharmos o mundo na última década e meia, mais recentemente nos últimos cinco anos, veremos Grécia, Itália, França, Inglaterra, Portugal, EUA em explosão social – para começar com os países do Norte. Essas lutas, nesses países, possuem, por certo, um conteúdo muito heterogêneo, polissêmico, diferenciado, mas que ainda expressam claras conexões, entre os temas do trabalho, da vida, da mercadorização do mundo, do desmoronamento e destroçamento das cidades, da precarização do desemprego e da destruição ambiental.

Como outro desafio, é necessário que estudemos as ditas transversalidades existentes nessas lutas entre *classe, gênero, geração, etnia, sexualidade, natureza, propriedade, emancipação*: foram importantes no século XIX e são absolutamente centrais no século XXI.

Se a crise estrutural do capital vem ampliando, significativamente, as diversas formas de precarização do trabalho e intensificando o emprego em escala global, o cenário mundial que se descortina é o das mundializações das lutas sociais. Assim como o capital ampliou e intensificou o seu processo de mundialização, as lutas sociais, operárias, assumem cada vez mais uma

dimensão mundial, de tal modo que, no limite, não conseguimos mais derrotar o capital só pensando em lutas no âmbito nacional.

Aliás, isso não é uma descoberta nossa: quem leu com atenção o Manifesto do Partido Comunista de 1848, Marx e Engels diziam que a marca mais positiva do capitalismo naquele período foi que ele criou o mercado mundial e, conseqüentemente, criou o proletariado mundial, a classe dos trabalhadores em escala ampliada. E agora, nos inícios do século XXI, as coisas estão esquentando em todos os rincões do mundo.

Foi certamente Mészáros² quem mostrou – e neste ponto atualizou Marx e Rosa Luxemburgo – que esse sistema produtivo capitalista *só pode crescer destruindo*. Então, ao invés do que o Schumpeter chamou de *destruição produtiva* (seria preciso destruir para que o capitalismo continue construindo), Mészáros afirma o contrário: a lógica do capital é atrelada à destruição da natureza – e eu acrescentaria da força de trabalho – em uma proporção e em uma quantidade inimaginável. Trata-se, como enfatiza Mészáros, de uma *Produção Destrutiva* (MÉSZÁROS, 2002).

Para descrever esse novo ciclo mundial de lutas de classes eu vou começar com o norte do mundo. Para não voltar muito no tempo, nós podemos recordar, por exemplo, das explosões ocorridas na França em 2005, com um enorme contingente de imigrantes, trabalhadores pobres, *san papier* (sem documentos), e a destruição de milhares de carros, símbolo da sociedade capitalista. Ainda que os números não sejam exatos – acessei alguns artigos franceses que noticiavam a queima de milhares de carros –, é considerável o impacto que eles podem causar, ainda mais

2 É importante render homenagens à István Mészáros, o marxista que, desde o fim da década de 1960, vem se dedicado a mergulhar na lógica destrutiva do sistema de metabolismo social do capital; a François Chesnais (1996) (que nos ajudou a compreender o capitalismo financeiro e a sua forma imperialista); a Robert Kurz (1992) (que não era marxista, mas era profundamente influenciado pela crítica da economia política de Marx e também mostra o caráter destrutivo do sistema produtor de mercadoria e ainda David Harvey (1993), que vem tentando entender as formas da exploração e imperialismo hoje.

que esse processo começou na periferia e se expandiu até os pátios da Peugeot e da Renault.

No ano seguinte, em 2006, houve as manifestações dos estudantes e trabalhadores na luta contra o primeiro emprego: os primeiros defendiam a não aderência à política do primeiro emprego, por considerarem que, de partida, entrariam precarizados no mercado de trabalho; os últimos alegavam que essas medidas, sendo aplicados agora aos estudantes, logo se estenderiam aos demais trabalhadores.

Na Grécia, ocorreram várias manifestações repudiando o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, que agem em benefícios sempre das grandes corporações financeiras. São de 400 a 600 transnacionais que dominam o mundo hoje e algumas poucas (mas enormes, apesar da redundância) corporações financeiras globais dominam o Banco Mundial, o governo norte-americano, o europeu e o dos países asiáticos como Japão etc. E que querem aumentar ainda mais a exploração e o vilipêndio sobre a classe trabalhadora. Se eu pudesse fazer uma comparação filosófica aqui, ao pensar as rebeliões na Grécia nesses últimos anos todos, eu poderia dizer que é a polis moderna grega presenciando a nova *rebelião do coro*.

Depois vieram as revoltas do mundo árabe. Cansados do binômio ditadura-pauperismo, a Tunísia iniciou as eras das rebeliões que se estenderam e se estendem até os dias atuais. A Tunísia foi o primeiro país a desencadear os levantes desse mundo árabe. Os ventos rapidamente sopraram para o Egito e as manifestações plebiscitárias diuturnas de outubro na Praça Tahrir, conectadas pelas redes sociais, exigiam dignidade, liberdade e melhores condições de vida. Se no início lutavam pelo fim da ditadura Mubarak, o que nós vemos é a contrarrevolução egípcia: o exército tomou o poder no Egito – exército controlado, fundamentalmente, com recursos norte-americanos. Recentemente, o tribunal egípcio condenou à morte 500 militantes, uma aberração jurídico-política completa. Talvez nós pudéssemos dizer, então,

que estamos na era das rebeliões (mas também, infelizmente, das contrarrevoluções).

Em Portugal, essas lutas tornaram-se emblemáticas. Em março de 2011, explodiu o descontentamento da *Geração à Rasca*, dos imigrantes, dos desempregados e desempregadas, dos precarizados e precarizadas, expressando o monumental descontentamento. O movimento dos precários e precárias inflexíveis oferece uma boa sintomatologia do quadro das lutas sociais em Portugal. Eles dizem:

Somos precários e precárias³ no emprego e na vida, trabalhamos sem contrato ou com contratos a prazos muito curtos. Somos operadores de *call centers*, estagiários, desempregados, imigrantes, intermitentes, trabalhadores e estudantes. Não entramos nas estatísticas. Não temos férias. Não podemos engravidar, nem ficar doente. Direito à greve? Nem em sonho. Flexissegurança⁴: o flexi é para nós; a segurança para os patrões. Estamos na sombra, mas não calados. Com a mesma força que nos atacam os patrões, nos escondemos e reinventamos a luta. Afinal, somos muito mais do que eles. Precários e precárias sim, mas inflexíveis (PRECÁRI@S INFLEXÍVEIS, s/d).

Poucos dias depois dessa manifestação, ocorreu outra, convocada pela CGT Portuguesa (que é a principal Central Geral de Trabalhadores de Portugal) e pelos sindicatos (que têm ligeira presença majoritária dos partidos comunistas). Eles estavam lutando contra a deterioração dos seus direitos, pois também a classe trabalhadora herdeira do taylorismo e do fordismo vivencia um monumental processo de corrosão tanto em Portugal,

3 Temos uma questão vital aqui: o mundo do trabalho é composto por homens e mulheres.

4 É uma palavra que aparece muito no mundo europeu, principalmente nos países escandinavos. Originalmente indicaria a demanda do capital por flexibilidade e do trabalhador, por segurança.

como na Espanha, Itália, Alemanha, Inglaterra, EUA e Japão – para pegar os países não só da Europa, mas do Norte do mundo. Abro um parêntese para ressaltar que precisamos tomar cuidado na compreensão de que a era das rebeliões não é igual à era das revoluções, embora a passagem de uma para a outra é por vezes de difícil percepção.

Aqui emerge outro desafio importante para o marxismo. Os dois polos mais visíveis e importantes da classe trabalhadora – seja em Portugal, Inglaterra, Itália, Espanha ou França – estão se manifestando nessas lutas que citei anteriormente. Os mais precarizados, mais jovens – que alguns autores europeus chamam de “precariado”⁵ –, já nasceram sob o signo da completa barbárie: lutam para conquistar direitos básicos no trabalho, mais aproximado à primeira fase da luta operária na época da Revolução Industrial. Eles assinam apenas um termo – é o informal, segundo nossa nomenclatura – e fazem um trabalho pontual, sem perspectiva de continuidade. Esse polo luta, então, para sair do patamar mais rebaixado em que se encontram. Os que já tinham conquistado direitos, o operário herdeiro da era taylorista-fordista, do *Welfare State*, o proletariado do passado, que é geracionalmente mais velho, ele luta para impedir o seu desmoronamento e corrosão.

Para mim, não são *duas classes*, como pensam muitos europeus, isso é um equívoco: a classe trabalhadora e o precariado. Para nós, do Sul do mundo, trata-se de uma única classe trabalhadora, em seus distintos e diversos segmentos. A nossa classe trabalhadora sempre viveu majoritariamente na condição do precariado e nesse sentido ela se diferencia da classe trabalhadora dos países do *Welfare State*. O filme *As Neves do Kilimanjaro* retrata muito bem essa situação: é um operário da geração antiga que juntou dinheiro pra fazer a viagem com a

5 Mas prefiro chamar de a nova jovem classe trabalhadora precarizada. Ver o estudo crítico de Braga (2013).

mulher e é assaltado por um proletariado precarizado mais novo. Assim, a obra trata desse conflito intraclasse, na qual o “jovem proletário” enxerga no “velho proletário” um inimigo, enquanto que o último assume o primeiro, inicialmente, como um “ladrão” que rouba para sobreviver.

Exemplos de outra dialética, esses dois polos fundamentais da mesma *classe que-vive-do-trabalho*, em sua aparente contradição, tem o seu futuro atado e, irremediavelmente, inseparável. Em suas lutas, os primeiros – do jovem proletariado aparentemente desorganizado – querem o fim da precarização completa que os avassala e sonham com um mundo melhor, sem integrar os ideais socialistas. O segundo polo, os chamados trabalhadores organizados, querem evitar a sua degradação completa e recusam a sua conversão em novos precarizados no mundo.

Como a lógica destrutiva do capital é múltipla em sua aparência, mas una em sua essência, se esses polos vitais da classe trabalhadora não se conectarem sólida e organicamente, a tragédia os atará pela maior precarização e pela completa desumanização. Por outro caminho, se souberem compor os laços de solidariedade (no sentido de pertencimento) e a consciência de classe, compreender seu novo *modo de ser* e conjugar suas ações, eles poderão, mais do que qualquer outra força social, demolir o sistema de metabolismo social do capital por serem eles a classe trabalhadora de hoje. É nesse ponto que reside a centralidade do trabalho das lutas sociais atuais.

Além da rebeldia nascente, em Portugal, nós presenciamos também outro levante importante nesses últimos cinco anos: os indignados na Espanha. Em 2014, segundo dados da *Eurostat*, era cerca de 60% o índice de desemprego para jovens de 18 a 24 anos na Espanha. Um jovem graduado e pós-graduado na Espanha tem 60% de possibilidade de estar desempregado e 40% de encontrar um emprego precário. É um *novo precarizado pós-graduado* sem trabalho. O jovem estudante olha para os seus pais, ambos formados e acima de 40 anos e estão desempregados; diante dessa

situação julgam que hoje não adianta nem estudar, nem trabalhar – contrariando a falácia de que qualificação leva a emprego, defendida aqui no Brasil.

Depois foi a vez de a Inglaterra rebelar-se em um levante que se iniciou depois de um negro taxista, trabalhador, ter sido assassinado pela polícia. Os jovens pobres, desempregados, negros, imigrantes em Tottenham e Brixton se revoltaram e em poucos dias os levantes atingiram Manchester, Liverpool, as cidades industriais da Inglaterra e chegaram ao Reino Unido. Retrata essa situação a fala de um trabalhador negro entrevistado pela televisão inglesa que, diante da pergunta do que ele achava acerca da “violência” das manifestações, respondeu estar havendo uma *revolta popular*. Contextualizando essa revolta da população negra, trabalhadora, de imigrantes, Tariq Ali (2011) mostrou, em pesquisa, o contingente enorme de negros e imigrantes que morreram no percurso, nos veículos policiais, ao sair do local onde foram abordados até as delegacias, nos últimos dez anos. Morrem muito mais negros e imigrantes do que brancos, aflorando as conexões entre classe e etnia. Em suas palavras: “A juventude negra desempregada ou semi-empregada em Tottenham e Hackney, Enfield e Brixton, sabe bem que o sistema está contra ela. (...) Haverá algum inquérito patético ou outros para avaliar porque Mark Duggan foi morto a tiros, desculpas serão ditas, flores da polícia serão depositadas no funeral. Os manifestantes presos serão punidos e todos darão um suspiro de alívio e seguirão em frente. Até que aconteça de novo.” (TARIQ ALI, 2011, s/p).

Nos EUA floresceu um movimento de massas, *Occupy Wall Street*, denunciando a tragédia social no país, a hegemonia dos interesses do capital financeiro, a polarização entre os ricos e os despossuídos, o flagelo do desemprego, do trabalho precarizado sem direitos e as moradias que foram perdidas. Talvez se possa afirmar que o *Occupy*, com todos os limites, possibilitou a retomada de temas que estavam há tempos fora dos debates nos

EUA como classes, trabalho, desemprego, crise estrutural, financeirização do mundo e o capital.

Mas não é só no Norte do mundo ocidental que surgiram e se ampliam a precarização do trabalho e suas lutas operárias. A China é hoje um dos países com as maiores taxas de greves. Nesse país, encontramos um alto número de greves, resultado da superexploração conduzida pelas transnacionais que habitam o solo chinês. O exemplo mais elucidativo é o da Foxconn, empresa terceirizada responsável pela montagem de produtos para a Apple, Nokia, dentre outras companhias, e que contrata mais de um milhão de trabalhadores. O estudo dos pesquisadores do trabalho, Pun e Jenny Chan (2010), nos mostram que a tragédia da Foxconn foi de tal intensidade que, nos primeiros oito meses de 2010, dezessete jovens trabalhadores entre 17 e 25 anos tentaram suicídio, havendo treze mortes.

Esse padrão chinês de exploração no trabalho se expande para a Índia. A Índia é outro país com um nível de lutas sociais, rebeliões e greves muito alto. Estou citando aqui algumas rebeliões que não são propriamente as greves, mas tomo por pressupostos que essas últimas – as greves – são instrumentos vitais para a luta da classe trabalhadora. Felizmente, podemos ter notícias sobre esses eventos no continente asiático por conta da internet e mídias sociais, pois os grandes jornais eliminaram de sua pauta essas notícias.

No Japão, o cenário de precarização também é notório. Quando eu fiz a pesquisa do meu livro *Os sentidos do trabalho* (2011), descobri um fato assustador no Japão, que denominei como *operários encapsulados*. São operários jovens migrantes do campo que migram e vão morar e trabalhar em Tóquio e nas cidades japonesas industriais, e como não possuem dinheiro para pagar um apartamento ou um quarto dormem em cápsulas de vidro (ANTUNES, 2011). Outro grupo crescente nesse país é o do cyber-refugiados. São jovens, operários precarizados, sem perspectivas de trabalho que frequentam os *cybercafés* – espaços que

cobram preços baixos para ficarem abertos por toda a noite – para descansar, interagir pela internet e procurar algum trabalho para o dia seguinte, como a descarga de caminhão ou navio. E 35% dos trabalhadores japoneses hoje estão na informalidade. Essa é um pouco a tragédia do mundo do trabalho.

Quando vários autores, como Guy Standing (2013) e outros, dizem que o precariado é outra classe, eu me permito discordar. Engels (1845/2008) nos ensinou, no livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, que nós devemos entender que a classe trabalhadora é um compósito heterogêneo. De 1844 até a atualidade, a classe trabalhadora vem se tornando mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, como venho acentuando desde o livro *Adeus ao Trabalho?* (Antunes, 2014).

Outro aspecto importante é a imigração. Em 2010, havia 50 milhões de imigrantes nos quinze principais países, o que representava, então, 15% da população europeia. Eles chegam da África, da Ásia, da China, da América Central e do Sul e do leste europeu e aderem aos piores trabalhos.

Eu gostaria de falar agora da América Latina, porque nosso olhar não pode ser um olhar do Norte. Nós temos que conhecer o Norte do mundo, mas nós não podemos deixar de falar a partir da ótica do Sul do mundo. Aqui nós vivemos a desertificação neoliberal, a contrarrevolução aqui foi com ditadura com autocracia militar. A ditadura militar chilena antecipou o neoliberalismo, antes da Inglaterra, assim como o fez a Argentina. O neoliberalismo significou pauperização, expulsão, desemprego, aumento desmesurado da concentração de riqueza, concentração da propriedade da terra, crescimento do agronegócio, avanço dos lucros e ganhos do capital. Muitos bancos europeus pagam a sua falência, nas suas sedes, com o saque latino-americano. O Brasil, que há 15 anos tinha bancos nacionais e estatais dominantes e majoritários, hoje está em grande medida transnacionalizado.

O receituário neoliberal teve enorme presença no Brasil, na Argentina, na Colômbia, no México e nos outros países. Mas

ensaíam-se nesses países latino-americanos – sejam os povos indígenas⁶, os campesinos, os sem terras, os operários, os assalariados despossuídos, os desempregados da América Latina – novas formas de luta social e ação política.

Nos Andes, responsável por uma cultura indígena milenar, cujos valores, ideários e sentimentos são muito distintos daqueles estruturados pelo controle e tempo do capital (CANTOR, 2013) há uma ampliação das rebeliões, dando claros sinais de contraposição ao domínio do capital. Eu já vi manifestações em Mendoza, na Argentina, de trabalhadores e da população local contra as mineradoras que vão desertificar e extrair minério daquelas regiões. E essa não é uma luta anticapitalista? Ir contra uma transnacional que saqueia o minério, expulsando a população da sua área?

No caso argentino, as fábricas recuperadas são um bom exemplo de resistência. Há lá aproximadamente 200 fábricas recuperadas/ocupadas. Do mesmo modo, há ações dos trabalhadores desempregados, os quais, em 2001, representaram quase 40% da população argentina: a cada dois argentinos/argentinas, aproximadamente um/uma estava desempregado/a.

Então como é que se faz a greve dos desempregados? Fechando as estradas, impedindo a circulação de mercadoria e de pessoas e assim está, de alguma forma, combatendo o capital com as armas que possui.

O Chile tem feito nos quatro anos o que talvez seja o mais espetacular dos levantes nos países latino-americanos. Sabe quem está lutando no Chile? A juventude. Nesse país, como herança da ditadura Pinochet, a educação é paga. Para um jovem chileno hoje estudar em uma universidade, caso seja oriundo de uma família de trabalhadores, é posto o dilema de vender a casa, na esperança

6 Assim como nos ensinou um dos mais importantes latino-americanos, Mariátegui, é indispensável o marxismo pensar a classe operária em articulação com os povos indígenas e campesinos.

do filho poder ascender na vida por meio da educação, ou não vender e ele não acessar o ensino superior, correndo o risco de padecer da mesma situação de sua família.

Para começar a concluir: nós temos que fazer o que o Marx fazia. Marx olhava o mundo real e compreendia-o, para transformá-lo: isso é fazer ontologia, não adianta eu falar sobre algo que não tem concretude, que não tem movimento e não compreende a contradição. Talvez o nosso mais qualificado filósofo marxista do século XXI, Lukács (2013), teve o feito de mostrar a importância em se compreender o *modo de ser* e de *existir* do mundo real. Isso em uma época em que o marxismo tinha se ossificado, desde o neopositivismo, passando pelo estruturalismo e caindo no pior de todos eles: a stalinização do pensamento.

Um último ponto a ser tratado é a relação entre o proletário e a revolução. Alguém pode falar que nenhum desses proletariados que citei são industriais e somente esses poderiam fazer revolução. Mas quem disse um absurdo desses? Pois não foi Mao Tse Tung quem ensinou que uma massa de camponeses, comandado por uma liderança com o olhar do polo mais avançado da classe trabalhadora (o proletariado industrial), poderia fazer uma revolução? Como é que eu posso, por exemplo, pensar a revolução em um país que não tenha criado um proletariado industrial, mas permaneça predominantemente com proletários e trabalhadores rurais? Ela tem que ser, nesse exemplo hipotético, efetivado pelo proletariado agrícola.

É claro que o proletariado industrial sempre foi o polo mais vital da classe trabalhadora, mas o que eu quero sugerir a vocês é a centralidade do trabalho para a vida social. Alguns críticos de Marx tentaram negar isso, como Habermas (1991) e Kurz (1992) – para pegar os melhores. Claus Offe (1989) também imprimiu algumas críticas: ele era um weberiano e afirmava que o mundo atual não tem mais a ética do trabalho, conforme analisado por Weber (1913/1991). Ele estava certo: quem disse que o trabalho é central porque ele tem uma ética positiva do trabalho?

Marx nunca disse isso. Na verdade, os escritos marxianos afirmam a classe trabalhadora como potencialmente revolucionária por criar mais-valor. Tanto Habermas como Claus Offe afirmam que o valor não tem mais importância; mas como eles explicariam a justificativa da Foxconn extrair os ossos, peles e almas dos seus jovens operários, a não ser pela extração de mais-valia? Por que existe zona franca no Haiti, onde o trabalhador ganha poucos centavos por hora de trabalho?

Essa análise não é novidade. Se vocês virem uma fala minha gravada em 1990, quando muitos da esquerda e neoliberais diziam que a classe trabalhadora havia acabado, eu afirmava que a temperatura social iria aumentar na década de 1990 e 2000 – e estamos vendo essa temperatura aumentando.

Há um desafio importante para os marxistas, socialistas da vários matizes e os anticapitalistas. Em vez de afirmarem que essas lutas até agora elencadas são irrelevantes por não ter a direção de um Partido, há de se compreender a fundo esses movimentos e, inclusive, há que se repensar o papel dos partidos nesse processo.

O Partido dos Trabalhadores não surgiu como um partido de esquerda com o projeto de ser um partido de classe? Pois agora está no colo da burguesia⁷. Marx dizia, na Associação Internacional dos Trabalhadores, que era preciso criar um *partido político distinto*. O que seria isso hoje?

Ainda mais: essas lutas sociais dos trabalhadores precarizados têm conexão com o trabalho, além de outras ligações que apontei anteriormente (a tragédia urbana, a mercadorização das coisas, da saúde, tudo aquilo que já estamos sabendo). Há uma nova morfologia da classe trabalhadora e são inúmeras as consequências e dificuldades; por exemplo, frequentemente o jovem

7 Outro exemplo é o Partido Comunista Italiano, que virou o Partido Democrático de Sinistra e, hoje, é só o Partido Democrático, convertido a um posicionamento de centro-direita.

no mundo europeu percebe o velho trabalhador como seu “inimigo”, o sindicato como aliado apenas do último e querem distância dos partidos.

Eu não acho que os partidos estão aniquilados da história. Mas, atenção: nós sabemos que no curso histórico novos organismos de representação nascem, velhos desaparecem, antigos se atualizam e se tornam contemporâneos. É verdade que esses movimentos sociais encontram sua principal lacuna na falta de organicidade, mas também é sinal de que há algo errado se os partidos não priorizarem a luta das ruas e ficarem se exaurindo em favor das eleições que limitam-se estritamente ao espaço da institucionalidade.

Eu tenho tido uma posição muito clara sobre isso: para mim os partidos de esquerda devem priorizar as lutas sociais, as greves, as rebeliões, as manifestações. Se priorizam a cada semestre uma eleição, disputada a base de alianças, o partido não avança. E essas lutas sociais estão dizendo algo para os partidos, os sindicatos, é que vão na direção contrária.

Claro que nós temos alguns desafios vitais. Como é possível repor o socialismo no século XXI? Eu diria: descobrir as *questões vitais*. Essa é a função também dos intelectuais radicais. Lukács (1968/2013) tem uma passagem na *Ontologia do Ser Social* na qual comenta que na vida cotidiana há uma serie infundável de “se” e “mas”; contudo, somente quando algumas questões cruciais, que tocam no nervo da sociedade aparecem, a transformação radical torna-se possível e deflagram-se as revoluções.

Quais são as questões vitais hoje? Uma delas é o trabalho: a humanidade que trabalha depende dele para sobreviver. A humanidade que trabalha precisa demolir o capital para que o seu trabalho seja livre, associado, no menor tempo possível (por isso realizado segundo a lógica do *tempo disponível* e não do tempo excedente para produção de mais-valia) e para que sua vida fora do trabalho seja a mais ampla e a mais rica, *verdadeiramente livre*. Para isso, repito, é preciso demolir o sistema de

metabolismo social do capital e para que isso ocorra tem que haver luta, e não somos nós intelectuais que vamos fazer. É luta social em escala ampliada. E quem pode puxar essas lutas sociais? Uma miríade de seguimentos e de movimentos sociais, sob a impulsão da classe trabalhadora, em seu sentido amplo.

Última nota trata sobre o crescimento do proletariado de serviço. Primeiro, esses sujeitos compõem o proletariado? Para mim não paira dúvidas que sim. Cria valor? Quem são os trabalhadores que criam valor e os que não criam? Se alguém disser para mim que não cria valor, não entendeu Marx, porque ele nos ensinou que o professor, o artista, o cantor, dentre outros, também podem criar valor. Vários setores de serviços deixaram de produzir serviços para valor de uso privado ou público consumidos pelos outros trabalhadores, para gerar mercadoria (material e imaterial) gerando mais-valia. Sobre a alegação de alguns de que Marx não discutiu essas questões, pousa um erro notório. No volume II de *O Capital* (1885/1974), Marx vai falar da circulação do capital e assume como indústria, também, os seguimentos dos transportes, do gás, da eletricidade, exemplos que escapam ao pensamento de senso comum do que seria a indústria. E ele acrescenta, claramente, que a indústria de transporte cria mais valia.

Se não entendermos quem é esse novo proletariado, caímos na enrascada que nos tentaram colocar há 20 anos, afirmando que a classe operária estava diminuindo. Como indico em *Adeus ao Trabalho?* (2014), na verdade a classe trabalhadora, o proletariado, está crescendo, basta pensar no novo proletariado de serviços que não para de se expandir em escala global.

E como é que a gente faz para entender essa classe trabalhadora? É preciso voltar a Marx e, a partir dele, olhar o século XXI. Por isso eu parablenizo a vocês pelo Marx Hoje e espero ter ajudado, com essas provocações, a jogar a nossa batalha para frente. Porque o século XXI, como dizia o Gramsci, com otimismo e análise crítica, há de ser um século mais generoso para a humanidade.

E nossa América Latina, em suas lutas, tem muito a dizer neste cenário⁸. Viva a América Latina e viva o Marx Hoje!

Referências

- ALI, TARIQ. “Distúrbios em Londres: por que aqui e por que agora?”. 2011. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opinioao/17284/disturbios+em+londres+por+que+aqui+e+por+qu+e+agora.shtml>>. Acesso em: 7 maio 2015.
- ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil* – Vol. I. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho (Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho)*. 13. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil* – Vol. II. São Paulo: Boitempo, 2013..
- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez, 2014.
- BRAGA, R. *A Política do Precariado*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CANTOR, R. V. *Capitalismo y Despojo: Perspectiva Histórica sobre la expropiación universal de bienes y saberes*. Colômbia: Impresol Ediciones, 2013.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008. (Escrito em 1845).

8 É bom lembrar que a primeira revolução negra, a primeira revolução que tocou a propriedade privada e que propôs a propriedade social nessa nossa América, ocorreu no Haiti.

- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Zahar, 1975.
- HABERMAS, J. *The Theory of Communicative Action (Reason and the Rationalization of Society)*. (Vol. I). (Trad. de McCarthy). Londres: Polity Press, 1991.
- HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- KURZ, R. *O Colapso da Modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LUKÁCS, G. *Para uma Ontologia do ser Social* (Vol. II). São Paulo: Boitempo, 2013. (Texto original publicado em 1968).
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. (Texto original publicado em 1885).
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NGAI, P.; CHAN, J. *The Advent of Capital Expansion in China: A Case Study of Foxconn Production and the Impacts on its Workers*. Disponível em: <http://rdln.files.wordpress.com/2012/01/pun-ngai_chan-jenny_on-foxconn.pdf>. Acesso em: 8 maio 2014.
- OFFE, C. “Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?”. In: OFFE, C. *Trabalho & Sociedade* (Vol. I). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p.13-41.
- PRECÁRI@S INFLEXÍVEIS. *Manifesto precário*. s/d. Disponível em: <http://www.luta-social.org/2008_03_01_archive.html>. Acesso em: 11 fev. 2015.
- STANDING, G. *O precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo: Autêntica, 2013.
- WEBER, M. *Economia e Sociedade* (Vol. 1). Brasília: Editora da UnB, 1991. (Texto original publicado em 1913).



PARTE III

PSICOLOGIA E MARXISMO

Capítulo 10

A atualidade do marxismo e sua contribuição para o debate sobre a formação e atuação do profissional de Psicologia

*Isabel Fernandes de Oliveira
Ilana Lemos de Paiva*

“A crítica não arranca flores imaginárias dos grilhões para que os homens suportem os grilhões sem fantasia e consolo, mas para que se livrem deles e possam brotar as flores vivas.”

Karl Marx

A realização do I Seminário Marx Hoje, promovido pelo Grupo de Pesquisas Marxismo e Educação (GPM&E), no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte teve por objetivo – assim como outras iniciativas do grupo – radicalizar a discussão marxiana no interior da universidade, ousando discutir os pressupostos da teoria social formulada por Marx e Engels como eixo inspirador de pesquisa, de formação de pensamento crítico e de uma atuação profissional militante. De forma mais pretenciosa, o GPM&E tem ousado lançar algumas questões para o debate da formação e atuação profissional da Psicologia tendo, também, como eixo problematizador e norteador, as contribuições desses pensadores na gênese, desenvolvimento e superação da Era do Capital, e dos seus perversos desdobramentos em várias esferas.

Essa tem sido nossa principal tarefa, talvez porque ainda persista na academia (e fora dela) a ideia, falsa, de que 1) Marx em nada pode contribuir com a formação de profissionais ou de pesquisadores, e 2) que a universidade, como espaço privilegiado de produção de ciência, e essa ciência, vista pelo próprio Marx como corolário do capitalismo, não guardaria espaço para a subversão, para a perspectiva da revolução ou outros termos. Bem, temos feito um árduo esforço para mostrar que não. Afinal, não se discute os determinantes histórico-sociais que constrói esse modelo de ciência, de onde nasce e a que/quem interessa, qual a função social que ela assume diante de determinada forma de sociedade. Qualquer outro caminho que possamos tomar no âmbito acadêmico tem sido visto como ideológico e não científico. É preciso demonstrar, então, a partir da perspectiva marxista, que a ciência moderna não é neutra.

Assim, temos buscado, seja pela estrita letra de Marx, seja por meio de seus comentadores, discutir, questionar e apontar caminhos para uma articulação entre Marxismo e Psicologia, que é objetivo do presente texto. Isso não significa falar em uma Psicologia Marxista ou algo do gênero, mas uma tentativa de contribuir com mudanças nos rumos da ciência e da profissão da Psicologia, na direção de uma práxis verdadeiramente transformadora da realidade social alvo de seu trabalho.

Dito isso, buscaremos discutir de que modo algumas categorias ou aspectos trabalhados por Marx e alguns de seus seguidores podem subsidiar, se não a ação concreta, mas os princípios dela, o trabalho do psicólogo. Certamente essa contribuição não será no como fazer, mas possivelmente a direção, os limites e o objetivo último dessa ação. Começemos, então, pelo desenvolvimento da Psicologia por um caminho que nos permite ousar pensar em uma articulação entre o pensamento marxiano e a prática profissional. Não é de toda e qualquer Psicologia que falamos. Também não é de uma área da Psicologia (como defendem alguns), mas sim, de um contexto de trabalho, cujas demandas

nos colocam de frente com a condição mais palpável e perversa do desenvolvimento do capitalismo: a “questão social” e suas sequelas. Falamos também de um posicionamento político anterior a qualquer formação ou atuação profissional. Considerando esses elementos, defendemos que o campo social, político, é o espaço, por excelência, onde se pode pensar uma práxis transformadora das condições de vida, tal como dizia o velho Marx.

Sabemos que o campo social não é território sob o qual se erigiu a profissão de psicólogo. Quando no campo social, no limite, a Psicologia serviu de instrumento de tortura, de subjugação e opressão de presos políticos, de controle e manipulação de massas. Isso percorre a história da Psicologia de tal forma que muito recentemente, mais precisamente em 30 de abril de 2015, foi publicada uma notícia no *The New York Times* revelando que a *American Psychological Association* colaborou secretamente com o governo de George W. Bush, fornecendo uma justificativa legal e ética para a prática de tortura de prisioneiros capturados e mantidos na prisão americana em Guantánamo, após a tragédia de 11 de setembro de 2001. O título da reportagem é *All the President's Psychologists* (todos os psicólogos do presidente)¹.

É um passado de vergonha, mas que não podemos esquecer; pelo contrário, temos um compromisso de evitar qualquer desenvolvimento no campo profissional atual que sinalize a retomada de práticas semelhantes, apesar de travestidas de modernidade e de democracia. E acreditem, essas práticas existem, e cooptam diariamente estudantes e profissionais ansiosos por responder às demandas imediatas e impostas pelo avanço capitalista sobre os povos; esses profissionais respondem no aqui e no agora sem ter a dimensão (ou até mesmo tendo e pactuando com as mesmas) e sem responder politicamente às questões: para

1 Embora o Conselho da APA tenha publicado, posteriormente à divulgação da notícia, um documento em que afirma que está apurando e demitindo todos os que possam ter ferido a missão da Associação, a mancha permanece.

quê e a serviço de quem estão algumas práticas? A Psicologia não é una; são vários modelos teóricos, vários sujeitos alvo, vários campos de inserção. É preciso respeitá-los e disso não há dúvida. Entretanto, também é preciso avaliar se é interessante e possível a construção de um projeto ético-político para a profissão em que alguns elementos sejam base de toda e qualquer ação profissional. O Serviço Social fez isso e sustenta esse projeto, mesmo com alguma dificuldade. Para a Psicologia, parece ser um caminho mais árduo. Vejamos por que.

No Brasil, a Psicologia se desenvolve como ciência aplicada, com influência, por exemplo, de escolas médicas e da Moderna ortodoxa clínica psicanalítica. O ensino de Psicologia em cursos como os de Pedagogia, Medicina e Serviço Social, apostava na contribuição dessa disciplina para a análise dos comportamentos tidos como desviantes. Vale salientar que estamos falando das primeiras décadas do século XX e hoje ainda questionamos o ranço rotulador da profissão e a psicologização dos sujeitos e dos fenômenos sociais.

Mas, a década de 1960 é emblemática nos rumos que a profissão tomou no país: a Psicologia se consolida como profissão, em 1962, coadunada com o projeto desenvolvido pelo governo civil-militar golpista, o Estado de Segurança Nacional. Era uma Psicologia voltada para o desenvolvimento de um ideário individualista, privativo, subjetivo e inconsciente, que funcionou como instrumento de moldagem, controle dos corpos e ajustamento. Exemplo dessas práticas foram os estudos realizados para levantar o perfil de personalidade dos “subversivos”, patologizando os militantes que lutavam pela democracia (BICALHO, 2013; COIMBRA, 1995, 2001; SCARPARO *et al.*, 2014). A face mais perversa desse modelo é que a Psicologia se desenvolve, portanto, como ideologia – no sentido de consciência falsa, equivocada da realidade (MARX; ENGELS, 1846/2007) – e responsabiliza os sujeitos por seus problemas (materiais, existenciais, psíquicos), cabendo aos mesmos a tarefa para sua superação.

Perde-se o contexto histórico, a dinâmica societária, as contradições de classe. O modelo de Psicologia empreendido voltava-se, portanto, para a elite brasileira e, mesmo para ela, defendia seu condicionamento, sua colonização, renegando a capacidade crucial dos indivíduos de serem agentes reflexivos.

O ideário individualista provocou uma cultura profissional que perdura e que engessa a atuação profissional, mas garante mercado de trabalho para a profissão. O problema é que o contexto social negligenciado por décadas pelos profissionais de Psicologia é o mesmo que provoca retração de mercado para o exercício liberal da profissão no final da década de 1970 e é também o mesmo que irá atrair psicólogos para o trabalho nesse espaço. Não apenas por convicções profissionais, mas, principalmente, por uma oportunidade de emprego (YAMAMOTO, 2007; OLIVEIRA; AMORIM, 2012; YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

A falência do milagre econômico, o processo de abertura democrática com a consequente reforma do Estado e as sucessivas críticas acerca do papel político do trabalho do psicólogo os impele para o campo da política social. De espaço obscuro passa a ser referência de inserção, uma vez que o serviço público e o trabalho institucionalizado tornam-se os grandes empregadores de psicólogos no Brasil, a partir da década de 1980. E a Psicologia entrou no hospital, na escola, nas unidades de saúde, na assistência social, nas ONG's. Merece destaque, nesse movimento questionador do papel ideológico da ciência e da profissão, as influências de Vygotsky na Rússia; as influências marxistas sobre o tema trabalho na França; a Psicologia Alemã, com sua redefinição da Psicologia da Atividade (para uma Psicologia Crítica); os eventos de maio de 1968 na França (e seus vários desdobramentos na esquerda mundial); o trabalho de Michel Foucault, sobre poder, encarceramento e controle dos corpos, para citar alguns. Podemos citar também, numa geografia mais próxima, as influências dos vários movimentos no campo social que vieram na esteira dos golpes civil-militares da América Latina e respondendo a um

movimento das Ciências Sociais e Humanas que havia começado a produzir uma sociologia comprometida, militante, dirigida aos oprimidos. A Psicologia começa a receber influências da Teologia da Libertação, da Pedagogia de Paulo Freire, dos estudos de Martin-Baró e do colombiano Orlando Fals Borda, além de uma matriz essencialmente marxista. Todo esse contexto deflagra a chamada “crise de relevância social” da Psicologia, que em um primeiro momento se restringe à academia e a profissionais envolvidos com a militância política. Em terras nacionais, merece destaque o movimento no campo da Psicologia Social, que agregou várias dessas influências e teve na figura de Sílvia Lane uma de suas principais ativistas. Questionava-se por que a Psicologia não atuava como agente de transformação social. Qual o seu compromisso social? Por que a Psicologia não se ocupava de questões da macroestrutura? São perguntas para as quais temos algumas respostas, não todas, mas é possível compreender que o dilema do chamado compromisso social da profissão já existia desde os tempos da regulamentação da profissão no Brasil.

No nível macroestrutural, nos estertores finais do ciclo de autocracia burguesa, o clamor popular responsabiliza o Estado pela exacerbação das condições de pobreza de um expressivo quinhão de brasileiros. A reforma do Estado o torna agente protetor dos cidadãos e o impele ao resgate da “dívida social” radicalizada na ditadura. Para isso, dentre outras medidas, o aumento do gasto para a garantia dos chamados mínimos sociais era imperativo. Com isso, houve um incremento na política social e, dentre suas novas diretrizes está a incorporação de categorias profissionais não existentes anteriormente em instituições públicas. Esse é o contexto que permite o ingresso massivo dos psicólogos no campo.

A partir do momento em que o psicólogo adentra no campo das políticas sociais, um novo “sujeito psicológico”, não contemplado inicialmente, emerge como alvo de seu trabalho, trazendo elementos como a fome, a destituição, a violação de

direitos, a marginalização, o trabalho escravo, a *exploração*, para dizer algumas.

Os psicólogos lidam agora com processos, contextos e fenômenos complexos e multidimensionais, e mais, essencialmente diferentes daqueles sob os quais se erigiu a profissão no Brasil. Seus “clientes” são grupos espoliados e pauperizados e não mais a classe média que podia pagar por sessões de psicoterapia em consultórios privados. Novas profissionalidades são exigidas ao mesmo tempo que uma leitura de realidade passa a ser requisito para o trabalho. Martin-Baró (1997) já havia afirmado que o trabalho profissional do psicólogo deve ser definido em função das circunstâncias concretas da população a que deve atender. Cabe-nos questionar quais respostas a Psicologia tem dado aos problemas que atingem nossa população e no que podemos/devemos, ainda, avançar? Afinal, passados mais de 30 anos do ingresso efetivo dos psicólogos no Sistema Único de Saúde (SUS), primeiro grande espaço de trabalho do psicólogo na política pública brasileira, ainda estamos, pensando e discutindo o compromisso social da profissão, que novas profissionalidades o campo social requer, e como a Psicologia pode romper com seu caráter ideológico e de dominação de classe para uma Psicologia desideologizante e potencialmente revolucionária das condições de vida das pessoas. Nessa busca, passamos a retomar algumas das discussões empreendidas pelo campo marxista que podem contribuir com esse debate.

Em primeiro lugar, as novas demandas para o psicólogo quando imerso na política social advêm das sequelas da “questão social”, que nada mais é do que um conjunto de problemas sociais, políticos e econômicos postos pela emergência da classe trabalhadora na lógica da contradição capital-trabalho (YAMAMOTO, 2007; NETTO, 1992; PASTORINI, 2004). Mas, afinal, como se caracteriza essa contradição? É o capitalismo que gera a pobreza? A exploração? Podemos dizer que não só ele, mas ele os radicaliza. Embora não sendo a pobreza, a exploração e

a destituição privilégios desse modo de produção, em nenhuma outra formação societária a pobreza e a exploração aparecem de forma tão perversa quanto no capitalismo.

Nos *Grundrisse*, Marx (1858/2011) tratou de discutir o mecanismo geral de toda mudança social – a formação das relações sociais de produção que correspondam a uma etapa definida de desenvolvimento das forças materiais de produção. A base objetiva do humanismo de Marx é a ideia de homem como animal social: e aqui temos a categoria trabalho como fundamental na sua obra. A interação entre o homem e natureza é e produz evolução social. Evolução que, a partir da modificação da natureza e da sua independência em relação a ela, leva o homem a mudar as forças e relações de produção. Como animal social, o homem cria cooperação e divisão social do trabalho (especializações das funções). A troca, então, pode ser compreendida como a concomitância do excedente e da divisão social do trabalho, e a acumulação do capital o produto dessa evolução. Assim, a relação trabalho-propriedade vai se dissolvendo, pois o homem se distancia das primitivas relações e passa a evoluir espontaneamente, numa separação entre o trabalhador e a terra como laboratório natural (HOBSBAWM, 2011).

A partir dessa compreensão, Marx se debruçou sobre a dinâmica interna dos sistemas: o que faz os sistemas ascenderem ou declinarem? Para ele, as contradições internas do feudalismo, por exemplo, levaram ao capitalismo. Vejamos.

Em formações pré-capitalistas havia exploração, seja de escravos, servos ou de vassalos. No feudalismo, as relações “comerciais” se davam eminentemente por meio da troca de produtos. A destituição era generalizada porque não havia produção de riqueza material em grande escala. Assim, havia pobreza, em primeiro lugar, porque não havia riqueza a ser compartilhada (não que seria, caso houvesse). Com a instauração do capitalismo, houve um intenso desenvolvimento das cidades, urbanização, construção de infraestrutura, bens, serviços móveis e imóveis. O

surgimento das fábricas, o tear a vapor (grande marco da passagem do feudalismo para o capitalismo), sem dúvida provocaram um expansivo desenvolvimento da sociedade como um todo. Ou seja, começou-se a produzir riqueza material em grande escala. Com a universalização do trabalho livre, os ex-escravos e servos passaram a vender sua força humana de trabalho em troca de um salário. A questão a ser debatida é: em que condições ocorre essa venda da força humana de trabalho desumanizada e transformada em mercadoria? Para Marx, o capitalismo é sinônimo do trabalhador reduzido à força de trabalho.

Há a preocupação de Marx com todo esse processo, que abarca séculos e continentes. Nessa evolução, ocorre o processo de individualização do homem – que só se dá através do processo da história. O homem surge como ser genérico, animal tribal, gregário e o aparecimento da troca é o agente de individualização – torna supérfluo o animal gregário e o dissolve. O capitalismo é a forma desumanizada, contraditória, porém, pois é quando há o desenvolvimento individual livre (HOBSBAWM, 2011).

A partir daí, emergem, da análise marxiana da sociedade do século XIX, duas grandes categorias ontológicas fundamentais para compreendermos o capitalismo: os detentores dos meios de produção e que ficarão com boa parte da riqueza produzida, a burguesia, e outra categoria, a daqueles que não têm alternativa senão subsumir-se aos mandos do capitalista, vendendo sua força de trabalho como única alternativa de sobrevivência – o proletariado. No capitalismo, o trabalho aliena o trabalhador..., mas, como e por que?

Marx fala da categoria *classe social* para abarcar essas duas que, para ele, são fundamentais e existem em uma relação dialética: uma existe tão somente porque a outra existe. Não se pode imaginar em uma sociedade do capital apenas uma dessas classes fundamentais. Qual a relação que se estabelece entre elas? É o proletariado o responsável pela produção de riqueza, mas não é ele quem a acessa. E por isso conhecemos essa relação entre

burguesia e proletariado como “contradição” capital-trabalho. Aqueles que trabalham não detêm o capital. Antes, são explorados até o limite de sua reprodução como seres humanos. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx (1844/2004, p. 80) se pergunta aonde vai parar o produto do trabalho do homem. A alienação, além de degradar o homem, o despersonaliza, transforma-o em “mero apêndice de carne em uma máquina de ferro”:

O trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

A propriedade privada dos meios de produção é a forma máxima dessa alienação, pois o potencial social se converteu no poder privado de poucos. O trabalho de muitos se transforma no capital de poucos privilegiados e a essência mais profunda do homem, o seu ato criativo, foi convertido em posse.

E enquanto existir capitalismo essa contradição perdurará. Enquanto existir capitalismo a exploração perdurará. Como modificar esse estado de coisas? Para Marx, o limite dessa exploração, contudo, é dado pela conjunção de forças que uma classe e outra conseguem agregar em um determinado momento histórico. A pressão que uma exerce sobre a outra e faz valer seus interesses. Em *A Sagrada Família*, Marx e Engels (1845/2003) colocaram em evidência o conflito entre esses opostos que se desenvolveram na sociedade capitalista, a contradição entre capital e trabalho e a inevitável luta de classes. Vale salientar que a luta de classes não foi uma invenção de Marx, pois está ligada a determinadas fases históricas de desenvolvimento da produção. No entanto, a

abolição de todas as classes e transição para uma sociedade sem classes depende dessa luta histórica. E Marx demonstra com precisão que o trabalhador está condenado a não desfrutar jamais das vantagens que o sistema reserva aos proprietários dos meios de produção. Por isso, enquanto não houver a superação do sistema capitalista, a harmonia não poderá existir, pois na medida em que uma classe explora a outra, haverá resistência e luta contra a exploração:

A sociedade burguesa moderna que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado o antagonismo de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado (MARX; ENGELS, 1848/1998, p. 40-41)

Como mediadora dessa relação está a representação do povo: o Estado. Entretanto, da mesma forma que no capitalismo não se pode pensar em relações igualitárias, também não é possível conceber o Estado como representante dos interesses gerais. É impossível defender interesses que estão em relação de oposição. Então, o Estado (e todas as suas intervenções) na formação societária que temos, é um Estado que existe para garantir a continuidade dessa relação de contradição, ou seja, é um Estado burguês. Cabe ao Estado burguês garantir as melhores condições possíveis para a reprodução do capital. Dentre essas condições está uma fundamental: a possibilidade de reprodução da força de trabalho, ou seja, do trabalhador. É com esse objetivo que o Estado lança mão da política social como forma de compensar a pauperização do trabalhador, decorrente da exploração na cadeia do processo produtivo. Os desdobramentos disso são, na verdade, o que foi sinalizado anteriormente como a “questão social”. As políticas

sociais são estratégias capitalistas de compensação da exploração; são estratégias minimizadoras da tensão social gerada pela desumanidade da exploração, e são essenciais para a manutenção da lógica de reprodução do capital. Como operadores delas, precisamos ter isso sempre muito claro porque, por mais democrática que seja, uma política social não visa a superação total da exploração. Retomaremos esse ponto mais à frente.

Sob o discurso da otimização e da estratégia, o Estado fragmenta a política social em políticas sociais setorializadas, e utiliza o princípio da intersetorialidade para manter a relação entre elas. Obviamente que se falamos de UMA “questão social”, para solucioná-la não podemos pensar em estratégias que ataquem parte dela apenas.

A política social será mais permeável ao trabalhador tanto mais essa classe conseguir pressionar a sociedade para isso. A lógica inversa é a mesma. Política, portanto, é conflito de interesses, de classe, uma em oposição a outra. Em que pese a discussão acerca de quais classes fazem parte da composição orgânica do capital, a principal tensão que se estabelece quando falamos de políticas sociais ou de agenda econômica é, como apontou Marx, entre a burguesia e o proletariado (ou ampliando, como propõe Ricardo Antunes, a classe que vive do trabalho).

Dizer que política social é uma estratégia do capitalismo para que este continue operante não invalida dizer que é por meio dela que se torna possível a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Temos, então, mais um exemplo das contradições do capitalismo. Então, precisamos sim lutar pela plena efetivação da política social e pela responsabilização do Estado sobre as condições de vida da população, pois ela configura uma etapa importante do movimento de organização de classe e de tomada de consciência.

Diante da discussão levantada até aqui, destacam-se alguns elementos importantes para compreender a atualidade do marxismo, depreendidas de sua trajetória de construção de

uma teoria da sociedade capitalista, e sua possível contribuição ao campo da Psicologia. São aproximações iniciais, mas efetivas, para pensarmos numa prática profissional comprometida com outro projeto de sociedade.

Antes de mais nada, Karl Marx foi um estudioso da sociedade burguesa e um revolucionário. Sua principal contribuição, a obra *O capital*, trata da gênese, estruturação, dinâmica e superação da sociedade burguesa em tempos de surgimento e consolidação do modo de produção capitalista. Então, de início, busca-se apontar três premissas sobre as quais desenvolveremos tal aproximação:

- 1) Um primeiro aspecto a ser abordado é que, ao contrário do que comumente se diz, Marx não foi um teórico do Comunismo ou do Socialismo; *Marx foi um teórico do capitalismo*, estruturando toda a sua obra em uma perspectiva revolucionária, de superação da ordem do capital. Para ele, menos que isso era nada e o que viria depois do capitalismo não era, necessariamente, o comunismo, mas que essa era uma possibilidade por ele defendida. Para Marx, era inconcebível uma sociedade que matava trabalhadores para se reproduzir; uma sociedade em que não havia igualdade de oportunidades nem o acesso de todos à riqueza produzida. Para ele, uma formação societária desumana deveria ser aniquilada.
- 2) Também ao contrário do que ouvimos sistematicamente, tanto em alguns espaços acadêmicos como fora deles, a teoria marxiana não foi superada e nem é obsoleta. A forma como Marx operou em seu tempo ainda nos dá respostas e explicações para a compreensão de vários fenômenos contemporâneos. Obviamente ela não nos fornece todas as respostas. Teoria nenhuma o faz. Também é claro que sua teoria tem limitações, históricas principalmente, mas, enquanto a sociedade burguesa não for superada, *a obra de Marx é sim, atual*. Como

diz um dos maiores conhecedores brasileiros da obra de Marx, José Paulo Netto, Marx pode não ser suficiente para compreender o capitalismo de hoje, mas sem ele não se compreende nada sobre esse modo de produção.

- 3) *Não existe um método marxiano*, pelo menos não da forma como usualmente se concebe método (como um conjunto de procedimentos padrão para a investigação e intervenção). Trata-se, então, de pesquisar e atuar com inspiração no pensamento marxista. Várias adaptações são feitas e elas não podem ser atribuídas à obra de Marx.

Dito isso, faz-se importante resgatar, ainda que de forma superficial, algumas premissas essenciais para a compreensão da lógica de Marx operar sobre o real, as quais usamos como referência para o nosso trabalho.

Em seu percurso de construção de uma teoria (algo que não foi buscado originalmente por ele), Marx identifica *categorias que ele concebeu como ontológicas*, fundamentais na construção de seu pensamento, que surgem eminentemente em função de sua profunda imersão no campo, no real, no mundo material. Lembremos, pois, que Marx não foi um mero teórico, mas sim, militante intenso. Sua célebre frase, presente nas *Teses sobre Feuerbach*, afirmando que “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo”, denota bem a posição política assumida por Marx.

Mas, *o que é o real?* Para Marx, *o real ou a realidade existe independentemente de nós*. Portanto, o mundo não é o que eu enxergo ou interpreto (portanto, esqueçamos aqui abordagens que apontam para a construção social da realidade ou o real como resultado de experiências individuais, fenomenológicas). O mundo está lá, mesmo que eu não o veja na forma como ele é. Então, se o real existe, independente da forma como eu o vejo, o quê, exatamente, eu vejo?

Na nossa vida cotidiana, o tempo todo nos deparamos com vários objetos e situações sociais que nos aparecem na forma de *fenômeno*. O fenômeno é algo que nos chega aos olhos de forma imediata, mas desprovida do que Karel Kosík (2002) chamou de *determinações*. O fenômeno pertence ao real, mas não é a mesma coisa que ele. É um seu fragmento, que revela o real ao mesmo tempo que o oculta. O fenômeno, descolado do real, carrega em si toda uma singularidade e um isolamento que nos impede de compreender porque ele existe, para quê ele existe, a serviço de quê/quem ele existe. Ele é um recorte do real *mediatizado* pela *ideologia*. Assim, se apreendemos os fatos da vida sem atentar para as suas determinações, que, para Marx, são *históricas*, tendemos a absorver esse fenômeno suavemente e “naturalmente”, como se fosse o curso fatal da vida e sem estabelecer relações entre objetos sociais.

Essa *naturalização* de fenômenos sociais constitui o processo de *alienação* (no sentido marxiano) no qual os fenômenos ou as aparências (e não a essência deles) são tidos como “a” realidade (exemplos de naturalização dos fenômenos sociais: pobreza, marginalidade, fome, violência, classes sociais, entre outros). Kosík (2002) afirma que temos de fazer um *esforço*, que Marx denomina de *teórico* (no sentido de abstração, de consciência) para entender o fenômeno como parte do real, mas parte que o oculta ao mesmo tempo em que o revela. Para sairmos da superficialidade do fenômeno, ou, para avançarmos sobre sua aparência, precisamos entendê-lo em uma rede evolutiva e de determinações históricas. Entendendo a história como *processualidade*, cada fenômeno se interliga a um outro; cada fenômeno é resultado de uma composição histórica que o constitui e é constituída por ele. O fenômeno, na verdade, deve ser situado dentro da realidade concreta e de acordo com suas determinações, com as leis tendenciais que explicam seu movimento. Isto é considerar a *dinamicidade* da história, analisando-a sob uma perspectiva que

é *dialética* e que visa, acima de tudo, à *transformação do curso da história*.

Então, como Marx superou o fenômeno que lhe foi de início objeto de estudo e chegou à sua essência? Bem, Marx, como dito anteriormente, não foi um teórico da academia. Ele escreveu para os trabalhadores, viveu e militou com eles. Por toda a sua vida, Marx esteve *imerso* na vida material. Essa imersão é outro ponto importante a ressaltar: não nos é possível, sob a perspectiva marxiana, estudar ou intervir sobre um determinado objeto sem *conhecê-lo bem* e exatamente *onde ele acontece*. Só isso já nos distancia de estudos experimentais, de isolamento e testagem de variáveis e estabelecimento de relações diretas de causa e de efeito. Dessa forma, Marx identificou (ele não escolheu) categorias ontológicas fundamentais (trabalho, classe social, mercadoria, burguesia, proletariado, entre outras) em função dessa imersão e elas dizem respeito e só fazem sentido porque para Marx o modo pelo qual a *produção material de uma sociedade é realizada constitui o fator determinante da organização política e das representações intelectuais de uma época*. Melhor dizendo, a base de uma sociedade está na forma como se organizam a produção e reprodução da vida material. Em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, Marx (1858/2011) afirma que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos” (p. 25).

Assim, em um momento em que a emergência da contradição capital-trabalho aponta como o grande eixo de reprodução da vida, as bases econômicas, para ele, são as relações de produção, são os elementos *estruturantes* de toda a sociedade. São essas relações de produção - a *infraestrutura* da sociedade, que determinam o que ele chamou de *superestrutura* - as instituições jurídicas, políticas e ideológicas.

A superestrutura, pensando dialeticamente, também influi sobre o desenvolvimento material. É só considerar as possibilidades que as determinações jurídicas possuem de colaborar para uma maior ou menor intensificação da exploração dos trabalhadores, ou como direcionar o curso de reforçamento de uma ideologia dominante que pode 1) apassar o movimento dos trabalhadores, ou 2) incendiar os conflitos que, em última instância, alteram o próprio movimento material.

Portanto, tendo como base a produção material, mais uma ressalva deve ser feita: qualquer análise que façamos de um fenômeno social deve necessariamente abarcar as *relações entre infraestrutura e superestrutura*, em uma perspectiva dialética. Na verdade, a partir do próprio movimento da dialética, a análise de qualquer objeto, de qualquer fenômeno deve permitir determinar quais são os elementos que constituem a contradição, a dinâmica desencadeada por estas contradições. A questão que se coloca na sociedade capitalista é até que ponto a luta de classes resultante da existência de classes antagônicas governa o movimento da história das sociedades divididas em classes.

Assim, também nos distanciamos da micropolítica por si só. A perspectiva defendida por Marx e por nós absorvida é a da macropolítica, em uma perspectiva que chamamos de *Totalidade Histórica* e que, necessariamente, implica ação transformadora, práxis. Daí, ao delimitarmos um objeto de estudo ou de intervenção, precisamos ter em vista que: 1) ele não se encerra em si mesmo; é parte de um contexto mais amplo, interligado no passado, no presente e no futuro; 2) se o analisarmos dialeticamente, conseguiremos entendê-lo à luz de sua materialidade histórica, revelando sua essência, que nada mais é do que os determinantes históricos, políticos e ideológicos que constituem tal objeto e que não nos aparece em um nível imediato, mas mediatizado por uma ideologia que, no nosso caso, é a ideologia do capital. E aqui cabe o cuidado para não cairmos em relações mecanicistas de causa e efeito. Não é disso que se trata. Para melhor esclarecer a

questão, convocamos as palavras de Lukács que concebe a sociedade humana como um complexo de complexos e que cada complexo é uma síntese de múltiplas determinações.

Tendo essa perspectiva como base, sobrevêm as questões: como operamos no real? Como o estudamos? E como o fazemos? Qual o nosso método? Poderíamos apontar quatro premissas essenciais que norteiam nosso fazer pesquisa/intervenção:

- 1) *O objeto precede o método.* Ao imergir no real e identificar um objeto de estudo, ele mesmo nos aponta, por suas características, a forma como deve ser investigado. Portanto, o método de investigação é particular a cada objeto e não o contrário. Não temos definições metodológicas antecedentes à escolha e a apropriação do objeto. Isso não quer dizer que qualquer forma de apreensão do objeto é válida. O rigor do método, seja de investigação seja de intervenção, é premissa essencial do trabalho.
- 2) O objeto faz parte de uma *processualidade histórica* que deve ser resgatada e compreendida, não apartada do nosso objeto, pois só assim é possível darmos um salto do fenômeno para a essência do objeto de investigação.
- 3) O objeto, mesmo recortado para fins de investigação, faz parte de uma *Totalidade Concreta*, portanto, sua apreensão só faz sentido quando feita na sua relação com os outros objetos, fenômenos e processos histórico-sociais que conformam uma sociedade.
- 4) *O objeto não é neutro*, descompromissado. Ele é sempre reflexo de um contexto pautado por relações políticas que, no modo de produção vigente, são alvo de contestação por nós. Portanto, não temos pretensão de afirmar que nossa ciência é neutra (se é que alguma o é); ela tem um fim político claro que é a busca pela superação da sociedade burguesa. Isso é o que nos move, mesmo estando conscientes de que, pelas condições objetivas,

trabalhamos mais em uma perspectiva progressista do que revolucionária. Mas, visamos, por meio da nossa práxis, uma mudança da Totalidade Concreta.

Considerando esses apontamentos iniciais, voltemos, para finalizar, à Psicologia e ao seu compromisso social. A primeira constatação é que se considerarmos a pluralidade de sujeitos, fenômenos psicológicos, concepções de mundo, de ética, de intervenção, entre outros elementos, podemos afirmar que as concepções marxistas não refletem a realidade da Psicologia como ciência e como profissão. Portanto, pensar em um único projeto ético-político para a Psicologia não creio que seja possível nesse momento. Ana Bock, em livro publicado nos 40 anos de regulamentação da profissão afirmou que o compromisso da Psicologia ao longo desse interstício havia sido com as elites. Pensamos que isso ainda acontece, mas os sinais de mudança já são bem claros, haja vista momentos como o I Seminário Marx Hoje, promovido, ousadamente, por um grupo de pesquisa em Psicologia. Apesar de ser uma profissão com perspectivas políticas divergentes e contraditórias, é possível pensar em um projeto ético-político para uma Psicologia que atua no combate à pobreza, em defesa dos direitos humanos, dos grupos espoliados e pauperizados. Um projeto para uma Psicologia que luta contra a pobreza política, nas palavras de Pedro Demo (2003). Essa Psicologia não pode ser ideológica, não pode ter o compromisso com a reprodução de uma falsa consciência sobre o mundo. Essa Psicologia não pode ser rotuladora, pacificadora, conformadora. Por isso, os psicólogos que a operam também não podem assumir qualquer Psicologia, sem base, eclética, despolitizada, ou uma Psicologia pobre para os pobres.

Dessa forma, é preciso mais política e politização na Psicologia. É preciso mais compreensão teórica – e não falo de teorias psicológicas apenas – por parte dos psicólogos. É preciso mais crítica *radical*: ir à raiz dos fenômenos, compreender suas múltiplas determinações e analisar a complexidade de seus complexos. Afinal, como afirmou Kosík (2002), a realidade só pode

ser mudada por que, e na medida em que, saibamos que produzimos a realidade. Análises simplistas e superficiais corroboram a alienação. Precisamos nos desalienar. Precisamos nos conscientizar como um complexo que se liga a outros; nos fortalecer como categoria. Hoje nós somos igualmente trabalhadores explorados, precarizados e alienados de nossa própria práxis. Já sabemos que a maior parte dos conhecimentos produzidos no interior da Psicologia não nos subsidia a uma atuação efetivamente comprometida com projetos revolucionários. Então vamos produzir novos conhecimentos e ferramentas! A Psicologia é uma prática social feita de carne, ossos, historicidade, cultura, linguagem, sociabilidade etc. Daí, não é o lugar de atuação que define a postura de um profissional, por isso, precisamos refletir criticamente sobre teorias, métodos e práticas. Como trabalhar consciência, classe, movimentos sociais, se não nos enxergamos como parte de uma engrenagem que mantém as condições de exploração?

Se considerarmos cada um de nós como um potencial revolucionário, precisamos desenvolver constantemente o exercício do pensamento dialético sobre nossa área de atuação. É uma forma de treinar esse pensamento para conceber cada pequena luta política ou sindical nos marcos da grande política, nos marcos do pensamento dialético de conjunto, em que múltiplas determinações, grandes e pequenas, visam elevar o proletariado a sujeito político da sociedade.

Alguns avanços já ocorrem nessa seara. Um grupo marxista dentro da Psicologia já é algo que merece destaque. São as aproximações iniciais desse e de outros grupos junto ao campo profissional que nos revelam lampejos para a práxis a partir do momento em que se mostram como uma nova forma de compreender a realidade.

Portanto, se por um lado não apresenta procedimentos e técnicas fechados – o que seria contraditório até mesmo com os próprios pressupostos apresentados –, eles oferecem ferramentas de compreensão do real que permitem aos psicólogos elaborarem

ações que rompam os limites tradicionais da Psicologia, bem como a sua tradicional atuação reificante do *status quo* do capitalismo. Mészáros (2007) recupera de Marx, em *Crítica ao Programa de Gotha*, o que consideramos uma premissa fundamental para uma práxis comprometida: não pode haver barganha sobre princípios. O caminho para emancipação humana exige árduo trabalho, organização, militância e paciência histórica.

Referências

- BICALHO, P. P. Ditadura e Democracia: qual o papel da violência de Estado?. In: XIMENDES, A. M. C; REIS, C. dos; OLIVEIRA, R. W. (Org.). *Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias*. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS), 2013.
- COIMBRA, C. M. B. *Guardiões da Ordem: Uma Viagem pelas Práticas Psi no Brasil do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- COIMBRA, C. M. B. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. *Psicologia em Estudo*, v. 6, n. 2, p. 11-19, 2001.
- DEMO, P. *A pobreza da pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- HOBBSBAWM, E. *Como mudar o mundo*. Marx e o marxismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- KOSÍK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.
- MARTIN-BARO, I. O papel do Psicólogo. *Estud. Psicol. (Natal)*, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1997.
- MARX, K. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. (Texto original publicado em 1844).

- MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011. (Texto original publicado em 1858).
- MARX, K., ENGELS, F. *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998. (Texto original publicado em 1848).
- MARX, K., ENGELS, F. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo, 2003. (Texto original escrito em 1845)
- MARX, K., ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. (Texto original escrito em 1846)
- MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- OLIVEIRA, I.F.; AMORIM, K. M. O. . PSICOLOGIA E POLÍTICA SOCIAL: O TRATO À POBREZA COMO SUJEITO PSICOLÓGICO. *Psicologia Argumento* (PUCPR. Impresso), v. 30, p. 567-573, 2012.
- PASTORINI, A. *A categoria “questão social” em debate*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SCARPARO, H. B. K.; TORRES, S, & ECKER, D. D. Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado. *Rev. Epos [online]*, v. 5, n. 1, p. 57-78, 2014.
- YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicol. Soc.*, v. 19, n. 1, p. 30-37, 2007.
- YAMAMOTO, O. H. ; OLIVEIRA, I.F. . Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* (UnB. Impresso), v. 26, p. 9-24, 2010.

Marxismo e pesquisa: apontamentos sobre a experiência de um Grupo de Pesquisa em Psicologia

Raquel Souza Lobo Guzzo

Introdução

A Psicologia como ciência produz um campo de conhecimento importante para a compreensão do desenvolvimento humano em distintos contextos sociais, pela análise das experiências cotidianas e o impacto de algumas situações concretas nos processos de saúde e doença. Por esse motivo, a Psicologia tem relevância, sobretudo, porque fornece subsídios para uma discussão sobre ética e vida social dentre outras contribuições teóricas em diálogo com outros campos do saber. Apesar disso, nem todo conhecimento psicológico sustenta uma prática emancipadora. Pelo contrário, a grande parte do conhecimento produzido pela ciência psicológica tem se constituído em uma argamassa para a constituição de um modo de vida incompatível com a humanização, por excelência, das relações sociais. E é diante dessa premissa que surgiram, no âmbito do Grupo de Pesquisa¹,

1 Grupo de Pesquisa: Avaliação e Intervenção Psicossocial – prevenção, comunidade e libertação – Programa de Pós-graduação em Psicologia – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo.

questionamentos sobre o sentido da produção científica, para quem e para quem essa ciência tem servido.

Esses questionamentos serviram para o redirecionamento das produções do Grupo na busca de fundamentos ontológicos do método, assim como uma análise crítica da Psicologia como ciência e profissão e do compromisso de um conhecimento que sirva, de fato, para a mudança social.

Algumas condições determinantes - prolegômenos da Psicologia Crítica Marxista

Quando os fundamentos de uma ciência e as práticas decorrentes não impactam a vida cotidiana da maioria das pessoas, no sentido de produzir mudanças nas perspectivas de futuro, na saúde física e psicológica e no pleno desenvolvimento das crianças e jovens, significa que não servem ao horizonte emancipador e se apresentam submissas a outros interesses, esvaziando de sentido a busca por uma vida digna. É óbvio que existem vários sentidos e contextos para a produção do conhecimento, mas é sempre importante a análise do que tem sido produzido com recursos públicos e o avanço real que esse conhecimento tem propiciado.

Nessa perspectiva, e considerando que a Pesquisa em Psicologia pertence à área do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, os investimentos feitos na formação de pesquisadores e no avanço do conhecimento, já justificariam uma avaliação do impacto dessa produção sobre a vida da maioria das pessoas provenientes das camadas populares, que lutam por direitos básicos para viverem com dignidade.

A Psicologia tem uma trajetória histórica em que predomina a condição de uma ciência liberal comprometida com o ajustamento das pessoas à condição da conjuntura social e econômica (PARKER, 2007). No Brasil, foi regulamentada como profissão em 1962 e se consolidou no período da ditadura civil-militar com imenso impacto na formação básica de estudantes e futuros

profissionais. Até os dias de hoje, nem a formação nem o exercício profissional conseguem se desligar dessa carga tecnicista que pouco responde às demandas do serviço público no atendimento às camadas populares. Professores e pesquisadores ainda reproduzem o modelo hegemônico em que foram formados e são responsáveis por uma enorme quantidade de estudantes que não fazem uma leitura crítica da Psicologia e a mantêm como uma poderosa ferramenta a serviço da atual forma de sociabilidade que causa sofrimento na maioria das pessoas. Apenas para destacar um elemento: durante os primeiros vinte anos de formação dos psicólogos no Brasil a predominância do perfil profissional era de um psicólogo clínico, cuja prática profissional era voltada à população que podia pagar pelos atendimentos em consultórios privados e fundamentada em um modelo médico-positivista com intervenções terapêuticas remediativas.

Refletindo as marcas do processo de colonização vivido pelos países do continente americano, a Psicologia, como uma profissão recente, acabou por se desenvolver no Brasil e outros países da América Latina, predominantemente, por um mimetismo científico (MARTÍN-BARÓ, 1998), ou seja uma importação acrítica dos conhecimentos produzidos nos países do hemisfério norte, predominantemente dos Estados Unidos. Sob essa influência, os fundamentos para a análise marxista da realidade nas abordagens da Psicologia, não sobreviviam no Brasil.

A questão da pesquisa: alguns pressupostos

Pesquisar ou desenvolver pesquisa é atividade política, especialmente porque a pesquisa é dotada de sentido e intencionalidade. Assim, não pode ser neutra, mesmo que sejam desenvolvidas distintas maneiras de torná-la imparcial.

A pesquisa tem sempre um sentido de buscar resposta para questões feitas por pesquisadores. Essas questões surgem de uma leitura da realidade, a partir de uma determinada ótica.

Assim, a definição ou escolha de fundamentos ontológicos que emolduram essa leitura da realidade e de fundamentos metodológicos, os quais orientam seu desenvolvimento e parâmetros de análise, já posicionam a pesquisa politicamente.

As muitas definições de pesquisa podem não deixar clara a importância da produção do conhecimento para a organização social e decisões sobre a vida em comunidade. No entanto, sempre que se procura organizar espaços e grupos de pesquisa, parte-se de questionamentos sobre o sentido, a finalidade e as consequências da ação, reflexão e avaliação sobre a realidade. Por essa razão, são distintos grupos, distintas produções científicas que se constituem nos espaços de pesquisa.

O compromisso com a realidade capaz de gerar temas de pesquisa não pode ser apenas um discurso, mas deve ser revelador, principalmente, de uma prática engajada em mudanças. É por esse argumento que a escolha do método científico passa a ser um elemento decisivo para o desenvolvimento de exercícios de análise que requerem aprofundamento teórico e inserção na vida cotidiana real e não apenas nas distintas configurações dos espaços universitários. A investigação das raízes mais profundas dos problemas psicossociais presentes na realidade, capaz de fazer emergir elementos para sua análise, é o que Marx denomina de um processo crítico e revolucionário (MARX, 1844/2004).

Na Psicologia, a abordagem histórico-crítica, fundamentada na análise marxista, é aquela capaz de oferecer elementos concretos para o processo de investigação das questões psicossociais e fornecer um quadro claro das condições objetivas em que as pessoas nascem, crescem e se desenvolvem como sujeitos, quais os fatores que incidem nas diferenças entre homens e mulheres e entre crianças de distintos grupos sociais. A análise marxista é reveladora da ideologia que impregna a vida cotidiana com uma marca de sofrimento, exploração e violência, tornando desumanas e degradantes as relações sociais, e indignas as condições para a sobrevivência. É pela análise marxista que se pode

chegar à compreender o desenvolvimento da subjetividade e a formação da personalidade humana. Daí decorre a importância da relação Psicologia e Marxismo, sobretudo pelo método de análise da realidade.

O método em Marx

A pesquisa em Psicologia tem suas origens no empirismo e controle experimental de dimensões subjetivas ou construídos e variáveis psicológicas – o ser humano e sua essência biologicista. O positivismo sustentou e ainda inspira a pesquisa em Psicologia. É interessante observar que a relação entre o Marxismo e a Psicologia é caracterizada por um discreto silêncio se considerarmos a abundância de pensamentos e ideias características das duas áreas, mesmo considerando o discurso recorrente nos espaços acadêmicos sobre a pesquisa servindo à transformação social e a aceitação acrítica de que a globalização proíbe qualquer discussão séria de alternativas à mudança. Para Hayes (2001), há importantes argumentos e razões que podem explicar esse silêncio e a repressão ao pensamento marxista. A Psicologia se afastou das teorias sociais em geral e, particularmente do Marxismo. Ao mesmo tempo, o Marxismo se manteve hostil a esse corpo de conhecimento que desconsiderava elementos da história, do materialismo e da dialética para a compreensão da personalidade humana. Na perspectiva da Psicologia Crítica, o Marxismo tem muito a contribuir e essa tem sido uma tarefa importante e premente de alguns pesquisadores e grupos de pesquisa na Psicologia.

Ao aprofundarmos a questão do método em Marx chama a atenção o paradigma analítico e o problema central de pesquisa qual seja, a gênese, a consolidação, o desenvolvimento, as condições e as crises da sociedade capitalista, contexto por excelência de desenvolvimento dos seres humanos. É nesse cenário de relações sociais e de produção da vida que as condições de

desenvolvimento se estabelecem. A análise desse cenário se faz por fundamentos materialistas, históricos e dialéticos. É nesse cenário que a Psicologia Crítica – aqui entendida como aquela influenciada pelo pensamento marxista, ou seja, aquela Psicologia engajada prática e politicamente que busca desenvolver conceitos, os quais têm o potencial de transcender a análise teórica e meramente abstrata (HAYES, 2001) ressaltando o caminho para que mudanças, efetivamente, ocorram. A dimensão crítica, no sentido marxista, envolve o criticismo teórico e o engajamento político, e a Psicologia Crítica será incompleta se não levar em conta as injustiças e desigualdades e se as colocar como parte dos movimentos sociais radicais em várias esferas da vida social.

Alguns conceitos marxistas são importantes para a radicalização da Psicologia – a dialética, a totalidade e a vida cotidiana. A dialética como um conceito metodológico capaz de trazer à tona na análise as contradições – um processo de relações recíprocas, interlaçadas e que se codeterminam, do universal ao particular e singular e ao contrário. Esse movimento dificulta a análise de problemas psicológicos. A totalidade como uma unidade de forças opostas (recorte de classe), relativa e mutável no marco de circunstâncias históricas e concretas sempre em movimento. Por fim, a vida cotidiana e suas relações mediadas pelos níveis de complexidade e pelas estruturas peculiares de cada totalidade. Os sistemas de mediação devem ser apreendidos porque as determinações presentes no cotidiano da vida não são aparentes. Aí reside uma das dificuldades da análise marxista – apreensão das raízes profundas das expressões cotidianas na dinâmica da vida que estejam relacionadas à produção e reprodução da própria vida (GUZZO, 2015).

O Grupo de Pesquisa

O Grupo de Pesquisa “Avaliação e Intervenção Psicossocial – prevenção, comunidade e libertação” foi formado em 1996 com

a finalidade de aprofundar caminhos teóricos e práticos que pudessem sustentar a intervenção do profissional de Psicologia em espaços educativos e comunitários a partir de outra perspectiva que não a da Psicologia dominante. A compreensão das estruturas de organização sociais e comunitárias, de instrumentos que pudessem ajudar na avaliação da realidade cotidiana de homens, mulheres e crianças de camadas empobrecidas onde o trabalho do psicólogo não alcançava, o horizonte libertador desse trabalho e as intervenções preventivas dando lugar àquelas mais terapêuticas e remediativas, foram as primeiras motivações para a organização teórica e metodológica do Grupo de Pesquisa. Depois de passar por distintas configurações, o Grupo atualmente se apresenta estruturado por três eixos teóricos que desembocam em um objetivo investigativo: a promoção da consciência classe, conforme a Figura 1.



Figura 1. Eixos teórico do Grupo de Pesquisa “Avaliação e Intervenção Psicossocial – prevenção, comunidade e libertação

A cada eixo teórico corresponde um conjunto de formulações que, inspiradas no Marxismo, permitem a análise capaz de fornecer elementos para o desenvolvimento do processo de tomada de consciência de pessoas e grupos das camadas populares, dando um outro sentido e significado à prática profissional do psicólogo.

O grupo tem como fundamentos teóricos a libertação na perspectiva do sujeito, espaços de desenvolvimento como escola e comunidade, conselhos de participação social e poder político; o processo de tomada de consciência e a subjetivação – pensar e agir sob certas condições sociais, historicidade da vida cotidiana, ideologia na relação indivíduo e sociedade; opressão, subalternidade e violência, psicologia comunitária e psicologia crítica.

Desafios, dificuldades e avanços alcançados

Nesses últimos anos de trabalho, imensas dificuldades e desafios foram identificados, mas também foram alcançados alguns elementos de avanço. As dificuldades e desafios podem se resumir na apreensão da totalidade possível de ser conhecida, pelos acessos quase impossíveis a banco de dados e informações relacionadas à história e outras dimensões sociais e políticas da vida em comunidade; a construção de instrumentos para o acesso à fontes distintas de informações; a análise crítica com elementos das contradições que se revelam no processo de análise; e o rompimento com o positivismo ainda presente e dominante na formação básica do profissional de Psicologia.

Muito embora as dificuldades ainda sejam grandes, tem sido possível identificar alguns avanços e superações os quais podem ser resumidos na maior clareza sobre a relação entre condições subjetivas e objetivas no desenvolvimento da consciência, na leitura crítica da conjuntura para além da Psicologia, assim como no estabelecimento de uma outra dinâmica do fazer científico, que têm sido predominantes o exercício da crítica, das

problematizações e dúvidas – movimento contrário ao dominante na formação da área. Com essa prática, decorre o desenvolvimento de instrumentos para acesso das informações importantes para a análise, assim como são fortalecidos os processos de intervenção por meio da práxis, os quais se caracterizam pela confrontação com o corpo de conhecimento estabelecido e o desafio para a construção de um outro referencial para a prática psicológica.

Referências

- GUZZO, R. S. L. Critical Psychology And The American Continent: From Colonization And Domination To Liberation And Emancipation. In: PARKER, I. (Ed). *Handbook of Critical Psychology*. London: Routledge, 2015. p. 406-414.
- HAYES, G. Marxism and Psychology: a vignette. *PINS (Psychology in Society)*, v. 27, p. 46-52, 2001.
- LUKÁCS, G. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. In: COUTINHO, N. C.; NETTO, J. P. (Org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- MARTÍN-BARÓ, I. *Psicología de la Liberación*. In: BIANCO, A. (Org.). Madrid: Editorial Trotta, 1998.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. (Texto original publicado em 1844).
- PARKER, Ian. *Revolution in psychology: Alienation to emancipation*. London: Pluto Press, 2007.

Marxismo e Psicologia: Notas críticas sobre epistemologismo, emancipação e historicidade¹

Fernando Lacerda Júnior

Introdução

O presente texto explora possíveis relações entre Psicologia, marxismo e transformação social com o intuito de apresentar algumas indicações sobre como a concepção marxiana pode dar contribuições à tarefa de interpretar e transformar o mundo para aquelas e aqueles que estão, de alguma maneira, inseridos na Psicologia. Mais especificamente, o texto apresenta três destaques sobre a contribuição do marxismo para a crítica e a análise da Psicologia: (a) a crítica ontológica do epistemologismo na Psicologia; (b) a crítica da hegemonia da emancipação política na Psicologia; (c) a ênfase na radical historicidade da essência humana.

Trata-se, portanto, de um texto mais dedicado aos psicólogos e psicólogas que buscam apreender contribuições da tradição marxista. A exposição aqui é introdutória e não pretende esgotar todas as possibilidades que brotam do diálogo entre marxismo e Psicologia. O trabalho está, fundamentalmente, dividido em duas

¹ Apoio: CNPq.

partes. A primeira aponta qual veio da tradição marxista fundamenta o conjunto de proposições presentes neste texto, enquanto a segunda desenvolve o conjunto de notas sobre as contribuições do marxismo para a Psicologia.

Marxismo e transformação social: Emancipação humana e ontologia do ser social

Analisar marxismo e transformação social é algo relativamente difícil, pois nenhum dos termos é homogêneo, efetivamente, são marcados por enorme polissemia. O tema da transformação social é ambíguo até mesmo para aqueles que utilizam termos mais específicos como socialismo ou comunismo. Vale lembrar, que Marx e Engels (1848/2010) no “Manifesto Comunista” dedicaram um tópico inteiro à análise e crítica das diferentes propostas de transformação social socialista existentes em sua época.

Da mesma forma, sabe-se que há distintos marxismos que, não raramente, são marcados por virulentas disputas. Por isso, Netto (1985) menciona a existência de uma “tradição marxista” e não apenas de um marxismo. Assim, é uma necessidade destacar qual é o marxismo que está sendo discutido aqui e, com isso posto, deixo claro que o presente texto é especialmente devedor da leitura da obra marxiana a partir de uma abordagem ontológica e que tem na obra de Lukács a principal referência teórica, com uma ênfase especial em seus estudos sobre a ontologia do ser social (LUKÁCS, 1968/2012).

Há, pelo menos, dois elementos fundamentais que caracterizam essa leitura. Primeiro, o pensamento marxiano é caracterizado por ser uma radical crítica da sociedade burguesa² (NETTO, 1985; 2011; YAMAMOTO, 1994). Sendo crítica radical

2 Dussel (2001, p. 269) caracteriza a obra de Marx como um “‘juízo científico negativo’ crítico do capital”.

da sociedade burguesa, a vigência do pensamento de Marx não depende da idade de seus textos ou de algum argumento formulado a partir de proposições lógico-gnoseológicas formuladas pelo positivismo ou outras manifestações do pensamento moderno, mas sim da vigência histórica da totalidade histórica regida pelo capital. Enquanto a sociedade do capital for vigente, a crítica radical dessa sociedade formulada por Marx é ponto de partida indispensável (DIAS, 2005; NETTO, 2013).

A obra de Mészáros (2002) é um exemplo ilustrativo desse aspecto. Atualizando as análises de Marx sobre o capital, o filósofo húngaro demonstrou a vigência do pensamento marxiano destacando como o sistema socioreprodutivo de expansão e acumulação do capital mantém diversas das tendências desveladas por Marx: o movimento expansivo e incontrolável do processo de reprodução do capital, a tendência à centralização e concentração de capital, assim como a manutenção das fraturas entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação. Assim, ainda que destaque a existência de diversas processualidades que não foram analisadas por Marx, Mészáros (2002) demonstra a sua importância como ponto de partida para a crítica da produção destrutiva (como o crescimento da centralidade do complexo industrial-militar ou da obsolescência planejada de mercadorias), do surgimento de formas avançadas de reificação e exploração ou da crise estrutural do capital.

Em segundo lugar, essa leitura destaca a existência de uma ontologia radicalmente histórica e social que Marx elaborou ao mesmo tempo que estudou o movimento real da sociedade burguesa, isto é, o estudo histórico da sociedade burguesa foi possível somente com o desenvolvimento de uma análise sobre as determinações ontológicas que caracterizam o ser social (LUKÁCS, 1968/2012; TONET, 2005; 2013). Esse aspecto da obra de Marx é aquele que, para os objetivos do presente texto, merece ser analisado mais detalhadamente. Destacarei quatro dimensões sobre a ontologia marxiana: (a) a centralidade ontológica do trabalho,

(b) o redimensionamento da relação entre ser humano, natureza e sociedade; (c) a afirmação da radical historicidade humana; (d) o horizonte da emancipação humana.

Em primeiro lugar, a ontologia marxiana possibilitou a instauração de novos marcos para o estudo da vida humana ao teorizar sobre *a centralidade ontológica do trabalho*. De acordo com Engels (1883/1983, p. 335), a singular contribuição de Marx deve-se à descoberta do fato de que “o homem precisa, em primeiro lugar, comer, beber, ter um teto e vestir-se antes de poder fazer política, ciência, arte, religião etc.”. Em outras palavras, “o primeiro pressuposto de toda a existência humana” é “o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (MARX; ENGELS, 1846/2007, p. 32-33), o que significa que o ser social “começa com um salto, com o pôr teleológico do trabalho” (LUKÁCS, 1968/2012, p. 287).

No processo de trabalho, o homem converte os objetos da natureza em meios para sua reprodução. Diferentemente dos outros seres vivos, que no processo de reprodução operam uma mera estabilização muda com a natureza, o ser humano transforma ativa e intencionalmente a natureza para satisfazer suas necessidades. O ser social parte do processo orgânico de reprodução comum a todos os seres vivos, mas vai além da adaptação passiva ao meio ambiente, porque, pelo trabalho, os seres humanos satisfazem suas necessidades de uma forma completamente nova, na qual a consciência é central. O trabalho é um processo conduzido pela consciência, pela busca permanente do homem de adequar a natureza às suas necessidades elaborando previamente ideias que orientam a atividade (LUKÁCS, 1968/2012).

Com o “pôr teleológico do trabalho” o papel da natureza na vida humana ganha um novo significado. O trabalho cria um novo complexo, o ser social, do qual emergem relações, conexões e objetivações cujos limites e possibilidades não dependem meramente de determinações naturais. Há aqui um leque, extremamente amplo, de processos inaugurados pelo processo de trabalho

como a relação dialética entre sujeito e objeto, os processos de objetivação e exteriorização, a tensão permanente entre teleologia e causalidade que caracteriza o ser social, além de outras que são impossíveis de serem aqui abordadas.

Em segundo lugar, o pensamento marxiano *redimensionou as relações entre natureza, sociedade e ser humano*. Trata-se de uma radical inovação em relação ao pensamento moderno, o qual é caracterizado pela afirmação de que há uma determinação natural da existência humana. Nessa perspectiva, a natureza humana precede as relações sociais e, assim, estas se tornam um mero subproduto determinado por aquela. Essa concepção ontológica está presente, por exemplo, na tese de que a natureza humana seria marcada, fundamentalmente, por um individualismo possessivo que explica o antagonismo entre indivíduo e sociedade, assim como a existência insuperável da propriedade privada (MACPHERSON, 1964). Mas essa “natureza humana” nada mais é do que uma absolutização de uma situação histórica particular e é justamente o estudo do processo de trabalho que possibilita o marxismo ir além dos limitados marcos do pensamento moderno. Os estudos sobre o trabalho mostram como dele surge um complexo processo de desenvolvimento social em que os objetos, as possibilidades, os complexos e as categorias não são mais redutíveis à natureza. Esta, ainda que permaneça enquanto base insuprimível da existência humana, apresenta-se, cada vez menos, como uma barreira que define as possibilidades da atividade humana. Cada vez mais, complexos socialmente determinados, que não são redutíveis à natureza, passam a predominar na determinação da história humana (LUKÁCS, 1968/2007; 1968/2012).

Assim, a ontologia marxiana afirma a *radical historicidade da essência humana*. Mais ainda, de acordo com a análise de Lukács (1968/2012), a novidade teórica da obra de Marx é justamente a de fundar uma ontologia histórico-materialista que afirma a historicidade como traço essencial de todo e qualquer ser. Na própria definição da categoria substância, a historicidade

é constatada como um princípio ontológico fundamental. Assim, substância não se contrapõe à historicidade e nem ao movimento da matéria, pelo contrário: “a continuidade na persistência, enquanto princípio de ser dos complexos em movimento, é indício de tendências ontológicas à historicidade como princípio do próprio ser” (LUKÁCS, 1968/2012, p. 341).

Nesse sentido, na ontologia marxiana toda e qualquer essência é histórica e processual. Assim:

a substancialidade não é uma relação estática-estacionária de autoconservação, que se contraponha em termos rígidos e excludentes ao processo do devir; ao contrário, ela se conserva em essência, mas de modo processual, transformando-se no processo, renovando-se, participando do processo (LUKÁCS, 1968/2012, p. 413).

No caso do ser social, isso se reflete no simples fato de que tanto o nível imediato das situações históricas concretas quanto as suas determinações mais essenciais são produto da atividade humana. Como o elemento fundante do ser social é o processo de trabalho, isto é, um processo conduzido pela consciência, a história humana não é mais concebida como história natural, mas como história das relações sociais. Marx enfatizou esse elemento inúmeras vezes. Possivelmente, a melhor síntese sobre o tema está na tese de que a essência humana “é o conjunto das relações sociais” (MARX, 1843/2010, p. 538)³.

Ao afirmar a radical historicidade de todo ser, Marx infirma todo e qualquer estudo que não seja produzido a partir de uma angulação histórico-genética. Por isso, o estudo sobre qualquer fenômeno do ser social só pode ser um estudo da história humana: “Não nos desloquemos a um estado primitivo imaginário. Um tal

3 Por isso, no pensamento marxiano, é impossível conceber um processo de emancipação do gênero humano sem qualquer tipo de transformação da sociedade (TERTULIAN, 2004).

estado primitivo nada explica. Ele simplesmente empurra a questão para uma região nebulosa, cinzenta. Assim o teólogo explica a origem do mal pelo pecado, isto é, supõe como um fato dado e acabado, o que deve explicar” (MARX, 1844/2004, p. 80).

Finalmente, cabe destacar que a perspectiva de Marx sobre a transformação social não é a mera construção de uma sociedade democrática ou de um Estado aperfeiçoado. Seu projeto revolucionário é impulsionado pela busca de superar o Estado em si. Para tanto, Marx sublinha a necessidade de um projeto social que, para além da emancipação política, almeja a emancipação humana. A emancipação política possibilitou superar a ordem feudal, mas não possibilitou a libertação humana:

O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o *Estado* ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem *realmente* fique livre dela, no fato de o Estado ser capaz de ser um *Estado livre* sem que o homem seja um homem *livre* (MARX, 1843/2010, p. 37-38).

A emancipação política instaura uma sociedade civil marcada pela cisão entre *citoyen* (cidadão do Estado que atua na esfera pública) e *bourgeois* (indivíduo egoísta que atua na esfera privada). Daí que as análises realizadas na perspectiva da emancipação política não precisam analisar as condições para a superação da sociedade burguesa. Já a busca da emancipação humana demanda um referencial de análise mais amplo e geral: “Uma revolução social se situa do ponto de vista da totalidade porque [...] ela é um protesto do homem contra a vida desumanizada” (MARX, 1844/1995, p. 89).

Na perspectiva da emancipação humana, a tarefa passa a ser a análise do mundo social. Não há como alcançá-la sem a destruição das barreiras sociais ao livre desenvolvimento do indivíduo em relação consciente com o gênero humano. Assim, a crítica marxiana, por almejar a emancipação humana, supõe a

análise dos fundamentos da sociedade burguesa, revelando que o ser humano é o principal demiurgo de sua própria história e que, no atual momento histórico, as únicas barreiras ao seu livre desenvolvimento são barreiras socialmente postas, isto é, que são historicamente específicas e que foram produzidas pelos próprios homens. Que contribuições esses fundamentos podem oferecer para a Psicologia?

Contribuições da tradição marxista para a Psicologia

O diálogo com o marxismo possibilitou diversos desdobramentos no interior da Psicologia. De um lado, possibilitou novos marcos para se criticar e problematizar ideias e práticas dominantes na Psicologia, ressaltando a determinação social do conhecimento psicológico, desvelando a ideologia na Psicologia e sublinhando as contribuições da Psicologia em processos de reificação (PARKER, 2007). De outro, contribuiu para reflexões e críticas sobre a função social da Psicologia (YAMAMOTO, 1987) assim como para a elaboração de novos referenciais teóricos no campo da Psicologia.

Nesta parte, apresentarei algumas notas abordando dimensões da Psicologia pensadas a partir de formulações presentes na tradição marxista. Essa apresentação aborda três temas específicos: os problemas epistemológicos da Psicologia; a hegemonia da emancipação política em campos como a Psicologia Comunitária e a Psicologia Política; e as implicações sobre a radical historicidade humana para o estudo da subjetividade.

Crítica ontológica e os problemas epistemológicos da Psicologia

Em primeiro lugar, o tipo de marxismo apresentado neste trabalho (aquele devedor das contribuições de Marx e Lukács) pode contribuir para uma crítica dos debates sobre os problemas

epistemológicos da Psicologia. Tal como boa parte da literatura existente sobre crises e críticas na Psicologia indica (TEO, 2005), há uma enorme quantidade de tinta derramada sobre os dilemas epistemológicos da Psicologia. Ponto importante nessa literatura é a busca por legitimar uma Psicologia verdadeiramente científica por meio do desenvolvimento de métodos verdadeiramente científicos. Esse debate nasce juntamente com a Psicologia, se expressando, por exemplo, nos debates inaugurados pelo veto kantiano de que a Psicologia tinha um componente empírico, mas carecia de um componente racional por não ser redutível à análise metódica, à experimentação e à quantificação (FERREIRA, 2006; LEARY, 1978) ou na defesa da tese de que o marco fundacional da Psicologia se deu com a constituição do laboratório de pesquisas criado por Wundt (DANZIGER, 1998). Da mesma forma, os debates sobre os métodos quantitativos e qualitativos e sua relação com a constituição de uma Psicologia que ignora ou não a subjetividade (ver, por exemplo, GONZÁLEZ REY, 1997) também são ilustrativos indicadores sobre a centralidade dos “problemas epistemológicos da Psicologia”.

Trata-se, portanto, de uma clara hegemonia de uma postura epistemologista que pode ser criticada por partir da concepção ontológica que infirma o objeto como polo regente no processo de conhecimento e afirma uma centralidade da subjetividade na construção da ciência. Nessa concepção, a definição das condições ideais de conhecimento pelo sujeito é o elemento fundamental e precedente de toda análise sobre o ser. Se o polo determinante do processo de conhecimento é o sujeito (ao invés do objeto), então só é possível conhecer apenas aquilo que é acessível à subjetividade pelas sensações ou pela experiência. Assim, o sujeito só tem acesso imediato às manifestações fenomênicas daquilo que ele pretende conhecer e o fundamento último das coisas não pode ser apreendido. A realidade converte-se numa sucessão caótica de dados, experiências, fenômenos que cabe à subjetividade organizar, classificar e definir (TONET, 2013).

Muitas vezes, isso significa que fazer ciência é apenas operacionalizar um conjunto de regras que possibilitam a manipulação de um objeto em certas condições ideais (COUTINHO, 1972; LUKÁCS, 1968/2012).

Essa crítica ontológica da postura epistemologista abre novos horizontes para o debate sobre os problemas ontológicos da Psicologia. A crítica da “metodolatria” apresentada por Danziger (1998) demonstrou como a construção do método científico na Psicologia estadunidense foi produto da mais pura arbitrariedade. Enquanto, retoricamente, muitos pioneiros apontavam para a importância de Wundt para a constituição da Psicologia, os psicólogos estadunidenses realizavam um conjunto de adaptações no chamado método científico com a finalidade de criar uma ciência mais adequada a um contexto marcado pela competição, pela racionalização de instituições sociais – especialmente educativas – e que primava pela conversão dos problemas sociais em problemas individuais. Nesse contexto, a prática de pesquisa que mais poderia florescer não era aquela que buscava o estudo da mente humana individual tal como propôs Wundt, mas sim aquela que estudava o desempenho do indivíduo em comparação com uma norma estatística. Aqui, há uma decisão arbitrária: define-se que um conjunto de dados que agrega um grande número de sujeitos é uma base válida de conhecimento. Essa base de dados é estatisticamente tratada e as regularidades encontradas são interpretadas enquanto manifestações de leis científicas quantitativamente demonstráveis. Daí que a regularidade estatística permite inferir a conduta individual (DANZIGER, 1998).

Da mesma forma, Samelson (1979) destaca como os diversos achados dos testes de inteligência sobre a inferioridade mental de certas raças ou nacionalidades acompanhou o clima sociopolítico existente nos EUA. A tarefa de muitos testes não era a de estudar a inteligência, mas sim a de demonstrar a utilidade da Psicologia e a melhor forma de se fazer isso era garantir que

os resultados reforçassem as suposições ideológicas vigentes na sociedade norte-americana.

Esses trabalhos críticos oferecem contribuições importantes para demonstrar a arbitrariedade e a pseudocientificidade da suposta Psicologia científica. No entanto, além da demonstração do processo de construção social de certas práticas científicas, é necessário questionar as bases históricas e reais desse processo. Qual é a determinação ontológica do objeto de estudos da Psicologia e como ela possibilitou o reinado da arbitrariedade e da pseudocientificidade? Pode a subjetividade ser estuada por uma ciência particular e independente, perdendo de vista a totalidade? Mais ainda, uma análise marxista da Psicologia, de acordo com Parker (2009), supõe perguntar: Por que a Psicologia existe? Por que existe um domínio da ideia de que uma disciplina particular pode revelar as razões da ação humana?

A crítica marxista coloca novos desafios para a análise dos problemas epistemológicos da Psicologia. Antes de passar ao debate sobre os princípios epistemológicos, é preciso analisar ontologicamente o objeto que foi abordado pela ciência psicológica e as condições histórico-sociais que possibilitaram a emergência dessa ciência. Assim, cabe analisar a relação entre o processo de constituição da Psicologia como ciência e as transformações histórico-sociais que converteram o estudo da vida social em um estudo de uma totalidade fraturada, fragmentada e que, muitas vezes, fetichiza a realidade existente – o que coloca como condição fundamental o desenvolvimento de uma crítica ontológica.

A perspectiva da emancipação política e a Psicologia

Na história da Psicologia brasileira, a crítica da função social do psicólogo esteve associada com o processo de busca e elaboração de modalidades alternativas para a ciência e a profissão (LACERDA JR., 2013; YAMAMOTO, 1987). Tanto a crítica

da Psicologia quanto a busca por ações alternativas estão estreitamente relacionadas com as diversas transformações da sociedade brasileira e seus influxos sobre a Psicologia como profissão. Além de um complexo processo de crescente assalariamento dos psicólogos brasileiros, houve, também, o crescimento da atuação profissional, normalmente em condições precárias, em instituições que lidam com refrações da questão social (YAMAMOTO, 2003; 2007).

Ao mesmo tempo que houve uma maior inserção profissional da Psicologia em equipamentos ou instituições que lidam com refrações da questão social, começou a se explicitar diversas discussões sobre a atuação da Psicologia na esfera das políticas públicas ou sobre sua importância para o fortalecimento da democracia e a conquista de direitos sociais (BOCK, 2003; FURTADO, 2007; SAADALLAH, 2007). Especialmente em campos como a Psicologia Política e a Psicologia Comunitária que, na América Latina, surgiram com explícitos compromissos com movimentos sociais, lutas por poder popular e processos de libertação, os temas da democracia, da socialização de direitos e das políticas públicas passaram a predominar (PRADO; COSTA, 2009; FREITAS, 2007; XIMENES *et al.* 2009)⁴.

A crítica marxiana serve para alertar sobre possíveis ilusões quanto aos limites e possibilidades reais das políticas públicas, da democracia e da defesa da esfera pública, pois os seus limites são os mesmos da emancipação política. De acordo com a discussão já apresentada sobre emancipação política, esta pressupõe a existência de uma sociedade caracterizada pelo conflito entre o indivíduo possessivo e o cidadão público, pela contradição entre

4 Há um claro contraste entre essas propostas e algumas das propostas de Martín-Baró (1988/2002). O autor propõe a busca do poder popular, ao invés da busca de falsas democracias eleitorais e a intensificação de processos de libertação social por meio de uma “prática de classe” de caráter revolucionário, ao invés da mera defesa de direitos ou busca por políticas públicas.

uma igualdade formal perante o Estado e uma desigualdade real na sociedade (MARX, 1843/2010).

A crítica da emancipação política desvelou a impossibilidade de se analisar a política como um fator separado da economia, o que não significa reduzir a política à economia, mas sim que a democracia só existe no interior de um arranjo social que assegura a emergência do indivíduo, que é livre para vender ou explorar a força de trabalho, que é igual apenas perante a lei e que, acima de tudo, só se humaniza na medida que é proprietário. Assim, o cidadão de direitos só emerge quando há separação entre sociedade civil e Estado. O próprio Estado só existe na medida que há uma cisão entre exploradores e explorados. Não há como existir Estado sem desigualdades sociais. E não há como existir cidadão, políticas públicas ou democracia sem Estado e, portanto, sem exploração, alienação e desigualdades estruturais (TONET, 2005).

Em outras palavras, ao desvelar os limites da emancipação política, o pensamento marxiano possibilita redimensionar as reflexões sobre o “compromisso social” de uma Psicologia que se contenta com a democracia, a conquista de direitos e a elaboração de políticas públicas. Se essas tarefas são mais progressistas do que aquelas ações da Psicologia que contribuem para intensificar o processo de extração de mais-valia, isso não significa que é algo problemático prometer libertação ou transformação social por meio de ações que são, estruturalmente, incapazes de superar a sociedade do capital, pois não lidam com as causas, mas apenas com as refrações aparentes da desigualdade social. Mais ainda, ao afirmar que a Psicologia pode contribuir para a mudança social por meio de certas ações profissionais específicas, pode-se incorrer na falsa elaboração ideológica de que é possível transformar o mundo mediante a atuação profissional e não pelas lutas de classe. De la Torre (1995) refere-se a esse problema ao criticar algumas manifestações da Psicologia Comunitária que, involuntariamente, repetem um componente ideológico que marcou a

história do Behaviorismo: prometem a realização de mudanças sociais sem apontar a “incômoda” tarefa de se realizar uma revolução social.

Assim, a perspectiva da emancipação humana possibilita redimensionar todos os debates sobre a relação da Psicologia com as refrações da questão social e repensar as efetivas possibilidades de uma “Psicologia do compromisso social” ou da função real da busca por realizar transformações sociais mediante apenas práticas profissionais.

A radical historicidade humana e a Psicologia

Como se afirmou, o marxismo desvelou a radical historicidade da essência humana. Essa tese contrasta radicalmente com várias teorias psicológicas que apresentam concepções de homem que, em última instância, reduzem o papel do sujeito na transformação da história. Assim, em geral, essas teorias transmutam uma condição historicamente específica – o indivíduo burguês – em uma condição humana universal⁵.

Das proposições presentes na teoria marxiana surgiram inúmeras tentativas de se repensar a concepção de homem na Psicologia. Possivelmente, o exemplo mais expressivo seja o trabalho de Vygotsky (1927/1997), o qual explicitamente apresentou a centralidade das contribuições do pensamento marxiano para se reconstruir a Psicologia. Da mesma forma, há inúmeras propostas de construção de uma Psicologia que incorpora as contribuições de Marx e que elabora um aparato categorial que incorpore todas as conclusões da tese de que o ser humano é produto e produtor

5 Há inúmeros textos sobre o tema. O trabalho de Prilleltensky (1994) é uma interessante revisão que destaca os componentes ideológicos das concepções de indivíduo e de sociedade da psicanálise, do humanismo e do behaviorismo. Da mesma forma, Parker (2007) dedica toda a sua atenção à tarefa de demonstrar a relação entre a existência da sociedade burguesa e as concepções de homem que circulam na Psicologia.

da história. Esse é o caso das tentativas de construção de uma Psicologia Marxista⁶, da proposta de reconstrução categorial da Psicologia Crítica Alemã (HOLZKAMP, 1992) e, finalmente, de todas as correntes que nasceram tomando como núcleo central a contribuição seminal de Vygotsky, como a Psicologia Histórico-Cultural, a Teoria da Atividade (LEONTYEV, 1977/2009) e a Psicologia Macrocultural (RATNER, 2012).

Além das elaborações que surgiram na tentativa de salvar a Psicologia por meio da introdução de teses marxistas, cabe destacar a possibilidade de se pensar uma teoria da subjetividade a partir das contribuições teóricas de Marx e Lukács. Especialmente a ontologia lukacsiana, contém: (a) os lineamentos fundamentais para uma filosofia da subjetividade; (b) uma discussão sobre o papel do sujeito na história, estabelecendo uma relação entre, de um lado, atividade, processualidade e historicidade e, de outro lado, socialidade, essência e substância; (c) uma compreensão radicalmente materialista e histórica do processo de autoconstrução humana mediante uma análise do processo de reprodução social e seus dois polos distintos: indivíduo e sociedade (COSTA, 2012; LUKÁCS, 1968/2012). Dessa forma, a ontologia lukacsiana aponta para uma autêntica concepção crítica da subjetividade que pode ser formulada sem criar qualquer ilusão de que ela é objeto de estudo de uma ciência particular e autônoma. Assim, indica a possibilidade de estudar a subjetividade sem isolá-la do processo de estudo e apreensão da totalidade social.

6 De um lado, a proposta de construir uma Psicologia Marxista foi apenas reflexo do esforço para se construir uma Psicologia adequada à doutrinação apologética do “marxismo-leninismo” dominante nos países do antigo Leste Europeu e da ex-URSS; por outro lado, a proposta de elaboração de uma Psicologia Marxista revela a busca de autores que, engajados com o processo de emancipação humana, buscam construir uma Psicologia que, efetivamente, incorpore todas as contribuições possíveis do Marxismo (ver CALVIÑO, 2013; HIEBSCH; VORWERG, 1982; GONZÁLEZ SERRA, 1984). Há críticas que destacam as dificuldades na construção de uma Psicologia Marxista, tal como indicam Yamamoto (1987) e Parker (1999).

Considerações finais

O presente texto buscou indicar algumas das possíveis contribuições da tradição marxista, especialmente do veio lukaciano, para a Psicologia, especialmente quando se assume como perspectiva a construção da emancipação humana. As anotações indicativas oferecidas neste texto intentaram enfatizar: (a) que a radical historicidade humana exige horizontes mais amplos do que aqueles oferecidos por uma ciência particular e independente; (b) que a crítica ontológica é condição fundamental para se efetivamente conhecer a subjetividade, isto é, que a “reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (NETTO, 2011, p. 21) não depende da elaboração unilateral de critérios lógico-gnoseológicos, tal como ocorreu, de maneira recorrente, na história da Psicologia; (c) que a perspectiva da emancipação humana possibilita uma avaliação mais realista e menos ufanista ou redentorista sobre as possibilidades da Psicologia cumprir um papel protagonista em processos de transformação social.

A perspectiva da emancipação humana enunciada por Marx possibilitou a construção de projetos de Psicologia que, pelo menos, buscam ser um instrumento em processos de transformação social, seja mediante a realização de estudos e pesquisas que contribuam para desvelar ou denunciar processos de exploração e alienação em nossa sociedade, seja pela busca de elaborar intervenções que intentam reduzir desigualdades sociais ou favorecer os interesses de grupos oprimidos e explorados. Para que essas propostas não incorram no erro de repetir a busca da transformação da sociedade sem a realização de uma revolução social, é imperativo lembrar a afirmação de Vygotsky (1930/2006), que expressou, didaticamente, a complexidade da tarefa de se buscar a emancipação humana e a transformação dos seres humanos: “Tão-só uma elevação de toda a humanidade a um nível mais alto de vida social – a libertação de toda a humanidade – pode conduzir à formação de um novo tipo de homem”.

Referências

- BOCK, A. M. B. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, A. M. B. (Org.), *Psicologia e compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 15-28
- CALVIÑO, M. Pensando em una psicología marxista: Contribuciones para el reconocimiento y la construcción. *Alternativas cubanas en Psicología*, v. 1, n. 1, p. 8-24, 2013.
- COSTA, G. M. *Indivíduo e sociedade: sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- DANZIGER, K. *Constructing the subject: Historical origins of psychological research*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- DE LA TORRE, C. *Psicología latinoamericana: Entre la dependencia y la identidad*. San Juan: Publicaciones Puertorriqueñas, 1995.
- DIAS, E. F. Sobre o marxismo contemporâneo. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R. D.; MARTINS, S. T. F. (Org.), *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 52-60.
- DUSSEL, E. *Hacia una filosofía política crítica*. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001.
- ENGELS, F. Discurso pronunciado por F. Engels diante da sepultura de Karl Marx. (Texto original escrito em 1883). In: KONDER, L.; CERQUEIRA FILHO, G.; FIGUEIREDO, E. L. (Org.). *Por que Marx?* Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 355-357.
- FERREIRA, A. A. L. A psicologia no recurso aos vetos kantianos. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T.

- (Org.), *História da psicologia: Rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau, 2006. p. 85-91.
- FREITAS, M. de F. Q. de (2007). Intervenção psicossocial e compromisso: Desafios às políticas públicas. In: JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (Org.), *Diálogos em psicologia social*. Porto Alegre: Evangraf, 2007. p. 370-386.
- FURTADO, O. O trabalho na perspectiva das políticas públicas. In: JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (Org.), *Diálogos em psicologia social*. Porto Alegre: Evangraf, 2007. p. 413-422.
- GONZÁLEZ R. F. *Epistemología cualitativa y subjetividad*. São Paulo: EDUC, 1997.
- GONZÁLEZ SERRA, D. *Problemas filosóficos de Psicología*. Havana: Pueblo y Educación, 1984.
- HIEBSCH, H.; VORWERG, M. *Psicología social marxista*. Havana: Política, 1982.
- HOLZKAMP, K. On doing psychology critically. *Theory & Psychology*, v. 2, n. 2, p. 193-204, 1992.
- LACERDA JR., F. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: Das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y Crítica de la Psicología*, v. 3, p. 216-263, 2013.
- LEARY, D. The philosophical development of the conception of psychology in Germany, 1780-1850. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, n. 14, p. 113-121, 1978.
- LEONTYEV, A. N. The development of mind. New York: Erythrós Press, 2009. (Texto original publicado em 1977).
- LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. (Escrito em 1968). In: COUTINHO, C. N.; NETTO, J. P.

- (Org.). *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 225-245.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012. (Texto original publicado em 1968).
- MACPHERSON, C. B. *The political theory of possessive individualism: Hobbes to Locke*. Oxford: Oxford University Press, 1964.
- MARTÍN-BARÓ, I. La psicología política latinoamericana. (Texto original escrito em 1988). In: PACHECO, G.; JIMÉNEZ, B (Org.). *Ignacio Martín-Baró: Psicología de la liberación para América Latina*. 2. ed. Guadalajara: ITESO / Universidad de Guadalajara, 2002. p. 91-114.
- MARX, K. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010. (Texto original publicado em 1843).
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. (Texto original publicado em 1844).
- MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”. *Práxis*, n. 5, p. 68-91, 1995. (Texto original publicado em 1844).
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. (Texto original escrito em 1846).
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010. (Texto original publicado em 1848).
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETTO, J. P. *O que é marxismo?* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. *Revista Novos Rumos*, v. 50, n. 1, s/p, 2013.

PARKER, I. Psychology and marxism: Dialectical opposites? In: MAIERS, W.; BAYER, B.; DUARTE, B.; JORNA, R.; SCHRAUBE, E. (Org.), *Challenges to theoretical psychology*. Toronto: Captus, 1999. p. 477-484.

PARKER, I. *Revolution in psychology: Alienation to emancipation*. London: Pluto Press, 2007.

PARKER, I. Critical psychology and revolutionary marxism. *Theory & Psychology*, v. 19, n. 1, p. 71-92, 2009.

PRADO, M. A. M.; COSTA, F. A. A raridade da política e a democracia: os movimentos sociais entre sujeitos e identidades. In: BERNARDES, J.; MEDRADO, B. (Org.), *Psicologia social e políticas de existência: Fronteiras e conflitos*. Maceió: ABRAPSO, 2009. p. 71-83.

PRILLENTEENSKY, I. *The morals and politics of psychology: Psychological discourse and the status quo*. Albany: State of University of New York Press, 1994.

RATNER, C. *Macro Cultural Psychology: a political philosophy of mind*. New York: Oxford University Press, 2012.

SAADALLAH, M. M. (2007). A psicologia frente às políticas públicas. In: MAYORGA, C.; PRADO, M. A. M. (Org.), *Psicologia social: Articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 159-172.

SAMELSON, F. World War I intelligence testing and the development of psychology. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 13, p. 274-282, 1977.

TEO, T. *The critique of Psychology: From Kant to postcolonial theory*. New York: Springer, 2005.

- TERTULIAN, N. Marx: uma filosofia da subjetividade. *Outubro*, v. p. 10, 7-16, 2004.
- TONET, I. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Unijuí, 2005.
- TONET, I. *Método científico: Uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- VYGOTSKY, L. S. El significado histórico de la crisis de la psicología: Una investigación metodológica (Escrito em 1927). In: ALVAREZ, A.; DEL RÍO, P. (Org.), *Obras escogidas*. Madrid: Visor, 1997. p. 257-413.
- VYGOTSKY, L. S. *A transformação socialista do homem*. 2006 Disponível em: <http://www.pstu.org.br/cont/subjetividade_vigotski.pdf>. Acesso em: fevereiro 2009 (Texto original publicado em 1930).
- XIMENES, V. M.; PAULA, L. R. C.; BARROS, P. P. Psicologia comunitária e política de assistência social: Diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 29, n. 4, p. 686-699, 2009.
- YAMAMOTO, O. H. *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo: Edicon, 1987.
- YAMAMOTO, O. H. *Marx e o método*. São Paulo: Moraes, 1994.
- YAMAMOTO, O. H. Questão social e políticas públicas: Revendo o compromisso da psicologia. In: BOCK, A. M. B. (Org.), *Psicologia e compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 37-54
- YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: Perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 30-37, 2007.

Organizadores

Ana Ludmila F. Costa

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pesquisadora do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E). Tem interesse pelos temas: teoria social marxiana, política científica, política social, formação, atuação e pesquisa do psicólogo nas áreas jurídica, social/comunitária e ambiental.

Endereço eletrônico: analudmila@gmail.com

Fellipe Coelho-Lima

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professor da mesma instituição, pesquisador do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (GEPET). Tem interesse pelos temas: ideologia do trabalho, informalidade, desemprego, políticas sociais, profissão e formação de psicólogo e teoria social marxista/marxiana.

Endereço eletrônico: fellipecoelho lima@gmail.com

Ilana Lemos de Paiva

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professora da mesma instituição e coordenadora do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E), do Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRN (CRDH) e do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV). Tem interesse pelos temas: teoria social marxiana, políticas públicas, direitos humanos, infância e juventude em contextos de violência.

Endereço eletrônico: ilanapaiva@hotmail.com

Isabel Fernandes de Oliveira

Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e coordenadora do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E). Tem interesse pelos temas: Teoria Social Marxiana, Políticas sociais, Políticas da Saúde e Assistência Social, formação e atuação de psicólogos.

Endereço eletrônico: fernandes.isa@gmail.com

Keyla Mafalda de Oliveira Amorim

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pesquisadora do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E). Tem interesse pelos temas: teoria social marxiana, política científica, prática social do psicólogo, e Psicologia e política social.

Endereço eletrônico: keylamafalda@gmail.com

Autores

Ana Lia Almeida

Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba, professora da mesma instituição e coordenadora do Grupo de Pesquisa Marxismo, Direito e Lutas Sociais (GPLutas) e do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP). Tem interesse pelos temas marxismo, assessoria jurídica popular e direitos humanos.

Endereço eletrônico: liafdr@yahoo.com.br

Carlos Eduardo Montaña Barreto

Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor da mesma instituição e coordenador do Núcleo de Estudos Marxistas sobre Política, Estado, Trabalho e Serviço Social (PETSS). Tem interesse pelos temas: marxismo, neoliberalismo, Estado, crítica ao Terceiro Setor, Serviço Social, política social, teoria marxista, lutas sociais, movimentos sociais.

Endereço eletrônico: c_montano_br@yahoo.com.br

Daniel Araújo Valença

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, doutorando em ciências Jurídicas pela UFPB, professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido e coordenador do Grupo de Estudos em Direito Crítico, Marxismo e América Latina (GEDIC). Tem interesse pelos temas: movimentos sociais e América Latina, marxismo, educação jurídica e popular, direitos humanos, novo constitucionalismo

latinoamericano, assessoria jurídica popular, democracia, propriedade fundiária, terrenos de marinha, direito urbanístico.

Endereço eletrônico: valencadaniel@gmail.com

Elaine Rossetti Behring

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS). Tem interesse pelos temas: serviço social, política social, orçamento público, seguridade social, assistência social e trabalho.

Endereço eletrônico: elan.rosbeh@uol.com.br

Fernando Lacerda Júnior

Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, professor da Universidade Federal de Goiás e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Crítica, Insurgência, Subjetividade e Emancipação (CRISE). Tem interesse pelos temas: Psicologia da Libertação, Psicologia Social, Psicologia Crítica, Psicologia Comunitária e marxismo.

Endereço eletrônico: fernando_lac@yahoo.com.br

Ivo Tonet

Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e professor de filosofia da Universidade Federal de Alagoas. Tem interesse pelos temas: socialismo, marxismo, política e educação.

Endereço eletrônico: ivo_tonet@yahoo.com.br

Jane Cruz Prates

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, professora da mesma instituição, pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Demandas e Políticas Sociais (NEDEPS), coordenadora do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas (GETEMPP), pesquisadora da Rede Latinoamericana – Laboratório Internacional de Estudos Sociais da Federação Internacional de Universidades Católicas (FIUC). Tem interesse pelos temas: ensino, formação e trabalho do assistente social, teoria e metodologia da pesquisa social, teoria, método marxiano e enfoque misto, avaliação de políticas públicas, PNAS, SUAS e Populações em situação de Rua.

Endereço eletrônico: jprates@pucrs.br

Marcello Musto

PhD em Filosofia pela University of Naples ‘L’Orientale’, PhD em Filosofia e Política pela University of Nice ‘Sophia Antipolis’, Assistant Professor no Department of Sociology da York University - Toronto. Tem interesse pelos temas: Marxismo, História do Pensamento Político, Filosofia Moderna e História do movimento operário.

Endereço eletrônico: marcello.musto@gmail.com

Mario Duayer

PhD pela Manchester University (Inglaterra), professor visitante da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Tem interesse pelos temas: Marx, ontologia crítica, teoria social crítica, filosofia da ciência, metodologia da análise econômica.

Endereço eletrônico: mddier@gmail.com

Oswaldo H. Yamamoto

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e coordenador do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E). Tem interesse pelos temas: políticas sociais e a teoria social marxiana.

Endereço eletrônico: oswaldo.yamamoto@gmail.com

Raquel Souza Lobo Guzzo

Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo, professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, coordenadora do Grupo de pesquisa Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação (GEP-InPsi). Tem interesse pelos temas: Psicologia Escolar e Comunitária, indicadores de risco e proteção ao desenvolvimento da criança e adolescente, avaliação e intervenções preventivas e psicossociais, Psicologia Social da Libertação, processos de tomada de consciencia e relação entre Psicologia e marxismo.

Endereço eletrônico: rguzzo@mpc.com.br

Ricardo Antunes

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, professor titular da Universidade Estadual de Campinas. Tem interesse pelos temas: trabalho, nova morfologia do trabalho, ontologia do ser social, sindicalismo, reestruturação produtiva e centralidade do trabalho.

Endereço eletrônico: rantunes@unicamp.br

Roberto Efrem Filho

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, professor da Universidade Federal da Paraíba, coordenador do Grupo de Pesquisa Marxismo, Direito e Lutas Sociais (GPLutas) e do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP). Tem interesse pelos temas: conflitos territoriais, relações de classe, gênero e sexualidade, violência e criminalização.

Endereço eletrônico: robertoefremfilho@yahoo.com



MARX HOJE

pesquisa e transformação social

Volume I

"O que fica de Marx hoje? Quão útil é seu pensamento para a luta por emancipação? Que parte de sua obra é mais fértil para estimular a crítica aos nossos tempos? Estas são algumas das questões que recebem largamente várias respostas. Se o ressurgimento contemporâneo de Marx tem uma certeza, esta recai sobre uma rejeição da ortodoxia e do dogmatismo que dominaram no passado e profundamente condicionaram a interpretação desse pensador. A tarefa de responder a esta nova situação está atribuída à pesquisa, teórica e prática, de uma geração emergente de ativistas políticos e acadêmicos.

Este livro, com contribuições tanto de autores estabelecidos quanto de jovens pesquisadores, e escrito no Brasil, um dos países do mundo onde a análise de Marx tem sido cada vez mais demandada, representa uma útil contribuição nessa direção. Reconhece-se que, sem Marx, estaríamos todos mais pobres e que qualquer crítica séria e radical ao capitalismo estaria condenada a uma grave afasia."

Marcello Musto (York University)